

ACAMPAMENTO NAVALINO:  
ENCRUZILHADA DE CONTRADIÇÕES

por

Telmo Marcon

Dissertação Apresentada ao  
Departamento de História  
Universidade de Brasília  
Como Requisito Parcial à Obtenção do  
Título de Mestre

Dezembro, 1989

"O que a mobilização do ABC representou em consciência no avanço na luta dos trabalhadores urbanos, esta manifestação de Encruzilhada Natalino representará de agora em diante para os trabalhadores rurais, pequenos proprietários e Sem Terra no Brasil". (Dom Tomás Balduino no acampamento dia 25 de julho de 1981, in: Tempo e Presença-CEDI, nº 160, julho de 1981, p. 27).

Professora Orientadora  
Dr<sup>a</sup>. Adalgisa M.V. do Rosário

Revisão  
Rogério Dinis Junqueira

Datilografia  
Telmo Marcon

## SIGLAS USADAS

- ARENA - Aliança Democrática Nacional  
CAMAL - Cooperativa Mista Aceguá Ltda  
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base  
CEMAPA - Central de Comandos de Apoio à Agricultura  
CIMI - Conselho Indigenista Missionário  
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CONIC - Conselho Nacional das Igrejas Cristãs  
CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura  
COPERCANA - Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda  
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPT - Comissão Pastoral da Terra  
CSN - Conselho de Segurança Nacional  
DGPI - Departamento Geral de Patrimônio Indígena  
D.R. - Delegacia Regional  
FAB - Força Aérea Brasileira  
FAG - Frente Agrária Gaúcha  
FARSUL - Federação das Associações Rurais  
FETAEP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná  
FETAG/RS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul  
FETAGRI - Federação dos Trabalhadores do Mato Grosso  
FUNAI (F.N.I.) - Fundação Nacional do Índio  
GEBAM - Grupo Executivo do Baixo Amazonas  
GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins  
IGRA - Instituto Gaúcho de Reforma Agrária  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
LSN - Lei de Segurança Nacional  
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
MEAF - Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários  
MJDH - Movimento de Justiça e Direitos Humanos  
MST - Movimento dos Sem Terra  
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OP-3 - Projeto de Colonização na Rodovia Operacional nº3, km 90  
da Transamazônica

PDS - Partido Democrático Social

P.I. - Posto Indígena

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SNI - Serviço Nacional de Informações

SPI - Serviço de Proteção ao Índio

UTPNA - Unidade de Terras Públicas e Núcleos Agrícolas

## A N E X O S

	pag.
Anexo 1 - Divisão do Estado (RS) em microrregiões.....	234
Anexo 2 - Bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul.....	235
Anexo 3 - Ocupação territorial do Estado (RS).....	236
Anexo 4 - Modelo de contrato de arrendamento realizado entre a FUNAI e os colonos na reserva indígena de Nonoai	237
Anexo 5 - Modelo do contrato de renovação do arrendamento...	240
Anexo 6 - Artigo de Zero Hora "Tremelique Geral".....	241
Anexo 7 - Produção comparativa na grajna MACALI.....	241
Anexo 8 - Mapa da Encruzilhada Natalino.....	242
Anexo 9 - Atividade dos Sem Terra antes de acampar.....	243
Anexo 10- Procedência dos acampados.....	243
Anexo 11- O hino dos acampados.....	244
Anexo 12- Canto a classe roceira e a classe operária.....	244
Anexo 13- Entidades e pessoas que apoiaram os acampados em junho de 1981.....	245
Anexo 14- A cruz dos acampados.....	247
Anexo 15- Manifestação de apoio aos acampados.....	247
Anexo 16- Visão parcial do acampamento.....	248
Anexo 17- Estabelecimento comercial na encruzilhada Natalino	248
Anexo 18- Manifestação no acampamento.....	248
Anexo 19- Inventário dos bens dos acampados feito pelo INCRA	249
Anexo 20- Modelo de declaração dos acampados aceitando a proposta de Lucas do Rio Verde.....	250
Anexo 21- Termo de compromisso do INCRA para com os colonos em Lucas do Rio Verde.....	251
Anexo 22- Comunicado nº 1 da Coordenadoria do acampamento...	252
Anexo 23- Mensagem aos Sem Terra, a todos os empobrecidos e a todas as pessoas de boa vontade.....	253
Anexo 24- O Major curió no acampamento e a sua imagem na região do Pará.....	254
Anexo 25- Entidade e pessoas que apoiaram os acampados nos meses de outubro, novembro de dezembro de 1981....	255
Anexo 26- A chegada dos colonos em Nova Ronda Alta após a transferência da Encruzilhada Natalino.....	260

# ÍNDICE

	pag.
SIGLAS USADAS.....	iii
LISTA DE ANEXOS.....	v
ÍNDICE.....	vi
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I - O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL.....	06
1.1 - A organização das Reduções e o ataque bandeirante.....	08
1.2 - A concessão de uma capitania no sul do Brasil.....	10
1.3 - A ocupação oficial da Coroa lusitana.....	14
1.4 - A colonização açoriana.....	17
1.5 - Os "Sete Povos" das Missões.....	19
1.6 - A concessão de sesmarias e a origem do latifúndio.....	21
1.7 - A Imigração e Colonização no século XIX e XX.....	27
CAPÍTULO II - A LUTA PELA TERRA NAS DÉCADAS DE SESSENTA E SETENTA.....	48
2.1 - A Trejatória do MASTER.....	49
2.2 - Fazenda Sarandi: palco de lutas e negociações.....	52
2.3 - Terras indígenas: História de conflitos e de espoliação.....	57
2.4 - Sem Terra X Índios: o conflito de 1978.....	64
2.5 - De Nonoai ao alojamento provisório em Esteio.....	67
2.6 - Mato Grosso: a única alternativa.....	69
CAPÍTULO III - ORIGEM, ORGANIZAÇÃO E PROPOSTA DOS ACAMPADOS	84
CAPÍTULO IV - A INTERVENÇÃO MILITAR-FEDERAL NO ACAMPAMENTO.	130
CAPÍTULO V - DA ENCRUZILHADA NATALINO À NOVA RONDA ALTA.....	172
CONCLUSÃO.....	220
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	226
FONTES PRIMÁRIAS.....	232
ANEXOS.....	234

## R E S U M O

O acampamento de agricultores Sem Terra da Encruzilhada Natalino (1980-1983) emergiu numa conjuntura marcada pela redemocratização do país, bem como, o recrudescimento da luta pela terra, tendo como antecedente imediato o confronto entre colonos e os índios da reserva de Nonoai (RS). A partir do conflito entre dois segmentos da classe subalterna o confronto centrou-se entre os Sem Terra e o governo estadual e federal, o INCRA e o Conselho de Segurança Nacional que decretou a área como sendo de Segurança Nacional durante o mês de agosto de 1981.

O sofrimento e as más condições de sobrevivência das famílias, abrigadas em barracos ao longo da rodovia RS 324, foi forjando uma identidade em torno do objetivo comum, a terra no próprio Estado. O governo estadual, no entanto, buscou de todas as formas esvaziar o movimento através da oferta de emprego e proposta de colonização em outros Estados, além da intensa campanha na imprensa contra os acampados acusando-os de "vadios", "preguiçosos", "não agricultores" e "criminosos". A resistência do movimento às adversidades do frio e chuvas, à pressão e repressão policial-militar teve como suporte a legitimidade da luta, o apoio de fortes setores da sociedade civil, a organização interna no acampamento e a metodologia utilizada no processo das decisões e negociações, além da força do símbolo máximo da luta, a CRUZ rústica e pesada apoiada pelas escoras. A luta de setores da sociedade civil pela redemocratização do país foi fundamental na medida que ajudou respaldar o movimento dos acampados na conquista da terra e da cidadania.

## S U M M A R Y

Husbandmen's "Sem Terra" (without land) camp in Encruzilhada Natalino (1980-1983) emerged in conjuncture signed by the country redemocratization, and also, the cruelty of the fight for land, having like an antecedent the confrontation between colonists and indians of the Nonoai's Reserve (RS). After this conflict between two segments of the subaltern class the confrontation centralized between the "Sem Terra" (without land) and the federal and state government, the INCRA and the National Council of Security during August of 1981.

Suffering and the bad conditions of survival of the families sheltered in wooden shacks beside the road RS 324, were forging an identity to a common objective, the land at the own State. The state government, nevertheless, searched all the ways to empty the movement through the employ offer and colonization proposal in other States, beyond this intense campaign on press against the encamped accusing them of "vagrants", "lazy", "not husbandmen" and "delinquents". The movement resistance to the adversity of cold and rain, to the pressure and the police-military repression had like stand the legitimacy of the fight, the support of strong sectors of civil society, the internal organization at the encampment and the methodology used in the decision and negotiation process, beyond the power of the fight's greatest symbol, the rustic and heavy CROSS stand by the supports. The civil society sectors' fight for the redemocratization of the country was fundamental because it helped to smooth the encamped movement in the conquer of the land and the citizenship.

## I N T R O D U Ç Ã O

O presente trabalho visa a resgatar a história do acampamento de agricultores Sem Terra na Encruzilhada Natalino em Ronda Alta (RS) ocorrido de 1980 a 1983. A proposta, enquanto estudo de caso, justifica-se pela necessidade de uma abordagem sistemática do tema, recuperando, assim, a trajetória de um dos mais significativos acampamentos no Brasil naquele período.

A intensa mobilização dos Sem Terra no Brasil nos últimos anos coloca questões novas que estão a exigir estudos com o objetivo de recuperar a memória sobre as formas de luta para conquistar a terra, dentre elas, o acampamento. Há uma necessidade de estudos particulares como forma de resgatar as especificidades regionais na perspectivas de futuras abordagens sistemáticas do Movimento dos Sem Terra como um todo. A crescente violência no campo, a proliferação de acampamentos e a emergência de questões conflitivas e polêmicas a cada momento, tendem a deixar cair no esquecimento situações expressivas como é o caso do acampamento Natalino.

O acampamento na Encruzilhada Natalino recolocou em debate uma série de questões, marginalizadas dos debates em consequência da repressão do regime militar instaurado em 1964. A luta dos Sem Terra, no período de redemocratização do País, explicitou aspectos fundamentais da estrutura fundiária não resolvidos pelo governo militar, entre elas: a Reforma Agrária, a política de colonização, a articulação do movimento com entidades da sociedade civil etc.

O eixo deste trabalho centra-se na organização dos Sem Terra e a rejeição das propostas de emprego ou colonização oferecidas pelo governo estadual e pelo INCRA. Como o movimento se articulou com setores da sociedade civil para resistir à pressão do governo nas campanhas de desmoralização, às propostas de emprego e colonização e à intervenção militar-federal? Como e de que forma os acampados ajudaram na explicitação das contradições

da estrutura e política fundiária regional e do Brasil? Até que ponto a experiência do Movimento dos agricultores Sem Terra - MASTER - contribuiu na orientação política-metodológica do acampamento? Que contribuição o movimento da Encruzilhada Natalino deu para a organização tática e política dos Movimento dos Sem Terra (MST) criado oficialmente em 1985 no Congresso em Curitiba (PR)?

A opção pelo tema do presente estudo embasa-se no princípio que o saber acadêmico tem um compromisso social e a função de aprofundar questões relevantes do processo histórico. As condições em que se formou e desenvolveu o movimento, o sofrimento, a pressão e a repressão do governo e setores da sociedade civil e a intervenção militar-federal, rompem com qualquer possibilidade de uma produção acadêmica descompromissada e neutra. A emoção de participar e conhecer o acampamento por dentro possibilitou o resgate de certos aspectos fundamentais, por vezes desconsiderados. Esse princípio foi bem expresso por Caldart quando diz que: "Não se consegue interpretar um sonho se não se sonha um pouco junto com ele; não se consegue entender a lógica de um símbolo, se não se aceita e respeita esta lógica; não se consegue compreender a fundo um movimento social, se não se vive um pouco de suas razões e sentimentos". (\*)

A proposta de analisar o acampamento a partir da lógica e dinâmica interna abre a perspectiva de resgatar a trajetória do movimento e seu potencial transformador. Segundo Martins, há uma forte tendência historiográfica sobre movimentos camponeses que reflete uma visão urbana e desconsidera a força transformadora das lutas no campo. O dogmatismo teórico-metodológico parte de esquemas rígidos e do princípio que o proletariado teria o poder e a força "revolucionária" enquanto que o trabalhador rural seria por natureza, um reacionário e conservador, e suas lutas não iriam além das conquistas imediatas. (\*\*)

(\*) Roseli Salete CALDART. Sem Terra com Poesia, p.13.

(\*\*) José de Souza MARTINS. A Militarização da Questão Agrária no Brasil, p. 9-18.

A perspectiva metodológica do presente trabalho busca recuperar a força e o poder político dos acampados, organizados no enfrentamento com o Estado e seus órgãos repressivos, bem como setores da sociedade civil contrários ao movimento e à Reforma Agrária. Os Sem Terra assumiram a luta pela conquista da terra como sujeitos do processo, e o movimento foi se definindo como força social decorrente da organização política, respaldada por setores da sociedade civil, partidários da causa em questão.

O acampamento colocou em questão a propriedade privada da terra na forma como é concebida pelos latifundiários e explicitou a contradição entre o latifúndio e, por outro lado, o grande contingente de agricultores Sem Terra. A luta, mesmo que localizada, questionou a propriedade capitalista da terra concebida de forma absoluta e núcleo central do próprio capitalismo, daí a amplitude que o movimento ganhou na luta pela democratização do País e pelo acesso à terra.

A hipótese norteadora do trabalho é de que o movimento ganhou força e poder de pressão, em parte, pela legitimidade da luta, mas também pelo respaldo de setores da sociedade civil, numa conjuntura histórica particular, marcada pela redemocratização do País e a luta na defesa dos Direitos Humanos e, assim, conseguiu explicitar o projeto e as propostas do governo de emprego e colonização, formas de intervenção do Estado com objetivo de esvaziar e dividir o movimento encobrindo contradições da estrutura fundiária e os interesses de classe dos latifundiários.

A proposta metodológica trabalha, essencialmente, com a contradição fundamental do processo, ou seja, o confronto dos Sem Terra com o Estado. Essa opção não deconsidera a existência de contradições secundárias no nível interno da organização dos acampados, na orientação político-metodológica, a relação entre o movimento e entidades de classe, mas, no entanto, não constituem o eixo central do trabalho.

O estudo, na sua forma já é perpassado por uma interpretação do processo como um todo e segue uma ordem cronológica. O ponto de partida, no entanto, é o acontecimento presente. A lei-

tura tenta captar a dinâmica do processo e, por isso, parte do presente para o passado na perspectiva de contribuir para o futuro, evitando uma leitura linear que parte do passado para explicar o presente. O acampamento colocou questões referentes à estrutura fundiária no Rio Grande do Sul e, que, por sua vez, nos força a questionar pela sua forma contraditória como foi gestada. O movimento emergiu como fruto do aguçamento de contradições imediatas, mas também por razões estruturais. A volta às origens de como se processou a ocupação e apropriação do espaço nos permite traçar algumas características fundamentais da atual estrutura fundiária, marcada ainda por contradições entre o latifúndio, a pequena propriedade, o minifúndio e os Sem Terra.

O primeiro capítulo procura resgatar alguns aspectos históricos sobre a ocupação do território sulino e os interesses de classe envolvidos. Destacam-se a formação do latifúndio pecuarista e a colonização com base na pequena propriedade familiar voltada à agricultura. Outro aspecto importante é a forma conflitiva de como se processou a ocupação, envolvendo principalmente os índios. Esse capítulo tenta aprofundar a dimensão estrutural do processo que, em última instância, é a casa da formação do acampamento e dos seus rumos.

O segundo capítulo analisa a organização do MASTER na década de sessenta, sua proposta, sua tática política e sua relação com o governo do Estado bem como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ao qual o governo pertencia. Na trajetória do MASTER ganha destaque uma de suas principais conquistas, que foi o acampamento na Fazenda Sarandi e a conseqüente desapropriação em 1962. Além disso, estudam-se a intrusão das áreas indígenas e o conflito entre índios e colonos na reserva de Nonoai em 1978, antecedente imediato do acampamento na Encruzilhada Natalino.

O capítulo terceiro aborda o núcleo central do presente estudo. A preocupação é resgatar a origem, a organização interna, a caracterização sócio-econômica dos acampados e o início do enfrentamento com o governo do Estado. Destacam-se também as propostas do governo e do INCRA e, por outro lado, a posição dos

acampados, bem como as táticas utilizadas pelo governo para desmobilizar o movimento.

O capítulo quatro trata exclusivamente da intervenção militar-federal durante todo o mês de agosto de 1981. A decretação da área como de Segurança Nacional é destacada pela importância que o movimento ganhou a partir de então. Na medida em que necessário uma abordagem mais global, busca-se outras referências de lutas dos trabalhadores, principalmente, da região do sul do Pará, a intervenção do Conselho de Segurança Nacional em outras áreas do País e as táticas utilizadas pelos órgãos de repressão para desmobilizar movimentos sociais no campo.

O quinto e último capítulo analisa a trajetória do acampamento desde a saída dos interventores até a conquista da terra em outubro de 1983. A partir de setembro de 1981, o acampamento passou a ser responsabilidade do governo do Estado, que intensificou a repressão policial com objetivo de acabar com o movimento, obrigando os acampados a saírem da Encruzilhada Natalino para Nova Ronda Alta onde permaneceram até a conquista definitiva da terra.

## CAPÍTULO I - O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA TERRA NO RIO GRANDE DO SUL (1)

Muitos séculos antes da chegada de portugueses e paulistas ao Sul do Brasil, a região que abrange o atual Estado do Rio Grande do Sul, estava densamente povoado de índios, segundo Aurélio Porto, em mais de 20 tribos, divididas em três grupos raciais: Tape, Gê e Guaicuru (Mbayá), espalhados em três grandes províncias: Ibiaçá, Tape e Uruguai.(2) Cada tribo possuía traços culturais particulares, bem como a localização geográfica e as formas de subsistência, sendo que algumas eram coletoras enquanto outras dedicavam-se à agricultura com vida sedentária.

A razão principal que motivou o deslocamento de portugueses e paulistas ao Sul, no século XVI e XVII, foi a preação de índios para o trabalho escravo na Capitania de São Vicente. Nesse mesmo período foi intenso o trabalho catequético junto aos índios com objetivo de reuni-los em reduções. (3)

Segundo Costa e Silva, com base na pesquisa do padre Jeager, o trabalho catequético junto aos índios foi realizado inicialmente pelos Jesuítas portugueses procedentes da Capitania de São Vicente, sendo, ao todo, nove as tentativas desses missionários de "salvar os índios do Rio Grande das arremetidas periódicas a que os submetiam os incansáveis preadores vindos das plagas bandeirante". Entre os missionários destacaram-se: Pedro Correia, Leonardo Nunes, João de Souza, Custódio Pires, entre outros. (4)

Informações dadas pelo Visconde de São Leopoldo dão conta que, já em 1550, "apostolara o Pe. Leonardo Nunes aos índios dos Patos e daí voltaram a São Vicente col alguns fidalgos castelhanos e suas famílias os quais, navegando para o Rio da Prata, haviam naufragado e caídos em poder deles...". (5)

A idéia de que os Jesuítas portugueses precederam os castelhanos é partilhada também por Vellinho quando diz que entre 1605 e 1637 "os jesuítas portugueses, descendo pela orla marítima tentaram mais de uma vez estabelecer-se no antigo Rio Grande, em pontos não distantes da bacia do Guaíba, com propósito de reduzir o gentiu que aí estanceava...". (6)

No entanto, não foram somente os missionários lusitanos que entraram em contato com os índios no século XVI. Alguns vicentistas também conheciam a região desde a Ilha de Santa Catarina até o Rio da Prata. Segundo Porto, referindo-se a obra de Gabriel Soares (1587), diz que a referida costa marítima estava povoada pelos índos Tapuias, "gente doméstica e bem acondicionada, que não come carne humana, nem faz mal à gente branca que os comunica, como são os moradores da Capitania de São Vicente...". A mesma fonte diz que os vicentistas penetraram pelo rio Taquari para trocar com os índios panos, chapéus e outras quinquilharias por índios inimigos aprisionados que eram conduzidos cativos para São Paulo via marítima. (7)

Esses dados, mesmo que parciais, permitem concluir que os vicentistas estiveram no extremo Sul do Brasil antes dos ataques no século XVII. O território sulino já era conhecido quando da penetração das grandes bandeiras de Antônio Raposo Tavares e Fernão Dias Paes. Segundo Porto, em meados do século XVI já era intenso o comércio de escravos. Os vicentistas "levaram inúmeros escravos, resgatados ou tomados das aldeias em que passavam". (8) A presença de paulistas, nesse período, não tinha carácter de ocupação, antes sim, de prear os índios.

A região passou a despertar grande interesse no século XVII, após a organização das reduções na margem esquerda do rio Uruguai pelos missionários Jesuítas castelhanos. O trabalho catequético desenvolveu-se, principalmente, após o ataque dos bandeirantes paulistas às reduções do Guairá. Ali os Jesuítas fundaram várias reduções na segunda metade do século XVI, destruídas pelos bandeirantes a partir de 1628. O objetivo imediato do ataque foi a preação de índios, mas também estava em questão a disputa pelo território, pois os vicentistas não aceitavam o avanço castelhano em direção ao Atlântico.

O ataque, além da preação de muitos índios, destruiu com a estrutura das reduções. Em 1629, os bandeirantes, chefiados por Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares, destruíram 11 reduções fazendo inúmeros escravos e muitos mortos. Calcula-se em 10.000 os índios aprisionados nos ataques realizados entre 1628 e 1632. (9)

Alguns índios, no entanto, fugiram com os missionários em direção sul, seguindo o curso do rio Paraná. Eles refugiaram-se inicialmente "nas regiões da longínqua mesopotâmea parano-uruguaya que julgam a coberto dos terríveis e odiados 'portugueses de São Pablo'".(10)

### 1.1 - A Organização das Reduções e o ataque Bandeirante

A organização das reduções no Sul do Brasil está intimamente vinculada com o ataque às reduções do Guairá. O primeiro a transpor a margem esquerda do rio Uruguai foi o padre Roque Gonzalez de Santa Cruz, missionário Jesuíta castelhano. Segundo Porto, em 3 de maio de 1626 iniciou a ação catequética por iniciativa dos castelhanos na província de São Pedro com a organização da redução de São Nicolau do Piratini. (11) A partir de então, multiplicaram-se rapidamente pelo Tape, Alto-Ibicuí e Jacuí, atingindo a extremidade oriental com a redução de Santa Tereza em Passo Fundo e Jesus-Maria, situada à margem direita do Rio Pardo.(12)

O trabalho missionário entre os índios nem sempre foi uma ação pacífica pois houve tribos que reagiram e não se submeteram a tal projeto. Em 1628 alguns índios assassinaram os padres Roque Gonzalez de Santa Cruz, Afonso Rodrigues e João de Castilho no atual município de Caiboaté. (13)

Entre algumas tribos indígenas havia muita rivalidade e disputas territoriais. Os bandeirantes aproveitaram-se dessa situação utilizando-se de algumas tribos para o ataque aos índios das reduções. Entre os bandeirantes paulistas havia muitos nativos presente, principalmente, da tribo Tupi.

Os bandeirantes, cientes da organização das reduções e da preparação militar dos índios para a resistência, organizaram as bandeiras com forte poder militar. A primeira delas partiu de São Paulo no final de maio ou início de junho de 1636. (14) Durante algum tempo Raposo Tavares "levou a guerra e cativou grande multidão de índios ribeirinhos que eram conduzidos para as fortes paliçadas de seu campo de concentração". (15)

O ataque iniciou dia 2 de dezembro de 1636 na redução de Jesus-Maria. Dos combates morreram muitos índios tanto das reduções como dos partidários paulistas, além da destruição das casas, Igrejas etc. Foram destruídas, pela primeira bandeira, também as reduções de Santa Ana, São Cristovão e São Joaquim. (16)

A segunda bandeira penetrou o solo riograndense em 1637. O comando inicial foi do Capitão Francisco Bueno que, depois de percorrer o trajeto da anterior, cruzou o rio Taquari, penetrando, então, na província do Tape. Durante as incursões o comandante faleceu, e o comando passou para Jerônimo Bueno e a André Fernandes. (17)

Em dezembro de 1637, a bandeira chefiada por Anfré Fernandes atacou e destruiu a redução de Santa Tereza. Os bandeirantes transformaram o local em 'quartel de inverno', plantaram e construíram paliçadas aproveitando a infra-estrutura da redução. A administração ficou sob a responsabilidade do padre Fernandes de Oliveira, filho de André Fernandes. O local foi importante, taticamente, como ponto de partida para o ataque às demais. (18)

Uma terceira bandeira partiu de São Paulo em 1638 sob o comando de Fernão Dias Paes e seu irmão Pasqual Leite e estabeleceu-se na ex-redução dos Apóstolos. Essa bandeira sofreu uma cisão interna e parte dela retornou para São Vicente, sendo no caminho, seus integrantes presos pelos índios, depois de terem destruído várias aldeias. (19)

Uma quarta bandeira, comandada por Jerônimo Pedroso de Barros e João Pires, partiu de São Paulo no final de 1640. Os índios, sabendo da existência dessa bandeira, prepararam-se militarmente com aproximadamente 4.000 homens, oferecendo grande re-

sistência aos bandeirantes. Os resultados foram extremamente desfavoráveis aos paulistas que, além de sofrerem muitas baixas, foram atacados por índios de outras aldeias quando da retirada.(20)

Novas bandeiras foram organizadas e deslocaram-se para o sul, mas de menor expressão. Segundo Porto, ainda em 1669 alguns paulistas estavam cativando índios nas aldeias, pois os das reduções haviam sido presos, mortos ou dispersos. (21)

As constantes investidas dos bandeirantes a partir de 1636, as prisões e destruição das reduções obrigou os índios sobreviventes a migrarem para além do rio Uruguai em busca de melhores condições de sobrevivência, encerrando, assim, uma primeira etapa na história de disputas no território sulino.

O interesse dos vicentistas em prear os índios não esgota as razões das bandeiras, havendo no fundo a questão do território disputado entre as duas Coroas, pois as reduções organizadas pelos Jesuítas castelhanos representavam o avanço da Espanha na região.

A presença das várias bandeiras despertou maior interesse pela região. Mesmo com o limitado tempo de existência das reduções, ficou plantada a semente da economia pecuária. O gado solto foi se reproduzindo de forma extensiva, constituindo enormes rebanhos, sendo este um dos fatores que muito contribuiu na atração de paulistas no século XVIII.

## 1.2 - A Concessão de uma Capitania no Sul do Brasil

Cessados os conflitos com os índios, o cenário político centrou-se na costa litorânea. Todo o território desde Laguna até o Rio da Prata foi doado, em forma de Capitania, à família Correia de Sá. A idéia não era nova pois o rei Dom João III, em carta a Martin Afonso de Souza, noticiou a decisão de "mandar demarcar de Pernambuco até o Rio da Prata cinquenta léguas de costa a cada Capitania...". (22) A proposta do estabelecimento de uma Capitania não foi, portanto, idéia original dos Correia de Sá.

A idéia de Salvador Correia de Sá era constituir, desde a Capitania do Espírito Santo até o Rio da Prata, a chamada "repartição do Sul" com governo próprio. Em duas oportunidades, de 1574-1578 e 1608-1612, a "repartição do Sul" separou-se do governo geral da Bahia. O projeto de Salvador Correia de Sá foi apresentado em 1646 com a idéia de um governo no Rio de Janeiro e o próprio Salvador apresentou-se como candidato a tal cargo. As razões apresentadas foram: descentralizar o poder para dar melhor cobertura à extensa costa brasileira; assegurar a conquista do espaço sulino ameaçado pelos castelhanos; manter o controle sobre os "insubordinados paulistas" e supervisionar as minas de ouro e prata. Além da separação do governo da Bahia, com a criação de um governo próprio, Salvador propôs a fundação de uma nova Capitania entre São Vicente e o Rio da Prata. (23)

Em dezembro de 1646, Salvador Correia de Sá foi nomeado governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, cargo que ocupou por pouco tempo. Em 17 de setembro de 1658 foi nomeado governador e Capitão-General da "repartição do Sul". Salvador voltou, então, ao projeto da criação de uma nova Capitania entre a de São Vicente e o Rio da Prata. A concessão deveria ser feita a ele e aos seus herdeiros de uma Capitania na 'terra de ninguém'. O rei Dom João IV, no entanto, não aprovou a proposta. (24)

Em janeiro de 1660, Salvador assumiu o governo do Rio de Janeiro, transferindo-o, a 11 de outubro do mesmo ano, para Tomé Correia de Alvarenga e partiu para averiguar as minas de Paranaguá. Em 2 de novembro, iniciou a revolta no Rio de Janeiro que resultou na deposição do governo. Mesmo assim, Salvador permaneceu em Paranaguá até o início de 1661, quando, então, retornou e retomou o poder. Em abril do ano seguinte, o rei de Portugal nomeou um novo governador para o Rio de Janeiro e Salvador retornou para Portugal, reassumindo o posto de membro do Conselho Ultramarino e do Conselho de Guerra. (25) Essa posição lhe deu poder político para retomar o projeto da concessão da Capitania no extremo sul do país.

Os filhos de Salvador, João Correia e Martin Correia de Sá (Visconde de Asseca), já haviam recebido 10 e 20 léguas, res-

pectivamente, ao longo da costa na Capitania do Espírito Santo. Após a morte do Visconde de Asseca, as terras a ele pertencentes, passaram para seu filho, João de Sá, neto de Salvador. (26)

A Capitania no Sul foi efetivamente doada ou permaneceu no nível de intenções? Segundo Porto, "houve realmente, concessão de donatárias, abrangendo o Rio Grande e Uruguai, primeiramente a Salvador Correia de Sá que, por motivos óbvios, foi tornada inexistente e, mais tarde, como consequência natural da primitiva doação, outra a seus filhos Visconde de Asseca e general João Correia de Sá". (27)

Salvador requereu uma Capitania de terra no Sul do Brasil com área de 100 léguas de costa no ano de 1658. Na petição explanou razões dizendo ter prestado serviços na defesa do território brasileiro e lembrou a prática da Coroa em conceder Capitánias ao longo da costa para povoamento e proteção dos "invasores". Segundo a ata do Conselho Ultramarino de 14 de março de 1658, Salvador solicitara, pela segunda vez, uma Capitania para povoá-la "nas terras onde chamão a Ilha de Santa Catarina, começando nella, partindo a metade para a banda do Norte e a outra metade para a banda do Sul, e não havendo terra bastante para se lhe inteirar a Capitania pede que destas terras de cem léguas de costa como he uzo e costume, pouco mais ou menos, se inteirar nas terras que se demarcarem com estas, e forem V. M. que estão despovoadas e ficão entre a Capitania de São Vicente e o Rio da Prata...". (28)

Segundo Porto, o Procurador da Coroa no Conselho Ultramarino "opinou pela concessão da donatária requerida, não só por causa da conversão do gentiu, como pelo resultado que adviria para Portugal com o povoamento das terras incultas". (29) As terras não foram, no entanto, efetivamente ocupadas e a concessão perdeu seu efeito legal.

Alguns anos mais tarde, Salvador requereu nova concessão a seus filhos, o Visconde de Asseca e o general João Correia de Sá. O requerimento previa a concessão de duas Capitánias com 100 léguas, partindo da divisão com as terras de Castela seguindo

ao Norte na direção da Lagoa dos Patos. O Conselho Ultramarino na reunião de 3 de julho de 1671 deu parecer positivo ao pedido por razões econômicas e políticas. Havia interesses econômicos, por parte da Coroa lusitana, de povoar a região, como também, conter o avanço castelhano.

O processo da concessão teve desfecho na reunião de 23 de setembro de 1675 do Conselho Ultramarino, que decidiu ser de "conveniência se conceder as 75 léguas pedidas porque não se prejudica terceiros e ficam na primeira demarcação do Rio da Prata, onde se evita o excesso dos castelhanos na invasão de terras de V. A. convindo fazer-se já a povoação, porque muitos moradores de São Paulo querem ir povoar aquela parte...". (30)

Em 3 de julho de 1671, o Conselho Ultramarino aprovou um projeto que previa a construção de uma fortificação no extremo Sul do Brasil. Havia sido apresentado um requerimento nesse sentido, com objetivo de dar segurança à ocupação territorial até o Rio da Prata. Para tanto, era necessário fortificações como forma de conter possíveis ataques castelhanos. Daí resultou a construção da Colônia de Sacramento, posto avançado do domínio lusitano no Prata.

As terras doadas aos Correia de Sá não foram efetivamente ocupadas e, na sessão do Conselho Ultramarino de 26 de maio de 1726, foi definido que as terras concedidas ao Visconde de Asseca retornassem aos domínios da Coroa por causa do "abandono a que se acham não tendo feito o Visconde e seus antecessores diligência alguma para povoá-la". Em outra reunião do mesmo Conselho de, em 23 de março de 1727, foi confirmada aos assecas somente as terras da "dita Capitania da Parayba do Sul entre as do Espírito Santo e Cabo Frio, com vinte legoas de costa para o certam...". (31)

A partir desses dados fica evidente que as terras no extremo sul do Brasil foram efetivamente doadas em forma de capitania aos Correia de Sá. Segundo Porto, mesmo que as referidas terras não tenham sido povoadas, despertaram no governo da metrópole o "desejo de solidificar o domínio que pretendia exercer até o Rio da Prata...". (32)

### 1.3 - A Ocupação oficial da Coroa Lusitana

Ao longo do litoral os lusitanos estabeleceram a Colônia de Sacramento em 1680 e ocuparam o canal de Rio Grande a partir de 1725. Antes disso, porém, realizaram inúmeras incursões em busca do gado chimarrão, de fácil aprisionamento e existente em grande quantidade. Em 1725, os lagunistas fizeram, "por ordem do governador de São Paulo a Francisco de Brito Peixoto, Capitão-Mor de Laguna, a penetração no litoral riograndense à procura de gado...". (33) O local estratégico para passagem e embarque dos animais foi no canal de Rio Grande. Dali "aportavam as tropas arrebanhadas nas campanhas do sul e que iam abastecer Laguna, Curitiba, São Paulo e Rio". (34)

Existem, portanto, evidências da presença de lagunistas em busca de gado antes do deslocamento oficial da tropa de João de Magalhães, em 1725, ao canal de Rio Grande. Aos lagunistas interessava, fundamentalmente, assegurar as terras até o Prata aos domínios lusitano. Esse empreendimento foi facilitado pela potencialidade econômica da região.

A partir de interesses econômicos foi oficializada a ocupação do território sulino. Com objetivo de criar um posto avançado de fiscalização do gado no canal de Rio Grande, o governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, determinou ao Capitão-Mor de Laguna, Francisco de Brito Peixoto a ocupar o canal.

A frota partiu de Laguna em direção sul e chegou ao local em novembro de 1725, sob o comando de João de Magalhães, genro de Brito Peixoto. Segundo Rego Monteiro, no início de novembro, "iniciou a primeira povoação nas terras do Rio Grande do Sul, na margem Norte do seu canal, e que Magalhães nela se conservou na chefia do posto, desde sua fundação até, pelo menos, meados de fevereiro de 1727...". Monteiro localizou o referido povoamento na margem Norte do canal "próximo onde está hoje, a cidade de São José do Norte". (35)

A partir de então muitos paulistas deslocaram-se para a

região, estabelecendo-se ao longo do litoral, entre Laguna e o Rio da Prata, principalmente na região de Tramandaí e Viamão e apossando-se de extensas áreas de terra e gado.

Em 1732, foi oficializada a concessão da primeira Sesmaria na província de São Pedro ao Capitão Manuel Gonçalves Ribeiro. A carta de doação foi dada pelo Conde de Sarzedas, Governador de São Paulo. Consta na carta de confirmação da referida doação, assinada por Dom João, que, em reunião realizada em 15 de março de 1731, o Conselho Ultramarino deu parecer favorável à solicitação feita por Manuel Gonçalves de uma área de terra na região de Tramandaí, por tê-las povoado e possuir nelas "gados vacuns e cavalaes".

Na concessão da sesmaria o governador de São Paulo justificou dizendo: "hey por bem de conceder em nome de Sua Mag.<sup>de</sup> que Deos g.<sup>de</sup> por carta de data de Sesmaria ao dito Capp.<sup>m</sup> N.<sup>el</sup> Ribr.<sup>o</sup> três legoas de terra de comprido a hũa de largo nos campos de Tramandaý na paragem chamada as Conchas pella praya não dar mais largueza correndo as ditas três legoas pello rumbo do Norte athé se inteýrarem as quaes terras lhe concedo na forma das ordens de sua Mag.<sup>de</sup> ...". (36) A referida concessão foi assinada em São Paulo dia 25 de outubro de 1732.

O pedido das referidas terras foi encaminhado, inicialmente, à Câmara de Laguna ao Capitão-Mor, Francisco de Brito Peixoto, que confirmou a petição dizendo que ela "não fará prejuízo a terceiro pella larguesa dos ditos campos pello comodo que terem todos os mais que quizerem meter seus guados e vossa-enseñencia mandará o que for servido e por ser verdade assim, mandey passar esta sertidam por mim tirada pello juramento que dey do meu cargo assinado e selado com o sinete de meu uzo...". (37)

Outra solicitação de terras foi encaminhada por Francisco Xavier à Câmara de Laguna. O requerente justificou o pedido dizendo ter "nos campos da praya de Tramandaý bastante gado vacum e cavallar e por se acharem devolutas as queria povoar..." A carta de confirmação do rei Dom João, diz terem sido doadas a Francisco Xavier "três legoas de comprido e hũa de largo nos cam-

pos da Praya de Tramanday na paragem chamada as Conchas que principiãõ aonde acabarem as terras de Sesmaria do Cap.<sup>m</sup> M.<sup>cl</sup> Glz' Ribr.<sup>o</sup> correndo pello rumo do Norte até se inteyrarem as das três legoas de terra de comprido e Hũa de largo...". (36) A carta de confirmação do rei foi assinada em 26 de outubro de 1732 e já se refere à concessão feita anteriormente a Manuel Ribeiro. São essas duas as primeiras concessões na Província de São Pedro.

A partir de 1732 novas cartas de sesmaria foram confirmadas a criadores de gado nas proximidades do litoral. progressivamente, a Coroa foi assegurando as posses de terras ocupadas, legalizando-as como forma concreta de fazer frente o avanço castelhano. As estâncias foram se solidificando, e, em 1735, Manuel Pereira do Lago, ajudante na Colônia de Sacramento, dizia ter adquirido gado de pelo menos 9 criadores, o que evidencia a presença significativa de pecuaristas. (39)

A ocupação extensiva do território não garantiu a posse da terra aos lusitanos. Os castelhanos continuaram avançando e, em 1735, destruíram a Colônia de Sacramento; o que levou a Coroa repensar a questão da segurança na região. A Coroa decidiu, então, construir um forte militar no canal de Rio Grande com objetivo de "sustar o avanço castelhano e erigir ali um posto permanente de defesa daquelas vastas campanhas que começavam a ser povoadas de estâncias portuguesas". Diante da urgência da situação, a Coroa determinou a partida urgente de uma esquadra sob o comando do Capitão-de-Mar-e-Guerra Luiz de Abreu Prego, "conduzindo gente de desembarque que deveria obedecer ao mando do Brigadeiro José da Silva Pais, tendo por imediato o Mestre-de-Campo, André Ribeiro Coutinho". (40)

Sob orientação do comandante geral das tropas e chefe da expedição, Brigadeiro José da Silva Pais, a expedição chegou em Rio Grande a 19 de feveverio de 1737, dando início à construção do forte Jesus-Maria-José, na margem Sul do canal. Até dezembro do mesmo ano, o forte ficou sob administração do chefe da expedição, que passou o comando ao Coronel André Ribeiro Coutinho e retornou ao Rio de Janeiro para reassumir o governo da província. (41)

Após a construção do forte houve grande fluxo de famílias que, descendo de São Paulo, apossaram-se de extensas áreas de terra ao longo do litoral, sendo requeridas posteriormente na forma de sesmarias. A Coroa lusitana manteve-se atenta aos interesses na região e tratou de dar condições para a ocupação das terras. Como parte desse objetivo situa-se o projeto de colonização com imigrantes açorianos.

#### 1.4 - A Colonização Açoriana

A imigração e colonização açoriana foi dirigida, fundamentalmente para as regiões não aptas à produção tropical. Os imigrantes em sua maior parte foram dirigidos para Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Coroa deu condições para a concretização do projeto e, deste modo, recorreu "às camadas pobres e médias" da população nas Ilhas dos Açores e Madeira no sentido de conseguir casais dispostos a migrarem ao Brasil, bancando os custos do transporte até os núcleos, dos instrumentos básicos de trabalho e, durante o primeiro ano, um auxílio em forma de salário e provisões alimentares.

Em carta ao Capitão General do Rio de Janeiro, o rei Dom João dizia que o Conselho Ultramarino, em reunião de 8 de agosto de 1747, decidiu enviar 4.000 casais para o Brasil com a ordem de iniciar imediatamente. Os primeiros casais foram dirigidos para a Ilha de Santa Catarina, onde "pareceu conveniente começar a introdução de casais para estabelecerem, assim, nella como na terra firme de seu contorno". (42)

Em reunião do conselho Ultramarino, 26 de junho de 1747, foram definidos os detalhes do projeto de colonização. Entre as decisões destacam-se: a fornecimento de alimentação, estabelecimento de um número médio de 60 casais por núcleo e a doação de "hum quarto de légua em quadro a cada hum dos cabeças de casal...". (43)

O projeto previa, além do lote para cada família, uma área para a construção de Igrejas, praças, entre outras coisas.

Cada família receberia também todas as ferramentas para o trabalho na lavoura, mais animais: vacum e cavalari. Entre as decisões foi destacada a necessidade de garantir aos casais a assistência religiosa, já que um dos critérios para a seleção era ser católico-romano. (44)

A imigração açoriana foi dirigida, inicialmente, para a Província de Santa Catarina e, a partir de 1752, para a Província de São Pedro. Em 14 de janeiro, desse ano, Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro, suspendeu a imigração para Santa Catarina, dirigindo, então, para o extremo sul a "quase totalidade de casais que chegaram no ano de 1752, cujo número chegou a 278 famílias. (45)

Os casais que imigraram para a Província de São Pedro enfrentaram problemas em vários níveis, desde a falta de demarcação dos lotes, realizada até vinte anos depois, o não cumprimento das promessas de fornecimento de ferramentas, sementes etc. Além disso tiveram sérios problemas com os estancieiros. Mesmo que o projeto inicial previsse uma distância entre o estabelecimento dos núcleos e os latifúndios, houve conflitos, inclusive com morte, levando muitos casais, diante da gravidade da situação, a partirem para os domínios castelhanos ou passarem para a atividade da pecuária, abandonando a agricultura.

Uma carta do governador da Província, datada de 1803, retrata a situação de sofrimento dos imigrantes por causa da frustração de safras, isolamento dos núcleos, preços não compensadores além de outras promessas não cumpridas. A carta diz ainda que muitas famílias, em decorrência dos maus tratos, partiram para os domínios castelhanos, principalmente Montevideu e Buenos Aires, e que os que permaneceram abandonaram a agricultura. Alguns voltaram-se à pecuária, obtendo, para tanto, concessão de extensas áreas de terra. Algumas famílias conseguiram de "15 a 18 léguas de terras". (46)

Um dos objetivos com a colonização açoriana foi dar continuidade à ocupação do espaço disputado com os castelhanos. Em vista disso estava previsto o estabelecimento de um núcleo de

casais na região das Missões. Pelo Tratado de Madrid, de 1750, as duas Coroas definiram os limites do território pertencente a cada uma. Como resultado, ficou acordado que, no extremo sul, Portugal cederia a Colônia de Sacramento, como também, a navegação no Prata seria exclusiva dos espanhóis em troca da região das Missões guaraníticas e a navegação no rio Uruguai. Os índios, bem como os Jesuítas dos "Sete Povos", deveriam ser transferidos para a Colônia de Sacramento, liberando a área para ser colonizada pelos açorianos. (47)

### 1.5 - Os "Sete Povos" das Missões

Com a destruição das reduções, organizadas entre 1626 e 1636, muitos índios e missionários fugiram para além do rio Uruguai e retornaram no final do século XVII e reorganizaram-nas, dando origem aos "Sete Povos". A primeira redução organizada, na segunda etapa, foi a de São Borja (1682), seguida pelas de São Nicolau (1687), de São Luiz Gonzaga (1687), de São Miguel Arcanjo (1687), de São Lourenço (1690), de São João Batista (1697) e de Santo Ângelo (1706). (48)

A decisão das duas Coroas de transferir os índios para a Colônia de Sacramento não foi aceita pelos nativos, que reagiram, resultando no confronto armado e a destruição das reduções. As duas Coroas tentaram a mediação dos Jesuítas na tentativa de reverter o quadro, mas os resultados foram negativos.

A equipe demarcadora dos limites no extremo sul ficou sob o comando de Gomes Freire de Andrade, pelo lado de Portugal e o Marquês de Valdelírios pela Espanha. Os trabalhos iniciaram em outubro de 1752. As duas equipes tomaram caminhos diferentes, embora o objetivo fosse o mesmo de demarcar os limites e forçar os índios a abandonar as reduções. A orientação das Coroas era de que, caso necessário, deveriam fazer uso da força.

O início dos conflitos deu-se em fevereiro de 1753 no

momento em que "as partidas avançadas de demarcação de Limites da América Meredional tiveram, transposto o rio Camaquã, o primeiro contato com os índios das Missões". (49) A comissão demarcadora confrontou-se com os índios da redução de São Miguel, que resistiram e bloquearam o avanço. Foi, então, declarado guerra aos índios por parte dos dois exércitos.

Após vários confrontos entre índios e os dois exércitos, que atacaram isoladamente num primeiro momento, Gomes Freire de Andrade assinou um armistício, em novembro de 1754, suspendendo os combates. O exército espanhol sustou também os combates e retrocedeu diante da resistência imposta pelos nativos. No ano seguinte os dois exércitos reorganizaram-se, mas não fizeram nenhum ataque às reduções. (50)

A partir das experiências anteriores os dois exércitos uniram-se para o ataque decisivo, incorporando-se nas imediações do Sarandi, cabeceira do rio Negro, em 16 de janeiro de 1756, errompendo a marcha seis dias depois. O exército espanhol contava, então, com 2.170 soldados e o português com 1.606, totalizando em torno de 3.700 homens fortemente armados, enquanto os índios não dispunham mais de 2.150 homens e mal armados.

No dia 7 de fevereiro os índios sofreram uma grande perda, pois o líder José Tyarayum Capitão Sepé, Alferes-Real e Corregedor do povo de São Miguel, tombou em combate. Outra grande derrota ocorreu três dias depois, quando se travou forte conflito, resultando na chacina de Caiboaté, em que, segundo Porto, foram mortos 1.500 índios, ao passo que do lado dos aliados houve quatro mortos e alguns feridos. (51)

A história de luta e resistência dos índios, principalmente do líder Sepé Tyarayum, continua muito presente, ainda hoje, na luta dos trabalhadores Sem Terra que invocam seu nome como símbolo da resistência e luta pela terra. Seu brado: "Alto lá! Esta terra tem dono, quem nos deu foi Deus e São Miguel, só eles podem nos deserdar", continua ser lembrado nos acampamentos e manifestações de agricultores Sem Terra. (52)

Em consequência da guerra guaranítica, o projeto de

estabelecer um núcleo com casais açorianos na região das reduções não foi concretizado. A grande interrogação que fica para a História diz respeito às razões da destruição de milhares de vidas e a florescente experiência dos "Sete Povos". Após a liberação do espaço em disputa, nada foi feito com ele. A evolução dos acontecimentos permite concluir, como fez Capistrano, que o ataque às reduções pelos dois exércitos teve por "objetivo e móvel único a destruição", pois, com a morte do rei Felipe VI e a subida ao trono português de Carlos III, os limites definidos pelo Tratado de Madrid foram anulados e, a partir de 12 de janeiro de 1761, voltaram a vigorar os princípios anteriores definidos pelo Tratado de Tordesilhas. (53)

#### 1.6 - A Concessão de Sesmarias e a Origem do Latifúndio

Após a colonização açoriana, a Coroa lusitana intensificou a ocupação do território sulino através da concessão de sesmarias. A ocupação foi se dando, então, ao longo do caminho das tropas que, saindo de Viamão passavam por Santo Antônio da Patrulha, Laguna e, daí, para São Paulo.

As concessões de terras seguiram o mesmo encaminhamento anterior, isto é, a ocupação das terras, sendo algumas em regime de "invernadas", e posteriormente requeridas em forma de sesmarias e legalizadas. (54) A ocupação temporária das terras, pelos tropeiros, abriu caminho para a solidificação das estâncias e a formação de latifúndios. (55)

As sesmarias na Província de São Pedro foram concedidas basicamente a pecuaristas. Nas petições é comum a justificativa de serem, os requerentes, criadores de gado. Segundo Fortes, "são as estâncias que se alastraram nas margens dos caminhos das tropas, valorizando as terras, engendrando a economia privada, atraindo novos moradores...". (56)

estabelecer um núcleo com casais açorianos na região das reduções não foi concretizado. A grande interrogação que fica para a História diz respeito às razões da destruição de milhares de vidas e a florescente experiência dos "Sete Povos". Após a liberação do espaço em disputa, nada foi feito com ele. A evolução dos acontecimentos permite concluir, como fez Capistrano, que o ataque às reduções pelos dois exércitos teve por "objetivo e móvel único a destruição", pois, com a morte do rei Felipe VI e a subida ao trono português de Carlos III, os limites definidos pelo Tratado de Madrid foram anulados e, a partir de 12 de janeiro de 1761, voltaram a vigorar os princípios anteriores definidos pelo Tratado de Tordesilhas. (53)

#### 1.6 - A Concessão de Sesmarias e a Origem do Latifúndio

Após a colonização açoriana, a Coroa lusitana intensificou a ocupação do território sulino através da concessão de sesmarias. A ocupação foi se dando, então, ao longo do caminho das tropas que, saindo de Viamão passavam por Santo Antônio da Patrulha, Laguna e, daí, para São Paulo.

As concessões de terras seguiram o mesmo encaminhamento anterior, isto é, a ocupação das terras, sendo algumas em regime de "invernadas", e posteriormente requeridas em forma de sesmarias e legalizadas. (54) A ocupação temporária das terras, pelos tropeiros, abriu caminho para a solidificação das estâncias e a formação de latifúndios. (55)

As sesmarias na Província de São Pedro foram concedidas basicamente a pecuaristas. Nas petições é comum a justificativa de serem, os requerentes, criadores de gado. Segundo Fortes, "são as estâncias que se alastraram nas margens dos caminhos das tropas, valorizando as terras, engendrando a economia privada, atraindo novos moradores...". (56)

Na costa litorânea, próxima a Rio Grande, o coronel André Ribeiro Coutinho, comandante do forte de Rio Grande, distribuiu extensas áreas de terra "aos que se dispunham a montar fazendas de criação de gados...". Segundo Fortes, ele não concedia "sesmarias da lei Régia as quais dependiam de autoridade superior, porém, fomentou amplamente o aproveitamento das terras pelo estabelecimento de novas estâncias a quem as pedisse".(57)

O poder de conceder sesmarias, no Brasil, foi dado inicialmente a Martin Afonso de Souza pelo rei D. João. Em carta o rei dizia: "...por esta minha carta lhe dou poder para que elle dito Martin Afonso de Souza possa dar as pessoas que consigo levar e às que na dita terra quizerem viver e povoar, aquella parte das ditas terras que bem lhe parecer...". (58)

No século XVIII esse poder foi dado também aos governadores e Capitães-Generais. Os capitães-Mores e governadores subalternos só podiam fazê-lo por disposição especial. Segundo Lima, o governador de Santa Catarina foi um dos que recebeu poder para conceder sesmarias de sertão de "quarto de légua em quadra". (59) A confirmação final, no entanto, continuou sendo feita pelo poder régio através do Conselho Ultramarino e passou posteriormente à "atribuição da Mesa do Desembargo do Paço, no Rio de Janeiro". (60)

O processo de encaminhamento e aprovação das petições não foram, em geral, observados, pelo menos no sul do Brasil. O poder miliciano local concedeu, em que pese a legislação, extensas áreas de terras a "tropeiros e fazendeiros, chefes e soldados, comerciantes e aventureiros, sós ou com suas famílias".(61)

Segundo Fortes, "à revelia do governador do Rio Grande, Rafael Pinto Bandeira, autoridade militar na zona conquistada, é quem faz a partilha das terras e aí vão se instalando os homens poderosos do Continente, oficiais de Dragões e Ordenanças, funcionários do estado, simples praças das tropas de milicianos, os amigos e colaboradores do bravo chefe da fronteira". (62)

O mesmo autor afirma que soldados, abandonando suas atividades militares, foram recebendo sesmarias e dedicando-se à

atividade pecuária. Nas sesmarias doadas até 1763, alinham-se os nomes de oficiais e soldados que se transformaram em estancieiros, em elevadíssimo número". Essas doações serviam como "prêmios dos serviços prestados nas primeiras campanhas que tiveram por teatro as terras do Rio Grande...". (63)

O poder político e militar das milícias locais impôs, de certa forma, o rumo e a forma de ocupação do território sulino. Esse procedimento resultou na formação de grandes propriedades muito além do limite legal. Em 24 de março de 1779, o governador da Província, José Marcelino de Figueiredo, escreveu ao vice-rei notificando-o que, na região de Rio Pardo, mesmo sendo proibido, muitos haviam se apossado de extensas áreas. Cada um se apossava de "quatro, seis, oito e mais léguas de terreno e he preciso determinar V. Exa. como se devem repartir essas terras". (64)

A concessão de sesmarias chegou a ser feita para "indivíduos não conhecidos nem domiciliados". Segundo Fortes, o Marquês de Alegrete foi um dos que mais assinou petições de terras e "tem a sua assinatura o maior vulto de cartas de sesmaria registradas nos arquivos desse Estado do Rio Grande; doou ele terras em todos os recantos da capitania, nas fronteiras do sul e do oeste, na região da Vacaria e nas Missões Jesuíticas". (65)

As sesmarias, por lei, não podiam exceder três léguas de comprimento e, em certas regiões, o limite era de uma légua e, em outras meia légua. (66) No sul, entretanto, esse limite não foi respeitado. Houve casos que, tanto as sesmarias de campo como as de mata, ultrapassaram em muito o limite. (67)

Após a concessão de sesmarias, aleatoriamente à legislação, foi necessário um processo para legitimá-las. Segundo Fortes, "durante o ano de 1780 são legitimadas dezenas de propriedades, concedidas umas pelo governador, outras haviam sido concedidas pelo Tenente-General João Henrique Böhn após a vitória e as que haviam sido concedidas pelos comandantes militares Rafael e Ronceli". (68)

No final do século XVIII, aumentaram ainda mais os pedi-

dos de concessões de terras. Em consequência dos constantes conflitos com os castelhanos, foi concedido sesmarias a pessoas interessadas em povoar os "espaços vazios". Pelo catálogo das sesmarias doadas no Rio Grande do Sul ao longo de toda sua história fica evidente que, entre 1790 e 1800, foram muitas as doações. (69)

No início do século XIX, com a conquista lusitana da região das missões guaraníticas, houve grande corrida em busca de terras nessa região. A partir de 1801, "na imensa fronteira de Rio Pardo, as sesmarias foram sendo concedidas à mercê das solicitações dos primeiros que se aventurassem a chegar às 'terras de ninguém'" (70) O governador do Rio Grande, Dom Diogo de Souza, Conde de Rio Pardo, "só em 1814 distribuiu na fronteira de Rio Pardo perto de duzentas sesmarias, e o Marquês de Alegrete, que o sucedeu, de 1815 a 1817, assinaram (sic) outras tantas duzentas sesmarias na mesma fronteira". (71)

As sesmarias continuaram sendo doadas significativamente até 1820, quando a resolução de 17 de julho de 1822, revogou a instituição das sesmarias. Na ocasião a Mesa do Paço tomou a decisão de suspender "todas as sesmarias futuras até a convocação da Assembléia Geral, Cosntituente e Legislativa". (72)

Na província de São Pedro, no entanto, elas continuaram sendo concedidas até 1825. Segundo dados do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em 1824 foram doadas sesmarias ao padre Alexandre José Coelho, a Carlos Luiz da Costa, a Antônio Pereira Mendes, a João alves do Rio, a Rosa Sena e a Francisca Paim Coelho de Sousa. Em 1825 foi doada a última sesmaria a Cândido Nunes Coelho. (73)

A proliferação das estâncias somente foi possível através da posse e doação de extensas áreas de terras. Tendo como marco inicial os campos de Tramandaí e Viamão, as estâncias expandiram-se para Santo Antônio da Patrulha, Conceição do Arroio, Torres, Porto Alegre, Mostardas, Rio Pardo etc. (74)

A partir dos marcos iniciais, o latifúndio solidificou-se na direção sul, centro e oeste da Província, dando origem a uma classe latifundiária-pecuarista com forte poder político e

militar. O governo da Província, tanto o executivo quanto o legislativo, foram monopolizados durante décadas pelos estancieiros.

Após a ocupação das terras de campo, no centro, oeste e sul da Província, abriu-se uma nova fronteira de expansão na microrregião do Planalto Médio e, em parte, no Alto Uruguai. Segundo Francisco A. Xavier e Oliveira, em 1819, João de Barros, tropeiro paulista, procurou um caminho mais curto do tradicionalmente percorrido. Partindo de São Borja, local onde havia adquirido uma tropa, seguiu para a região das Missões, cruzou o Mato Castelhana (Passo Fundo), saindo no Campo do Meio, "em cuja extremidade oriental teve que abrir outro pique no Mato Portuguez igualmente transpondo-o e indo retomar a estrada de Viçãõ ao pé de Vacaria". (75)

Com a abertura desse novo caminho muitos paulistas deslocaram-se para a região do Planalto Médio tomando posse de extensas áreas de terras devolutas. Em 1827, o Alferes Rodrigo Felix Martins estabeleceu-se entre Pinheiro Marcado e Carazinho. Ele já havia obtido a concessão, em 1824, de uma área por autorização do "comando da fronteira de São Borja, que era, ao tempo, a autoridade a quem pertencia a distribuição dos campos devolutos desta região das missões". (76)

A partir de 1827, muitos foram estabelecer-se no então distrito de Passo Fundo, entre eles: Bernardo Paes de Proença, Alexandre da Motta, o Capitão Manuel José das Neves, tradicionalmente conhecido por Cabo Neves, o primeiro a estabelecer-se na atual cidade de Passo Fundo. Todos eles apropriaram-se de terras que foram legalizadas pelas autoridades de São Borja. Segundo Oliveira, em 1833, havia, no vasto território de Passo Fundo, 104 fogões e constituía, então, o 4º quartelão do município de São Borja. (77)

A concessão de sesmarias possibilitou a ocupação de extensas áreas de terras na Província de São Pedro, mesmo assim, as terras de matas continuaram ocupadas quase que exclusivamente pelos índios. A imigração e colonização no século XIX e XX deu continuidade ao processo e encerrando a ocupação do sul do Brasil.

## 1.7 - Imigração e Colonização no século XIX e XX

A imigração e a subsequente colonização no século XIX e XX deram continuidade à ocupação do território sulino. A imigração européia ao Brasil ganhou forte impulso no século XIX, principalmente a partir da década de trinta com a chegada dos imigrantes alemães. (78) Desde a vinda da Família Real ao Brasil, cresceu a preocupação de ocupar extensas áreas de terras, até então praticamente despovoadas. Uma das primeiras medidas tomadas foi a permissão para doação de sesmarias a estrangeiros residentes no Brasil. Diz o decreto de 25 de novembro de 1808 que: "hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma, com que segundo as minhas reais ordens se concedem aos meus vassallos".(79)

No sul do Brasil, a Coroa tinha como preocupação de dar continuidade ao processo de ocupação. Em 1803, em toda a Província de São Pedro, havia apenas 58.142 habitantes. Como forma de intensificar o povoamento a Coroa optou por uma política de incentivo à imigração que deu condições para a colonização. (79)

O governo imperial não tinha por objetivo, ao criar mecanismos e incentivar a imigração alemã, de dirigi-la exclusivamente ao sul do Brasil. Os primeiros imigrantes alemães permaneceram no Rio de Janeiro, constituindo a colônia de Nova Friburgo e outros foram incorporados ao Exército brasileiro. A partir de 1824, parte do fluxo migratório, foi dirigido à Província de São Pedro, dando origem aos primeiros núcleos coloniais.

A imigração estrangeira no sul foi dirigida exclusivamente à colonização, assumindo, portanto, características particulares em relação às outras regiões do Brasil. Pelas condições dadas e impostas aos imigrantes, emergiu dos núcleos um segmento intermediário entre os estancieiros e os escravos ou peões das estâncias, com base na pequena propriedade, no trabalho familiar, na produção essencialmente agrícola etc.

Ao criar condições para a emergência desse segmento in-

mediário, o governo central pretendia enfraquecer o poder dos latifundiários que, além de forte poder militar, tinham grande poder político a ponto de conceder sesmarias à revelia da legislação. A colonização, com base na pequena propriedade, foi uma alternativa para contrapor ao que Costa chama de "exclusivismo-territorial da oligarquia latifundiária-pecuarista". (81)

A colonização deu seus primeiros passos entre 1824 e 1830, quando foram estabelecidos os quatro núcleos iniciais. O primeiro deles foi estabelecido na Fazenda de Linho Cãhamo, localizado em São Leopoldo. Outro núcleo foi em Torres, um em Três Forquilhas e um outro na região das missões, na ex-redução de São Miguel. Dessas iniciativas o núcleo de São Leopoldo foi o que mais prosperou, enquanto que o de São João das Missões fracassou totalmente, e os outros dois são praticamente desconsiderados.

A primeira colônia foi fundada, em 25 de julho de 1824, em São Leopoldo, com 38 pessoas. Na chegada, cada família deveria receber "um lote de 400 a 600 braças, ou mais conforme o tamanho das famílias, parte em campo para a lavoura e parte em matas". Além disso deveriam receber animais, auxílio econômico no primeiro ano, no valor de um franco por dia, reduzido à metade no ano seguinte, isenção de impostos nos 10 primeiros anos e a proibição para alienar os bens. (82) A colônia de São Leopoldo tinha recebido, até 1830, 1.638 famílias, totalizando aproximadamente 4.856 pessoas. (83)

O núcleo de São João das Missões teve resultados totalmente opostos. Ele foi planejado para ocupar a estrutura criada pelos índios guaranis, no século XVIII, na redução de São Miguel. Algumas análises insistem que o fracasso do projeto foi decorrente dos "maus elementos" enviados para o referido núcleo. Segundo o presidente da Província, José Feliciano Pinheiro, os "escolhidos" ficaram em São Leopoldo e os "mais imorais" foram enviados para o local. (84)

Responsabilizar o fracasso dessa experiência apenas na "qualidade" dos imigrantes é desconsiderar outros aspectos fundamentais para compreender a trajetória de luta e sofrimento dos

pioneiros. Uma parcela de imigrantes que chegou em 1828, por exemplo, viajou desde a Alemanha até Porto Alegre, durante 49 semanas, em navios sem condições de higiene e superlotados. Segundo informações, viajaram, nessa oportunidade, 875 pessoas e mais a tripulação. Durante a trajetória pereceram 50 pessoas, o que permite avaliar as condições do transporte. As empresas contratadas para o transporte cobravam por pessoa e daí o interesse em sobrecarregar as embarcações, além de incentivar a vinda de elementos sem tradição agrícola, comprometendo o desenvolvimento dos núcleos.

Os imigrantes destinados a São João das Missões partiram de Porto Alegre em novembro de 1824 e somente chegaram ao local no mês seguinte. Aguardaram, então, durante duas semanas a obtenção de carroças para o transporte das bagagens. Segundo Roche, "durante esse tempo, uns tentaram evadir-se, outros trocaram suas roupas pelo álcool, e os mais ajuizados caíram doentes". Somente dia 6 de janeiro de 1825 é que chegaram ao referido núcleo que deixou de existir pouco tempo depois. (85)

O referido núcleo não contava com qualquer comunicação. Além disso, foi constituído num período de intensa corrida em busca de terra na região por estancieiros. No confronto entre o imigrante e o latifundiário, foi evidente o fracasso do primeiro. Os núcleos somente prosperaram em áreas distantes dos latifúndios e com uma dinâmica muito particular.

O projeto político orientador da colonização estabeleceu limites no sentido de evitar a formação de médias e grandes propriedades. A área destinada a cada lote foi, inicialmente, 77,4 ha, até 1851, quando foi reduzida a 50,4 ha e, no final do século XIX, a 25 ha.

O legislativo provincial, constituído de estancieiros, interrogou permanentemente sobre as razões da colonização. Segundo Roche, houve sistemática oposição política aos projetos que destinavam recursos a tal fim. Não havia interesse algum em deslocar recursos para uma atividade alheia à pecuária. "Os deputados provinciais todas as vezes que o governo solicita a abertu-

ra de créditos continua a discussão não somente sobre o interesse, mas também sobre os princípios mesmo da colonização...".(86)

Os núcleos coloniais foram sendo estabelecidos na direção oposta aos latifúndios, seguindo pela Encosta Superior e Inferior do Nordeste, região de densas matas e intensamente ocupadas pelos índios. Em decorrência disso, os núcleos mais avançados nas matas tiveram sérios conflitos com os nativos. Entre 1829 e 1831, foram assassinados 19 colonos, além de outros feridos e crianças raptadas. O confronto entre índios e colonos foi uma constante, perpassando toda a história da colonização, e chegando aos nossos dias.. (87)

A colonização teve um primeiro impulso a partir de 1824 até 1830 quando o Parlamento vetou a destinação de recursos à imigração. Em março de 1830, foi decretado o não pagamento dos compromissos assumidos com os núcleos já instalados. Mesmo antes disso havia irregularidades no pagamento dos subsídios; a Fazenda devia à colônia de São Leopoldo em torno de 17 contos de reis. (88)

A partir de 1830, abriu-se uma lacuna, e a imigração ficou paralisada e, conseqüentemente, também a formação de novos núcleos. O quadro ficou agravado com a Revolução Farroupilha, no período de 1835 a 1845, em que as atenções centraram-se no confronto entre monarquistas e republicanos, cisão interna da classe latifundiária-pecuarista.

Nesse período já era significativa a migração interna na Província. Em 1834, por exemplo, chegou em Passo Fundo, na região do Planalto Médio, o casal alemão, Adão Schell e Anna Chirstina Hain, naturais do Grão Ducado e do Reino de Saxe, respectivamente. Ambos haviam imigrado inicialmente para São Leopoldo e daí para Três Vendas, atual Cachoeira do Sul, seguindo para Passo Fundo, onde estabeleceram uma casa de comércio. Em seguida outras famílias migraram para o mesmo povoado não constituindo, porém, um núcleo de colonização. (89)

O processo de colonização reiniciou, na província sulina, somente em 1846. A prosperidade da colônia de São Leopoldo

foi um fator que justificou a retomada do processo. As avaliações sobre os resultados da referida colônia, realizadas em 1845, revelaram um quadro altamente positivo. (90)

No primeiro ano da retomada da colonização entraram 1.515 imigrantes. A partir de 1848, o processo ganhou novo impulso. O governo imperial, pela lei nº 514 de 28 de outubro, concedeu à província "seis léguas em quadra de terras devolutas, as quaes serão exclusivamente destinadas à colonização e não poderão ser arroteadas por braços escravos". Foi criada, então, a colônia de Santa Cruz localizada entre os Rio Pardo e Taquari-Mirim. (91)

A Lei de Terras, nº 601 de 18 de setembro de 1850, trouxe mudanças substanciais na questão fundiária e também para a colonização, principalmente após sua regulamentação efetivada com o decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854.

Esta lei, por um lado reafirmou a estrutura fundiária, marcada pela grande propriedade e, por outro, limitou o acesso à terra através da compra. O artigo 4º revalidou as sesmarias cultivadas ou com princípios de cultura. O artigo 5º tratou da legitimação das posses mansas e pacíficas. A mudança mais significativa, no entanto, foi efetivada pelo artigo 1º, que definiu a forma de acesso à propriedade através da compra.

Em relação à colonização propriamente dita, a lei definiu no artigo 2º, que o governo deveria destinar-lhe recursos. O artigo 21º autorizou o governo a criar a Repartição Geral de Terras Públicas, órgão encarregado de "dirigir a medição, divisão e descrição das terras devolutas e sua conservação, des fiscalizar a venda e distribuição delas, e de promover a colonização nacional e estrangeira. (92)

Outro aspecto importante foi estabelecido pelo artigo 12º que regularizou a questão das terras indígenas. Rezava o artigo: "o governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1) para a colonização dos indígenas...". O mesmo artigo foi regulamentado pela lei nº 1.318 de 1854, dos artigos 72º até 79º. (93)

O governo provincial teve como preocupação a liberação das terras indígenas para a colonização, principalmente no Alto Uruguai. O projeto elaborado no século XIX previa a reunião de todas as tribos do Estado numa única reserva em Nonoai, fato que não aconteceu por causa da resistência dos próprios índios. Surgiram, então, 20 reservas com áreas demarcadas pelo poder público entre 1848 e 1880. Com a expansão da colonização muitas delas desapareceram no século passado e outras nesse século. Na medida que as terras de matas no Alto uruguai foram sendo liberadas a colonização pôde expandir-se com mais segurança. (92)

Em 1851, a lei provincial nº 229, de 4 de dezembro, estabeleceu, entre outros aspectos, a demarcação das colônias, a ocupação das terras devolutas destinadas à colonização, o incentivo às campanhas na Europa para atrair imigrantes, assegurando a concessão de lotes a "colonos casados, ou viúvos com filhos solteiros e os solteiros que se casaram depois que chegaram à província" (artigo 8º). Os artigos 9º e 10º definiram que as terras deveriam ser doadas gratuitamente, mesmo que a Lei de Terras previsse o contrário, e o governo provincial deveria arcar com os custos de transporte desde o porto de Rio Grande até os núcleos, além da concessão de ferramentas para o trabalho, sementes etc. (95)

Com a regulamentação da Lei de Terras, lei nº 1.381 de 30 de janeiro de 1854, ocorreram algumas mudanças, entre elas: a forma de acesso aos lotes, processo de formação dos núcleos e as relações de trabalho nas colônias. O artigo 1º estabeleceu que "a colonização na província será feita sobre a base de venda de terras; para esse fim fica o respectivo presidente authorisado a comprar-a nos lugares mais próprios quando n'elles não haja terras devolutas...". Do artigo 2º ao 6º foram definidos os subsídios e atividades de demarcação e as passagens aos colonos sob responsabilidade do governo provincial.

O artigo 8º definiu as relações de trabalho a serem mantidas nos núcleos. Reza o artigo: "os colonos poderão cultivar suas terras por si mesmos, ou por meio de pessoas assala-

riadas; não poderão, porém, fazel-o por meio de escravos seus, ou alheios, nem possuil-os nas terras das colônias sobre qualquer pretexto que seja". (96)

Nessa fase da colonização cresceu muito a participação de empresas privadas. Os núcleos criados até 1830 foram todos de iniciativa oficial. Dos 48 núcleos criados até 1873, 38 foram de iniciativa privada, o equivalente a 79,16%. Há, portanto, uma progressiva participação de empresas particulares na coordenação e estabelecimento dos núcleos. (97)

A colonização alemã, na província sulina, iniciou com a colônia de São Leopoldo e, a partir de então, expandiu-se para a margem esquerda do rio Jacuí, tomando direção norte, na bacia do Taquari, do rio Caí, Rio Pardo e dos Sincos. A colonização alemã mais intensa e sistemática encerrou-se na década de setenta do século passado. De 1824 até 1874, entraram 24.893 imigrantes alemães na província. (98)

O ano de 1874 marcou profundamente a história e a vida dos colonos alemães com o desfecho trágico do movimento dos "Muckers". O estudo realizado por Janaina Amado sobre o movimento aponta para alguns elementos que possibilitam compreender as condições sócio-econômicas dos núcleos, principalmente dos mais afastados de São Leopoldo e Porto Alegre. A marginalização sócio-econômica, política, cultural e religiosa de alguns núcleos deu origem ao movimento, de cunho religioso-messiânico, que se organizou em torno dos líderes: Jacobina e João Maurer.

Segundo Amado, a elite política, religiosa, intelectual e econômica de São Leopoldo desempenhou um papel decisivo na criação de uma imagem desfavorável ao movimento, na tentativa de erradicar os "fanáticos religiosos". Os "Muckers" foi o primeiro movimento social no campo, na província sulina, com grande repercussão, em parte pela organização e resistência, mas acima de tudo pela forma brutal como foi destruído pelo exército e a perseguição desencadeada aos sobreviventes. As consequências do episódio foram profundas nos núcleos. (99)

No final dos anos sessenta e início da década seguinte,

a imigração passou por uma fase crítica. O projeto apresentado por Joaquim Maria de Almeida Portugal, propagandista da imigração na Inglaterra, sobre a fundação de um "Conselho de Imigração no Império", revela a imagem negativa do Brasil na Europa no tocante à imigração e à colonização. Dizia Almeida Portugal em seu relatório que: "meu principal fim é indicar os dados com os quaes possamos combater os prejuizos que prevalecem nas populações da Europa, contra a imigração para o Império afastando dellas essas defículdades que dominarão mais fortemente em seu espirito, inspirando-lhes confiança no futuro do paiz proporcionando-lhes interesse pela grande massa social da nação ilustrando-as sobre a extensão do nosso território...". (100)

A justificativa apresentada para a criação do referido Conselho de Imigração foi de que ele seria o "salva-vida da propaganda que o governo imperial deseja plantar para estabelecer uma corrente de imigração espontânea". A avaliação feita no final dos anos sessenta sobre os resultados da imigração e colonização como um todo, revelou-se pouco compensadora. Daí a insistência na necessidade do Império para repensar o processo, bem como, intensificar a propaganda como forma de garantir o fluxo migratório ao Brasil. (101)

No Parlamento, os debates em torno de imigração também refletiam um quadro crítico. Na 65ª sessão do Senado, em 15 de setembro de 1870, o senador Cansansão de Sinimbu questionou da tribuna: "está o governo disposto a manter inteiramente a imigração européia para este paiz? Está o governo disposto a acabar com tudo o que diz respeito à colonização do trabalho livre?". (102)

Na mesma intervenção, o senador destacou a necessidade de um novo sistema de imigração e condições de infra-estrutura para a subsistência dos núcleos. O governo precisaria investir e dar condições à imigração bem como à aquisição de terras. Disse ainda que: "para sermos racionais devemos começar um sistema de colonização do litoral para o interior". (103)

Nesse quadro de crise a imigração italiana ganhou forte

impulso. Embora a maior parte dos imigrantes italianos tenha sido dirigida para as lavouras de café em São Paulo, foi expressiva a presença desses imigrantes na província sulina, dando novo impulso na expansão e multiplicação dos núcleos e na ocupação das terras ainda não colonizadas.

Em 1869, o governo imperial concedeu à província uma área de terra com 32 léguas quadradas para fins de colonização. Na referida área devoluta, localizada entre o rio Cai, os Campos de Vacaria e o município de Triunfo, foram criados vários núcleos com imigrantes italianos. (104) No ano seguinte, por ato de 24 de maio, "foram criadas as colônias de Dona Isabel e Conde D'Eu, situadas nos atuais municípios de Bento Gonçalves e de Garibaldi". (105)

A data clássica e oficial da início da imigração italiana, porém, ficou sendo o ano de 1875 quando do estabelecimento da colônia de Caxias. A partir de então, os núcleos se multiplicaram e se expandiram na direção da Serra, região de matas e em geral muito acidentada. Nesse período, a área destinada a cada lote foi reduzida a 25 ha.

Segundo dados da Seção da "Divisão de Terras e Colonização" do Ministério da Agricultura, foram criados 19 núcleos entre 1871 e 1890, basicamente com imigrantes italianos. A imigração alemã declinou sensivelmente e, entre 1875 e 1889, não ultrapassou de 6.000 pessoas, aproximadamente 11% do total da imigração no período. (106)

No final do século XIX, o fluxo migratório continuou intenso com a vinda de elementos procedentes de vários países. Essa nova situação levou o governo a definir formas de integração das várias culturas. Foram, então, constituídas colônias com a presença de imigrantes de várias nacionalidades. Segundo Manfroi, "a distribuição de diferentes nacionalidades numa mesma colônia deveria favorecer, segundo as autoridades, uma mais rápida integração dos imigrantes no país". (107)

Após a promulgação da Constituição Republicana de 1891, o governo do Estado ganhou mais poderes para implementar a colo-

nização, inclusive para administrar as terras. O artigo 64º passou aos Estados "as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção de território que for indispensável à fronteira, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais".

Na última década do Império grandes extensões de terras foram apropriadas por particulares. Segundo Roche, entre 1881 e 1890, 547.300 ha de terra passaram para o domínio privado em forma de legitimações, "em grande parte fraudulentas". (108) Em muitas dessas áreas foram implementados núcleos de colonização pela iniciativa privada.

No período republicano a colonização avançou, basicamente, na direção das microrregiões do Planalto Médio e Alto Urugai, áreas com grande potencial econômico, principalmente para a exploração de erva-mate e madeira. Até o final do século XIX toda esta vasta região ainda não havia sido colonizada, em grande parte em decorrência do isolamento em que encontrava e das dificuldades de penetração tanto por via fluvial como por terra.

Somente em 31 de dezembro de 1887 foi realizada a primeira viagem de reconhecimento da região através do Rio Uruguai. O explorador, Augusto César, empreendeu a viagem acompanhada por mais duas pessoas que partiram seguindo o curso do rio do Peixe e atingiram o rio Uruguai seguindo também o curso das águas. Após muitos acidentes de percurso, alguns quase fatais, a equipe chegou no passo do Goioen, Nonoai, em 9 de janeiro de 1888. Abriu-se, assim, a possibilidade de planejar a ocupação da região com alguns conhecimentos geográficos, mesmo que limitados. (109)

Outro fator que contribuiu de forma decisiva na colonização dessa região foi a construção da ferrovia ligando o Rio Grande do Sul a São paulo. A construção iniciou em Santa Maria (RS), em 1890, e chegou em Cruz Alta em 1894, Carazinho em 1897, atingindo Passo Fundo em 1898 e cruzou o rio Pelotas-Urugai, no município de Marcelino Ramos, em 1910. Esta ferrovia, além de penetrar as densas matas do Alto uruguai, possibilitou a comunicação com Porto Alegre, via Santa Maria. Até então, os moradores de

nização, inclusive para administrar as terras. O artigo 64º passou aos Estados "as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção de território que for indispensável à fronteira, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais".

Na última década do Império grandes extensões de terras foram apropriadas por particulares. Segundo Roche, entre 1881 e 1890, 547.300 ha de terra passaram para o domínio privado em forma de legitimações, "em grande parte fraudulentas". (108) Em muitas dessas áreas foram implementados núcleos de colonização pela iniciativa privada.

No período republicano a colonização avançou, basicamente, na direção das microrregiões do Planalto Médio e Alto Urugai, áreas com grande potencial econômico, principalmente para a exploração de erva-mate e madeira. Até o final do século XIX toda esta vasta região ainda não havia sido colonizada, em grande parte em decorrência do isolamento em que encontrava e das dificuldades de penetração tanto por via fluvial como por terra.

Somente em 31 de dezembro de 1887 foi realizada a primeira viagem de reconhecimento da região através do Rio Uruguai. O explorador, Augusto César, empreendeu a viagem acompanhada por mais duas pessoas que partiram seguindo o curso do rio do Peixe e atingiram o rio Uruguai seguindo também o curso das águas. Após muitos acidentes de percurso, alguns quase fatais, a equipe chegou no passo do Goioen, Nonoai, em 9 de janeiro de 1888. Abriu-se, assim, a possibilidade de planejar a ocupação da região com alguns conhecimentos geográficos, mesmo que limitados. (109)

Outro fator que contribuiu de forma decisiva na colonização dessa região foi a construção da ferrovia ligando o Rio Grande do Sul a São paulo. A construção iniciou em Santa Maria (RS), em 1890, e chegou em Cruz Alta em 1894, Carazinho em 1897, atingindo Passo Fundo em 1898 e cruzou o rio Pelotas-Urugai, no município de Marcelino Ramos, em 1910. Esta ferrovia, além de penetrar as densas matas do Alto urugai, possibilitou a comunicação com Porto Alegre, via Santa Maria. Até então, os moradores de

Passo Fundo necessitavam deslocar-se à cavalo até o Rio Pardo para tomar as embarcações e seguir a Porto Alegre.

A extensa área de terra no Planalto Médio e Alto Uruguai pertenceram, inicialmente, ao município de Passo Fundo, criado pelo ato nº 340 de 28 de janeiro de 1857. O município limitava-se, então, a leste com Lagoa Vermelha e Alfredo Chaves; ao sul com Soledade e Guaporé; a oeste com Cruz Alta e Palmeira das Missões e ao norte com o rio uruguai. Segundo Oliveira o município tinha uma área de 15.000 km<sup>2</sup> de campo e 20.000 km<sup>2</sup> de matas, totalizando 35.000 km<sup>2</sup>, equivalente a 12,39% da área total do estado do Rio Grande do Sul. (110)

O município de Passo Fundo ficou sendo a sede do município com mais 6 distritos e tornou-se o núcleo central em torno do qual se efeticou a ocupação do extremo norte do Estado. A região apresentou, no entanto, características muito particulares em relação às experiências anteriores. Muito antes da colonização a região estava muito povoada. Em Passo Fundo, por exemplo, em 1857 havia 8.208 habitantes, sendo que desses 1.692 eram escravos. Oliveira fez um elenco de nomes de pessoas que migraram espontaneamente para o local, procedentes das colônias antigas, além de paulistas e catarinenses que se deslocaram para a região. Alguns desses pioneiros apossaram-se de extensas áreas de terra, algumas das quais permaneceram intocadas, mesmo após o estabelecimento dos núcleos coloniais, como foi o caso da Fazenda Sarandi.

Nesse quadro, a colonização expandiu-se com o estabelecimento de várias colônias no Planalto Médio. Entre elas destacam-se: São Miguel (1889), Ijuí (1890), Saldanha Marinho (1895), Alto Jacuí (1897), Barra Colorada (1897), New Wüterberger, atual Panambi, (1897), Ernestina (1900), Selbach (1906), Boa Esperança (1909), Dona Júlia (1912), Marau (1912) e Sarandi (1916). (112)

Ao mesmo tempo em que foram estabelecidos os últimos núcleos no Planalto Médio, a colonização avançou para o Alto Uruguai. A ferrovia chegou nessa região no século XX e, com ela, a formação de povoados, principalmente nas estações do trem.

O Alto uruguai apresentou características muito particulares em relação às demais regiões. Além de concentrar praticamente todas as reservas indígenas, a região estava ocupada por muitos "intrusos", denominação dada a posseiros e migrantes que se deslocaram dos núcleos antigos em busca de melhores condições de vida. Segundo Neto, entre o século XVII e XIX, estabeleceram-se nas matas "grande número de aventureiros, bandeirantes, foragidos da polícia ou fugitivos das revoluções de 1835 e 1893...". (113)

Segundo o presidente do Estado, Borges de Medeiros, nas terras públicas ao norte, "encontravam-se dissimulados inúmeros intrusos a maiorira luso-brasileiros, cuja situação Estado está normalizando, demarcando-lhes lotes, protegendo-os, misturando-os aos colonos estrangeiros nascidos no Estado". (114)

Nesse quadro complexo é que se processou a colonização na região por iniciativa de empresas privadas e oficial. (115). Dadas as condições anteriores e pela forma desordenada com que foram chegando os imigrantes e migrantes, a colonização foi perpassada por intensos conflitos entre colonos, posseiros, índios e o Estado. O poder público foi transferindo, progressivamente, às empresas privadas a tarefa de colonizar. Para tanto "vendeu terras sem se preocupar com a situação dos posseiros que ali habitavam. As companhias que as compravam, loteavam-nas e vendiam a terceiros sem se ocuparem dos intrusos". Houve casos em que o governo vendeu até três vezes a mesma terra, gerando conflitos, reprimidos pela polícia. (116)

O Alto uruguai, por ser a última área colonizada no Estado, catalizou vários fluxos migratórios. Além de posseiros e índios, continuou intensa a migração de vários países, entre eles: Alemanha, Itália, Polônia, Rússia, Áustria, Suécia, Espanha, França, Portugal.

O fluxo migratório dos núcleos antigos não foi menor. Segundo Kliemann, entre 1908 e 1922, migraram das colônias antigas para o Alto Uruguai, 7.179 famílias de poloneses, aproximadamente 40.000 pessoas. O mesmo aconteceu com migrantes de

outras nacionalidades. Em consequência dessa situação, a região foi ocupada em curto espaço de tempo e de forma intensiva.(117) A colônia de Erechim, criada em 1908, e instalada em 1910 com 36 colonos, tinha 14.400 habitantes no ano seguinte, 27.000 em 1914 e 50.000 habitantes em 1925. (118)

A colonização expandiu-se a partir dos núcleos de Erechim (atual Getúlio Vargas) e Boa Vista (atual Erechim) dando origem a vários outros núcleos, entre eles: Rio do Peixe (1911), Quatro Irmãos (1912), Barrão do Cotegipe (1913), Barro (atual Gaurama), Rio Novo (atual Aratiba), Paloma e Dourado em 1914. Em 1917, há referências aos núcleos de Nova Itália (atual Severiano de Almeida), Marcelino Ramos e Três Arrios. Além desses surgiram outros, entre eles: São Valentim, Erval Grande, Áurea etc. (119)

Outra colônia importante, na ocupação do Alto Uruguai foi a de Santa Rosa, fundada em 1914. A partir de então, surgiram os núcleos de Porto Lucena, Tucunduva, Laranjeira, Frederico Westphalen, Tenente Portela, Três Passos e outros. Na década de quarenta desse século, encerrou-se a colonização no Alto Uruguai e começou a migração para além do rio Uruguai, na direção de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso. (120)

## NOTAS DO CAPÍTULO I

1. O conceito de ocupação diz respeito exclusivamente aos paulistas e legunenses. Antes disso, porém, os índios ocupavam as terras de quase todo o atual Estado do Rio Grande do Sul.
2. Riograndino COSTA e SILVA. Notas à margem do Rio Grande do Sul, p. 12-15, e Aurélio PORTO. Historia das Missões Orientais do Uruguai, vol I, p. 21-46. Segundo Costa e Silva, a província do Uruguai estava localizada na margem esquerda do rio Uruguai e a do Ibiaçá prolongava-se ao longo do litoral desde a Ilha de Santa Catarina até o Rio da Prata e a do Tape ficava entre estas duas.
3. As reduções estão intimamente ligadas ao trabalho dos missionários junto aos índios. O trabalho consistia em reunir as tribos num local, previamente escolhido, onde era criada a infra-estrutura, além do trabalho agrícola e a catequese. A palavra redução deriva de reduzir, ato de delimitar e restringir o espaço ocupado pelos índios antes da colonização lusitana e espanhola.
4. Riograndino COSTA e SILVA, op. cit., p. 16.
5. José Feliciano PINHEIRO. Anais da Província de São Pedro. p. 321-2.
6. Moisés VELLINHO. Capitania D'El Rei., p. 29 e 59.
7. Aurélio PORTO, op. cit., p. 25-6 e 50.
8. Idem, p. 80.
9. Afonso de E. TUANAY. História das Bandeiras Paulistas, vol. I, p. 43-49, e Alfredo Ellis JUNIOR. O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano, p. 118-132.
10. Afonso de E. TAUNAY. Índios! Ouro! Pedras!, p. 5-8.
11. Aurélio PORTO, op. cit., p. 51-53.
12. Idem, p. 61-78.
13. Idem, p. 56.
14. A data de partida dessa bandeira não é consensual entre os autores, nem mesmo em relação ao trajeto percorrido até a chegada ao sul do Brasil. Em relação a tese defendida por Alfredo Ellis JUNIOR, op. cit., de que a primeira bandeira teria penetrado o território sulino em 1635, Aurélio PORTO, op. cit., diz que ela não tem fundamento e nem sustentação. Para Porto, nesse ano, uma bandeira teria se deslocado até Laguna, também conhecida por Lagoa dos Patos, e apenas alguns paulistas teriam penetrado, por terra o território sulino, não constituindo uma

- bandeira, e, por fim, somente em 1636 Antônio Raposo Tavares teria atacado várias reduções.
15. Aurélio PORTO, op. cit., p. 96.
  16. Idem, p. 100-5.
  17. Idem, p. 106-115. Segundo Porto a bandeira chefiada por Francisco Bueno foi dividida e comandada por Jerônimo Bueno e André Fernandes, enquanto uma parte retirou-se para São Paulo. Segundo Alfredo Ellis JUNIOR, op. cit., p. 159-178, André Fernandes teria partido de São Paulo com outra bandeira.
  18. Aurélio PORTO, op. cit., p. 110.
  19. Idem, p. 115-118.
  20. Alfredo Ellis JUNIOR, op. cit., p. 182-8; Aurélio PORTO, op. cit., p. 120-8 e Afonso E. TAUNAY. História das Bandeiras Paulistas, vol. I, p. 67-71. Segundo Taunay, pereceram no combate de Mborore 120 brancos e muitos índios Tupis, partidários dos bandeirantes.
  21. Aurélio PORTO, op. cit., p. 120-131.
  22. Carta de Dom João III a Martin Afonso de Souza, in: Ruy Cirne LIMA. Pequena história territorial do Brasil: Semarias e terras devolutas, p. 33.
  23. Charles Ralph BOXER. Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola: 1602-1686, p. 233-235.
  24. Idem, p. 308-316.
  25. Idem, p. 382.
  26. Capistrano de Abreu. Capítulos da História Colonial e os Caminhos antigos, p. 390-1.
  27. Aurélio PORTO, op. cit., p. 244.
  28. Ata do Conselho Ultramarino de 14 de março de 1658, in: Aurélio PORTO, op. cit., p. 245.
  29. Idem, p. 248.
  30. Parecer do conselho Ultramarino, em 23 de setembro de 1675, in: Aurélio PORTO, op. cit., p. 249.
  31. As terras do Visconde de Asseca haviam passado para o seu filho, Segundo Visconde de Asseca e daí para o seu irmão Diogo Correia de Sá. Aurélio PORTO, op. cit., p. 250-253.
  32. Idem, p. 253.

33. Jonathas da Costa Rego MONTEIRO. Dominação espanhola no Rio Grande do Sul: 1763-1777, vol. IV, p. 20. Os resultados das viagens foram altamente positivos pois o gado chimarrão era de fácil aprisionamento.
34. Idem, p. 21.
35. Idem, p. 28-30. A tese defendida por Monteiro não é partilhada por João Borges FORTES. Rio Grande de São Pedro: povoamento e conquista, ao dizer que a frota de João de Magalhães não constituiu o primeiro núcleo de povoamento. Para Fortes, o início deu-se em 1737 com a frota de José da Silva Pais, com a fundação do presídio de Jesus-Maria-José, no canal de Rio Grande.
36. "Reg.<sup>to</sup> de H<sup>ua</sup> Sesmaria de M.<sup>el</sup> Glz' Ribr.<sup>o</sup> de três legoas de terra em comprido nos campos de tramandy na paragem chamada de Conchas", in: Documentos interessantes para a História de São Paulo, vol. XXXVIII, p. 331-5. A referencia a Termandy, diz respeito a localidade de Tramandaí.
37. "Documento da Província. Carta de Sesmaria doada na província de São Pedro", in: Dante de LAYTANO. A origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul, p. 16-17; Jonathas da Costa Rego MONTEIRO, op. cit., p. 30, e João Borges FORTES, op. cit., p. 39-49.
38. "Reg.<sup>to</sup> de H<sup>ua</sup> Sesmaria de Fran.<sup>co</sup> X.<sup>er</sup> de três legoas de terra de comprido e h<sup>ua</sup> de largo onde chamão as Conchas", in: Documentos interessantes para a História de São Paulo, vol. XXXVIII, p. 326-330.
39. Jonathas da Costa Rego MONTEIRO, op. cit., p. 31.
40. Aurélio PORTO, op. cit., p. 370-1.
41. Jonathas da Costa Rego MONTEIRO, op. cit., p. 34-9, e João Borges FORTES, op. cit., p. 65-72.
42. Carta de Dom João, "Sobre os casais de Rio Grande", in: revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, II trimestre 1940, ano XX, p. 311-2.
43. O referido documento não especifica se a medida é a légua de sesmaria ou não, sendo a légua de sesmaria (6.600 m), representaria uma área de terra de 272,25 ha por lote.
44. Carta do rei Dom João, "Sobre os casais de Rio Grande", op. cit. p. 313-6.
45. João Borges FORTES; Os Açorianos, p. 63. Os autores divergem em relação a data do início da colonização, bem como no número de casais.

46. Carta do governador Visconde José da Silva Gama ao Visconde Anadia datada de 25 de julho de 1803, in: Corcino Medeiros dos SANTOS. Rio Grande do Sul e Sociedade no século XVIII, p. 45. A doação de sesmarias, tanto pelo donatario como pelo rei, não podia ser feita "à mulher ou ao filho herdeiro" do doador. (Ruy Cirne LIMA, op. cit., p. 33-4). Lima refere-se a casos em que a lei não foi cumprida em virtude do apadrinhamento e interesses políticos dos donatários. Em relação a concentração de extensas áreas de terra pela mesma família, Caio Prado Junior diz que "um homem que tinha a proteção do governo tirava uma sesmaria em seu nome, outra em nome do filho mais velho, outras em nome do filho e filha que estava no berço...". (Caio Prado JUNIOR. História Econômica do Brasil, p. 97).
47. João Borges FORTES. Rio Grande de São Pedro: povoamento e conquista, p. 161. Os núcleos de colonização açoriana estabeleceram-se, basicamente, nas proximidades do litoral, tendo como núcleos fundamentais: Viamão, Rio Grande e Porto Alegre.
48. As datas referentes ao início da formação das reduções na segunda fase não é consensual entre os autores. As datas referidas no presente trabalho estão ambientadas em Aurélio PORTO, op. cit., 298-338.
49. Idem, p. 345.
50. Idem, p. 348-9.
51. Idem, p. 434.
52. MST/RS e PJR/RS. Reforma Agrária com os pés no chão, p. 13. É muito popular a canção em homenagem ao líder Sepe Tiarajú. Um dos versos diz:
- "Quando o Exército de Espanha e Portugal  
Chegou aqui, pra expulsar dos Sete Povos,  
Toda a gente Guarani, Tiarajú que era o cacique  
Reuniu os seus guerreiros e sem medo dos canhões  
Atacou só com lanceiros".
53. Capistrano de ABREU, op. cit., p. 177.
54. João Borges FORTES, op. cit., p. 23. A internada era o local onde o gado das tropas repousava temporariamente para se alimentar e depois retomar o caminho até a destinação final.
55. A grande propriedade que se formou a partir da concessão de sesmaria é também denominada "estância". Segundo Caio Prado JUNIOR, op. cit., p. 96, a "estância" é de origem castelhana e utilizada exclusivamente no Rio Grande do Sul.
56. João Borges FORTES, op. cit., p. 44.
57. Idem, p. 68.

58. Carta do rei Dom João a Martin Afonso de Souza, in: RuY Cirne Lima, op. cit., p. 32.
59. Idem, p. 39.
60. Idem, p. 40.
61. João Borges FORTES, op. cit., p. 76.
62. Idem, p. 96. A região conquistada, referida pelo autor, situa-se na microrregião na Serra do Sudeste, Encosta do sudeste e Depressão Central. (ver mapa 1)
63. Idem, p. 83 e 102.
64. Idem, p. 104.
65. Idem, p. 147.
66. RuY Cirne LIMA, op. cit., p. 41.
67. Dante de LAYTANO. A Estância Gaúcha, p. 15-61. A sesmaria de campo tinha por medida uma legua de frente por duas de fundo, enquanto que a de mata variava entre "três léguas em uma dimensão por outra em largura e uma e meia em quadra".
68. João Borges FORTES, op. cit., p. 105.
69. Fichário de sesmarias doadas na província de São Pedro, com indicação de data, destinatário, local etc. Arquivo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Consulta feita pelo próprio autor em janeiro de 1989.
70. Raul PONT. Campos Realengos, vol. II, p. 555.
71. Dante de LAYTANO. A Estância Gaúcha, p.6.
72. RuY Cirne LIMA, op. cit., 43, e Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. Coletânea: legislação agrária, legislação de registros públicos, jurisprudência, p. 356-7.
73. Fichário de sesmarias doadas na província de São Pedro, com indicação de data, destinatário, local etc. Arquivo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Consulta feita pelo próprio autor em janeiro de 1989.
74. Dante de LAYTANO. A Estância Gaúcha, p. 5.
75. Francisco Antonino Xavier OLIVEIRA. Annaes do Município de Passo Fundo, vol. I, p. 11-12. O antigo caminho partida de São Paulo entrando na província de São Pedro seguindo por Vacaria, Santo Antônio da Patrulha, Viamão etc. Em relação ao novo caminho de acesso à região das Missões, há divergência de datas. No trabalho "A história Municipal" elaborado por ocasião do 116º

aniversário de Passo Fundo, afirma-se que o caminho foi aberto "em 1816 quando o Alferes Atanagildo Pinto Martins, vindo de Guarapuava, meteu-se mata dentro e descobriu esse novo rumo que passou a ser utilizado especialmente por tropeiros que levavam muaras a São Paulo". (Passo Fundo 116 anos. Album do município, 7 de agosto de 1973, p. 2)

76. Francisco A. X. OLIVEIRA. Terra dos Pinhais, p. 11.
77. Francisco A. X. OLIVEIRA. O elemento estrangeiro no povoamento de Passo Fundo, p. 7. Ver também do mesmo autor Anaes do município de Passo Fundo, p. 12-13. Alvaro Rocha VARGAS. Do Caapi ao Carazinho, p. 45-47.
78. O conceito imigração é utilizado no presente trabalho significando o processo envolvendo o deslocamento do imigrante do país de origem até o Brasil. Após a chegada no Brasil a destinação foi diversa, desde o trabalho assalariado, parceria e a formação de núcleos coloniais, a colonização propriamente dita.
79. Decreto do Príncipe Regente, Dom João VI, in: Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, op. cit., p. 356.
80. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, II trimestre, ano X, p.166.
81. Rogério H. COSTA. RS: Latifúndio e Identidade Regional, p. 54.
82. Revista do Instituto Histórico e Geográfico, op. cit., p. 190.
83. Idem, p. 211.
84. Idem, p. 202.
85. Jean ROCHE. A colonização alemã no Rio Grande do Sul, vol. I, p.98.
86. Idem, p. 114.
87. Revista do Instituto Histórico e Geográfico, op. cit., p. 198.
88. Idem, p. 212.
89. Francisco A. X. OLIVEIRA. O elemento estrangeiro no povoamento de Passo Fundo, p. 8-9. Do mesmo autor, Terra dos Pinhais, op. cit., p. 20-1.
90. Revista Imigração e Colonização, an IV, nº 2, junho 1943, p.239-243.
91. Idem, p. 217-8.
92. Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, op. cit., p. 357-61.

93. Regulamentação da Lei de Terras, nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854, in: Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, op. cit., p. 370-1.
94. Ítala Irene Basile BECKER. O índio Kaingang no Rio Grande do Sul, p. 59-89.
95. Revista do Instituto Histórico e Geográfico, op. cit., p.218-9.
96. Idem, p. 222-3.
97. Jean ROCHE, op. cit., p. 142-3.
98. Revista do Instituto Histórico e Geográfico, op. cit., p.225. Há divergência de dados entre os autores. Mesmo assim possibilitam um quadro aproximativo do fluxo migratório.
99. Janaina AMADO. Conflito Social no Brasil: a revolta dos "Muckers"
100. Relatório/projeto de criação do Conselho de Imigração no Império, apresentado por Joaquim Antônio Fernandes Leão, ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas, em 28 de outubro de 1868, in: Revista Imigração e Colonização, ano V, nº 1, março de 1944, p. 95.
101. Idem, p. 96-117.
102. Revista Imigração e Colonização, ano IV, nº 2, junho de 1943, p. 335.
103. Idem, p. 338-9.
104. Luiz A. DE BONI & Róvilio COSTA. Os italianos no Rio Grande do Sul, p. 63.
105. José Hildembrand DACANAL.(org) RS: Imigração e Colonização, p. 60-1.
106. Revista Imigração e Colonização, ano I, nº 2, abril de 1940, p. 215-6, e Jean ROCHE, op. cit., p. 115.
107. Instituto Superior Brasileiro-Italianos e Pesquisas. Imigração Italiana: estudos, p. 191.
108. Jean ROCHE, op. cit., p. 118.
109. Relatório de Augusto Cezar à Câmara Municipal de Passo Fundo, in: Francisco A. X. OLIVEIRA. Annaes do município de Passo Fundo, p. 89-93.
110. Francisco A. X. OLIVEIRA. O município de Passo Fundo na Exposição Nacional 1908, p. 9-11. Segundo, Mario Calvet FAGUNDES. Passo Fundo: estudo geográfico do município, p. 5, a área do município era de 24.802 km<sup>2</sup>, equivalente a 8,78% do território do Rio Grande do Sul.

111. Francisco A.X. OLIVEIRA. O elemento estrangeiro no povoamento de Passo Fundo, p. 7-26. O trabalho elaborado por Nicolau de Araujo Vergueiro sobre "O clube Literário Amor à Liberdade", p.3-4, faz um extenso elenco de passofundenses que participavam da entidade no ano de 1883. Esses dados evidenciam que, mesmo antes da colonização, a região era povoada não só por índios, mas também por elementos de origem lusa e migrantes.
112. Os dados sobre a fundação, bem como, o nome das colônias, divergem muito entre os autores. Jean ROVHE, op. cit., p. 142-5; Mário Calvet FAGUNDES, op. cit., p. 11-14, e Francisco A. X. OLIVEIRA. Rememorações de nosso passado, p. 49-50.
113. Antônio D. NETO. O Grande Erechim e sua História, p. 74.
114. Telegrama do presidente do Estado, Borges de Medeiros ao Ministro da Agricultura, em 11.10.1919, in: Antônio D. NETO, op.cit. p. 76-7.
115. A colônia de Erechim foi criada em 1908 e coordenada pela Comissão de Terras, sendo, portanto, oficial: Atuaram na região, entretanto, empresas particulares, principalmente: a BERTEI, Sertaneja, LUCE-TOSA e Cia Ltda e Jewish Kolonization Association (KA). As duas últimas tiveram papel destacado. A IKA, fundada em 1889, Londres, pelo Barão Maurício Hirsh, adquiriu uma área de 95.000 ha em quatro Irmãos, próximo a atual cidade de Erechim, e promoveu a colonização israelita. A outra empresa, Luce-Rosa e Cia Ltda, tinha inicialmente 4 socios e depois entraram mais o diretor do Banco da Província do Rio Grande do Sul e José Petri. A empresa recebeu extensas áreas de terra como indenização do Estado, somando 39.915 ha. Nessa área demarcou os lotes e colonizou-os. (Antônio D. NETO, op. cit., p. 88-93; Ernesto CASSOL (org.) Histórico de Erechim, p. 130-131; Oscar da Costa KARNAL. Subsídios para a história do município de Erechim, p. 74-80).
116. Luiza KLIEMANN. RS: Terra e Poder, p. 114.
117. Idem, p. 102. Nessa fase da colonização aumentou muito a especulação fundiária, e os preços das terras cresceram muito. Além disso as empresas particulares reduziram, em certos casos, a extensão da área dos lotes, lucrando ainda mais.
118. Oscar da Costa KARNAL, op. cit., p. 40. A população referida não abrange o Alto Uruguai, apenas Erechim que foi, progressivamente, perdendo porções de seu território inicial, o que eleva mais ainda o número de habitantes por km<sup>2</sup>.
119. Antônio D. NETO, op. cit., p. 71-96.
120. Jean ROCHE, op. cit., p. 137-9.

## CAPÍTULO II - A LUTA PELA TERRA NAS DÉCADAS DE SESSENTA E SETENTA

O acampamento de agricultores Sem Terra na Encruzilhada Natalino emergiu numa conjuntura política e social muito particular e num espaço marcado historicamente por conflitos tendo como pano de fundo a questão fundiária. Faz-se necessário tecer algumas considerações sobre a trajetória de luta a partir da organização do Movimento de Agricultores Sem Terra - MASTER - na década de sessenta, para melhor compreender a direção tomada pelo movimento dos Sem Terra na década de oitenta e aprofundar as razões da formação do acampamento na "região de Sarandi". (1)

Na raiz dos movimentos sociais no campo está o problema da estrutura fundiária que no Rio Grande do Sul tomou uma direção própria, caracterizada pela contradição fundamental entre o latifúndio, a pequena propriedade familiar e o minifúndio. Essa dimensão estrutural, porém, não explica a totalidade do processo e a emergência do acampamento dos Sem Terra na década de oitenta. É preciso também resgatar a organização, a proposta e as táticas políticas do MASTER, as contradições geradas pela política fundiária e o conflito entre índios e colonos em Nonoai razão imediata da formação do acampamento na Encruzilhada Natalino no final de 1980.

A forma como se processou a ocupação do território sulino deu origem, por um lado, ao latifúndio pecuarista e, por outro, à pequena propriedade familiar voltada à produção agrícola. Em linhas gerais, são essas duas as características básicas da estrutura fundiária regional, distinta, do ponto de vista econômica e espacial. Na "região de Sarandi", no entanto, o que ocorreu foi a reprodução da contradição fundamental, em nível local. A colonização, com base na pequena propriedade, se proces-

sou paralelamente à existência do latifúndio da Fazenda Sarandi.

A referida fazenda, com uma área de 71.160,5 ha, pertenceu inicialmente a João Vergueiro e sua mulher Carolina de Araújo Vergueiro, "havida por compra e legitimação nos termos da Lei nº 601 de 1850 (...). Os sucessores do casal João Vergueiro fizeram a venda do imóvel em 5 de dezembro de 1906 a Júlio Mairinhos, Luiz Mouriño e José Antônio Lapidó, residentes na República do Uruguai. (2)

A fazenda Sarandi abrangia inicialmente uma área equivalente a 52,6% dos atuais municípios de Ronda Alta, Rondinha e Sarandi. Após a compra pelos uruguaios, em 1906, parte dela foi colonizada e, outras frações, alienadas. Em 1961, estava reduzida a 21.889,14 ha. (3)

Sobretudo a partir de 1962, a referida fazenda passou a ser palco de luta, em intensos conflitos pela terra. O primeiro acampamento de agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul na década de sessenta, organizado pelo MASTER, localizava-se na Fazenda Sarandi e resultou numa das maiores conquistas do movimento em toda sua história.

## 2.1 - A Trajetória do MASTER

O Movimento de Agricultores Sem Terra mesmo sendo de carácter regional, restrito ao Rio Grande do Sul, com orientações táticas e políticas próprias, situa-se numa conjuntura nacional de intensa mobilização de vários segmentos sociais por reformas de base. Segundo Octávio Ianni, a partir da queda do Estado Novo, intensificaram-se os protestos e reivindicações exigindo mudanças sócio-econômicas e maior participação política. No período entre 1961 e 1964 foi "intensa a mobilização, participação e inquietação social de diferentes setores da sociedade". (4)

As organizações de trabalhadores que emergiram no campo entre 1950 e 1964, por um lado, colocaram em evidência as

contradições da política fundiária privilegiadora do latifúndio e, por outro, exigiam mudanças estruturais através, fundamentalmente, da Reforma Agrária, parte das Reformas de Base.

Neste contexto de efervescência dos movimentos camponeses surgiu o MASTER restrito ao Rio Grande do Sul e, com direção política própria dada, fundamentalmente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A sua origem está ligada à resistência de posseiros à expulsão de suas terras. O incidente desencadeador foi o de Encruzilhada da Sul, em 1960, quando 300 famílias de posseiros foram ameaçadas, e a partir de então, o prefeito do município, Milton Serres Rodrigues, o Superintendente da Fronteira Sudoeste, Paulo Schilling e o deputado federal Rui Ramos, todos do PTB, lideraram a formação do primeiro núcleo do MASTER em 24 de julho de 1960. (6)

Na mesma ocasião foi lançado um manifesto, tecendo considerações sobre a estrutura fundiária, destacando o problema do latifúndio como entrave ao desenvolvimento da agricultura, a necessidade da terra pertencer aos que nela trabalham e, por fim, conclamava todos os interessados para participar do movimento e da organização de núcleos em outros municípios. (7)

O núcleo de Encruzilhada do Sul foi orientado por um estatuto próprio, que serviu de referência aos núcleos formados posteriormente. O artigo 1º definiu em 16 pontos os objetivos da entidade. Chama atenção a abrangência das propostas do MASTER que iam desde a luta contra a exploração do trabalhador rural, passando pela educação rural, o associativismo, o arrendamento, o problema do êxodo rural, a educação agrícola, crédito e preços mínimos, voto do analfabeto etc. Somente dois objetivos faziam referência à Reforma Agrária destacando: a necessidade da comprovação, por parte dos latifundiários, da legalidade dos latifúndios em caso negativo o Estado deveria retomá-las, distribuindo-as aos agricultores Sem Terra e a necessidade de "apoiar as medidas de Reforma Agrária que tramitem nos legislativos federal e estadual...". (8)

O estatuto previa a participação, na entidade, de pessoas que, mesmo não sendo agricultores, apoiassem a proposta do movimento. O artigo 2º dizia serem admitidos como sócios: produtores rurais, agricultores e pecuaristas, trabalhadores suburbanos, marginais da cidade e também os não agricultores que se dispusessem ser sócios-colaboradores. O leque de abertura e diversidade do quadro social revela a ambigüidade política do movimento: como conciliar os interesses dos Sem Terra com os pecuaristas e grandes proprietários?

A orientação política do movimento foi dada, fundamentalmente, por pessoas ligadas ao PTB, entre elas, o próprio governador Brizola, que passou a apoiar o movimento a partir de agosto de 1961, declarando de interesse público as associações vinculadas ao MASTER. A cooptação do movimento pelo partido, mesmo que parcial, em certos momentos limitou o avanço das lutas.

Nas sugestões apresentadas por Brizola para a elaboração do documento "Como resolver a questão agrária e o problema das populações urbanas e sem casa própria" transparece uma concepção de Reforma Agrária definida como "complexo de normas sócio-econômicas" dependente de dois fatores: terra e recursos. Esta concepção de Reforma Agrária desconsiderava os interesses de classe e disvinculava-se de decisões políticas. (9)

Na medida que o MASTER avançou, o partido tentou dar a direção política decidindo questões fundamentais como: em terras de quem organizar os acampamentos e quando acampar? A Reforma Agrária, bandeira do PTB, ao ser colocada como necessidade fundamental para resolver as tensões sociais no campo, ficava comprometida na forma e na sua condução política. A história do MASTER evidenciou essa contradição, e, no momento em que os latifundiários, organizados na Federação das Associações Rurais - FARSUL -, exigiram do governo um recuo, Brizola retrocedeu e pressionou o MASTER a fazer o mesmo. (10)

O movimento nasceu, de certa forma, desatrelado do partido do governo, mesmo que seus fundadores fossem pessoas do PTB. A tentativa de cooptação se deu posteriormente, mas a "autonomia

relativa" do MASTER possibilitou avançar na organização de novos acampamentos e não retrocedeu, como havia proposto Brizola. Do final de janeiro até o mês de maio de 1962 foram organizados 10 acampamentos em todo o Estado, nem todos com apoio do governador.

A trajetória do MASTER pode ser resumida em três fases distintas: criação de núcleos e organização interna; formação de acampamentos para pressionar a desapropriação de terras, e, finalmente, repressão e fim do movimento a partir de 1963 no governo de Ildo Meneghetti.

## 2.2 - Fazenda Sarandi: palco de luta e negociações

A partir de 1962, o MASTER coordenou a formação de acampamentos, sendo o primeiro deles organizado na Fazenda Sarandi. Iniciado dia 8 de janeiro, teve um rápido crescimento quantitativo, passando de 300 acampados no dia 11, para 1.300 dois dias depois, chegando a 5.000 em 15 de janeiro.

O rápido crescimento se explica, em parte, pelo grande número de agricultores Sem Terra, mas também pela concepção de acampamento. Após a escolha do local, passível de desapropriação, divulgava-se a notícia entre os interessados em acampar. Os acampamentos eram organizados mais como forma de chamar atenção às autoridades do que resistir até a conquista definitiva da terra.

Uma avaliação feita pelo Movimento dos Sem Terra do Rio Grande do Sul na década de oitenta detalha o procedimento do MASTER. Após a reunião dos Sem Terra no acampamento, "Brizola vinha, conversava, prometia terra, a Reforma Agrária, pedia para o pessoal voltar para seus ranchos nas terras dos patrões e todo mundo voltava acreditando firme nas promessas...". Algumas pessoas que acamparam na Fazenda Sarandi, em 1962, ficaram esperando o cumprimento das promessas até 1981 e acamparam novamente na Encruzilhada Natalino. Alguns guardaram o documento assinado por Brizola prometendo terras, mas tudo não passou de promessa. (11)

O acampamento na Fazenda Sarandi foi muito particular em relação aos demais. Cinco dias após sua constituição, o governador Brizola desapropriou a área pelo decreto nº 13.035 de 13 de janeiro de 1962, ratificado pelos Decretos nº 14.368 de 22 de novembro de 1962 e nº 14.598 de 26 de dezembro de 1962. A área desapropriada, 21.889,14 ha, pertencia à Agropecuária Lucena S.A. (6.151,28 ha), a Ganadero Horácio Mailhos S.A. (7.087,86ha) e à Estância Júlio Mailhos S.A (8.650 ha), todas com sede no Uruguai. (12)

A desapropriação da Fazenda Sarandi não pôs, porém, fim aos conflitos, pois a área continuou sendo palco de disputas e negociações, e o assentamento de agricultores Sem Terra ficou em segundo plano. Após a mudança na direção política no governo do Estado, em 1963, a área antes desapropriada judicialmente foi transformada em amigável, em setembro de 1964, com uma indenização vinte vezes superior ao valor depositado anteriormente. Os antigos proprietários foram ressarcidos plenamente. (13)

Parte da Fazenda Sarandi, 1.433 ha, tinha sido arrendada, em 4 de maio de 1961, pelo Chinês Liu Yen Sun da Estância Mailhos S.A.. Antes disso, porém, a Madeireira Carazinhense Ltda, transformada na firma MACALI S.A - Agro-Industrial e Comercial de Carazinho - arrendou da mesma Estância Mailhos, 1.630 ha. (14) Em 1973, Ari Dalmolin adquiriu metade da granja Brilhante de Liu Yen Sun e, no ano seguinte, adquiriu, juntamente com seu irmão Argentino Antônio Dalmolin, o restante da área. (15)

Mesmo após a desapropriação a empresa MACALI e Liu Yen Sun e, posteriormente, os irmãos Dalmolin continuaram explorando as duas áreas através da produção agrícola, pecuária e a extração de madeira.

A partir de 1963, com a sucessão de governo, a questão fundiária passou a ter um tratamento novo. A mudança foi decorrente dos interesses econômicos e as forças políticas que apoiaram a eleição de Ildo Meneghetti, principalmente, os setores da conservadores da Igreja Católica e os latifundiários. A proliferação de acampamentos e a radicalização do MASTER teve como res-

posta do governo uma forte ação repressiva, que se acirrou com o golpe militar de 1964, com a prisão de vários líderes e o fim do movimento.

O MASTER organizou, desde a posse do governador Meneghetti, em 31 de janeiro de 1963, até 5 de março de 1964, mais de 10 acampamentos, sendo todos reprimidos pela polícia. A pressão e repressão foi feita de várias formas, entre elas: cercamento dos acampados, proibição da entrada de alimentos e água, prisão, torturas etc. O Instituto Gaúcho de Reforma Agrária - IGRA - sofreu forte intervenção e foi esvaziado politicamente com a substituição de 92,86% dos seus funcionários.

A tomada do poder pelos militares coroou um processo em andamento e anteriormente instaurado. No bojo da repressão, um dos líderes do movimento, João Sem Terra, foi preso, torturado e passou a viver na clandestinidade até abril de 1989 quando foi localizado no interior de Goiás. (16)

O governo Meneghetti, favorável ao golpe militar, disse no manifesto ao País e ao Rio Grande do Sul, proclamado em Passo Fundo, sede do governo provisório, que: "... frente a ameaça clara e aberta da intervenção, cujo processo está em marcha, só tenho um caminho, de incorporar-me àqueles que em todo o Brasil lutam para restaurar a Constituição e o direito, livrando nossa pátria de uma agitação comunista...". (17)

O apoio das forças conservadoras ao governo militar resultou numa nova política para a questão fundiária. Para tanto, foi fundamental o apoio de setores conservadores da Igreja Católica. Como forma de conter o "avanço comunista", a Igreja criou a Frente Agrária Gaúcha -FAG -, que combateu o MASTER e direcionou sua atuação na criação de sindicatos e na educação rural através dos Institutos de Educação Rural.

A nova conjuntura política vivida no pós-64, possibilitou a elaboração de um projeto que deslocou o centro do debate da estrutura fundiária para questões periféricas, como a tecnologia, a educação rural, a mecanização da agricultura, resul-

tando na chamada "modernização da agricultura". As entidades sindicais ficaram atreladas a um sistema assistencialista. As questões da estrutura fundiária, questionadas pelo MASTER e demais movimentos camponeses, foram marginalizadas.

Nesse quadro político, até as áreas anteriormente desapropriadas para o assentamento de Sem terras tiveram outros fins. Foi o caso da Fazenda Sarandi: do total desapropriada (21.889,14 ha), 9.636,06 ha foram divididos em 450 lotes, com uma área média de 21,4 ha, e 5.806,4 ha foram divididos em 40 glebas destinadas à lavoura empresarial e mecanizada, com uma área média de 145,16 ha cada. O restante da área, 3.063,65 ha, permaneceu em letígio na justiça e mais 3.383 ha tiveram outros fins. (18)

Os lotes destinados aos Sem Terra, assim como as glebas, não podiam ser alienados, continuando propriedade do Estado. No entanto, com a aprovação da Lei nº 5.865 de 02 de dezembro de 1969, alterada pela Lei nº 6.045 de 25 de setembro de 1973 e nº 6.793 de 10 de dezembro de 1974, o Legislativo estadual autorizou o governo a aliená-las. (19) A aprovação da lei foi resultado da pressão de deputados situacionistas: na votação, houve 20 votos favoráveis dos deputados da ARENA e treze contrários dados pelo MDB. (20)

Com base e respaldo legal, a Fazenda Sarandi passou a ser palco de negociatas e de disputa pelos lotes demarcados, mas ainda não ocupados. Dez anos após a desapropriação, muitos lotes não estavam ocupados. Um projeto encaminhado pela Central de Comandos Mecanizados de Apoio à Agricultura e a Unidade de Terras Públicas e Núcleos Agrícolas - CEMAPA/UTPNA - à Secretaria da agricultura, em 1974, propunha a redução das duas áreas em letígio para 150 ha cada. (21) A empresa MACALI e os irmãos Dalmolin da granja Brilhante não aceitaram a proposta e continuaram explorando as respectivas áreas até 1979. Segundo documento da UTPNA, a MACALI não pagou sequer as taxas de arrendamento ao estado a partir de 1972, e o mesmo procedimento foi tomado pelos irmãos Dalmolin a partir de 1973. (22)

No referido projeto de assentamento, encaminhado à Secretaria da Agricultura em 1974, havia ainda 45 lotes vagos a serem ocupados. A abertura de inscrição foi feita, e a preferência, dada aos filhos de agricultores que já estavam estabelecidos nos núcleos. Apresentaram-se, ao todo, 221 candidatos, número muito superior às vagas.(23)

Mesmo diante da grande demanda, os poucos lotes da Fazenda passaram a ser disputados e vendidos pelos seus administradores, sem critérios e a partir de interesses pessoais. Segundo denúncias formuladas por depoentes à Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - sobre a Fazenda Sarandi, vários lotes foram vendidos pelo administrador Raul Feijó a amigos e parentes seus. Segundo Ivan Hartmann, promotor de justiça de Carazinho "...pessoas dadas como residentes em Barracão, neste Estado, entre elas, uma mulher solteira e outra viúva adquiriram sete lotes de terra entre 17 e 23 ha por preço inferior a 140 mil cruzeiros para uma área total de 136 ha...". Esses lotes foram vendidos 90 dias depois por 900 mil cruzeiros. (24) .

Os lotes passaram a ser vendidos sem critério algum e revendidos imediatamente a preços elevadíssimos. O lote nº 269, por exemplo, vendido dia 10 de maio de 1977 por 4 mil cruzeiros, foi revendida dia 17 do mesmo mês por 200 mil cruzeiros. (25)

Outras denúncias foram feitas dando conta da venda irregular de madeira, com a destruição de extensas áreas de matas e da utilização de máquinas e insumos agrícolas do estado para fins particulares do administrador. Segundo João H. S. Martins, engenheiro agrônomo prestando serviços na CEMAPA, havia uma série de cargos interligados e assumidos por parentes do administrador Feijó que davam cobertura às irregularidades. (26)

Após longa investigação documental sobre as irregularidades nas transações comerciais de terras na Fazenda Sarandi, a Comissão que acompanhou a CPI da assembléia legislativa, concluiu que: "...foram procedentes os fatos determinantes que ensejaram a investigação parlamentar e, assim, chegando à conclusão, que deverá ser encaminhado ao plenário o projeto de resolução, dis-

pondo sobre a remessa dos autos à Procuradoria Geral da Justiça, para fim de direito". (27)

O grande contingente de famílias Sem Terra no Rio Grande do Sul na década de sessenta, estimado em 270.000, não foi contemplado com as poucas experiências de desapropriação e assentamento então realizadas, com o agravante da corrupção em torno das terras desapropriadas para fins de Reforma Agrária. Nem mesmo a decretação do Rio Grande do Sul como área prioritária para Reforma Agrária, feita pelo presidente da República Castelo Branco em 1966, resolveu o problema dos Sem Terra. (28)

Como forma de diminuir a tensão social no campo, principalmente na região de minifúndios, o Estado atuou no sentido de abrir novas "fronteiras agrárias internas" e de viabilizar fluxos migratórios para as "fronteiras agrárias externas", isto é, para outros Estados. (29)

A abertura de "fronteiras agrárias internas" deu-se, fundamentalmente, nas áreas de reserva indígena. Essa prática, porém, gerou contradições que se explicitaram de forma mais intensa no final dos anos setenta. O foco espacial dos conflitos foi Nonoai, na microrregião do Alto Uruguai. A partir de então, a luta pela terra ganhou novo impulso e centrou-se novamente na "região de Sarandi", mais especificamente na Fazenda Sarandi. A região continuou sendo catalizadora dos "problemas envolvendo a má distribuição das terras no Rio Grande do Sul". (30)

### 2.3 - Terras Indígenas: História de Conflitos e Espoliação

O confronto entre índios e colonos na reserva de Nonoai, em 1978, foi o desfecho de uma longa luta de espoliação e massacre. Esta reserva foi demarcada, inicialmente, em 1948, em uma área de 34.908 ha com terras muito férteis, sendo grande parte matas, sobretudo de pinheiro araucária. Pelo seu potencial econômico e as excelentes condições de produção agrícola, a área foi motivo de permanente disputa e "intrusão" de agricultores Sem Terra e minifundiários. (31)

A reserva, mesmo demarcada, não teve seus limites respeitados. Um dos protagonistas da invasão foi o próprio Estado, que primeiramente retaliou a área. Em 30 de março de 1949, o governo destinou 19.998 ha, equivalente a 57,28% do total, para a formação de uma reserva florestal. (32) Essa reserva sofreu vários cortes e nela ocorreu, inclusive, a formação de um acampamento de agricultores Sem Terra em fevereiro de 1962, com 935 colonos que não "havam recebido terras na Fazenda Sarandi".(33)

A intrusão nas áreas indígenas não foi um fenômeno restrito ao Rio Grande do Sul, mas ocorreu de forma intensa nos três Estados do Sul do Brasil. (34) A intrusão foi respaldada inicialmente pelo então Serviço de Proteção ao Índio - SPI-, posteriormente a Fundação Nacional do Índio - FUNAI - que firmou contratos de arrendamento com os colonos (anexos nº 4 e nº 5).

A intrusão e a pressão do movimento de colonização, no século XIX e na primeira metade do século XX, levaram ao desaparecimento de algumas reservas, entre elas as de Pontão, Campo do Meio, Caseros e Serrinha. a presença de colonos nas terras indígenas gerou conflitos que, em determinados momentos, chegaram a níveis críticos. Se em outros momentos o relacionamento foi harmonioso, em outros, foi tenso e conflitivo. Na reserva de Nonoai por exemplo, já em 1964, houve um primeiro confronto e o choque foi evitado a tempo com o intermédio do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária - IGRA. (35)

Ao mesmo tempo em que o Estado abriu novas áreas de "fronteira agrária interna", o latifúndio permaneceu intocado, e as reservas indígenas, bem como os minifúndios, foram subdivididos. Essa política agrária, porém, gestou contradições que reverteram contra os órgãos de "proteção ao índio" e o próprio Estado.

A atuação dos órgãos de "proteção ao índio" se deu mais no sentido de legalizar uma prática, então, ilegal, permitindo a exploração das terras, do que na defesa dos interesses dos nativos. A mudança do SPI para a FUNAI, criada em 1967 pela lei nº 5.371 de 5 de dezembro, em nada alterou a política em relação aos índios. A FUNAI transformou-se rapidamente num órgão

alheio aos interesses dos índios. Nem mesmo o Estatuto do Índio, aprovado em 1973, assegurou a liberação das áreas demarcadas.

As denúncias dos chefes do Posto Indígena (P.I.) de Nonoai às autoridades superiores não foram, em geral, ouvidas, pelo contrário seus autores foram progressivamente desautorizados a intervir na retirada dos intrusos da reserva. Segundo ofício nº 22/69 do P.I. de Nonoai, uma comissão composta por representantes dos Ministérios do Interior, da Justiça, do Exército, da agricultura e do Ministério Público Federal, visitou a reserva de Nonoai, desautorizando o chefe do posto a retirar os intrusos. Foi ficando cada vez mais clara a posição política do Estado no sentido de legitimar a penetração nas reservas por elementos estranhos aos seus legítimos donos. (36)

A partir do final dos anos sessenta, os chefes dos P.I. ficaram sem respaldo para a retirada dos intrusos. No referido ofício foi denunciado também o crescimento do número de famílias de colonos nas reservas. As matas "estão sendo devastadas impiedosamente, acreditando-se hoje que mais de 300 ha já foram derubadas".

O chefe do P.I. denunciou também a existência de interesses alheios aos índios que orientam a invasão da área com objetivo de criar um ambiente de tensão social e, assim dar condições para enquadrar a área na realização da Reforma Agrária segundo prevê o Estatuto da Terra para áreas de tensão social. Havia muitas pessoas interessadas em tirar proveito da situação, sendo que alguns políticos "para se elegerem, prometiam dividir as terras". (37)

As tensas relações vividas no final da década de sessenta entre índios e colonos teve momentos de confronto armado. Segundo o chefe do posto, Waldemar Justino da Rosa, a tentativa de evacuar "novos intrusos" resultou em forte tiroteio entre a equipe encarregada do despejo e os colonos. Logo na chegada à casa de Antônio Dias, houve resistência. Armado com uma foice, contou com o auxílio imediato de outros colonos, dentre eles um tal de "Flor" que atirou no chefe do posto. Em reação, o chefe

também atirou. "Tendo notado que o Sr. Flor atirou para me acertar revidei-o errando também, onde fui apoiado pelo Sr. Severo (motorista da equipe), nesse momento ele retirou-se e ao encontrar-se com o Sr. Paulino (fiscal da área) deu-lhes tiros, onde foi revidado pelo seu opositor". O relato do chefe diz que a equipe responsável pela evacuação, ao sair da área, foi novamente alvo de vários tiros de espingarda e revólver. (38)

Num outro ofício de julho de 1969, o chefe do P.I. de Nonoai alertou à 4ª Delegacia Regional (D.R.), com sede em Curitiba, sobre o crescente número de pessoas que ultrapassam os limites da reserva indígena, agravando a situação interna. A disposição do chefe foi de evacuar os intrusos, contando com apoio de chefes de outros postos, inclusive de Xapecó (SC), bastando a autorização dos órgãos superiores. (39)

Uma semana depois, um novo ofício endereçado à 4ª D.R./F.N.I. denunciava que quatro arrendatários e um intruso feriram um índio e tomaram sua roça. Além disso, outro arrendatário surrou um índio tomando sua lavoura. Os intrusos ameaçaram ocupar a área destinada à lavoura coletiva do posto. As tensas relações, segundo avaliação do chefe do P.I., tendiam a suscitar vingança por parte dos índios. Novamente foi feito o pedido para evacuar os intrusos como forma de solucionar o impasse e a crise. (40)

As autoridades federais, os órgãos de "proteção ao índio" e o governo estadual nunca demonstraram disposição efetiva para solucionar o problema de Nonoai, bem como os das demais reservas. Pelo contrário, deram condições para intensificação da penetração nas áreas. A evacuação exigiria do governo um projeto de assentamento e desapropriação de terras, e nisto não havia interesse. Nunca houve interesse efetivo em realizar a Reforma Agrária, e, na falta de alternativas, os agricultores Sem Terra e pequenos produtores, premidos pelas necessidades de sobrevivência, buscaram alternativas para produzir.

A luta em defesa das terras indígenas, desencadeada sobretudo na década de sessenta, resultou na elaboração do Estatuto do Índio. No nível legal foi um grande avanço, não correspondido, porém, na relações reais.

O estatuto, aprovado em 1973, ao referir-se às terras indígenas diz, no artigo 22º, que: "cabe aos índios ou selvícolas a posse permanente das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes".

Nas disposições gerais, artigo 62º, há referência à perda dos efeitos jurídicos sobre atos relacionados ao "domínio, à posse ou à ocupação das terras habitadas pelos índios ou comunidades indígenas", a partir da aprovação do mesmo. O § 3º do mesmo artigo, porém, ressaltou que, em casos excepcionais, fosse "permitido continuação, por prazo razoável, dos efeitos dos contratos de arrendamento em vigor na data desta lei", levando em consideração que a extinção de tais contratos pudesse gerar graves consequências sociais. A própria lei deixou margem para interpretações diversas. Não foi definido, por exemplo, o significado de "prazo razoável".

Em relação à intrusão nas reservas, é difícil precisar o início da penetração, bem como o início dos contratos de arrendamento entre os colonos e o SPI e, posteriormente, a FUNAI. Pelas informações disponíveis, já na década de sessenta era uma prática comum.

Num relatório elaborado em 1972 pelo Departamento Geral de Patrimônio Indígena (DGPI) sobre a viagem de inspeção à 4ª D.R., há referência aos contratos de arrendamento. A conclusão do relatório, no entanto, restringe-se à constatação da existência dos mesmos, não questionando sua prática enquanto tal. A observação feita foi de que em certos casos o pagamento dos valores firmados não tinham controle algum, levantando a hipótese de desvios. O relatório também denunciou casos em que o pagamento foi efetuado com "dúzias de vassouras".

Outra constatação foi que as melhores terras das reservas tinham sido arrendadas para os colonos, as piores restando para os índios; além da penetração das terras para além dos limites previstos nos contratos e o atraso no pagamento dos valores estabelecidos. (41)

Após a viagem e a constatação de irregularidades nos arrendamentos, o DGPI definiu critérios para a celebração de novos contratos. Entre as exigências foram destacadas: capacidade para explorar as terras, prova de cidadania, duas testemunhas, registro do imposto de renda, atualização dos valores de arrendamento, medição das terras exploradas, proibição de novos contratos, entre outros. Além disso, o presidente da FUNAI reservou a si o direito de assinar os referidos contratos. (42)

Na medida em que os órgãos públicos legalizaram a prática de arrendamento nas reservas, cresceu muito o número de famílias nas áreas indígenas. No início dos anos setenta, principalmente em 1974, cresceu a entrada de colonos fazendo aumentar a tensão. Houve tentativas, por parte dos índios, de expulsar os colonos, mas sem resultados. Como tática para pressionar a saída das reservas, os índios intensificaram o roubo de produtos agrícolas e de animais dos colonos, além de ameaçá-los.

Segundo Vitório Romancin, ex-meeiro e intruso na reserva da Nonoai, "os índios chegaram e me correram. Deram duas semanas para que eu me mandasse com a mulher e as crianças". Um outro colono disse que ficou fora da reserva alguns dias e, ao retornar, sua plantação de feijão tinha sido levada pelos nativos, que confirmaram o saque. Eles "não devolvem e querem que eu vá embora". O mesmo aconteceu com Ângelo que, mesmo estando em casa, os índios colheram toda sua produção. "Eram 18 índios comandados pelo sargente deles (...). Eu tenho arrendamento, a papitada toda em dia, pago lá no posto mesmo, mas eles nem quiseram ver". Essa prática aumentou ainda mais em 1978, quando da expulsão dos colonos. (43)

Esses dados permitem avaliar o quadro de tensão existente na reserva. Foram várias as tentativas dos índios para expulsar os intrusos, mas sem sucesso. Por outro lado, nem todos os índios tinham consciência da gravidade do problema. Muitos colonos afirmaram, mesmo depois da expulsão, que a relação entre eles e os índios era de perfeita harmonia.

A partir de 1974, a situação ficou mais tensa e ocor-

reram vários conflitos. Em 1976, a FUNAI, juntamente com o INCRA e o governo do estado, realizou um criterioso levantamento dos intrusos na reserva de Nonoai. Os dados apontaram um total de 974 famílias, sendo que 288 tinham titulação oficial e contrato de arrendamento e 628 não tinham nenhuma documentação. (44)

A área da reserva, então com 14.910 ha e uma população indígena de 997 pessoas, abrigava 4.371 pessoas intrusas explorando 9.681,2 ha, equivalente a 64,93% da reserva. A área de terra para cada família de colono variava entre 5 e 9 ha em média, no entanto, havia uma propriedade com uma área de 1.000 ha explorada por uma empresa do Alto Uruguai.

A empresa Hermínio Tassiani e Cia Ltda ganhou, na justiça, a causa de uma posse de terra, inicialmente de 2.000 ha, sob a alegação de ser sua arrendatária. A referida área foi vendida a Sistílio Sartoreto e, posteriormente, a Arthur Dall Asta. (45)

Mesmo após a expulsão dos pequenos proprietários e intrusos em 1978, Arthur Dall Asta continuou com sua propriedade na reserva. O cacique Nelson Xangrê, referindo-se ao proprietário, disse que: "esse é um problema mais sério porque é uma pessoa grande (com dinheiro) é um fazendeiro que tem essa condição e não tem jeito de ele largar". (46)

A presença de intrusos nas reservas foi criando novas relações de trabalho. Os índios passaram a trabalhar como assalariados temporários ou mesmo em troca de mercadorias, em terras arrendadas pelos colonos. Referindo-se ao fato, José de Souza Martins chama atenção para sua especificidade. Diz que: "os kairangs se viram numa curiosa situação de se tornarem empregados dos arrendatários de suas próprias terras". (47)

Nesse contexto complexo de progressiva dominação dos colonos sobre os índios em todos os níveis de relações, é que iniciou o movimento de reação. Para tanto, foi decisiva a eleição do cacique Nelson Xangrê, representando o grupo dos inconformados, no início de 1978. A partir de então, trataram de de-

finir novas táticas para expulsar os intrusos por força própria, visto que os órgãos oficiais nada fizeram. (48)

Em reunião da liderança indígena, comandada pelo Coronel Amândio, em abril de 1978, foi tomada a decisão de iniciar a luta de expulsão. (49) A partir de então, os índios percorreram a reserva em "patrulhas de até 250 homens" armados e dando um "ultimatum" aos colonos para se retirarem. Nos dias seguintes, retornaram para ver se as ordens tinham sido cumpridas. (50)

#### 2.4 - Sem Terra X Índios: Conflito de 1978

Para expulsar os colonos da reserva, os índios armaram-se e partiram para a ação com os instrumentos comuns de guerra: arcos, flechas, porretes, alguns revólveres e espingardas. O conflito eclodiu dia 4 de maio, quando foram incendiadas sete escolas dos intrusos dentro da reserva. A partir de então, os colonos perceberam que a decisão dos índios era irreversível, e não havia condições para resistir. (51)

A eclosão do conflito mobilizou, para a área, grande número de soldados da Brigada Militar e do III Exército, que atuaram no sentido de evitar o confronto, assegurando a saída dos colonos. Praticamente não houve reação dos intrusos, que estavam muito desorganizados e desconsideraram a força dos nativos. A imprensa ficou impossibilitada de entrar na reserva, e alguns jornalistas que conseguiram furar o bloqueio, e penetraram na área, foram presos. (52)

As relações que já eram tensas antes dos conflitos, ficaram muito mais depois de iniciada a evacuação. Alguns confrontos resultaram em violência armada. No dia 9 de maio, um conflito deixou dois colonos e um índio feridos. No hospital o índio disse: "eu fui avisá prá ele ir embora, ele não gostô e pegô um facão. Quando ia me acertá, peguei meu 22, mas o revólver falhou (...). Nós não aguentamos mais. Faz 5 anos tentamo tirá eles de lá dentro". (53)

Após a deflagração da guerra, a FUNAI posicionou-se a favor dos índios e buscou assegurar a retirada dos colonos sem maiores incidentes. Em declaração à imprensa, o delegado da entidade, José Carlos Alves, limitou-se a dizer, em relação aos colonos, que: "os que acharem que possuem direitos irão aguardar as decisões fora da área". (54)

A crescente violência na reserva e a tensão nas proximidades provocada pelos colonos expulsos criou um fato político de grande repercussão em nível estadual, com repercussão nacional. Em 11 de maio, reuniram-se em Porto Alegre o governador do Estado, o Comandante do III Exército, os secretários de Segurança Pública, Agricultura, Trabalho e Ação Social e Saúde, o chefe da Casa Civil e Militar para discutir alternativas ao problema. O conflito explicitou a contradição da política fundiária e, por isso, tinha profundas repercussões. (55)

Algumas famílias de colonos tiveram que abandonar a área sem poder levar praticamente nada. Muitos não tiveram prazo além de vinte e quatro horas para a retirada e nem conseguiram colher as plantações. Outros levaram apenas os instrumentos básicos de trabalho, vestuário, um pouco de alimento e animais. As benfeitorias não puderam ser retiradas e foram utilizadas, posteriormente, pelos próprios índios.

O período da expulsão coincidiu com a chegada do frio e das chuvas de inverno no sul. Este foi um dos maiores problemas enfrentados pelos colonos que, sem casa e nem local para se abrigar, buscaram alternativas diversas. Alguns abrigaram-se em Taquaruçuzinho, a 40 km de Nonoai, outros procuraram casas de amigos e parentes, e alguns permaneceram nas imediações da reserva morando em barracas de lona plástica improvisadas ao longo da rodovia.

Algumas famílias, sem alternativas ao frio e chuva, sujeitaram-se a morar em paióis, estrebarias com animais e até em chiqueiros junto aos porcos. Em depoimento à Comissão do Trabalho, Saúde e Bem Estar Social da Assembléia Legislativa, o juiz de Direito de Nonoai denunciou que três famílias estavam abrigan-

das numa pocilga que tinha cinco repartições, sendo que: "na primeira está armazenado um pouco de milho, nas três subsequentes estão as famílias, cada uma com cinco ou seis filhos e na última estão os porcos". (56)

Abandonados e abalados psicologicamente em consequência do impacto, os colonos se interrogavam: quem vai nos indenizar? Como é que os índios estavam armados se eram tão pacíficos? Os colonos viviam dentro da reserva de forma desorganizada e não conseguiram uma ação conjunta no sentido de negociar um prazo para a saída ou, pelo menos, para colher a produção. Isso agravou ainda mais a situação das famílias. (57)

Criado o fato, os órgãos do governo começaram a se acusar mutuamente, e ninguém responsabilizou-se pela situação. O INCRA denunciou a FUNAI de ter legalizado a entrada de colonos na área concedendo contratos de arrendamento. A FUNAI respondeu acusando o INCRA de ser responsável pelo assentamento dos colonos e que, até então, nada tinha feito, mesmo sabendo da situação existente, após o cadastramento realizado em 1976.

A FUNAI também acusou a presença de "elementos de fora" interessados no recrudescimento dos conflitos entre índios e colonos. Por outro lado, em vários depoimentos os intrusos acusaram a FUNAI de ter incitado os índios, armando-os. Nesse jogo todo, quem realmente perdeu e saiu prejudicado, foram os colonos.

Em documento de 25 de maio de 1978, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul - FETAG/RS - denunciou a "forma desumana, humilhante e arbitrária como vem sendo feito o desejo desses humildes posseiros". Na letra "b" do referido documento, a entidade dizia que: "o INCRA reconheceu a legitimidade da exploração das terras por parte dos arrendatários recebendo o cadastro e passando a cobrar imposto territorial". Na letra "a", referindo-se ao SPI e a FUNAI, denunciou a legalização dos posseiros, por essas entidades, através da cobrança de "taxas de arrendamento". A conclusão do documento dizia que o poder público era responsável pela situação criada, em

decorrência das medidas tomadas anteriormente. (58)

O conflito de Nonoai foi um passo inicial na explicitação da política fundiária do governo nas últimas décadas. O aguçamento das contradições resultou no enfrentamento de dois segmentos sociais marginalizados social, econômica e politicamente: índios e Sem Terra. O ano de 1978 foi um marco de uma nova etapa da luta pela terra e na busca de cidadania.

A estrutura fundiária, denunciada pelos vários movimentos camponeses na década de sessenta, voltou a ser discutida com maior intensidade no final dos anos setenta e na década de oitenta. O conflito de Nonoai foi decisivo para que isso acontecesse. A partir de então renasceu o debate sobre a estrutura agrária, a política do governo, a colonização e a intrusão nas reservas indígenas.

## 2.5 - De Nonoai ao Alojamento provisório em Esteio

A situação dos colonos expulsos e acomodados, provisoriamente na região de Nonoai, pressionou o governo a buscar alternativas para resolver a questão. Em 17 de maio, reuniram-se em Porto Alegre o governador do estado, o Comandante do III Exército, o presidente da FUNAI e o do INCRA, secretários do Estado e assessores do INCRA, para discutir o problema. Uma das decisões foi transferir para o Parque de Exposição Assis Brasil, em Esteio, os colonos expulsos, até uma solução definitiva. (59)

O governo transportou os colonos até o Parque e forneceu alimentação, assistência médica etc. Mas por causa da dispersão dos colonos, somente uma parcela foi para Esteio. Os demais permaneceram na região de Nonoai, Planalto e Ronda Alta.

A finalidade do deslocamento para Esteio era evitar o aumento da tensão no local onde foram expulsos e abrigá-los, temporariamente, até o assentamento definitivo. Da parte dos aloja-

dos havia certa euforia de que num curto espaço de tempo o governo resolveria o problema de assentamento no próprio Estado. Mas havia também a possibilidade do governo oficializar a proposta de colonização em outros Estados. Segundo depoimentos dos colonos, a discussão a respeito da colonização já tinha sido feita em Nonoai, e a única opção era por terra no Rio Grande do Sul, estando descartada qualquer proposta contrária. (60)

Os colonos tinham informações a respeito dos projetos de colonização do INCRA em outros Estados e estavam conscientes das condições de abandono em que viviam e dos problemas enfrentados com clima, qualidade do solo, doenças etc. Todos esses fatores influenciaram na decisão de pressionar o governo a resolver o problema no próprio Estado. O governador Sival Guazzelli disse que somente os que quisessem seriam transferidos e os demais permaneceriam no Estado pois o executivo asseguraria terras e condições para o assentamento. (61)

Nessa conjuntura, foi ganhando força a idéia de lutar por terra no estado. Em depoimento, um colono disse que: "imagine que depois de tudo isso ainda quiserem nos levar para o Mato Grosso?". Outro disse: "é só eles (governo) me levarem para o Mato Grosso que eu volto logo, por minha conta". (62) Outros afirmaram que se o governo insistisse nos projetos de colonização, "podem ter certeza, retornaremos com toda a mochila para nossa terra lá em Nonoai, onde vamos resolver como ficar". (63)

Os depoimentos se multiplicam e possuem um ponto comum que é a insistência em permanecer no próprio Estado. Esta era a expectativa criada em relação ao futuro assentamento e o projeto de vida familiar. Diante da difícil situação dos ex-possesores, mesmo em Esteio, tudo levava a crer que os órgãos públicos tomariam medidas urgentes para evitar que o conflito e a tensão chegassem a níveis mais críticos.

As propostas, porém, demoravam a chegar, deixando entrever que outros planos estavam sendo arquitetados. Para o deputado Aldo Pinto (MDB), só havia uma explicação para tal procedimento: "o governo federal não se mostra preocupado em convên-

cia do governo estadual. Quem possui poderes para cassar mandatos, elaborar leis de exceção e mandar em tudo, por que não tem poder para equacionar uma questão social desse porte?". As reais intenções do governo federal sobre o caso de Nonoai, bem como de todas as reservas indígenas no sul do Brasil, extremamente intrusadas, não eram transparentes. (64)

No desenrolar dos acontecimentos, porém, foram se explicitando os projetos e interesses em jogo. Não havia, da parte do governo federal, intenção de assentar os colonos expulsos no Rio Grande do Sul, mesmo que o discurso, afirmasse o contrário.

## 2.6 - Mato Grosso: a única alternativa concreta

Ao mesmo tempo que os alojados em Esteio aguardavam uma proposta concreta do governo estadual de assentamento no próprio Estado, o governo federal, através do ministro do Interior, Rangel Reis, e do presidente da Cooperativa Mista Canarana Ltda - COPERCANA -, Norberto Schwantes, elaboraram um projeto de colonização para assentá-los em Mato Grosso.

Logo após a eclosão do conflito em Nonoai e da notícia de que os índios haviam expulsado os colonos, Rangel Reis convidou Schwantes para discutir uma proposta de um projeto de emergência para assentar, num curto prazo, parte dos colonos alojados em Esteio. O próprio ministro já tinha contatado ao Presidente da República, Ernesto Geisel, a respeito da proposta e recebido parecer favorável. (65)

Após o acerto dos primeiros detalhes, Schwantes vistoriou a área destinada ao projeto de colonização e concluiu ser favorável, existindo no local apenas dois posseiros o que facilitaria a sua implementação. Durante a viagem de vistoria, o presidente da COPERCANA traçou as linhas gerais do projeto, prevendo o assentamento em forma de agrovilas, evitando o isolamento das famílias.

O anteprojeto aprovado pelo ministro Rangel Reis foi apresentado ao Presidente Geisel, que também deu parecer favorável. Já em 24 de maio, aconteceu uma reunião entre o Ministério da Agricultura, a FUNAI, o Banco do Brasil, o Banco Central, o presidente da COPERANA e seu sócio, Bertoni, para o acerto dos detalhes econômicos do projeto. (66)

Depois de articulada a proposta em nível de cúpula, o projeto foi apresentado aos colonos em Esteio pelo próprio Norberto, dia 25 de maio. A primeira proposta feita foi de que uma comitiva visitasse a área destinada ao projeto. Dos alojados foram escolhidos três representantes, mais três da região de Nonoai e os prefeitos de Planalto, Nonoai e Tenente Portela, vereadores, jornalistas e um representante do governo estadual.

A comitiva viajou no avião da própria COPERANA e, após a inspeção geral sobre a área do futuro projeto, visitou o projeto de colonização CANARANA (MT), organizado pela mesma cooperativa. Depois, retornaram à Brasília para um encontro com o ministro Rangel Reis. O ministro reafirmou a importância da iniciativa, já aprovada pelo presidente Geisel, que disse aguardar pelo imediato assentamento.

Ao retornarem da viagem para Esteio, a comitiva foi recebida com frieza e desconfiança pelos colonos, que ainda aguardavam uma proposta concreta de assentamento no Estado. A imprensa tinha veiculado várias denúncias sobre a COPERANA e do seu presidente, a respeito de irregularidades no projeto de colonização em Canarana e as más condições de vida dos gaúchos que para lá haviam sido transferidos. As denúncias aumentaram a resistência à proposta de colonização.

O relato feito pela comitiva, avaliando a viagem, não convenceu ninguém. Nem mesmo o nome dado ao novo projeto, TERRA-NOVA, animou os colonos. Mesmo assim, a proposta continuou sendo a única alternativa apresentada, e foram abertas as inscrições para os que desejassem a transferência. Inicialmente quase ninguém se inscreveu, e o projeto chegou a ser ameaçado de não ter continuidade. A previsão inicial era começar a transferência no

dia 1º de julho. Era necessário, portanto, criar novos mecanismos de pressão para reverter o quadro e fazer com que as famílias cedessem à proposta de colonização.

O ambiente criado em Esteio, após o retorno da comitiva deixou muitos colonos apreensivos e com dúvidas. O próprio Norberto reconheceu que o relato da viagem foi muito fraco, prejudicando a imagem do projeto e da cooperativa. Segundo Schwantes, isso foi favorecido pelo ambiente hostil criado pela imprensa, que distorceu a realidade. (67)

Nos dias seguintes ao retorno da comitiva, cresceram as denúncias contra os representantes dos colonos de Esteio, que viajaram e, ao retornarem, portavam máquinas fotográficas e outros presentes doados pela própria cooperativa. (68) Diziam ainda que os três escolhidos para integrar a comitiva não representavam parte dos alojados. Eles tinham sido indicados, mas sem critérios. Por esses motivos havia grande desconfiança, e os depoimentos, mesmo que a favor do projeto, não reverteram a imagem negativa da cooperativa. (69)

Após o desenrolar de todos esses acontecimentos, cresceu a resistência de ir para Mato Grosso, mas, por outro lado, o governo do Estado não apresentou nenhuma proposta concreta de assentamento como alternativa. A posição do governador e dos órgãos do governo era contraditória, criando um ambiente de confusão e insegurança.

O jornal Zero Hora publicou, em 27 de maio, dois artigos, um analisando a posição de Rangel Reis e outro a do governador Guazzelli. O primeiro dizia que 200 famílias de posseiros de Nonoai, alojados em Esteio, seriam deslocados ao Mato Grosso para o projeto TERRANOVA a partir de 1º de julho. O outro dizia que o Estado assegurava que os colonos alojados não seriam deslocados para as "terras de propriedade do INCRA no Estado de Mato Grosso". (70)

Na visita feita ao Estado, o Ministro do Interior, disse que no Rio Grande do Sul não havia terras disponíveis para o assentamento das famílias alojadas. Na mesma ocasião, o gover-

nador do Estado disse que: "de acordo com o INCRA não existem áreas disponíveis no estado e que as existentes referem-se as reservas florestais". Vê-se, portanto, posições contraditórias em relação ao destino dos colonos. (71)

O argumento da não existência de terras no Estado para assentamento não tem sustentação, pois os dados levantados pelo próprio INCRA dão conta da existência de 800.000 ha de terras ociosas ou mal aproveitadas. O INCRA "dispõe de todos os dados tabulados" e aguarda uma reunião convocada pelo governador com os ministérios do Planejamento, Fazenda, Agricultura e Interior. Não era a falta de terra o impedimento, mas sim, a falta de uma decisão política para a desapropriação. (72)

Em relação aos alojados, o governo federal manteve-se na posição de deslocá-los para TERRANOVA e não cogitou nenhuma outra proposta de assentamento. Diante da premência da situação e da falta de perspectivas agravadas pelas más condições materiais, muitas famílias foram obrigadas a aceitar a única opção apresentada.

Muitos colonos cederam contra a vontade. Um deles dizia: "assinei (a ficha) porque não tenho mais esperanças de nada, já tomei uma surra muito grande com tudo o que aconteceu e não quero mais levar outra". Houve denúncias de que pessoas estranhas ao grupo de alojados passaram, de quarto em quarto, no alojamento, pressionando as famílias a cederem, fazendo promessas do novo projeto. (73)

O desespero começou tomar conta de muitas famílias que aceitaram o projeto TERRANOVA. João Ferreira Castilhos, alojado, disse: "eu vim com a idéia de ficar no Rio Grande do Sul (...). Não sei o que vai acontecer com a gente aqui. Ninguém diz nada, o governo nem dá uma palavrinha sequer, e a gente fica que nem boi no campo, sem ser recolhido de noite". (74)

Diante da resistência na aceitação da proposta de colonização, Schwantes improvisou um esquema de projeção visual através de filmes, slides e fotos de outros projetos em Mato Grosso. Essa tática foi muito eficaz, e muitas famílias inscreveram-

-se no projeto TERRANOVA. (75)

As primeiras famílias, aproximadamente 500 pessoas, embarcaram para o projeto no início de julho. Após a viagem de aproximadamente 3.500 km, de ônibus, as famílias chegaram no dia 5 de julho. A descrição feita por Schwantes ressalta a idéia de integração nacional. Diz que: "havia na frente da agrovila três mastros com as bandeiras do Brasil, do estado do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, esperando festivamente os pioneiros".(76) As demais famílias alojadas em Esteio, que aceitaram TERRANOVA, foram sendo deslocadas, na medida em que a infra-estrutura foi sendo criada.

As famílias que não aceitaram ir para Mato Grosso foram assentadas no próprio Estado, próximas ao município de Bagé, numa área desapropriada pelo Estado. A coordenação desse assentamento ficou sob responsabilidade da Cooperativa Mista A-ceguá Ltda - CAMAL. (77)

Uma avaliação desse assentamento, feita por Martins da Comissão de Direitos Humanos, em 1979, revelou a necessidade de uma CPI para apurar irregularidades. Disse que foram assentadas 128 famílias e que estavam vivendo em más condições, além dos 21 lotes reservados a famílias expulsas de Nonoai que foram desviados para agricultores de Bagé. (78)

O assentamento das famílias alojadas em Esteio resolveu apenas parte do problema dos expulsos de Nonoai. A retirada dos intrusos não ocorreu num único momento e por isso houve dispersão e muitos permaneceram nas proximidades da reserva, em casas de parentes, familiares e amigos. Além disso, a partir de 3 de junho, ficou proibido o deslocamento de outras famílias ao Parque de Esteio. Os que tinham entrado até então, permaneceram e os demais ficaram de fora. O governo passou a se preocupar exclusivamente com os colonos de Esteio e os demais foram marginalizados, sem qualquer tipo de atendimento.

As famílias que permaneceram na região de Nonoai começaram se organizar e, em 1979, realizaram várias reuniões visando uma solução para o problema. Em agosto de 1979, foi orga-

nizado um debate na Assembléia Legislativa com uma representação desses famílias. Participaram do encontro parlamentares, várias entidades e representantes dos colonos alojados em três núcleos: o de Nonoai (Nonoai); Cruzeiro do Sul (Planalto) e Três Palmeiras (Ronda Alta). (79)

No encontro os colonos denunciaram a situação vivida durante os 14 meses, desde a data da expulsão até o momento do encontro. Os colonos passaram esse tempo abrigados em barracas de lona plástica, enfrentando chuvas e frio de inverno, resultando sérios problemas de saúde. Os 30 colonos presentes no encontro representavam 350 famílias dos três núcleos, sendo que, dessas, 250 não aceitaram sair do Estado, e 100 delas aceitaram ir para o projeto TERRANOVA.

No encontro, foram feitas várias denúncias sobre as condições de sofrimento e o descaso dos órgãos públicos. João Pedro da Secretaria da Agricultura disse que 4 crianças morreram em conseqüências das más condições de vida, pois, "após 14 meses da expulsão de Nonoai, ninguém faz nada pelos colonos". (80)

A forma encontrada para sobreviver durante o período seguinte ao da expulsão de Nonoai foi trabalhar como diaristas, isso no período da existência de trabalho. Vários colonos disseram ter passado fome. Um deles disse: "a maior tristeza do mundo é um filho pedir pão ao pai, e ele não poder atender o pedido do filho, e isto é o que está acontecendo conosco". (81)

Além da falta de trabalho, no período da entressafra, os colonos ficaram completamente marginalizados pelo governo. Segundo depoimentos dos colonos, "faz mais de 5 meses que não recebemos nada". Muitos disseram que, para alimentar os filhos, deixaram de comer. A pouca assistência que foi prestada foi dada pelas prefeituras locais e outras entidades assistenciais, mas não pelo governo.

Além da má alimentação as famílias enfrentaram sérios problemas de habitação. Foram denunciadas as más condições a que foram submetidos após a expulsão, que, sem alternativas, abrigaram-se em "galpões, chiqueiros e estrebarias junto aos animais".

Algumas famílias continuaram abrigadas em barracos instalados ao longo das rodovias nas proximidades da reserva. (82)

No encontro em Porto Alegre foram levantadas propostas para assentamento das famílias que não aceitaram o projeto de colonização. Uma das idéias proposta foi a ocupação das duas áreas da Fazenda Sarandi arrendadas por empresas particulares. Voltou novamente a discussão a respeito da área desapropriada por Brizozola em 1962, para fins de Reforma Agrária, e ainda estavam sendo exploradas pela empresa MACALI e os irmãos Dalmolin.

Em julho de 1978, um grupo de famílias decidiu ocupar uma parte da Fazenda Sarandi, então reserva florestal. O desespero da situação não permitiu avaliar as repercussões decorrentes de uma ação desse nível. A falta de tática resultou em fracasso e os colonos tiveram que abandonar a área por pressão policial. (83)

Progressivamente os Sem Terra foram tomando consciência da situação e começaram se unir, discutindo formas concretas para conquistar terra no próprio Estado. Em 1979, ocorreram vários encontros de onde foram tirados documentos pressionando o governo e abaixo-assinados denunciando as más condições de vida.

Após muita discussão, uma proposta de ocupar as áreas da Fazenda Sarandi que estavam arrendadas foi ganhando força. Tudo foi caminhando para a realização da ocupação, que foi concretizada no mês de setembro. No dia 5 desse mês, a Justiça deu ganho de causa ao Estado com a reintegração de posse da granja MACALI. Isso facilitou a decisão de ocupá-la. Em 7 de setembro, dois dias após a decisão judicial, 110 famílias entraram na área, ocupando-a. Aproveitando o feriado de 7 de setembro, em que a polícia estava envolvida nos atos cívicos nas cidades, os colonos ocuparam a área sem maiores problemas. Pouco tempo depois o governo reconheceu a legitimidade da ação. (84)

Na ocupação da MACALI, nem todos os expulsos puderam participar, em parte pela forma apressada com que foi feita, mas também porque a área não tinha condições de abrigar muitas famílias. Por isso, iniciou outro movimento que resultou na ocupa-

ção da granja Brilhante, dia 25 de setembro. A repressão policial, porém, foi muito forte, o contrário da anterior. No início, foram 170 famílias que entraram na área ainda em litígio na Justiça. Após muita pressão o governo desistiu de retirar os colonos pela força policial. Poucos dias após a ocupação, outras 70 famílias de Sem Terra entraram na mesma área por outra extremidade. Com isso, o número de famílias ultrapassou em muito a capacidade de assentamento na área.

Em consequência do número de famílias, o Estado selecionou 80 famílias para serem assentadas, e as demais permaneceram acampadas dentro da área, sem solução. Dessas famílias, entre 15 e 20%, desistiram e as demais decidiram ocupar a Fazenda Anoni, dia 8 de outubro. (85)

A polícia intensificou sua ação e reprimiu violentamente as famílias que realizaram essa ocupação, que tiveram de retornar para o acampamento na granja Brilhante. Vários colonos foram presos e conduzidos para Santo Ângelo, onde permaneceram presos durante 5 dias. No dia 10 de outubro, foram presos mais 2 agricultores e 2 sociólogos, também conduzidos para o mesmo presídio. (86)

O conflito de Nonoai inaugurou uma nova fase da luta pela terra, tendo como protagonistas os colonos expulsos que não aceitaram a proposta do governo de colonização. Na região de Sarandi, os Sem Terra organizaram-se, tomando consciência das implicações políticas da causa em questão, e partiram para uma ação mais forte e conseqüente. Nesse contexto histórico e espacial, surgiu o acampamento da Encruzilhada Natalino no final de 1980.

## NOTAS DO CAPÍTULO II

1. O conceito de região é aqui definido a partir do critério político-administrativo. A "região de Sarandi" engloba os atuais municípios de Ronda Alta, Rondinha e Sarandi.
2. Requerimento nº 10/79, relatório generalidades, p. 2, in: Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Fazenda Sarandi, Assembleia Legislativa (RS), processo nº 3.500, vol. II, 1979-1981; Francisco A.X. OLIVEIRA. Seara Velha, p. 14-6, e 82-4. Segundo Oliveira, João de Vergueiro foi Capitão e vereador da Câmara Municipal de Passo Fundo.
3. Fazenda Sarandi: notas, p. 1, in: CPI da Fazenda Sarandi, op. cit., vol. I.
4. Octávio Ianni. Palestra sobre "Socialismo", proferida na Universidade de Brasília em 22 de outubro de 1988.
5. José de Souza MARTINS. Os camponeses e a Política no Brasil, p. 62-92. O autor faz um levantamento dos principais movimentos sociais no campo nas últimas décadas, destacando: o movimento de Trombas e Formoso; Porecatu, Levante dos Posseiros no Oeste do Paraná, as Ligas Camponesas, o MASTER etc. Além desses movimentos, ganhou forte impulso o movimento sindical organizado, fundamentalmente, pela Igreja Católica e pelo Partido Comunista Brasileiro.
6. Córdula ECKERT. O Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964, p. 67-8.
7. Manifesto de lançamento do MASTER em junho de 1960, in: Córdula ECKERT, op. cit., p. 338-340.
8. Estatuto do MASTER lançado em junho de 1960, in: Córdula ECKERT, op. cit., p. 341-5, artigo 1º, letra "f" e "p", respectivamente.
9. "Sugestões do governo do estado do Rio Grande do Sul visando a encaminhar a questão agrária e o problema das populações urbanas sem casa própria", in: Córdula ECKERT, op. cit., p. 346-353. A Reforma Agrária passa, fundamentalmente, por uma decisão política. A proposta do governo Brizola não deixa claro a decisão política de efetivar a Reforma Agrária e, por isso, na evolução dos acontecimentos a proposta ficou comprometida diante da pressão dos latifundiários.
10. Idem, p. 114-121. Numa visita do governador Brizola e do Ministro da Agricultura a Camaquã, 26 de janeiro de 1962, a Associação Rural do local entregou ao ministro um manifesto destacando o direito de propriedade e a necessidade de harmonizar os interesses dos "ricos e dos pobres". A Federação das Asso-

ciações Rurais - FARSUL -, passou a pressionar o governo a pro-  
telar desapropriações, o que efetivamente aconteceu. A FARSUL  
se propôs a constituir, com o governo, uma comissão mista para  
elaborar um programa a fim de resolver a questão fundiária e  
os problemas tanto no Estado como no Brasil. Como pre-requisi-  
to para a composição da comissão, a FARSUL exigiu do governo a  
suspensão da formação de acampamentos pelo MASTER. A exigência  
foi aceita por Brizola, mas não pelo movimento.

11. MST/RS & PJR/RS. Reforma Agrária com os pés no chão, p. 17-9.  
Os acampados na Fazenda Sarandi receberam uma notificação de  
inscrição para o futuro recebimento de um lote de terra, aguardando em casa a chamada, após a legalização da área desapropriada. Muitos deles aguardaram até o início dos anos oitenta sem solução.
12. Fazenda Sarandi: notas, p. 1, in: CPI da Fazenda Sarandi, op. cit., vol. I. Parte da Fazenda Sarandi foi adquirida por Ernesto Jose Anoni e outras parcelas vendidas a terceiros.
13. Ivaldo GHELEN. Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi, p. 134. Ver também CEMAPA/UTPNA, A situação da Fazenda Sarandi, p. 1. A indenização judicial havia sido feita com 17,65% do valor em dinheiro e 82,35% em letras do tesouro (Zero Hora, 24.9.1979, p.31).
14. UTPNA. Situação da Fazenda Sarandi: notas diversas, p. 2-3. O arrendamento da área da MACALI iniciou em 1954.
15. CEMAPA. Dados sobre a granja Brilhante, p. 2-3.
16. Carlos WAGNER. A saga do João Sem Terra. João Sem Terra foi um líder do MASTER, que após a perseguição ao movimento, em 1964, foi preso e torturado, e, após a fuga, passou a viver clandestinamente até 1989, quando foi localizado no interior de Goiás (Zero Hora 18 e 19 de maio de 1989). A memória do líder, porém, continuou muito viva na luta dos Sem Terra, e, ao lado de Sepe Tiarajú, é rememorado por canções da luta. Uma delas, recentemente gravada, após muitos anos censurada, diz:  

"João Sem Terra evoca o passado,  
Retorna no tempo e prega a igualdade  
Entre teus irmãos.  
Levanta tua enxada e faz dela bandeira  
De tua redenção.  
Ali não de ouvir o teu grito de paz  
E não andarás qual cusco sem dono  
Perdido nas terras do imenso Rio Grande,  
Perdido e Sem Terra no imenso Brasil  
João Sem Terra teu tempo chegou..."
17. Wilson AFONSO. Ildo Beneghetti, p. 76-7.
18. Supervisão de Comandos Mecanizados/utpna. Fazenda Sarandi, p.1.  
A proposta de constituir glebas com áreas de terra em torno de

150 ha, tinha por objetivo o incentivo à formação de empresas rurais. Por isso, estavam reservadas a agricultores capitalizados, do ponto de vista da mecanização, mas sem terra para cultivar.

19. UTPNA. Situação da Fazenda Sarandi: notas diversas, p. 2.
20. Zero Hora, 25.10.79. A aprovação do projeto apresentado por Fernando Gonçalves Coelho, deputado Estadual da ARENA e presidente do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, encontrou forte resistência no MDB. Mesmo assim a maioria da ARENA aprovou a lei.
21. CEMAPA/UTPNA. Projeto de assentamento encaminhado à Secretaria da Agricultura por Luiz Fernando Rodrigues, superintendente da CEMAPA, em 10.5.1974.
22. UTPNA. Situação da Fazenda Sarandi: notas diversas, p. 3-4.
23. Fazenda Sarandi: notas, p.8, in: CPI Fazenda Sarandi, op. cit., vol. I.
24. Depoimento de Ivan Hartmann em 17.10.79, in: CPI da Fazenda Sarandi, op. cit., fl. 287, vol. II. Ver também Zero Hora, 18.10.1979, e 15.11.1979.
25. Idem, fl. 288.
26. Depoimento de João H.S. Martins à delegacia de Polícia de Sarandi, in: CPI, op. cit., vol. II, fls. 296-304.
27. Ata de encerramento da CPI da Fazenda Sarandi, em 16.9.1981.
28. Correio do Povo, 12.4.1966. O decreto assinado em 11.4.1966, pelo presidente da República, Castelo Branco, declarou o Rio Grande do Sul área prioritária para Reforma Agrária. O artigo 1º dizia: "fica declarada área prioritária de emergência para fins de Reforma Agrária, a área constituída pelo Estado do Rio Grande do Sul em toda a sua extensão geográfica".
29. Entende-se por "fronteira agrária interna" a abertura de novas áreas de ocupação do espaço anteriormente esgotadas. A "fronteira interna" depende de políticas que possibilitem uma reestruturação do espaço capaz de absorver novos contingentes humanos no próprio Estado. O exemplo mais contundente disso é a legalização da entrada de colonos nas reservas indígenas. "Fronteira agrária externa" diz respeito a áreas em outros Estados, ainda pouco povoadas, próprias dos projetos de colonização.
30. Colocação feita na abertura da CPI sobre a Fazenda Sarandi, na Assembleia Legislativa, Porto Alegre (Zero Hora, 3.10.79).
31. A categoria "intruso" é usada pela FUNAI para denominar os colonos que entraram nas reservas indígenas. Ela distingue o intruso (aquele que não tem contrato de arrendamento) do arrendatário, o

- qual é legalizado. Essa distinção, porém, esconde parte da realidade. O conceito de intruso é utilizado não no sentido pejorativo, mas englobando todos os que entraram nas reservas indígenas.
32. CIMI. Nonoai: um cemitério de gente viva, p. 2, e Itala Irene Basile BECKER. O índio Kaingang no rio Grande do Sul, p. 88.
  33. Córdula ECKERT, op. cit., p. 167-76. Em relação à reserva florestal a imprensa divulgou várias vezes o roubo de madeira e outras irregularidades. Segundo Córdula, foram demarcados, antes de 1963, 97 lotes na área da reserva florestal, número que subiu para 143 em 1963. Todos os lotes foram ocupados (Idem, p. 140). Segundo dados de Zero Hora, 24.3.1972, após a expulsão, ocorrida em 1963, um grupo de colonos retornou a área no ano seguinte.
  34. O relatório do DGPI, órgão da FUNAI, em 1971 sobre os três Estados do sul do Brasil, revelou que a intrusão estava ocorrendo em todas as reservas. O relatório faz um levantamento minucioso quantificando o número de intrusos.
  35. Zero Hora, 23.3.1972.
  36. Ofício nº 22/69, 25.3.1969 do P.I. de Nonoai para o titular da 4ª D.R./FUNAI, assinado por Victor Moreira K., chefe do P.I.
  37. Várias denúncias foram feitas de que certos políticos estariam defendendo os colonos, entre eles o vereador Nelson Basso de Planalto, o deputado Ivo Sprandel e Bresolin, do MDB, bem como Fernando Gonçalves, ex-presidente do IGRA; (CIMI, Nonoai: cemitério de gente viva, p. 4-5). a questão, porém, é muito complexa e não cabe aprofundá-la aqui. Ver também Zero Hora, 10.8.72 e Zero Hora, 18.2.73.
  38. Ofício 30/69 de 24.4.69, do P.I. de Nonoai ao delegado da 4ª D.R./FUNAI de Curitiba.
  39. Ofício 13/69 de 02.6.69, do P.I. de Nonoai ao delegada da 4ª D.R./FUNAI de Curitiba.
  40. Of. 15/69 de 10.6.69 do P.I. de Nonoai ao titular da 4ª D.R./FUNAI, em Curitiba.
  41. Relatório do DGPI por ocasião da inspeção à 4ª D.R. realizada entre 11 e 23 de dezembro de 1972, fl. 4.
  42. Idem, fl. 5.
  43. Zero Hora, 16.5.74.
  44. O relatório classificou 288 famílias como arrendatários e 682 como intrusas e 4 não receberam classificação.
  45. CIMI. Nonoai: cemitério de gente viva, p. 3-4. Num ofício do IGRA nº 110/71, de 22.4.71, item 3º, diz que a firma Herminio

Tassiani Cia Ltda, está cultivando uma área com aproximadamente 1.000 alqueires (2.500 ha) da reserva indígena de Nonoai. Esse "flegelo teria sido objeto de um inventário, de espólio de João Vital e após uma partilha teria sido alienada em favor de terceiros". O ofício é citado no relatório de inspeção à 4ª D. R., realizada entre 12 e 23 de julho de 1971 - DGPI/FUNAI, fl. 11). Os dados sobre a propriedade constam no levantamento realizado em 1976 - não sendo definido nem como arrendatário e nem intruso - sob o nº 195 em nome de Arthur Dall Asta, com uma área de 1.000 ha.

46. Entrevista do Cacique Nelson Xangê, Zero Hora, 03.8.79.
47. José de Souza MARTINS. A militarização da Questão Agrária no Brasil, p. 100.
48. Carlos WAGNER et. alli. A Saga dos Bugres, p. 24.
49. Idem, p. 18. Os índios possuem uma hierarquia "militar" onde o chefe é o "Coronel" eleito pela comunidade, tendo por auxiliares diretos o "Major", "Capitão", "Tenente", "Alferezes" e "Cabos".
50. O Nacional, Passo Fundo, 11.5.78.
51. Carlos WAGNER et. alli. op. citr., p. 25.
52. A imprensa estava proibida de dar cobertura aos incidentes da reserva. Mesmo assim, alguns jornalistas conseguiram entrar e, ao serem identificados pela polícia, foram presos imediatamente. Entre eles: Antonio Holfeld, do correio do Povo, Flavio Carvalho, do jornal Movimento, e Murilo de Carvalho. Todos foram conduzidos para Planalto, depois à Nonoai, e, por fim, para Porto Alegre, onde foram interrogados pela Polícia Federal, e acabaram no DOPS. (Murilo de CARVALHO. Brasil: sangue da terra, p. 97).
53. O Nacional, 10.5.78.
54. O Nacional, 11.5.78.
55. O Nacional, 12.5.78.
56. Zero Hora, 9.6.78.
57. Zero Hora, 11.5.78. Muitas famílias, expulsas e desesperadas, procuravam entender as razões que levaram os índios a tomar a decisão de expulsá-los.
58. Documento da FETAG publicado na íntegra em Zero Hora, 26.5.78.
59. Nota oficial do Piratini, Zero Hora, 18.5.78, e O Nacional, 18.5.78. O parque de exposição de Esteio é utilizado para a realização da exposição Internacional de animais - EXPOINTER.

60. Zero Hora, 23.5.78.
61. Diário da Manhã, Passo Fundo, 17.6.78, p. 2.
62. Zero Hora, 21.5.78.
63. Zero Hora, 23.5.78.
64. Zero Hora, 3.6.78.
65. Norberto SCHWANTES. Uma Cruz em TERRA NOVA, p. 151. Havia uma grande preocupação com as possíveis repercussões que o caso de Nonoai poderia ter. O exemplo de Nonoai poderia ser seguido por índios de outras reservas agravando ainda mais a situação. O número de famílias intrusadas nas reservas dos três Estados do sul do Brasil era estimada em 8.000 famílias. O ministro do Interior, Rangel Reis, disse que o presidente Ernesto Geisel lhe telefonava quase que diariamente para saber a situação dos colonos expulsos de Nonoai alojados em Esteio (Zero Hora, 6.6.1978).
66. Idem, p. 154.
67. Idem, p. 158-160.
68. Zero Hora, 5.6.78.
69. Diário da Manhã, 1.6.78, p. 2.
70. Zero Hora, 27.5.78.
71. Diário da Manhã, 17.6.78.
72. Zero Hora, 8.6.78, p. 23, e Assembléia Legislativa. Problema dos colonos, p. 43.
73. Zero Hora, 30.5.78.
74. Norberto SCHWANTES, op. cit., p. 167-8.
75. Zero Hora, 10.6.78.
76. Norberto SCHWANTES, op. cit., p. 179, e Ivaldo GHELEN, op. cit. p. 163. Segundo Ghelen, foram para TERRANOVA, 550 famílias.
77. O Nacional, 20.7.78.
78. Assembléia Legislativa. O problema dos Colonos, p. 54. Sobre o Assentamento de Bagé foi realizada Uma CPI pela Assembléia Legislativa.
79. Idem, p. 2.
80. Idem, p. 18.
81. Idem, p. 27.

82. Idem, p. 33 e 35.

83. O Nacional, 4.7.78.

84. Zero Hora, 23.9.79.

85. Ivaldo GHELEN, op. cit., p. 179-182. A distância entre a granja Brilhante e a Fazenda Anoni não ultrapassa 30 km.

86. Zero Hora, 11.10.1980. Além dos presos, a polícia anunciou que poderia prender a qualquer momento mais 29 colonos. (Zero Hora, 14.10.1980).

### CAPÍTULO III - ORIGEM, ORGANIZAÇÃO E PROPOSTA DOS ACAMPADOS

O acampamento de agricultores Sem Terra na Encruzilhada Natalino, o primeiro da década de oitenta no Brasil, formou-se ao longo da Rodovia RS-324, que liga Passo Fundo a Ronda Alta. O local é intensamente movimentado por ser um dos acessos a Santa Catarina, via Nonoai e, por outro lado, ponto de cruzamento da estrada de acesso a Sarandi, Rondinha e Carazinho.

A denominação Natalino tem sua origem no proprietário do estabelecimento comercial e lancheria, Natálio Verardi, localizado na encruzilhada da RS-324 com a rodovia que dá acesso a Sarandi. O acampamento emergiu numa região de muitas "granjas" mecanizadas e voltadas, basicamente à produção de soja, mas, por outro lado, com extensas áreas de terras mal exploradas e ociosas. (1)

A trajetória dos agricultores Sem Terra, desde o acampamento na encruzilhada Natalino até o assentamento definitivo, pode ser dividida em quatro fases distintas: a) origem e organização do movimento até o final de julho de 1981; b) intervenção militar durante o mês de agosto do mesmo ano; c) da saída dos interventores federais até o assentamento provisório em Nova Ronda Alta, em março de 1982; d) de Nova Ronda Alta ao assentamento definitivo, em outubro de 1983.

A origem e formação do acampamento não foi fruto de uma prévia articulação entre os Sem Terra, mas surgiu por pressão das condições materiais e da negação absoluta de um pedaço de terra para cultivar. As primeiras famílias que acamparam tinham sido expulsas de Nonoai e não contempladas com lotes na ocupação da granja MACALI, nem da Brilhante. Sem outra saída acamparam ao longo da rodovia como forma de chamar atenção do governo para o problema ainda sem solução.

Na falta de alternativas e sem lugar para ir, algumas famílias decidiram acampar na beira da estrada, instalando os primeiros barracos na Encruzilhada Natalino. O movimento iniciou de forma lenta e sem chamar atenção. Segundo Benincá, no dia 8 de dezembro de 1980, Natálio, expulso de Nonoai, armou a primeira barraca em frente o estabelecimento comercial. Logo após, outras famílias, remanescentes da ocupação da granja Brilhante, também acamparam. (2)

O movimento foi pouco expressivo, em termos numéricos, até abril, quando a imprensa passou a dar cobertura sistemática ao acampamento, e o número de famílias foi crescendo rapidamente. Segundo o jornal Zero Hora, de 7 de abril de 1981, "há 15 dias eram apenas 7 barracas de colonos expulsos da área indígena...". Segundo a mesma fonte, entre o dia 5 e 6 de abril, chegaram em torno de 50 famílias.

O rápido crescimento no mês de abril foi decorrente da divulgação do fato na região. O movimento foi ganhando, progressivamente, espaço na imprensa e na opinião pública e atraindo outras famílias. Diante desse quadro surgem algumas interrogações: de onde procediam as famílias acampadas? Quem eram os Sem-Terra? Onde trabalhavam e que relações de trabalho mantinham antes de acampar? É importante aprofundar estas questões para traçar um perfil sócio-econômico deles.

A análise sócio-econômica, bem como a procedência dos acampados, tem por base um cadastramento realizado pelo INCRA no acampamento na segunda quinzena de abril e publicado no início de maio de 1981. O número de famílias foi alterando com o passar do tempo e, por isso, é difícil traçar um perfil. No referido cadastramento foram registradas 469 famílias acampadas à beira da estrada. (3)

As famílias tinham uma história muito diversa em relação às formas e relações de trabalho. Do total cadastrado, 25,1% eram arrendatários; 19,36% trabalhavam nas terras de familiares; 15,53% eram peões; 14,04%, agregados; 4,46%, parceiros e 10,44% foram classificadas na categoria de "trabalhadores". (4)

Vê-se, portanto, a complexidade nas atividades e relações de trabalho desenvolvidas pelos Sem Terra. A expansão capitalista no campo não homogeneizou as relações de trabalho, pelo contrário, criou e recriou novas formas. A pluralidade de relações, aparentemente contraditórias, possuem uma lógica, quando compreendidas numa perspectiva global do sistema. Segundo José de Souza Martins, "o processo do capital cria, gera, produz formas sociais não-capitalistas que viabilizam a exploração capitalista e a acumulação". (5)

Quanto à procedência os dados revelam que os Sem Terra trabalhavam, em pelo menos, 14 municípios, a grande maioria do Alto Uruguai. Das 469 famílias, 45,12% procediam de Ronda Alta; 20,42% de Nonoai; 14,46% de Constantina. (6) Algumas famílias haviam retornado dos projetos de colonização do INCRA em Mato Grosso. Pelos dados do cadastramento, em fins de abril, 4 famílias tinham retornado do projeto Canarana (MT) e 4 de TERRANOVA, para o acampamento. O número de retornados aumentou ainda mais após o levantamento feito em fins de abril. Pelos dados outras 42 famílias acampadas eram remanescentes da área indígena de Nonoai. (7)

Antes de acampar muitos Sem Terra passaram por várias experiências de trabalho. Laureano Siqueira, por exemplo, foi intruso na área indígena de Nonoai durante 14 anos, sendo expulso por duas vezes. A primeira vem em 1966 e a segunda em 1978. Durante o intervalo entre as duas expulsões, trabalhou em Cascavel (PR) e, depois de muito sofrimento e migração, retornou à reserva. Tudo o que produziu em seus anos de labor perdeu em pouco tempo.

Após a segunda expulsão, Laureano, foi para Mato Grosso. Em seu depoimento disse que: "ao sair da reserva tive que pegar 5 caminhões, hoje estou carregando meu capital nas costas". Juntamente com outros expulsos foi para o projeto TERRANOVA, iludido pelas promessas. Ao relatar seu sofrimento, passado no projeto, disse que para dormir fez a cama com uma caixa de madeira e jamais viu uma cama e nem fogão. Decepcionado com as con-

dições de vida, reuniu a família e retornou. "O que eu trouxe de volta foi 3 maletas de roupas e 4 bolsas de estopa", desabafou. (8)

A trajetória da família de Salvador Pinheiro não foi diferente. Antes de entrar na reserva indígena de Nonoai, trabalhava como operário em Porto Alegre e, diante das dificuldades financeiras e da exploração, partiu para a atividade agrícola. Além da reserva, trabalhou de agregado para três proprietários em Nonoai e como peão-diarista para granjeiros em Passo Fundo. (9)

A família de Luiz Soares, após migrar de um lado para outro, vivendo na incerteza da sobrevivência, decidiu acampar com os demais Sem Terra. Segundo Luiz, após muito sofrimento, vivendo "lascado, lascado e meio" não teve outra alternativa a não ser juntar-se aos demais. Disse: "eu sou de Ronda Alta mesmo, mas cansei de pedir trabalho. Será que não tenho direito a uma terriinha como os outros?". (10)

A história da família de Davi Alves de Moura ilustra o sofrimento e a trajetória de tantos Sem Terra em busca de condições para sobreviver. Após ser expulso de Nonoai foi para o projeto TERRANOVA em novembro de 1978. As primeiras decepções chegaram com a frustração de safra, os problemas de saúde, a falta de financiamentos, entre outras coisas. A família perdeu uma filha pequena, que morreu de tifo sem nenhuma assistência médica.

Desiludido com a situação Davi foi trabalhar no garimpo Peixto (MT), transferindo-se, três meses depois, para o garimpo da Serra do Cachimbo (MT) e, dali, para o de Serra Pelada (PA).

As más condições de trabalho em Serra Pelada impôs o retorno para TERRANOVA onde trabalhou como peão. Pouco depois, retornou para o garimpo do Pará e trabalhou numa fazenda de um Tenente da Marinha e, sentindo-se ameaçado de morte, fugiu retornando para TERRANOVA. Com muitas dívidas e sem condições de pagá-las, vendeu o lote e retornou a Planalto (RS) para trabalhar com seu pai. Dali, partiu para o acampamento na Encruzilhada Natalino para lutar por um pedaço de terra no Rio Grande do Sul. (11)

Outros colonos acampados tinham trabalhado com familiares, como é o caso de Luiz Zanquette, que trabalhando com a família, de 11 pessoas, cultivava uma área de apenas 12,5ha. Desse modo, se impunha a necessidade de trabalhar terras alheias, em forma de arrendamento e parceria ou mesmo como assalariados temporariamente. (12)

Os exemplos se multiplicam e cada família tem uma trajetória muito particular, mas com um elemento comum: a falta de terra. A diversidade de experiências dos acampados, desde o trabalho assalariado até a atividade agrícola como peões, arrendatários, parceiros, intrusos nas reservas indígenas ou poineiros nos projetos de colonização, tudo isso deu ao movimento mais argumentos, consistência e subsídios para questionar as propostas de emprego ou de terras em projetos de colonização.

A pluralidade de experiências de trabalho, etnias, cultura, religião não impediu a luta, que centrou-se num objetivo comum: terra no Rio Grande do Sul. Em torno desse ponto o movimento forjou uma identidade e definiu táticas de pressão e ação. As experiências de luta e sofrimento possibilitaram um avanço qualitativo e deram condições ao movimento para resistir às adversidades climáticas, às pressões políticas do governo, à repressão policial-militar etc.

Progressivamente o movimento foi crescendo quantitativamente e organizando-se internamente, buscando uma identidade enquanto movimento de trabalhadores Sem Terra. Marginalizados pelas entidades de classe, pelos partidos políticos e pelo governo, os acampados buscaram apoio na Igreja.

O depoimento de Raul Vargas, acampado, ilustra bem esse quadro. Segundo ele: "no começo nós tínhamos uma situação muito péssima. Não tínhamos assistência de nada...". As famílias acampadas decidiram, então, pedir ao padre Arnildo, vigário da paróquia de Ronda Alta, para rezar-lhes uma missa, o que de fato aconteceu. Em seguida solicitaram-lhe para retornar nos fins de semana. "A gente viu que a Igreja começou a dar apoio". (13)

A Igreja, através da Comissão Pastoral da Terra -CPT-, desempenhou um papel decisivo na orientação política do movimento, através da organização interna e a reflexão da caminhada. Tendo como ponto de partida o princípio inspirador de que "a terra e dom de Deus a todos", a CPT ajudou a aprofundar as razões e os fundamentos da luta e o direito de exigir terra no próprio Estado do Rio Grande do Sul.

A consciência do direito a um pedaço de terra foi crescendo na medida em que foram sendo desvendados os princípios justificadores do cercamento de extensas áreas de terra, privando milhares de famílias à vida, obrigadas, então, a acampar na beira da estrada. Além da fundamentação do direito à terra em bases teológicas, foram determinantes a organização interna do acampamento e a relação do movimento com entidades sindicais, os partidos e demais entidades, a partir da posição da CPT.

A orientação metodológica da CPT foi sempre no sentido de que os próprios acampados deveriam assumir a luta como sujeitos do processo, enfrentando o governo, o INCRA, a imprensa, as campanhas de conscientização e de alimentos. Os Sem Terra tornaram-se, portanto, sujeitos do processo, ao contrário do que queria o governo. A devolução da palavra aos verdadeiros interessados foi um dado fundamental na condução do movimento.

A orientação política-metodológica foi importante tanto para os acampados, que foram perdendo o medo de falar, quanto às entidades solidárias, que passaram a ter um papel definido de apoio e de respaldo nas negociações e nas mobilizações da comunidade, quando necessário. Esse procedimento não permitiu a nenhum partido, nem Igrejas, sindicatos ou outras entidades a cooptarem o movimento. O depoimento de um membro da CPT/RS, padre João Bosco Schio, explicita melhor as implicações desse procedimento metodológico: "quando a causa é assumida por alguém de outra classe ou categoria que tem algo a perder, na hora difícil, ele negocia ou fraqueja (...). porém, se forem os implicados que estão defendendo aquilo que é essencial à vida, aí torna-se diferente". (14)

Como forma de garantir o processo participativo e democrático, foram organizadas comissões internas com funções específicas de acordo com as necessidades, coordenadas pelos próprios acampados. Entre as comissões específicas havia as de: alimentação, saúde, água, higiene, estudos, cantos-animação-reza, segurança e recepção. Além dessas, tinha uma coordenação geral do acampamento, que acompanhava o trabalho como um todo. Os problemas, a formação de novas comissões e outras questões do cotidiano, eram discutidos em assembléia geral, nos finais de tarde, com a deliberação de propostas e encaminhamentos.

A forma de organização interna possibilitou ao movimento um grande avanço qualitativo. No final de março e início de abril de 1981, o acampamento começou a chamar atenção da imprensa, que passou a dar cobertura sistemática. Nesse mesmo período, o governo destacou um efetivo policial, com aproximadamente 100 soldados da Brigada Militar, para o local. Os soldados instalaram-se numa área cedida por um fazendeiro em frente ao acampamento. (15)

O movimento foi ganhando espaço e crescendo internamente tanto em organização, quanto em número de famílias. O governo começou sentir a ameaça e as repercussões do acampamento e enviou um telex ao presidente do INCRA, Paulo Yokota, em 6 de abril, destacando a crítica situação no local. No telex o governador chamou atenção para o "crescente clima de tensão social que está intensificando-se na região do Alto uruguaí, particularmente no município de Sarnadi e Ronda Alta, onde mais de cento e vinte famílias ameaçam invadir áreas de responsabilidade do INCRA na Fazenda Anoni e outras áreas particulares...". (16)

A preocupação do governo estadual era de que os acampados ocupassem a Fazenda Anoni e outras áreas particulares, próximas ao acampamento, que, mesmo estando sob a proteção militar, não tinham a segurança necessária. No telex, o executivo responsabilizou o INCRA pela solução do problema por "ser de sua competência tal assunto".

Enquanto o acampamento na Encruzilhada Natalino trans-

formava-se num foco de tensão social, com a ameaça de se ocupar as terras, outro grupo de agricultores Sem Terra ocupou a reserva florestal em Rondinha, a 6 km do acampamento, em 5 de abril do mesmo ano. Inicialmente foram 14 famílias do mesmo município, que, com apoio do prefeito, Eugênio Antônio Merlon (PDS), entraram na área da reserva, temendo que os Sem Terra do Natalino tomassem a mesma atitude. Semente no dia 7 de abril a "administração da reserva e a Brigada Militar perceberam a invasão...".(17)

Em documento intitulado "Explicação ao Povo e ao Governo", aprovado em assembléia geral dos acampados no Natalino, dia 27 de junho de 1981, foram denunciados os vários políticos que "criaram confusão no acampamento", entre eles, o referido prefeito de Rondinha. Segundo a avaliação dos Sem Terra no documento, Merlon, "mandou vinte e duas famílias de colonos invadir a reserva florestal do Estado, e estão até hoje lá acampados atrapalhando o assentamento da CEMAPA". (18) Segundo os acampados, o incentivo à formação desse acampamento foi para enfraquecer o poder e força do movimento na Encruzilhada Natalino.

Em meio a dificuldades e percalços, o acampamento na Encruzilhada foi ganhando, progressivamente, espaço e força política. Em 8 de abril, deslocaram-se de Porto Alegre, ao local, duas comitivas, sendo uma delas com deputados da Assembléia Legislativa, e a outra com o Secretário da Agricultura. Ambas tinham por finalidade averiguar a situação e ouvir os acampados. Certificaram-se, então, das más condições de habitação, o sofrimento provocado pela alta temperatura, a seca e o intenso tráfego na RS-324 provocando muita poeira e prejudicando a saúde. Os acampados fizeram, na oportunidade, duas exigências básicas: assistência médica, alimentos e terras no próprio Estado.(19)

A presença das duas comitivas foi importante e do encontro resultou a definição de uma audiência dos Sem Terra com o Governador e o Secretário da Agricultura para o dia 13 de abril, em Porto Alegre. O Secretário da Agricultura, entretanto, já havia afirmado no acampamento, pela primeira vez, que: "o Estado não tem terras para o assentamento".

A abertura de um canal para negociações entre o movimento e o governo apresentou-se, para muitos acampados, como a perspectiva de solução e conquista imediata da terra. "Eu pensava que ia vir aqui e conseguir terra logo...", disse Lauri Zanquete. Muitos outros acampados pensavam da mesma forma.

Uma comissão, com doze colonos, foi escolhida para ir até Porto Alegre e negociar com o Governador. Tanto a comissão como as propostas a serem apresentadas foram aprovadas em assembleia geral. Entre os doze escolhidos, apenas um conhecia a capital do Estado, e os demais nunca tinham viajado para lá, o que causava certa apreensão. Encorajados pelo apoio das mais de 250 famílias acampadas até o momento, e premidos pelas necessidades materiais, a comissão deslocou-se para Porto Alegre em 12 de abril.

O resultado da primeira negociação, no entanto, decepcionou a comissão, bem como os acampados. O governador Amaral de Souza negou-se a recebê-los, indicando como seu representante, o Secretário da Agricultura, Baltazar de Bem e Canto. A comissão ouviu do Secretário dizer que "o Estado não tem terras, nem dinheiro para comprá-las. O problema é do INCRA, que é um órgão de colonização e Reforma Agrária". (20)

A resposta negativa do governo, a falta de perspectiva, agravada pelas más condições de habitação, higiene e alimentação, contribuíram no aprofundamento da consciência de que a conquista da terra seria difícil e exigiria muita luta e organização. Ao mesmo tempo, foi aumentando o número de barracos com novas famílias procedentes de vários municípios e de outros Estados. A proximidade física dos barracos, a falta de trabalho, tudo isto contribuiu para a troca de informações a respeito da origem das famílias, a história pessoal de sofrimento, angústias e esperanças. Em meio ao bate-papo o chimarrão tornou-se um elemento aglutinador, possibilitando o aprofundamento de laços de entre-ajuda e solidariedade.

A presença de famílias retornadas de Mato Grosso no acampamento abriu um espaço importante para denúncias e contra-

-informações sobre os projetos de colonização do INCRA. O relato minucioso feito por quem viveu o sofrimento, a fome, doenças e mortes na família, reforçou a proposta de que a única alternativa era exigir terras no próprio Estado.

Um dos retornados, Zidério Biazus, disse que, após a expulsão de Nonoai, foi para TERRANOVA e retornou, acampando com os demais. Falando do projeto disse: "vi coisas lá que a gente nunca imagina. Muito gaúcho morrendo por causa da malária, principalmente crianças". Outra retornada, Floreci de Fátima Oliveira, tinha ido para Chapada dos Guimarães (MT) num projeto de colonização. Relatando sua situação disse: "uma mãe perdeu 2 filhos em 20 dias por causa da malária". A agrovila onde ela morava, ficou isolada durante alguns dias por causa da chuva, e, como os alimentos vinham de fora, os colonos passaram 10 dias "comendo sopa de caldo Knor com arroz". ao comparar a situação de Mato Grosso com a do acampamento, garantiu que os acampados estavam vivendo em melhor situação. (21)

A contra-informação denunciada pelos Sem Terra que retornaram de Mato Grosso, reforçou ainda mais a posição de exigir terras no Rio Grande do Sul. Diante da radicalização do movimento, o governo do Estado iniciou forte campanha, na imprensa, acusando a existência de "elementos invisíveis" infiltrados no acampamento interessados em aprofundar o conflito entre os Sem Terra e o governo. (22)

Outra forma de ataque foi acusar o movimento de ser ilegítimo, por serem os acampados aproveitadores e não merecerem terras. Eles "receberam terras no Mato Grosso e venderam as terras e muitos não são agricultores". Pela primeira vez o governo apresentou uma proposta concreta de EMPREGO nas Estações Experimentais da Secretaria da Agricultura do Estado. Segundo o governo, "estamos dispostos a dar emprego para quem quiser trabalhar". (23)

O movimento respondeu negativamente à proposta de emprego oferecida pelo governo, fazendo aumentar ainda mais a incerteza em relação ao futuro dos acampados, agravado com as

más condições climáticas de chuva e frio. A falta de perspectivas e o descaso dos órgãos oficiais fizeram aumentar a tensão interna. O governo continuou responsabilizando o INCRA na solução do problema da terra. (24)

Em meio ao sofrimento e à desesperança, os acampados celebraram a Semana Santa, 12 a 19 de abril, refletindo sobre a prisão, tortura, morte e ressurreição de Jesus Cristo, confrontando com a situação real vivida no acampamento. Em torno de uma pequena cruz de madeira, plantada desde o início, os Sem Terra refletiram a situação de morte, abandono e falta de terra. (25)

Na pequena cruz estava inscrita a frase: "Salva a tua Alma", fruto da formação religiosa tradicional-dualista que separava a dimensão espiritual da vida material. Aos poucos, no entanto, os acampados foram percebendo que a pequena cruz não simbolizava o dia-a-dia. Decidiram, então, que "tinha que ser uma cruz pesada, dura e rústica. Devagarinho é que se substituiu a cruz onde estava inscrito o individualismo-espiritualista, 'salva tua alma', por outra que é um símbolo da luta e da vida". (26)

A partir da reflexão das condições reais à luz da fé, o movimento deu um salto qualitativo, descobrindo um símbolo catalizador do sofrimento e da esperança, representado na cruz pesada e rústica. A cruz é dialética na medida que, da morte e do sofrimento, aponta para um horizonte de esperança e vida. Enquanto símbolo, ela une o sofrimento e a conquista, sem criar ilusão de que se chega à vitória sem esforço e organização e, por outro lado, dá a certeza que o sofrimento é uma etapa a ser superada com a conquista da terra.

A dimensão religiosa sempre foi muito forte no acampamento. A reflexão bíblica sempre esteve muito presente, especialmente nos finais de tarde quando todos se reuniam em torno da cruz para avaliar o dia, o trabalho das comissões, a troca de informações e notícias veiculadas pela imprensa, leitura das moções e cartas de apoio e solidariedade, leitura da Bíblia e reza. O livro do Êxodo foi muito usado pela identificação da história dos acampados com o povo hebreu que, para conquistar a

terra, teve que organizar , fugir da escravidão e sofrer muito. A conquista da terra, além, dava certeza da vitória, de um dia chegar à terra sonhada para cultivá-la e tirar dela o sustento. (27)

A fé foi um elemento essencial na sustentação do movimento e na resistência às adversidades climáticas, à fome, no enfrentamento ao governo, aos setores contrários ao movimento e à própria força repressiva. A fé, no entanto, não substituiu e nem subestimou a luta política, o contrário dos movimentos messiânicos em que o fanatismo religioso era princípio motivador, mediador e fim. Na Encruzilhada Natalino a fé não idolatrou nenhum líder, pelo contrário, as soluções dos problemas foram sempre buscadas na ação coletiva, consciente e organizada.

Superados os primeiros impactos provocados pelo frio, chuvas e as respostas negativas do governo à proposta de terras no Estado, os acampados começaram a enfrentar acusações cotidianas por parte do governo, de entidades e setores da Igreja, contrários ao movimento. Na segunda metade de abril, o governo intensificou a campanha de difamação contra os Sem Terra, acusando-os de 'vadios', 'preguiçosos' e 'proveitadores'.

O movimento sindical, de modo geral, evitou a tomada de posição. A regional de Sarandi, por exemplo, juntamente com a FETAG/RS, entraram no jogo do governo e decidiram, numa reunião em abril, fazer um levantamento, entre os acampados, para ver se realmente eram aproveitadores que estariam esperando um pedaço de terra para revendê-las posteriormente.

Diante das insistentes acusações foram realizados vários cadastramentos. O INCRA fez um levantamento, em abril, que resultou nos dados apresentados anteriormente. A maioria absoluta dos acampados era realmente agricultores Sem Terra procedentes de vários municípios do Alto Uruguai e, algumas retornadas de Mato Grosso. (28)

Paralelamente à realização de pesquisas, para descobrir os supostos "infiltrados e aproveitadores", o governo continuou oferecendo emprego em órgãos oficiais, entre eles, nas Es-

tações Experimentais, mas também em empresas privadas, que chegaram a ir até o acampamento oferecer-lhes emprego.

Sem nenhuma perspectiva concreta de terras, as condições internas no acampamento agravaram-se com a chegada do chuvoso inverno, fazendo aumentar as doenças. (29) A chuva tornou praticamente intransitável a RS-324, dificultando o deslocamento de alimentos, doentes etc. A situação chegou ao extremo, e uma mulher teve de ser "conduzida ao hospital de Ronda Alta por uma patrula da prefeitura...". (30)

A falta de alimentos e roupas exigiu a organização de uma campanha no Rio Grande do Sul, com reflexos em outros Estados, principalmente, Santa Catarina. Muitas entidades solidarizaram-se com o movimento, recolhendo alimentos, roupas e abrindo espaços para a discussão do problema em sindicatos, organizações populares nas periferias de cidades, Igrejas, Universidades etc. Muitas entidades convidaram-nos para discutir a situação enfrentada, queriam saber de onde vinham, quem eram os Sem Terra e que propostas apresentavam.

As campanhas de solidariedade não eram apenas assistencialistas, mas possibilitavam uma reflexão sobre a estrutura fundiária e o porquê de tantas famílias Sem Terra. Era uma campanha de conscientização, e, por isso, o movimento foi ganhando mais respaldo e legitimidade, principalmente, em outros setores que temiam apoiá-los.

A proposta de levar a discussão para fora do acampamento abriu espaço para o retorno, ou seja, a visita de caravanas de entidades sindicais, políticos, associações de moradores, padres e bispos. Nesse intercâmbio, cresceu ainda mais o apoio ao movimento. Diante daquela situação não havia meio termo: ou se apóia os Sem Terra ou se está a favor do governo. Isso ficou bem claro para os acampados. Quando da visita de sindicalistas da regional de Sarandi, os acampados disseram: "chega desta conversa mole, ou vocês estão do nosso lado ou estão contra nós".

Muitos líderes sindicais mudaram de posição e passaram a apoiar a proposta dos colonos, outros, porém, assumiram o dis-

curso do governo e continuaram acusando os colonos de aproveitadores, infiltrados e vadios. Os Sem Terra negaram-se a responder questionários feitos por estes sindicatos. Disseram: "de sindicato pelego, conversa mole e mentiras estamos cheios". (31)

No final do mês de abril surgiu um novo problema que foi a ação de "agentes secretos". Certas pessoas estranhas infiltraram-se entre eles e aconselhavam o deslocamento das crianças para locais "menos conturbado e em melhores condições". Outra sugestão que faziam era para não prestarem declarações à imprensa. (32)

Alguns "agentes secretos" atuavam durante a noite, utilizando dois automóveis. Eles "fazem ronda no acampamento durante a noite. São dois carros sem placas, geralmente com dois ocupantes dentro". Segundo a comissão central eram policiais que iam escutar as conversas nos barracos. Os "secretos" estacionavam os carros e um dos ocupantes descia e escondido aproximava-se dos barracos para escutar as conversas e, ao perceber qualquer pessoa dos acampados, fugiam. Esse problema gerou um clima de tensão, causando medo e intranquilidade. A segurança interna passou, então, a receber um tratamento especial. (33)

Os "agentes secretos" estavam a serviço do governo em busca de informações, dos infiltrados, dos líderes do movimento e dos "elementos invisíveis" que insuflavam os Sem Terra a rejeitarem a proposta do governo. (34) As ameaças e pressões tinham por finalidade convencê-los da proposta de emprego, única alternativa, até então, apresentada pelo executivo estadual.

No dia 28 de abril, uma "Comissão Especial" constituída pelo governo para acompanhar os colonos de Ronda Alta, esteve no acampamento oferecendo emprego nas estações experimentais, por um salário mínimo, até o INCRA resolver o problema de terras para assentá-los. A "Comissão especial" estava acompanhada por Dom Cláudio, bispo da Diocese de Passo Fundo, a qual pertence a paróquia de Ronda Alta.

Referindo-se a visita da comissão, Raul Vargas, acampado, disse que o bispo Dom Cláudio, "chegou no acampamento jun-

tõ com aquela comissão do governo e exigiu do povo que aceitasse a proposta de emprego". (35) Os acampados, entretanto, reagiram e firmaram a posição de terras no Estado.

O mês de maio iniciou com uma grande manifestação no acampamento em comemoração ao dia 1º, dia do trabalhador. Foi a primeira manifestação e reuniu grande número de trabalhadores da cidade e do campo, líderes sindicais, agentes religiosos, políticos, líderes de movimentos de bairros, associações de moradores e entidades de classe. Durante a fala das entidades, foram denunciadas situações de sofrimento e luta pelo direito a terra em outras regiões do Brasil, o que reforçou ainda mais a necessidade de resistir. "Foi um dia que o povo ficou consciente de mais um passo para ficar firme na luta (...). O apoio das entidades de fora já vinha acontecendo antes, mas pegou mais a partir do dia do trabalhador. Neste dia, deu para ver que tinha muito e muito povo do nosso lado...". (36)

Enquanto o governo insistia na proposta de emprego, o INCRA reafirmou que no Estado não existia terra para assentar as famílias acampadas. Diante da resistência do INCRA, os acampados e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana realizaram levantamento em algumas regiões do Estado sobre as terras disponíveis e passíveis de desapropriação, segundo o Estatuto da Terra.

Os Sem Terra já haviam denunciado publicamente áreas, próximas ao acampamento, em condições para assentar todas as famílias acampadas. Entre as áreas apontadas constava a fazenda Anoni, com mais de 9.000 ha, em litígio desde 1972; a fazenda Santa Rita, em Ronda Alta, com 1.900 ha de propriedade de italianos; a fazenda "dos judeus", Ronda Alta, com mais de 2.000 ha; os 5.800 ha da Fazenda Sarandi que foram distribuídos a pessoas que "nem eram agricultores, só porque eram companheiros políticos do governo". Além dessas áreas foi indicada a fazenda dos irmãos Guerra, em Carazinho, com mais de 9.900 ha. (37)

A resistência ao emprego e à colonização tinha como justificativa a existência de dados sobre terras disponíveis para desapropriar, faltando apenas a decisão política para tanto. O

Estado, no entanto, buscou de todas as formas encobrir as contradições estruturais e, ao mesmo tempo, esvaziar os focos de tensão social, mantendo os latifúndios intocados. O movimento, entretanto, conseguiu revelar os interesses de classe e a ideologia subjacente ao discurso do governo e do INCRA. (38)

Os Sem Terra continuaram pesquisando áreas de terras colocadas a venda e conseguiram mostrar a existência de milhares de hectares nos municípios de Passo Fundo, Ronda Alta, Frederico Westphalen e Nonoai. (39) Além dessas áreas, localizaram 18 propriedades consideradas "latifúndios por exploração", somando 41.000 ha nos municípios de Esmeralda, Chapada, Passo Fundo, Ronda Alta, Campinas do Sul e Nonoai.

Ao mesmo tempo, a Igreja Luterana pesquisou, a partir dos dados fornecidos pelo INCRA, áreas consideradas latifúndios por exploração nos municípios de Dom Pedrito, São Gabriel e Palmeira das Missões. Foram localizados 234 latifúndios, todos com área superior a 1.000 ha, totalizando 564.185,10 ha. (40) Esses dados computados a partir do cadastramento de um órgão oficial, desautorizou o governo e o próprio INCRA a afirmarem que o Estado não dispunha de terras para assentar as famílias acampadas. O problema foi, progressivamente, se explicitando como sendo uma questão política. Desapropriar áreas de latifúndio não interessava ao governo, pelo fato de atrair sobre si a oposição dos latifundiários que dominaram, ao longo da história do Rio Grande do Sul, o poder político.

A falta de resposta do governo às reivindicações dos Sem Terras e a insistência de emprego foi desgastando profundamente o executivo estadual. O movimento, ao contrário, foi ganhando espaço na imprensa, o apoio de entidades e instituições em vários Estados. A sociedade política perdeu apoio de importantes setores da sociedade civil que hipotecaram solidariedade à causa colocada em questão pelo movimento. Muitas entidades apoiaram a luta desde o início, e outras foram aderindo no processo e na caminhada. (41).

Diante da radicalização do movimento e a reação à proposta de emprego, o governo intensificou a campanha pública de difamação dos Sem Terra acusando-os de "vadios" por negarem-se a trabalhar. Além do ataque público, o Major Caio da Casa Militar do governo foi até o acampamento e ameaçou as famílias acampadas de despejo "de qualquer maneira". Até então, somente 6 famílias haviam aceito emprego nas estações experimentais. (42)

Em 5 de maio, uma comissão de acampados foi a Porto Alegre e, acompanhados por deputados estaduais, pela FETAG, CONTAG, dirigentes sindicais, pelo Movimento de Justiça e Direitos humanos, pelo representante das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs -, CPT e pelo Diretório Acadêmico de Teologia da PUC/RS, encontraram-se com o governador, que nada de novo apresentou a não ser a reiteração da proposta de emprego. A mesma comissão reuniu-se com Alcione Burin, coordenador regional do INCRA, que reafirmou a inexistência de terras no Rio Grande do Sul para assentar as famílias. Pela primeira vez, no entanto, ouvindo a proposta do INCRA de "assentamento em projetos no Centro-Oeste ou Norte do País", responderam: "fora do Estado não queremos terra". (43)

A comissão retornou sem nenhuma perspectiva concreta. Com objetivo de pressionar os Sem Terra a aceitarem a proposta de terra nos projetos de colonização, deslocou-se para o Estado o presidente do INCRA, Paulo Yokota. A reunião aconteceu no dia 11 de maio, com uma comissão de acampados composta por duas mulheres e dois homens, sendo Lourenci uma das retornadas e, portanto, conhecedora da situação nos projetos de colonização na Amazônia para onde havia ido, e Olmiro, um expulso da reserva de Nonoai não contemplado com terras nas ocupações das granjas MACALI e Brilhante. A escolha da comissão foi estratégica e possibilitou uma discussão com argumentos a partir da própria experiência, desmitificando, assim, as proposições do INCRA sobre a colonização e o problema dos expulsos de Nonoai ainda não solucionado totalmente.

No encontro, Yokota insistiu na colonização em Mato Grosso, no Território de Roraima e no Acre. O presidente do INCRA justificou sua proposta argumentando que muitos gaúchos tinham i-

do para a Amazônia. Lourenci confirmou a transferência de muitos gaúchos, ressaltando, porém, que: "eu também fui, só que voltei com 70% dos que estavam comigo". (44) A comissão de colonos afirmou a existência de várias áreas passíveis de desapropriação no Estado, inclusive propriedades de empresas estrangeiras.

As constantes reuniões dos Sem Terra com órgãos oficiais e as respostas negativas, desafiaram os acampados a estudarem o que a lei previa sobre a desapropriação, o direito de exigir terras no próprio Estado, enfim, o que previa o Estatuto da Terra, instrumento legal para resolver a questão. No mês de maio, foram realizados estudos em grupos sobre o Estatuto da Terra, a Constituição e os decretos referentes à desapropriação. O estudo possibilitou esclarecer e aprofundar os direitos previstos em lei. (45)

No mês de maio, os acampados aprovaram também, em assembleia geral, a primeira carta de esclarecimento sobre a origem e trajetória dos Sem Terra, a situação interna do acampamento e a proposta do movimento. A carta esclareceu que eles não queriam a terra dada, "queremos pagá-la com o nosso trabalho! Denunciaram também que: "muita gente do governo veio aqui fazer nós desistir oferecendo emprego pelo salário mínimo e terras no Norte, de onde estão voltando nossos companheiros que foram levados para lá". (46)

A carta relatou também as más condições de habitação e alimentação, "muitos passam fome e frio". Com as chuvas e o frio, cresceu muito o número de doentes, e o atendimento médico continuou deficitário. Dia 28 de maio, morreu a terceira criança no acampamento. Loivaci Pinheiro, de 4 meses de idade, morreu de subnutrição e broncopneumonia no hospital de Ronda Alta, quando seus pais aguardavam o atendimento. Loivaci já havia sido internada e, ao retornar pela segunda vez, morreu na fila de espera. Em depoimento, seu pai disse: "pedi para os médicos atenderem ela primeiro, mas eles me disseram que eu tinha que esperar a ordem das fichas e tinha sete pessoas na minha frente. Ficamos esperando e, quando vimos, ela já estava morta. Morreu nos braços da mãe". (47)

O enterro de Loivaci reuniu todos os acampados que protestaram contra o descaso do governo, o mau atendimento médico, os "agentes secretos", o INCRA - por só pensar na transferência para Mato Grosso -, as desigualdades nas distribuição de terras etc. O ato concluiu com a reafirmação das propostas de terra no Estado, atendimento médico, exigência de alimentos, agasalhos, aplicação do Estatuto da Terra e a realização da Reforma Agrária. (48)

A denúncia pública das más condições de vida, do sofrimento e mortes, sensibilizou muitos setores da sociedade e entidades em todo o Brasil. O apoio material, cartas de solidariedade, abaixo-assinados endereçados ao governo pedindo solução ao problema, chegaram de vários Estados do País.

Os acampados continuaram se deslocando para várias cidades da região inclusive para outros Estados relatando a situação e conclamando os trabalhadores rurais e urbanos a visitarem o acampamento para verem de perto as condições de sofrimento e a resistência. Muitas pessoas que atacaram o movimento, utilizando a argumentação do governo, mudaram de opinião ao sentirem no local o sofrimento, fome, frio, doenças e ouvirem dos acampados a história de vida, a trajetória de migração, luta e esperança.

No mês de maio chegaram inúmeras cartas de apoio aos acampados, como da Federação da Agricultura do Paraná - FETAEP-, do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo e dos metalúrgicos de Santos (SP), que escreveram hipotecando solidariedade ao movimento e manifestando a convicção de que "... somente a Reforma Agrária solucionará os problemas do campo brasileiro". (49) Muitas entidades, especialmente de periferias de cidades, promoveram campanhas de esclarecimento e ao mesmo tempo recolhendo doativos. A situação de sofrimento aproximou "operário-camponês", identificados por uma situação material semelhante e uma consciência de classe, mesmo que incipiente.

O mês de junho chegou e, com ele, o forte inverno, as chuvas e o frio, chegando a zero grau. Em consequência, aumentou o número de doentes, principalmente, crianças. O governo con-

tinuou insistindo na origem não agrícola dos Sem Terra e solicitou novos cadastramentos.

A falta de perspectivas, o jogo de empurra entre o governo e o INCRA, a insegurança e a pressão das necessidades levaram o movimento a ameaçar a ocupação de terras próximas ao acampamento. No início de junho tudo levava a crer que a ocupação era a única alternativa. Na situação de desespero e tensão "se começa a levar a sério as ameaças de invasão de áreas da região, conforme se comenta com insistência". (50)

A ocupação não ocorreu e o movimento continuou resistindo às intempéries. O frio na noite de 3 para 4 de junho baixou para zero grau. As condições de sobrevivência não foram fáceis como relata o acampado Nereu José dos Santos, que disse: "ninguém conseguiu dormir a noite toda. O sofrimento foi grande com o frio, a umidade e o choro da criança. Foi uma situação difícil de agüentar". Segundo Adão de Mello, também acampado, "as lonas dos barracos levantam com o vento, a gente não consegue se abrigar da umidade...". O atendimento médico, já deficitário, ficou agravado com o aumento de 50% do número de doentes. (51)

As barracas foram construídas provisoriamente e sem as mínimas condições para resistir às intempéries de um inverno rigoroso. Os barracos foram erguidos com varas e forquilhas e enripados com taquaras amarradas com cipós, tendo por cobertura lona plástico e algumas com capim. O distanciamento era mínimo, chegando em alguns casos a um metro apenas. O espaço entre a cerca, nos fundos do acampamento, até a estrada era pequeno, mesmo assim abrigou de três a quatro filas de barracos paralelas a rodovia.

A água utilizada para consumo era de péssima qualidade, apanhada em dois poços construídos pelos acampados e na lagoa de uso coletivo onde era lavada a roupa e servia também para banho. A lagoa era abastecida pelas chuvas, que recolhiam agrotóxicos nas lavouras antes de chegar ao depósito, provocando doenças e contaminações. A comparação feita por Diógenes Martins Pinto retrata a situação enfrentada pelos Sem Terra: "qualquer favela

da cidade, seja onde for, poderá ser considerada 'palácio' se for comparada com a favela da rodovia". (52)

As denúncias públicas sobre as más condições do acampamento atraíram muita solidariedade. Como o confronto ficou polarizado entre o governo e o movimento, qualquer ato, mesmo que aparentemente assistencialista, tinha profundas repercussões políticas. Ajudar com roupas, alimentos, era reforçar a proposta dos acampados e questionar a posição do governo.

Em junho, o movimento ganhou espaço e destaque em nível nacional. Prova disso foram as cartas de solidariedade e doativos que chegaram de 13 Estados, além do apoio de várias entidades com representação nacional. (53) Chama atenção como muitas entidades de operários solidarizaram-se com a luta pela Reforma Agrária apoiando os Sem Terra do Natalino. (anexo 13) A legitimidade da proposta dos acampados e a denúncia do sofrimento não explicam, por si só, as razões do apoio em nível nacional. Foi importante o momento histórico em que surgiu o acampamento, momento de crise do regime militar.

O regime político-militar, instaurado em 1964, começou a mostrar suas contradições entrando em crise no final dos anos setenta. Começaram aparecer os resultados da política econômica, fundiária, o outro lado do milagre econômico, a repressão, torturas, mortes e desaparecimentos. Veio à tona acontecimentos de um período de repressão e violência. Contribuiu, para tanto, a pressão da sociedade civil, as greves do ABC paulista, o renascimento de um novo movimento sindical combativo, que exigia a redemocratização do país.

Com a abertura de alguns espaços políticos, cresceram as denúncias contra o regime militar. Concomitantemente, aumentaram as insatisfações populares, exigindo um espaço de cidadania. (54) Nesse quadro situa-se o movimento dos acampados, que polarizou com o governo, representante e prolongamento do regime militar. Por isso a solidariedade aos acampados foi tão intensa em todo o Brasil.

Ainda no mês de junho o acampamento foi visitado por várias entidades e pessoas de outros estados, denunciando situações semelhantes e reforçando a necessidade de resistência. Entre os visitantes, esteve o bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, profundo conhecedor da realidade fundiária do País, além de estar ameaçado de morte e expulsão do Brasil, com base na Lei dos Estrangeiros, por defender os posseiros da violência cometida pelos latifundiários e grileiros.

Em sua estada no Rio Grande do Sul, foi duramente criticado na imprensa, inclusive pelo arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer. Acusado de "pregação comunista", Dom Pedro não foi autorizado a rezar missa no acampamento. Mesmo assim esteve no local dia 21 de junho, quando ocorreu uma concentração de aproximadamente 6.000 pessoas da região em apoio aos Sem Terra. (55)

No final da manifestação foi rezada uma missa e presidida pelo padre Arnildo Fritzen. A pregação, porém, foi feita por Casaldáliga, que citou dados dos grandes latifúndios no Brasil e o número de famílias Sem Terra. Conclamou a todos a não terem medo: "pode vir o exército, poder vir a polícia, podem vir pistoleiros, pode vir prisão, pode vir até a morte: não tenhamos medo". Continuando, pediu a união dos acampados: "cuidado, posso dizer para vocês pela experiência de 13 anos de Mato Grosso que os grandes e o governo tentarão dividir vocês, cuidado. A união dos pequenos é a força dos pequenos. Não se deixem dividir, não se deixem comprar...". (56)

Foi avaliando e refletindo sobre a crescente solidariedade externa que os acampados decidiram expressá-la num símbolo. O símbolo maior da luta era a cruz pesada e rústica, mas foi acrescida pelo elemento da solidariedade. Ela recebeu, então, as escoras, significando o apoio das comunidades, instituições e entidades diversas. A luta, segundo os acampados, continuava em pé, porque as escoras ajudavam a sustentá-la. Segundo Campignotto, a cruz "foi sendo escorada pelo povo de fora, as entidades, Igrejas. Nos momentos que vinham os alimentos, nós botávamos uma escora na cruz, que ia se tornando mais leve".

Nas escoras foram escritos os nomes das entidades solidárias. Além das escoras foram colocados na cruz, panos brancos, um para cada criança que morreu no acampamento. A cruz catalizou todos os acontecimentos e a vida no acampamento, e, em torno dela, os Sem Terra permaneceram unidos até a conquista da terra. Nela estava expresso o sofrimento, a morte das crianças, o apoio externo e a esperança da vitória. (57)

Ao mesmo tempo que o movimento ganhava mais poder de pressão, o governo eximia-se da responsabilidade. Em declaração à imprensa, o secretário substituto da Secretaria do Trabalho e Ação Social, disse: "o governo estadual não se responsabiliza por novos óbitos que ocorrerem na Encruzilhada Natalino (...). O governo fez uma proposta lúcida de acolher estas pessoas nas estações experimentais...". (58)

O INCRA continuou com a proposta de terras em outros Estados. O presidente da FETAG/RS e o secretário da Agricultura estiveram em Brasília, em 8 de junho, para uma reunião com o presidente do INCRA. Do encontro não resultou nenhuma proposta concreta a não ser as já conhecidas. A proposta continuou a colonização no Centro-Oeste e na Amazônia. (59)

O governo estadual insistiu na idéia de que entre os colonos havia aproveitadores. Encomendou, então, à Fundação Rio-grandense de Assistência um novo cadastramento entre as famílias acampadas. Os dados revelaram, segundo o governo, que 43 agricultores possuíam bens e propriedades de terra com áreas entre 0,2 e 5 ha, 11 acampados eram filhos de pequenos proprietários e outros 16 tinham antecedentes policiais.

De posse de tais dados, o Executivo passou a uma nova ofensiva na imprensa acusando os Sem Terra de serem proprietários, vadios, criminosos e coisas do gênero. Em resposta, os acampados aprovaram uma carta intitulada: "Explicação ao Povo e ao Governo", denunciando a falsidade e manipulação dos dados pelo governo, interessado em desmoralizar e tirar a legitimidade da luta.

Na carta, denunciaram a manipulação por parte do go-

verno dos dados publicados como a divulgação de áreas em metros quadrados - medida pouco utilizada quando referida a áreas rurais. Para causar impacto, por exemplo, divulgou que uma família possuía 19.000 m<sup>2</sup> de terra, o que é equivalente a 1,9 ha. Sobre os 16 envolvidos com a polícia, a explicação dada foi de que "8 deles envolveram-se em brigas em bailes e ou festas, sendo que dois já abandonaram o acampamento. Dois outros envolveram-se como testemunhas apenas. Outros 2 foram acusados de roubo, mas foram inicientados, e dois compraram mercadorias roubadas. Um praticou homicídio em legítima defesa e foi absolvido em júri popular, e um pagou dívida com cheque pré-datado e, ao ser descontado, foi rejeitado como cheque sem fundo". (60)

A carta explicou também que 5 acampados possuíam lotes urbanos, mas sem condições de sobreviver. Outros 3 tinham áreas de até 10 ha que venderam por motivos de doenças, dois possuíam automóveis velhos, e um era comerciante, havendo sempre trabalhado na terra. Quatro famílias que tinham tentado conseguir terra não resistiram e retornaram para suas casas em poucos dias.

O governo, no entanto, continuou atacando em duas frentes: denunciando os acampados e oferecendo emprego. Em nota do Partido Democrático Social (PDS) publicado em 24 de junho, dizia: "homens, mulheres, velhos, jovens, crianças são os personagens que compõem o quadro humano dos colonos em Ronda Alta. Nem todos colonos e nem todos Sem Terra, é verdade. O governo do Estado não tem recursos e nem competência legal para resolver o problema...". (61)

Na falta de propostas para solucionar a questão, o movimento sindical, reunido em Porto Alegre, decidiu dar um prazo ao governo para resolver o impasse, até 25 de julho, Dia do Agricultor. Para este mesmo dia, marcaram uma grande concentração de apoio aos acampados e por uma política agrícola favorável ao pequeno produtor. (62)

O governo continuou irredutível na proposta de emprego, e o INCRA, em oferecer terras em outros estados. Ao mesmo tempo

o executivo continuou buscando formas para dividir o movimento. As acusações contra os acampados continuaram intensas. Na carta de "Explicação ao Povo e ao Governo", os Sem Terra responderam ao governo quem estava infiltrado no movimento e criando confusão: "podemos provar que todos os acampados são gente de bem e que somente querem terra para trabalhar. Se tem alguém que cria confusão dentro do acampamento são alguns políticos e outros que vem apenas interferir e especular nossa vida como é o caso da polícia secreta". (63)

A nota esclareceu outros pontos essenciais, entre eles, o porquê de não aceitar emprego: "a oferta de emprego do governo, de solução temporária, não nos interessa. O que o governo quer é nos separar e nos dividir uns dos outros". Por que, se interrogaram os acampados, o governo não resolve o problema dos desempregados que já vivem nas cidades e oferece emprego para nós?

Os acampados denunciaram nominalmente os políticos que se infiltraram no movimento para criar confusão. Entre eles estava o prefeito de Rondinha (PDS), o presidente do PDS de Ronda Alta e Wilson Machado, vereador também do PDS. (64) Enquanto os dois primeiros incentivaram a formação de acampamentos paralelos ao da Encruzilhada Natalino, na reserva Florestal de Rondinha e na granja Brilhante, o último recolheu donativos e fez a distribuição pessoalmente à algumas famílias do acampamento, sem respeitar a organização interna do movimento, segundo a qual, as doações seriam destinadas a um único local e, a partir de então, redistribuídas pela comissão encarregada dos alimentos.

O vereador Wilson Machado distribuiu pessoalmente os alimentos, acompanhado por um fotógrafo que "batia fotografia quando ele entregava alguma coisa". O argumento usado pelo vereador foi de que "o que eu arrecado eu quero distribuir a quem eu quero". (65)

A distribuição de roupas e alimentos sempre foi uma preocupação da comissão central e das comissões específicas, e-

vitando sempre atitudes endividuais que pudessem comprometer a unidade interna por causa de questões periféricas. A distribuição de roupa e alimento sempre recebeu uma atenção especial, pois nem todos tinham consciência política suficientemente esclarecida para superar intrigas pessoais e secundárias no relacionamento.

Enquanto aguardavam uma resposta do governo, os acampados, o movimento sindical, a CPT, prepararam a manifestação do dia 25 de julho. Para tanto, foi elaborado um material de estudos em pequenos grupos sobre temas centrais: PREÇOS, SAÚDE e TERRA. O material foi analisado em grupos aproveitando a estrutura e o trabalho da Igreja com os "grupos de família". Ao mesmo tempo, o movimento continuava denunciando a existência de terras na região passíveis de serem desapropriadas, entre elas, a fazenda dos irmãos Guerra, com mais de 9.900 ha, na vizinha cidade de Carazinho. (66)

A citação desta fazenda provocou reação dos seus proprietários. Foi a segunda vez que grandes proprietários se manifestaram publicamente contra o acampamento. Uma primeira vez ocorreu em junho, quando os funcionários da Cooperativa de Eletrificação Rural - COPREL -, atendendo a solicitação dos acampados, entraram na propriedade em frente ao acampamento para ligar uma extensão de luz até o acampamento, sendo barrados pelo capataz da fazenda, que, armado, ameaçou os funcionários de que, se subissem no poste para ligar a luz, os "derrubaria a tiros". (67)

Naquela fazenda estava acampada a Brigada Militar que havia instalado um rádio amador para contato com Passo Fundo e outros locais da região. Posteriormente, a ligação da luz foi efetivada, mas, no dia 21 de junho, quando da celebração da missa com a presença de Dom Pedro, o fazendeiro encostou um trator no poste para desligá-la, sendo impedido por um grupo de acampados. (68)

A segunda reação de grandes proprietários veio dos irmãos Guerra, que, no dia 7 de julho, tornaram público uma nota

desmentindo os dados que a fazenda possuía 9.900 ha e passível de desapropriação. Em nota de esclarecimento, afirmaram que a referida área foi subdividida em herança e uma parte foi colonizada por 200 famílias. Segundo a nota, a área foi subdividida, constituindo "propriedades autônomas" e produzindo, sendo classificada como empresa rural.

A nota acusava também o movimento da Encruzilhada Natalino. Utilizando dos mesmos argumentos do governo, acusaram a presença de elementos estranhos aos acampados que tinham "assoprado" informações a respeito da área. Esses elementos, dizia, "ou são mal informados, ou mal intencionados ou desordeiros, ou tudo isso junto (...) que pretendem a baderna". A nota concluía afirmando o direito de propriedade e alertando para, em caso de necessidade, "repelir de imediato a ação ilegal de malfeitores e eventuais invasores, meios esses que incluem, se necessário, o uso da força". (69) Essa foi uma das maiores investidas dos grandes proprietários que, no geral, não se manifestaram, pois o governo assumiu plenamente a defesa dos seus interesses.

Nos primeiros dias de julho o movimento sofreu um dos mais duros golpes, sendo ameaçado de uma cisão interna. Tudo começou no dia 5, domingo, quando o vereador Ulisses Camargo, do Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Passo Fundo, foi até o acampamento com bebidas alcoólicas, as quais partilhou com alguns acampados. Depois ouviu de Teófilo Wais (um dos pioneiros no acampamento) e Vitorino Luiz Saugo, acusações sobre a comissão central de dominar o acampamento, desviar alimentos, roupa e dinheiro e decidiram tornar públicas as acusações. (70)

No dia 8 de julho os dois denunciantes deslocaram-se a Passo Fundo, hospedando-se na casa do vereador, e tornaram públicas, na rádio e jornais locais, as acusações. Depois de Passo Fundo, o próximo passo era Porto Alegre. Tudo estava preparado para o deslocamento à capital, quando foram contidos por uma comissão do acampamento que deslocou-se para Passo Fundo e contornar a situação.

Uma das razões que levou o vereador a tomar tais ati-

tudes, foi de que, para ele, os acampados remanescentes de Nonoai tinham mais direito de ganhar terra do que as demais famílias. O objetivo era dividir o acampamento, priorizando algumas famílias em detrimento de outras. O fato preocupou a comissão central pela possibilidade de uma cisão com profundas e maiores repercussões internas.

Os dois denunciantes haviam dito que a comissão central havia marginalizado as famílias que tinham vindo da reserva de Nonoai. No entanto, o próprio Teófilo havia participado da Comissão central e foi um dos integrantes da comissão que foi a Porto Alegre a primeira vez. Em nota de esclarecimento, aprovada em assembléia geral, em 8 de julho, os acampados afirmaram que Teófilo foi afastado da comissão central por decisão de uma outra assembléia geral "devido a atitudes pessoais que desmerecem nossa confiança". (71)

No nota de esclarecimento, os acampados reafirmaram a não existênciade divisão interna e nem distinção entre os expulsos de Nonoai e os demais; a própria comissão central, constituída por 12 pessoas, tinha 5 remanescentes da área indígena. Os dois denunciantes haviam acusado também que vários acampados tinham terra, tratores, implementos agrícolas e outros bens. A nota dos acampados dizia serem acusações falsas, por não apontar nenhum nome. Quanto à distribuição de alimentos, a nota esclareceu também que uma comissão de 14 pessoas era responsável por tal atividade, e cada família recebia segundo as necessidades a partir de um único critério: número de dependentes. "Cada barraco é numerado e cada família tem sua ficha" evitando, assim, abusos e discriminação.

O incidente criou um clima de muita tensão e revolta no acampamento, mesmo assim, não ocorreu nenhuma cisão interna, pelo contrário, as famílias se uniram mais. A atitude dos dois agricultores e do vereador não tinha respaldo nem do acampamento, nem do partido - PDT. Em nota à imprensa, o presidente do PDT de Passo Fundo, Édem Pedroso, disse que o vereador falou por si e não pelo partido que apoiava a luta. (72)

Como a prática dos acampados era discutir as questões relevantes em assembléia geral, o caso dos dois denunciantes e do vereador, foi para a assembléia, que decidiu expulsá-los, caso não se retratassem publicamente. Diante da tensão gerada os dois decidiram sair da Encruzilhada Natalino com suas famílias, instalando-se a 5 km do local.

Aos poucos, o incidente foi revelando outras dimensões e os interesses políticos em jogo. A situação começou se evidenciar quando os dois se retiraram escoltados pela Brigada Militar numa viatura da Polícia Rodoviária Federal de Sarandi". Enquanto montava seu novo barraco, Teófilo disse várias vezes que: "a polícia de Sarandi lhe deu toda cobertura possível". Após a saída de Teófilo e Vitorino, outras quatro famílias saíram do Natalino e foram acampar no acampamento paralelo. (73)

A partir do incidente a polícia intensificou a repressão. O objetivo de dividir o movimento havia fracassado e era necessário outras formas para desmobilizá-lo. A polícia, instalada em frente o acampamento, acompanhou o seu desenvolvimento desde o início pois havia instalado barreiras nas duas extremidades do acampamento na RS-324, e, conhecia de perto toda a movimentação e organização interna.

A repressão mais intensa, porém, iniciou na tarde do dia 10 de julho, quando duas viaturas com sirenes ligadas e um grande número de soldados da Polícia Militar de Passo Fundo invadiram o acampamento. Fortemente armados com fuzis e metralhadoras, entraram em alta velocidade parando, a certa altura onde prenderam um acampado. Feita a prisão, algemaram Olmiro Telles na porta de uma das viaturas durante uma hora e meia. Segundo o Comandante da operação, era "para servir de exemplo" aos acampados. (74)

A reação foi imediata, por iniciativa das mulheres e crianças, que "dando-se as mãos começaram a cantar o hino dos acampados: "vamos lutar irmãos, vamos lutar. Vamos lutar prá defender nosso chão..." (anexo 11).

A ação da polícia ajudou a esclarecer alguns dados do incidente anterior envolvendo os dois acampados. Na operação da polícia, os dois acompanharam a ação junto com a força repressiva. Esse fato confirmou a hipótese de que os dois eram informantes da polícia. Segundo depoimentos, eles sempre mantiveram boas relações com elementos, posteriormente, reconhecidos como "informantes da polícia secreta". (76)

No dia 11 de julho, ocorreu um novo ataque ao acampamento durante a noite. Pessoas cruzaram pela rodovia jogando pedras nos barracos aos gritos de: "tropa de vagabundos", "bandidos", "vão procurar terra no inferno", "vão para o Mato Grosso", entre outras afrontas.

A infiltração de "agentes secretos" intensificou-se após estes incidentes. Numa tarde, durante uma missa, foi reconhecido um "agente secreto" entre os acampados que rezavam. Ao ser identificado tentou fugir, mas um acampado conseguiu arrancar-lhe o boné. Então refletiram, durante a mesma celebração, o que fazer com o boné. Os acampados propuseram: "nó temos que colocá-lo bem na ponta da cruz, porque significa que este não é um dos que nos ajudam a nos libertar, mas pelo contrário, faz a cruz pesar mais". (77)

O governo intensificou sua atuação com objetivo de intimidar os acampados e descobrir pessoas infiltradas, os mentores do movimento e quem era o líder. Os "agentes secretos" tentavam, sempre que possível, participar da organização interna a fim de obter informações. Para a coordenação central era difícil saber quem realmente era acampado, pois novas famílias continuaram chegando no mês de junho e julho. Aproveitando-se dessa situação, elementos estranhos ao movimento também acamparam.

A prática desses agentes variava: "tentar embriagar os colonos, dar balas às crianças para obter informações além de ameaças constantes às mulheres". Durante a semana de 12 a 18 de julho foi descoberto um infiltrado, "vestido de colono", e queria acampar, necessitando, para tanto, de um lugar para estabelecer seu barraco. Ele já estava há dois dias entre os acampa-

dos quando uma equipe da segurança interna saiu à sua procura, encurrando-o numa casa próxima ao estabelecimento comercial e lancheria na Encruzilhada. O espião foi "reconhecido como sendo um sargento da Brigada Militar". (78)

Se, de um lado, aumentou a repressão, por outro, continuou muito forte a solidariedade externa, através de doações de alimentos e roupas - o suficiente para a sobrevivência das mais de 3.000 pessoas. No mês de julho, o acampamento atingiu o seu maior número: aproximadamente 600 famílias.

Além da solidariedade material, muitas pessoas e entidades continuaram visitando o acampamento, tanto do Rio Grande do Sul como de outros Estados. No dia 5 de julho, esteve no local o bispo de Caxias do Sul (RS), Dom Paulo Moreto. Sua presença foi marcante, sobretudo, por ter sido o primeiro bispo do Estado a tomar tal iniciativa. Na conjuntura vivida pelos Sem Terra, um ato deste por tinha profundas repercussões políticas, pois era um a mais a legitimar a luta, num apoio efetivo.

A atuação da Igreja, enquanto instituição, foi muito contraditória ao longo de toda a existência do movimento. No final do mês de julho, setores reacionários da Igreja Católica, desfecharam um forte golpe contra os acampados e a Comissão Pastoral da Terra. Uma entrevista ao jornal Correio do Povo, de 23 de julho, dois dias antes da grande concentração no dia do agricultor, o arcebispo da Arquidiocese de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, fez várias acusações aos Sem Terra e à CPT.

Referindo-se à proposta do movimento de exigir terras no Estado, Dom Vicente disse: "duvido que tenham direito por estrita justiça de fazer tal exigência e não sei se o governo que deve zelar pelo bem comum dos súditos, tem obrigação de aceitá-la". Por outro lado, o arcebispo acusou elementos da Igreja envolvidos na questão. Disse que somente alguns padres que pertencem à CPT é que apoiavam a luta. Ressaltou, porém, que: "esta Pastoral da Terra não está dirigida e coordenada pela Igreja, nem pelo episcopado, nem pela CNBB. Talvez ou outro bispo a apóie e favoreça". (79)

Mas com a aproximação do Dia do Agricultor - prazo dado pelos Sem Terra para que o governo apresentasse uma proposta concreta - e, sentindo a pressão do movimento e das entidades, o governador, em reunião com Amauri Stábile, ministro da Agricultura, solicitou a presença do presidente do INCRA no Estado para uma reunião a fim de se discutir a questão e buscar alternativas efetivas.

Dia 16 de julho, reuniram-se, em Porto Alegre, Paulo Yokota, Amaral de Souza, o secretário da Agricultura do Estado e técnicos do INCRA, para discutir uma proposta a ser apresentada antes do dia da grande concentração. Após a reunião, foi publicada uma nota oficial do governo e do INCRA reafirmando a não existência de terras no Rio Grande do Sul para assentar as famílias acampadas. A proposta foi de imediato assentamento para 200 famílias no projeto de colonização em Serra do Ramalho (BA), em Amará (RR) e em Pedro Peixoto (AC).

Outra proposta foi a criação, pelo governo deferal, "em caráter de emergência", de um projeto de colonização oficial destinada exclusivamente a atender famílias gaúchas, localizado na Gleba Lucas do Rio Verde (MT) ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém. A previsão era de assentamento de 500 famílias em 90 dias. Essas propostas de colonização foram apresentadas pelo INCRA, enquanto o governo do Estado continuou oferecendo emprego aos que não quisessem sair do Estado. (80)

Para os acampados a reunião não trouxe nada de novo, pois a proposta de colonização e emprego já eram velhas conhecidas. Dessa vez, porém, tinham uma razão a mais para não aceitar: sequer foram convidados a participar da discussão. Indagados sobre o fato, diziam: "o INCRA não tem mais coragem de nos enfrentar, por isso anda fazendo reunião escondida". (81)

Rejeitadas as propostas, as atenções voltaram-se para a manifestação do Dia do Agricultor. A CPT, FETAG/RS, os acampados e outras entidades prepararam a grande mobilização. A programação previa uma caminhada, em forma de "via-sacra" ao longo de todo o acampamento pela RS-324, com três paradas para refle-

tir um tema proposto em cada uma delas: Preços, Saúde e Terra. A apresentação de cada tema deveria ser em forma de encenação, cantos, denúncias e propostas. Ao meio-dia, um almoço comunitário e, às 13:00 horas, início da tribuna livre com espaço para manifestações das entidades e dos acampados. Entre as intervenções haveria espaço para canções e hinos da luta, poesias e trovas. O encerramento, às 16 horas, previa a reza da missa. (82)

O encontro conseguiu efetivamente mobilizar mais de 10.000 pessoas de vários Estados, sendo muito grande a participação de operários. A luta pela Reforma Agrária, a partir do acampamento da Encruzilhada Natalino, conseguiu unir, através de manifestações concretas, operários da cidade, trabalhadores rurais Sem Terra e pequenos proprietários. O encontro foi sem dúvida um momento de avanço na consciência das implicações econômicas e políticas de uma Reforma Agrária para o operário.

Findo o prazo para a apresentação de propostas concretas aos acampados, o governo temia que houvesse ocupação de terras próximas ao acampamento após a manifestação e, por isso, reforçou o esquema de segurança em algumas áreas. "Algumas propriedades rurais estavam bem guardadas por soldados da Brigada Militar, como a fazenda Anoni". (83)

Após a caminhada da manhã, houve manifestações na tribuna livre e, no encerramento, uma missa com a presença de Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho. Dom Tomás chamou atenção para a necessidade de resistir até a vitória. Denunciou as más condições de vida dos gaúchos que foram para o projeto Canarana (MT). Ressaltou também a importância do movimento da Encruzilhada Natalino nas lutas pela terra, comparando-o às greves do ABC, São Paulo, no final dos anos setenta. "A manifestação é um passo a frente dos trabalhadores rurais em termos de organização e união. Tem a mesma magnitude das greves do ABC, repercutindo em todo o Brasil". (84)

Os Sem Terra acampados também se manifestaram, através de Angelin Antônio Campignoto, que discursou em nome dos demais, fazendo um retrospecto histórico das propostas do go-

verno e do INCRA, as formas como o Executivo vinha tratando os acampados, a legitimidade da reivindicação do movimento e a decisão de intensificar a pressão sobre o governo.

Em relação à campanha de difamação desencadeada pelo governo acusando os Sem Terra de "vadios", "preguiçosos" e "criminosos", Campignoto, disse que o mesmo procedimento foi tomado pelo Executivo em relação aos colonos que ocuparam as granjas MACALI e Brilhante. No entanto, eles conseguiram provar o contrário, fazendo a produção, das referidas áreas, quase triplicar em apenas um ano de trabalho. (85)

Quanto à falta de terra para assentamento no Estado, foi citada a existência de pelo menos 50.000 ha, próximas ao acampamento, passíveis de desapropriação, segundo o Estatuto da Terra. Segundo Campignoto, o governo não poderia argumentar que a lei "está contra nós, pois nesses dias nós tiramos um tempo para estudar o tal Estatuto da Terra e descobrimo que a lei nos favorece, tá lá na lei escrito com todas as letras, registrado e tudo, de que nós temos direito a trabalhar na terra e que o governo é obrigado a desapropriar os latifúndios e terras ociosas...". (86)

A proposta de terra em outros Estados, feita pelo INCRA, nunca foi aceita pelos acampados, amparados pela lei e pela disponibilidade de informações sobre a existência de terras no próprio Estado e o conhecimento da situação nos projetos de colonização. Campignoto disse que eram 30 as famílias retornadas do Mato Grosso e acampado. Elas chegaram "com roupa do corpo, pobre e magro, desgraçado da vida, com mortes na família e cheios de malária". Em relação ao projeto da Bahia, os acampados contataram com sindicatos de lá; e "eles nos mandaram uma carta que é uma tristeza". As vagas existentes no projeto, era porque ninguém tinha aguentado viver lá. (87) Diante disso, interrogavam-se: será que nós acreditamos nos nossos companheiros ou no INCRA?

A explicação dada para a insistência dos órgãos oficiais em oferecer emprego ou colonização era por causa do com-

prometimento do governo com os latifundiários. "Essa gente do governo é tudo latifundiário. Começando pela família do governador, eles não querem mexer nas terras dos cumpadres". (88) A análise feita por Campignoto revela uma clara consciência de que a falta de uma decisão política para solucionar o impasse, não era decorrente da falta de condições materiais, mas do compromisso do Executivo e do INCRA com os latifundiários. Os latifundiários são respaldados pelo poder político, que, por sua vez, legitima e assegura, no nível do "consenso" ou pela "coação" a estrutura fundiária. (89)

A avaliação feita da trajetória do movimento, desde a origem até então, revelou o descaso do governo, inclusive ao prazo dado pelas entidades organizadoras da manifestação, daí a decisão de partir para uma ação mais consequente, acampando em Porto Alegre. "Nós queremos uma solução. Não vamos dar mais prazo. Daqui prá frente nós vamos contar as horas. Esse negócio de conversa fiada não é com nós...2. Por isso, "estamos decididos a ir prá Porto Alegre acampar em frente o Palácio". (90)

As repercussões da mobilização foram positivas para os acampados, que, além de saírem reanimados com a solidariedade, ganharam mais respaldo político para pressionar o governo e o INCRA a resolver o impasse. O Executivo, entretanto, retornou a atar o movimento. Em visita ao município de Constantina, dia 27 de julho, conclamou "aos grupos de pessoas que estão incitando os colonos a permanecerem no acampamento em Ronda Alta a saírem do anonimato e se manifestarem para que a opinião pública riograndense saiba quem são...". Para o governo, os agricultores não tinham capacidade de se organizar e tampouco resistir. Estariam sendo, portanto, insuflados e manipulados por pessoas estranhas com interesses políticos escusos. (91)

Após a grande manifestação do dia 25, os acampados se organizaram para acampar em Porto Alegre, em frente à praça da Matriz. (92) O governador, sentindo a pressão do movimento, juntamente com o Secretário de Segurança, lançou uma nota proibin-

do qualquer acampamento de colonos em frente à Igreja Matriz. Na nota o governo afirmava que o local era "inadequado para tal fim, como está proibido para manifestações do gênero". Continuando dizia a nota, que o governo agiu de forma tolerante, mas "o deslocamento pretendido se afigura como um fato novo e grave. Alerto àqueles que estão jogando com a segurança de famílias em desespero que não será permitido o acampamento na praça da Matriz". (93)

O governo ficou sem alternativas concretas para conter, pelo consenso, o avanço do movimento. Por outro lado, não tinha legitimidade e respaldo político da opinião pública para uma intervenção militar explícita. A alternativa foi intensificar a repressão, mas através de formas sutis, e, deslocando, aos poucos, o caso para a esfera federal.

Mesmo com a proibição de acampar em frente à Igreja Matriz um grupo de 185 adultos e crianças preparavam-se para ir até Porto Alegre. À meia-noite do dia 28 de julho, partiram em 4 ônibus, chegando à capital na manhã seguinte. Durante a viagem, foram interceptados em duas barreiras policiais: Sarandi e em Lageado, além do problema de um dos ônibus que quebrou.

Em meio às dificuldades, chegaram até próximos ao Rio Guaíba, quando um forte esquema policial do 1º e do 9º Batalhão da Polícia Militar (BPM), com mais de 100 soldados e 20 viaturas, obrigaram os ônibus a se deslocarem para Belém Novo, a 25 km do centro de Porto Alegre, numa área da Prefeitura Municipal. Em meio a tensão e incertezas, os Sem Terra tentaram reagir, sem resultados. Mesmo assim, pressionaram para retornar a Porto Alegre para negociar com o governador, sendo impedidos pela força policial.

O governador propôs uma reunião com uma comissão de acampados, mas não com toda a comitiva. Essa proposta foi apresentada por Nilson Narvaz, Comandante do 1º BPM, sendo rejeitada pelos colonos, que queriam uma reunião coletiva. Argumentaram os colonos aos policiais: "só queremos falar com o homem e ir embora hoje mesmo". (94)

Após discussão com os policiais, iniciaram a caminhada de volta a Porto Alegre a pé, já que os ônibus estavam impedidos de se deslocarem. Chegaram, então, ao local, os deputados Celso Testa e Antenor Ferrari, a Comissão de Direitos Humanos, representantes da CPT e, posteriormente, também a FETAG, e tentaram negociar o retorno a Porto Alegre, o que de fato ocorreu.

Enquanto alguns acampados e representantes das entidades negociavam com a polícia o retorno, os demais cantavam os hinos da luta, especialmente a "Classe Roceira e a Classe Operária". Ainda em Delém Velho, a polícia solicitou a documentação de Sérgio Görden, membro da CPT, que foi fichado pela polícia por não ser agricultor. (95)

Após o retorno a Porto Alegre, uma comissão foi recebida pelo governador, que concordou encontrar-se com toda a comitiva na Assembléia Legislativa. Ao chegar à Assembléia, Amaral de Souza, foi recebido com o canto da "Classe Roceira e a Classe Operária", entoada pelos Sem Terra. (anexo 12) Logo após, Amaral falou e fez oito ponderações às exigências do movimento, destacando a necessidade de examinar as propostas do INCRA (colonização) e do governo (emprego), afirmou que as negociações deveriam ser mediadas somente pela FETAG, reiterou que o Estado não dispunha de terras para assentamento, que o governo continuaria dando assistência médica e iniciaria a distribuição de alimentos, propôs a formação de uma comissão composta de colonos, a FETAG, CONTAG e o INCRA, para estudar alternativas, conclamou-os para manter a ordem e disse da necessidade de indicação das áreas passíveis de desapropriação. (96)

O governador chamou atenção para os elementos estranhos que estariam manipulando o movimento. Apelou aos Sem Terra para que não permitissem a infiltração de terceiros que não são agricultores". Segundo Amaral, "ninguém tem o direito de dizer aos senhores, se os senhores devem ou não ir, quem deve dizer são os senhores mesmos". (97)

Desde o início até o mês de julho o movimento deu avanços qualitativos muito grandes. Do embrionário e disforme mo-

vimento, fruto muito mais do desespero das condições materiais e da falta de qualquer perspectiva, do que uma ação deliberada e articulada previamente, os acampados foram tomando consciência das dificuldades de conquistar a terra. Porgressivamente foram criando coragem de enfrentar o governo e os órgãos oficiais e firmando a posição de somente aceitar terra no Estado. A organização interna e o processo participativo deu condições para resistir às adversidades climáticas e à repressão policial. Os acampados conseguiram compreender a dialética do cotidiano, fazendo reverter contra o governo, atos do próprio Executivo e centrando a luta no plano político e não no moral (acusações) como o governo pretendia.

### NOTAS DO CAPÍTULO III

1. Elli BENINCÁ. Conflito Religioso e Praxis, p. 31. O conceito "granja" envolve, além da mecanização e modernização técnica, o aspecto fundiário. O significado regional de granja, refere-se, em geral, a propriedades médias e grandes. O pequeno produtor nunca é caracterizado como granjeiro.
2. Idem, p. 32. Os dados fornecidos por Benincá, a partir de informações do padre Arnildo, são de que o acampamento iniciou com a chegada, dia 8 de dezembro de 1980, de Natálio, expulso de Nonoai, sendo a primeira família a acampar. Segundo Zero Hora, de Porto Alegre, dia 19.4.81, foram duas as famílias a iniciar o acampamento: Albertoldo Natálio Vargas e Teófilo Wrasse. Quanto à procedência da reserva de Nonoai, alguns dados divergem. O cadastramento feito pelo INCRA, FUNAI e governo do Estado na reserva em 1976 de todas as famílias intrusadas, não há referência as duas famílias. O cadastramento feito pelo INCRA no acampamento em maio de 1981, indica a procedência de Teófilo de Planalto, enquanto Albertoldo Natálio teria vindo de Ronda Alta, da casa do pai. Segundo o Estado de São Paulo, 30.8.81 p. 24, Albertoldo foi o primeiro a se instalar no acampamento em 6 de dezembro de 1981.
3. O cadastramento do INCRA, na segunda quinzena de abril distinguiu "acampados" de "não acampados", sem definir critérios utilizados para tal distinção. Mesmo em contato com funcionários do órgão, que realizaram o levantamento, não foi possível explicitar os critérios. O presente trabalho utiliza unicamente a categoria de "acampados". Seja como for, todas as famílias instaladas ao longo da rodovia RS-324, são considerados acampados. O levantamento, no entanto, apontou 187 famílias "não acampadas" e 282 "acampadas", totalizando 469. O número cresceu e chegou a aproximadamente 600 famílias em julho de 1981.
4. O quadro é mais detalhado (ver anexo 9). Os que trabalhavam com parentes dispunham de terra insuficiente para a reprodução familiar. A categoria "arrendatário" e "parceiro" é, às vezes, utilizada como sinônimo. O agregado é aquele que reside na propriedade cuidando dos bens, mas não necessariamente cultivando a área. O agregado difere do peão, por este receber pelo trabalho que faz. No cadastramento o INCRA classificou 49 famílias na atividade de "trabalh", não especificando o significado, talvez sejam trabalhadores assalariados.
5. José de Souza MARTINS. A Militarização da questão Agrária no Brasil, p. 78.
6. Os dados dos demais municípios estão no quadro (anexo )

7. O cruzamento de dados das famílias intrusadas na reserva indígena de Nonoai, a partir do cadastramento de 1976, com as famílias acampadas até abril de 1981, resultou na coincidência de 42 famílias. É difícil, entretanto, fazer um levantamento exato do número de famílias expulsas de Nonoai e que acamparam na Encruzilhada Natalino. Segundo o jornal Correio do Povo, de Porto Alegre, 14.7.81, quando Teófilo e Vitorino retiraram-se do Natalino para formar um novo acampamento, queriam que "outras 80 famílias, também expulsas como eles da área indígena de Nonoai, os acompanhasse". Esse dado, porém, é um tanto elevado. A mesma dificuldade diz respeito aos colonos que retornaram de Mato Grosso e acamparam. Segundo Yokota, no acampamento "tem 37 famílias que foram ao Mato Grosso e depois venderam as terras. Estes não têm mais oportunidade, já tiveram a sua vez...". (Zero Hora, 1.8.81)
8. Laerte Dorneles MÉLIGA & Maria do Carmo JANSON. Encruzilhada Natalino, p. 15-6.
9. Idem, p. 17
10. Zero Hora, 7.4.81. Segundo o cadastramento do INCRA em abril de 1981, Luiz Soares era agregado em Ronda Alta.
11. Laerte D. M. & Maria C. J. op. cit. p. 24-7. O Globo, 14.3.82
12. Idem, p. 12-3
13. Idem, p. 13. Depoimento de Raul Vargas, quarta família a acampar. O padre Arnildo Fritzen começou a trabalhar, como vigário na Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes, Ronda Alta, Diocese de Passo Fundo, a partir de 1977, após ter sido expulso do Seminário Nossa Senhora de Fátima, Erechim, onde atuou até 1976. Pe. Arnildo foi um dos iniciadores do trabalho, enquanto Comissão Pastoral da Terra, com pequenos agricultores Sem Terra na região. Ele acompanhou a trajetória dos agricultores expulsos de Nonoai, as ocupações da MACALI e da Brilhante e a formação e desenvolvimento do acampamento Natalino.
14. Depoimento do Pe. João Bosco Schio, membro da CPT/RS, in: Vanilde PAIVA (org.) A Igreja e a questão Agrária, p. 202.
15. Boletim SEM TERRA, edição especial, 23.2.82, p. 1.
16. Telex enviado pelo governador Amaral de Souza ao presidente do INCRA, publicado na íntegra por Zero Hora, 7.4.81.
17. Zero Hora, 8.4.81. Segundo depoimento do prefeito de Rondinha, os Sem Terra do seu município tinham mais direito que os de outros municípios e, por isso, antecipou-se na ocupação, temendo uma ação dos acampados do Natalino. Logo após a ocupação, foi tratado a legalização dos lotes junto ao governo. (Zero Hora 9.4.81)

18. Carta de "Explicação ao Povo e ao Governo" aprovada em assembléia geral dia 27 de junho de 1981, in: Laércio D.M. & Maria C. J. op. cit., p. 111-113. Os dados fornecidos pelos acampados de 22 famílias, refere-se ao total, pois no início foram apenas 14 famílias.
19. Zero Hora, 10.4.81 e Correio do Povo, 10.4.81
20. Zero Hora, 14.4.81
21. Zero Hora, 15.4.81
22. Zero Hora, 16.4.81 e Diário da Manhã, Passo Fundo, 16.4.81
23. Zero Hora, 16.4.81
24. Dia 16 de abril, estiveram no acampamento o Major Caio e o delegado Manfro da Casa Militar para apresentar oficialmente a proposta de emprego nas estações experimentais. (Diário da Manhã, 17.4.81)
25. A maioria dos acampados tinha uma formação e prática religiosa cristã. Havia entre eles, Católicos, Luteranos, Metodistas, e Pentecostais.
26. Depoimento do padre Arnildo, in: Laércio D. M. & Maria C. J. op. cit., p. 89.
27. Idem, p. 99-101. Dom Marcelo Barros, membro da CPT nacional, interpretou a trajetória dos Sem Terra desde a expulsão de Nonoai até o acampamento, à luz da caminhada do povo hebreu, resultando no texto "A luta de Ronda Alta na Bíblia".
28. Diário da Manhã, 16.4.81 e Zero Hora, 27.4.81. Ver (anexo 9) o resultado da pesquisa feita pelo INCRA sobre as atividades desenvolvidas pelos Sem Terra antes de acampar.
29. A insistência do governo em oferecer emprego tinha como preocupação imediata as possíveis repercussões da chegada do inverno. O governo temia por uma tragédia com profundas repercussões políticas. Com objetivo de cadastrar as famílias interessadas ao emprego, estiveram no acampamento representantes do Serviço Nacional de Emprego - SINE. (Zero Hora, 27.4.81)
30. Zero Hora, 25.4.81, p. 23
31. Zero Hora, 28.4.81, p. 24
32. Zero Hora, 25.4.81, p. 23
33. Os acampados denunciaram aos deputados Celso Testa e Antenor Ferrari a atuação de policiais que, armados e com gravadores, chegavam até os barracos para ouvir as conversas. (Zero Hora, 27.4.81, p. 30 e 5.5.81)

34. Em várias oportunidades o governo e outras entidades, mesmo setores da Igreja, acusaram o movimento de estar sendo manipulado por algumas cabeças pensantes. Era inconcebível, para esses setores, que agricultores, em geral, semi-analfabetos pudessem enfrentar os letrados e resistir às propostas da intelectualidade pensante do governo. A metodologia imprimida pela CPT foi criando condições para a mudança dos Sem Terra de meros passivos para sujeitos do processo. "Em todos os contatos procurava-se fazer com que os interessados, isto é, os acampados, falassem e assumissem a causa nos diálogos". (Depoimento do Pe. João Bosco Schio, in: Vanilde P. op. cit., p.200)
35. A "Comissão Especial", criada pelo Executivo para acompanhar o caso de Ronda Alta, era composta por representante da Casa Civil, da secretaria da Agricultura, Secretaria do Trabalho e Ação Social, Secretaria de Segurança Pública e um representante da 15ª delegacia regional de Saúde com sede em Palmeira das Missões (Zero Hora, 26.4.81). Alguns setores da Igreja nunca apoiaram o movimento dos Sem Terra. A Instituição Igreja é contraditória na sua ação, principalmente, em relação à questão de terra. Os conservadores, partindo do princípio de que a Igreja não deve se meter em questões políticas, defende uma atuação a-política. A prática, no entanto, é contrária. Dom Cláudio, por exemplo, defeendeu as propostas do governo (Laerte D. M & Maria C. J. op. cit., p. 30 e Zero Hora, 6.5.81).
36. Depoimento do acampado Angelin Antônio Campignoto, in: Laércio D. M. & Maria C. J. op. cit., p. 37-8.
37. Os dados foram apresentados ao governo, ao Secretário de Agricultura e ao INCRA em várias oportunidades e publicados na carta: "Explicação ao Povo e ao Governo".
38. O conceito de ideologia é tomado aqui no sentido de esconder, no discurso, parte da realidade, escamoteando os reais interesses em questão.
39. Boletim SEM TERRA, nº 2, 28.5.81, p. 4
40. CPT/RS e Grupo de Estudos Agrários (GEA). Latifúndios no Rio Grande do Sul, p. 4-9. Entende-se por latifúndio por exploração, a área superior a um módulo rural e "inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficientes ou inadequadamente explorada" (Estatuto da Terra, art. 4º, V, letra 'b').
41. O conceito de sociedade civil é aqui entendido como o conjunto de entidades sindicais, associações de bairro, organizações populares, Eclesiais e Direitos Humanos, urbanas e rurais. Por sociedade política entende-se o conjunto dos órgãos que fazem parte do governo estadual e federal, entre eles: INCRA, FUNAI, Secretarias de do governo, Polícia Militar, Conselho de Segurança Nacional, entre outros. A sociedade civil, no entanto, é muito contraditória na sua concepção política e ação. Grande parte dela apoiou as propostas do Governo e do INCRA.

42. Zero Hora, 5.5.81, p. 25. Na viagem a Porto Alegre, os Sem Terra denunciaram, na Assembléia Legislativa, as ameaças de despejo, bem como a presença de "agentes secretos" no acampamento.
43. Zero Hora, 6.5.81
44. Zero Hora, 12.5.81, p. 25
45. Boletim SEM TERRA nº 2, 28.5.81, p. 6-7. Segundo o Estatuto da Terra, artigo 2, § 2º, letra "a", o poder público deve "promover e criar condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita (...) Conforme o artigo 20 do Estatuto, a desapropriação recaia sobre:
  - I - os minifúndios e latifúndios;
  - II - as áreas já beneficiadas, ou a serem, por obras públicas de vulto;
  - III - áreas cujas propriedades desenvolveram atividades predatórias;
  - IV - áreas destinadas a empreendimentos de colonização;
  - V - áreas com alto número de arrendatários, parceiros e posseiros;
  - VI - terras cujo <sup>uso</sup> atual não seja adequado a potencialidade de uso econômico.
46. Primeira carta dos acampados na Encruzilhada Natalino, in: Laerte D. M. & Maria C. J. op. cit., p. 109.
47. Boletim SEM TERRA, nº 3, 4.6.81, p. 4
48. Boletim SEM TERRA, nº 3, p. 5. No enterro da menina Loivaci Pinheiro os acampados protestaram contra a falta de atendimento médico e o descaso do governo e reafirmaram as exigências do movimento.
49. Boletim SEM TERRA nº 2, 28.5.81, p. 1-2
50. Zero Hora, 2.6.81, p. 10. O conceito de "invasão" é, em geral, utilizado pelo governo, pelos latifundiários e por setores da imprensa carregado da ideologia dominante, que, presa à propriedade privada, concebida de forma absoluta, procura legitimar, através do argumento legalista, as relações de desigualdade. O ato de "invadir", nessa perspectiva, questiona o direito de propriedade. Os Sem Terra resgataram a dimensão da legitimidade e falam em "ocupação". Partilhando dessa segunda concepção, utilizamos o conceito de ocupação.
51. Zero Hora, 4.6.81, p. 11; Correio do Povo, 4.6.81, p. 13; Folha da Tarde, de Porto Alegre, 5.6.81, e Zero Hora, 5.6.81, p. 9.
52. O editorial do Jornal Diário da Manhã, de Passo Fundo, 7.5.81, ilustra o quadro de miséria no acampamento. A posição do jor-

- nal sempre foi contra o movimento, mesmo assim, a descrição sobre o acampamento retrata as condições de vida dos acampados.
53. Boletim SEM TERRA, nº 4, 11.6.81; SEM TERRA, nº 5, 19.6.81; SEM TERRA, nº 6, 29.6.81 e SEM TERRA, nº 7, 3.7.81.
  54. Luiz Carlos Bresser PEREIRA. Os limites da Abertura e a Sociedade Civil, in: David FLEISCHER. (org). Da Distinção à Abertura, p. 17-25.
  55. O editorial do jornal Diário da Manhã fez um forte ataque ao bispo Dom Pedro Casaldáliga dia 24.7.81. O diretor do jornal, Diógenes Pinto Marins, citou as palavras da poesia de Dom Pedro "Tierra nuestra, libertad" que foi utilizada para a confecção do cartaz sobre o Dia do Agricultor. Atacando o bispo, o editorial defendeu os grandes proprietários de terra, dizendo que "também eles tem coração e são humanos, abrigam, convivem e dão trabalho honrado e honesto para milhares de outros irmãos que não tiveram a mesma pertinácia, nem a mesma contração ao trabalho...".
  56. Pregação feita por Dom Pedro Casaldáliga no acampamento dia 21 de junho de 1981.
  57. Depoimento de Angelin Antônio Campignoto, in: Laércio D. M & Maria C. J. op. cit., p. 32.
  58. Zero Hora, 5.6.81, p. 6.
  59. Folha da Tarde, Porto Alegre, 9.6.81, p. 11
  60. Zero Hora, 17.6.81, p. 28.
  61. Jornal do Comércio, 24.6.81, p. 12.
  62. Zero Hora, 23.6.81, p. 29
  63. Carta dos acampados: "Explicação ao Povo e ao Governo", in: Laércio D. M. & Maria C. J. op. cit., p. 111.
  64. Idem, p. 112; Correio do Povo, 1.7.81, p. 17, e Zero Hora, 1.7.81, p. 24. O vereador Wilson Machado, do PDS, foi denunciado pelos acampados como sendo de Passo Fundo. Segundo o jornal O Nacional, Passo Fundo, 13.7.81, o referido vereador seria de Santa Maria e apenas utilizou um carro da prefeitura de Passo Fundo para transportar os donativos até a Encruzilhada Natalino.
  65. Boletim SEM TERRA, nº 6, 29.6.81, p. 6.
  66. Carta dos acampados: "Explicação ao Povo e ao Governo", op. cit., p. 112.113, e Correio do Povo, 1.7.81, p. 30. Os "grupos de família" são organizações de base da Igreja para reflexão de temas nos momentos fundamentais do calendário cristão.

67. Boletim SEM TERRA, nº 5, 19.6.81, p. 3.
68. Boletim SEM TERRA, nº 6, 29.6.81, p. 6-7.
69. Íntegra do documento, in: Correio do Povo, 7.7.81, p. 30.
70. Diário da Manhã, 10.7.81.
71. Nota de esclarecimento aprovada dia 8.7.81 e publicada na íntegra pelo jornal Diário da Manhã, 10.7.81.
72. Diário da Manhã, 11.7.81 e O Nacional, 11.7.81.
73. O Nacional, 13.7.81, p. 6, e Boletim SEM TERRA, nº 9, 22.7.81, p. 9.
74. Boletim SEM TERRA, nº 9, 22.7.81, p. 5 e Zero Hora, 14.7.81, p. 30.
75. Hino dos acampados (anexo 11).
76. Boletim SEM TERRA, nº 9, 22.7.81, p. 5-6 e Zero Hora, 14.7.81.
77. Depoimento do Pe. Arnildo Fritzer, in: Laércio D.M. & Maria C. J. op. cit, p. 89-90.
78. Boletim SEM TERRA, nº 9, 22.7.81, p. 6.
79. Entrevista publicada na íntegra pelo jornal Correio do Povo, 23.7.81.
80. Nota oficial do INCRA e do governo do Estado do Rio Grande do Sul publicada na íntegra pelo jornal Diário da Manhã, 17.7.81, O Nacional 18.7.81.
81. Boletim SEM TERRA, nº 9, 22.7.81, p. 4
82. Programação divulgada pelo jornal O Nacional, 18.7.81, e dia 25.7.81 e Diário da Manhã, 25.7.81, p. 8.
83. Zero Hora, 26.7.81.
84. Zero Hora, 26.7.81.
85. Discurso feito por Angelin Antônio Campagnoto, in: Laércio D. M. & Maria C. J. op. cit., p. 103.
86. Idem, p. 104.
87. Idem, p. 104.
88. Idem, p. 106.
89. Entende-se por "consenso" todas as formas de pressão utilizadas pelo governo para dividir o movimento, entre elas: oferta de emprego, campanha de desmoralização pública e colonização, e por "coação" a ação repressiva incluindo a atuação da Polícia Militar, Rodoviária, Federal, Exército, as ameaças de despejo, ação dos "agentes secretos", entre outras.

90. Discurso feito por Angelin Antônio Campignoto, op.cit. p.108.
91. Discurso do governador Amaral de Souza feito em Constantina em 27.7.81, in: Diário da Manhã, 28.7.81, p. 10.
92. A praça da Matriz de Porto Alegre tem a Catedral e o Palácio do Piratini, sede do poder Executivo local, de um lado e a assembléia Legislativa de outro.
93. Nota da Secretaria de Segurança do Governo publicada na íntegra pelo jornal Diário da Manhã, 29.7.81.
94. Zero Hora, 30.7.81 e Folha da Tarde, 30.7.81.
95. Zero Hora, 30.7.81.
96. O Nacional, 30.7.81.
97. Diário da Manhã, 30.7.81.

#### CAPÍTULO IV - A INTERVENÇÃO MILITAR-FEDERAL NO ACAMPAMENTO

O acampamento na Encruzilhada Natalino esteve sob intervenção militar-federal durante todo o mês de agosto de 1981. Enquanto uma comitiva de colonos estava em Porto Alegre negociando uma solução com o governador, o Tenente-Coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o 'Major Curió', chegou com um forte esquema de segurança, envolvendo as Polícias Rodoviária Federal e Estadual, a Polícia Federal e o Exército e se instalou junto aos acampados.

Quais as razões que justificaram a intervenção federal no acampamento? Estava crescendo cada vez mais a apreensão do governo estadual e federal, bem como de certos setores da sociedade, contrários ao movimento, em relação à força e à expressão que ele estava ganhando. O deslocamento da comitiva a Porto Alegre provocou um "tremelique geral" deixando os órgãos do governo, o exército e setores da Igreja em pânico. (anexo 6 )

Como forma de conter o avanço e dividir o movimento, os governos federal e estadual articularam a intervenção militar, transformando o local em Área de Segurança Nacional.

A radicalização do movimento estava desgastando, progressivamente, o governo estadual, que, não tendo outra alternativa deslocou o problema para a esfera federal. Uma questão, porém, intrigava os órgãos públicos: como quebrar a resistência e a organização, sem causar impacto na opinião pública e nas entidades solidárias com o movimento em nível nacional e internacional?

O Tenente-Coronel Sebastião Rodrigues de Moura, conhecia a situação do acampamento, pois já havia estado no local dia 23 de julho juntamente com alguns "agentes secretos". Na oportunidade, propôs a instalação de barreiras ao longo da rodovia, nas

extremidades do acampamento. Segundo a coordenação central, a proposta foi colocada de maneira confusa, mas, mesmo assim, os colonos não chegaram a uma conclusão e, por isso, ficaram para dar uma resposta na semana seguinte. Em assembléia geral a decisão foi contrária à instalação de barreiras. (1)

Durante o encontro realizado na Assembléia Legislativa, dia 29 de julho, entre o governador e a comitiva de colonos, o Executivo comunicou a decisão de que o INCRA, juntamente com o governo estadual, assumiriam o acampamento a partir de agosto, fornecendo alimentos, assistência médica etc. Os acampados reagiram a tal decisão e exigiram do governo e do INCRA a terra e solicitaram a não interferência dos órgãos públicos na organização interna. Mesmo assim, a proposta ficou para ser submetida à assembléia geral quando do retorno ao acampamento. (2)

No entanto, sem consulta alguma, o 'Major Curió' estabeleceu-se no dia 30 de julho junto aos Sem Terra. O acampamento passou a ser coordenado por ele e pela equipe de assessoria e trabalho. Apresentou-se "em nome da Presidência da República" com objetivo de solucionar o impasse em 15 dias. O "acampamento de Natalino foi considerado Área de Segurança Nacional...". (3)

Mas, afinal, quem é o 'Major Curió', que se diz representante do presidente da República? É importante conhecer alguns aspectos da vida e trajetória do Major, personagem central da intervenção federal. Ele iniciou sua vida política em 1961, quando era 2º Tenente no Paraná, oportunidade em que solidarizou-se com o então Ministro do Exército, Odílio Denys, contra a posse de João Goulart. (4) A partir de 1967, atuou em áreas de conflitos, principalmente na "repressão aos posseiros" no Norte do País.

Sua participação mais ativa deu-se na guerrilha do Araguaia, principalmente, de 1973 a 1974, na terceira fase de combate ao Movimento. O 'Major Curió' atuou no município de Ximboá (GO) como "intermediário do governo para dialogar com a população local depois da passagem dos homens do General Hugo Abreu, destacados para por termo à guerrilha no município". (5)

Após duas tentativas fracassadas no combate à guerrilha, o Exército partiu para uma nova tática, qual seja, a de cooptar a população local, obrigando os moradores a servirem de guias para chegar até os "homens da mata". A violência cometida nas duas tentativas anteriores, havia provocado fortes reações de parte da população local, bem como da Igreja da região. Daí a nova tática utilizada, de cooptar a população e não tê-la como inimiga. Um dos líderes dessa nova forma de ataque à guerrilha foi o 'Major Curió', conhecido, então, como "Mandão".

Nessa conjuntura, o Exército, à paisana, se infiltrou nos povoados e vila, observando as pessoas da região que mantinham uma possível ligação com os guerrilheiros: comerciantes, tropeiros, barqueiros e lavradores. Após a listagem de nomes, em 7 de outubro de 1973, todos os povoados da região foram cercados e os soldados, à paisana, prenderam em torno de 300 moradores. (6)

O 'Major Curió' havia chegado na região, inicialmente, como "comprador de terras". A partir de então desempenhou um papel fundamental no extermínio do movimento guerrilheiro, bem como, de muitas pessoas do local, acusadas de envolvimento com o grupo.

Depois do conflito no Araguaia, o 'Major Curió' teve uma participação intensa na região ao Sul do Pará, organizando o "projeto de colonização do Exército", especialmente o do Km 90 da Transamazônica, Rodovia Operacional nº 3, conhecido como projeto OP-3. A área dividida em lotes de 200 ha e doados as famílias que serviram de informantes e colaboradores com as forças repressivas no combate à guerrilha. (7)

Depois de lotear as terras, o 'Major Curió' manteve contatos permanentes com o OP-3. Próximo ao referido projeto, foi construído um quartel, na Transamazônia Km 8, dividido na 23ª Brigada de Infantaria da Selva e no 52º Batalhão de Infantaria da Selva. Tendo esse quartel como ponte de referência, o 'Major Curió', continuou controlando o OP-3 e outros projetos na região. O controle foi feito através de uma presença sistemática e as relações criadas com os assentados. O 'Curió' visitava os projetos,

"às vezes uma vez por semana, às vezes por quinzena, mas nunca deixando seus súditos abandonados por mais de 20 dias". (8)

O OP-3 foi totalmente controlado pelo "Major Curió". Ele fez "lavagem cerebral em seus ocupantes, além de proibir a presença de religiosos que pudessem questionar sua prática, a não ser de um capelão militar de sua confiança. Segundo Dom Alano Pena, bispo de Marabá (PA), o trabalho do 'Major Curió', no referido projeto, fez com que deixasse de existir violência, mas "é preciso não esquecer que ele é um líder carismático, que faz uma verdadeira lavagem cerebral no povo com que lida". (9)

A prática do 'Major Curió', aparentemente paternalista, exige em troca a submissão política. Apresenta-se como um "pai" que dá terras, remédios, aulas de civismo etc. Sempre é assessorado por uma grande equipe de especialistas, os "homens fortes do Curió", como são conhecidos.

Após o trabalho de erradicação da guerrilha e sua atuação no OP-3, o 'Major Curió' ganhou mais espaço e força dentro do Conselho de Segurança Nacional, como um elemento "mediador" entre o governo federal e latifundiários com os posseiros. Com a imagem de "conciliador" tem atuado sempre em áreas de grande tensão social. Por sua habilidade em desarticular movimentos sociais, chegou ser considerado "coringa da desmobilização de grupos racional e legalmente organizados...". (10)

Em 1980 ele também atuou em Alagamar (PB), Bico do Papagaio (MT), Marabá (PA), Serra Pelada (PA), entre outros. No garimpo de Serra Pelada, por exemplo, o 'Major Curió' atuou intensamente, pela complexidade e tensão social gerada na área em consequência da corrida desenfreada em busca de ouro. No dia 1º de maio de 1980, a "Polícia Federal, sob comando de Curió, prendeu todas as balanças dos compradores de ouro e fechou o aeroporto de Marabá". A partir de então teve início o trabalho de desarmamento. Foi fechado o aeroporto, por onde entravam os alimentos e, com isso, os mineradores, premidos pela fome, foram obrigados a entregar as armas como condição para sobreviver. Outra tática usada para controlar os garimpeiros foi o es-

tabelecimento de um posto da COBAL e, através de uma carteirinha, a polícia Federal passou a controlar a entrada e saída deles. Em Serra Pelada o 'Major Curió' transformou-se no personagem central de comando. Chegou a distribuir camisetas com a inscrição: Comunicação, União, Respeito, Idealização e Organização. A junção da primeira letra de cada palavra, resulta em CURIÓ. (11)

Além de Serra Pelada ele atuou também em Conceição do Araguaia na eleição da diretoria no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Participou da campanha do INTERVENTOR que se candidatou à eleição do Sindicato. O 'Major Curió' fez campanha utilizando, para tanto, de um helicóptero do Exército no qual visitou as principais localidades, fazendo campanha e distribuindo "bombons, ameaças e promessas". (12)

Com esse "curriculum" de experiências, aliviando e resolvendo focos de tensão, o 'Major Curió' chegou ao acampamento na Encruzilhada Natalino. Na chegada, vangloriava-se, através do sistema de som instalado no local, que já havia enfrentado 16 casos de tensão social e saído vitorioso em todos eles. Por isso, deu um prazo de 15 dias aos acampados para resolver o impasse, findo os quais, o acampamento deixaria de existir.

As informações aos acampados sobre a trajetória do interventor federal e seus assessores, porém, chegou de vários Estados através de entidades e pessoas. Havia, inclusive, um acampado que tinha conhecido pessoalmente o 'Major Curió' em Serra Pelada. Davi Alves de Moura esteve no garimpo que Curió atuou e disse que ele "chegava, baixava os comandos de ordem e se retirava. Não ficava fixo no lugar. Lá tinha um comandante dele, um Sargento". (13) O Major, ao ser informado de que um acampado o conhecia de Serra Pelada, pediu para que relatasse as "maravilhas" de lá. Davi, porém, "foi obrigado a desmentir algumas coisas que Curió já havia dito". (14)

O Major é um agente do Serviço Nacional de Informações e do Conselho Nacional de Segurança e, por essa razão, atuou em locais altamente conflituos. A interrogação que fica é: por que Ronda Alta foi considerada Área de Segurança Nacional?

A questão fundiária no Brasil foi, progressivamente, transformada em questão de Segurança Nacional pelos governos militares, atingindo um ponto alto no final dos anos setenta a início da década de oitenta. Até então, o Estatuto da Terra, aprovado em 1964, tinha conseguido esvaziar politicamente as lutas sociais no campo, não pela sua proposta global, mas a forma parcial como foi aplicado. No período posterior, à guerrilha do Araguaia, os conflitos entre posseiros, grileiros e latifundiários aumentaram muito, principalmente, no Pará, Mato Grosso, Goiás, Maranhão e, mais recentemente, em Rondônia e Acre. A região do Baixo Araguaia catalizou os maiores conflitos e também sofreu uma forte intervenção federal, chegando ao auge com a criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins.

Além do GETAT (1980), o governo criou outros órgãos com objetivo de aliviar as tensões sociais, entre eles: Grupo Executivo do Baixo Amazonas - GEBAM - (1980), Ministério de Assuntos Fundiários - MEAF - (1982), além de órgãos estaduais como o Instituto de Terras do Pará - ITERPA -, entre outros.

Assim, o governo federal foi transformando o problema fundiário em questão de Segurança Nacional. Já em 1971, o Presidente Médici colocou "100 km de cada lado das rodovias federais construídas, em construção ou projetadas na Amazônia Legal" sob tutela do Conselho de Segurança Nacional. A área destinada a tal fim equivale a quase dois terços de todo o território Nacional. (15)

Com o aumento dos conflitos e assassinatos por questões de terra, o governo federal foi criando mecanismos e órgãos para solucionar tais conflitos, sem, no entanto, tocar na estrutura fundiária. A crescente "militarização da questão agrária" mostra a importância que o campo passou a ter na política de Segurança Nacional.

O Conselho de Segurança Nacional, segundo emenda Constitucional nº 1 de 1971, é o "órgão do mais alto nível na assessoria direta ao Presidente da República, para formulação e execução da política de Segurança Nacional". O artigo 89 defi-

o que compete ao órgão e entre as atribuições está as de estabelecer os objetivos permanentes, indicar as áreas indispensáveis à Segurança Nacional e nelas autorizar a concessão de terras, abertura de estradas, construção de pontes etc. (16)

A definição da política de Segurança Nacional, na década de setenta, teve por base seis objetivos fundamentais, destacando-se: o "progresso", a "paz social", a "integridade territorial", a "integração Nacional" etc. (17) Embasados nesses Objetivos Nacionais Permanentes (OPN), foram definidas as áreas de Segurança Nacional, entre elas, a de Encruzilhada Natalino.

Logo após a chegada da equipe federal ao acampamento, uma das primeiras providências foi a instalação de um mastro para a Bandeira Nacional. Mesmo não havendo nenhum artigo ou inciso da lei sobre a "apresentação de símbolos Nacionais" que justificasse tal procedimento, a Bandeira foi hasteada e arreada ao som do Hino Nacional durante a intervenção. Todas as manhãs a Bandeira era hasteada e, à tarde, arreada nos horários previstos em lei. (18)

Outra providência imediata da Coordenadoria foi o estabelecimento de três barreiras policiais sob coordenação da Polícia Rodoviária Federal. Uma barreira estava localizada na entrada de Passo Fundo para o acampamento, outra de Ronda Alta e uma terceira na entrada de Sarandi (ver mapa 8 ). (19)

As repercussões internas foram imediatas, pois as barreiras impediram não somente a entrada de outras famílias, mas também a entrada de doações recolhidas pelas entidades solidárias, além da rigorosa investigação da documentação dos usuários da RS-324. Quanto a alimentação, o governador do Estado havia dito: "eu não vou admitir que os senhores fiquem lá como pedintes ou como mendigos". (20) Por trás dessa preocupação do governo estava articulada a intervenção, para a qual, a alimentação e assistência médica, constituíam-se em instrumento fundamental no controle e pressão sobre os acampados.

Já na sua chegada, os interventores instalaram alguns barracos verdes na outra lateral da rodovia, em frente ao

acampamento, próximos do estabelecimento comercial (ver mapa 8). Os barracos do Exército abrigaram a equipe de assessoria política e a equipe responsável pela documentação e registro dos acontecimentos no local. No mesmo dia da chegada construíram um abrigo para projeção de filmes e slides sobre os projetos de colonização do INCRA, principalmente, Serra do Ramalho (BA), Mato Grosso, Acre e Roraima.

O 'Major Curió' apresentou-se aos acampados como homem de diálogo, democrático, contando piadas e sendo grande amigo de todos. Com todo seu carisma, no trato pessoal, começou o trabalho de persuasão, tratando bem as pessoas e evitando discussões. Seu trabalho inicial foi tentar convencer os acampados da importância e das boas condições nos projetos de colonização em outros Estados. A proposta inicial foi o projeto Serra do Ramalho (BA), e propôs que uma equipe de colonos se deslocasse para lá a fim de verificar as condições de trabalho, clima e produção. Para tanto, colocou à disposição dois aviões da Força Aérea Brasileira (FAB). A viagem estava prevista para o dia 2 de agosto, três dias após a chegada. (21)

Internamente, a equipe de "agentes secretos" intensificou o trabalho no sentido de convencer os colonos a cederem às propostas do governo estadual e federal: emprego e colonização, respectivamente. ao mesmo tempo, um grupo de acampados se preparou para viajar à Bahia.

Os acampados receberam, inicialmente, um tratamento especial em relação à alimentação, que passou a ser distribuída pela COBAL. A cesta básica era constituída por 44 produtos de primeira necessidade. A alimentação, sob controle exclusivo da Coordenadoria do Acampamento, tornou-se um dos instrumentos básicos no controle político. (22)

Enquanto o 'Major Curió' e sua equipe preparavam a viagem, contra-informações chegaram da Bahia, Acre, Roraima e Mato Grosso. Do Acre, por exemplo, Dom Moacir Grechi, Presidente Nacional da CPT, concedeu uma entrevista a uma equipe de repórteres gaúchos alertando para os problemas da região. Ao re-

ferir-se à Encruzilhada Natalino disse que o problema deveria ser resolvido no próprio Estado. Em relação à argumentação do governo da não existência de terras no Estado, o bispo disse que: "se tudo for feito racionalmente o governo vai encontrar terras lá no sul para assentar esses colonos. Aqui no Acre a situação é pior, muito pior que os gaúchos podem estar imaginando". Entre os problemas destacou: malária, falta de assistência médica, muita chuva isolando certas áreas e comprometendo a colheita, grileiros, conflitos com índios, seringueiros, especulação imobiliária etc. (23)

As repercussões da entrevista, amplamente divulgada pela imprensa, foram fortes, a ponto de, na retirada da Coordenadoria do Acampamento em 31 de agosto, o Comunicado nº 3 denunciou nominalmente o bispo pelas suas declarações cheias de "mensagens deletérias e leviandade". (24)

Sobre o projeto Pedro Peixoto (AC), os jornalistas denunciaram as más condições de vida das famílias que lá viviam. O jornal Zero Hora, 1.8.81, publicou um artigo onde dizia que um assessor do INCRA, de Brasília, que acompanhava a equipe e foi conhecer o projeto, não resistiu diante da realidade, "refugiando-se em um dos prédios da administração do projeto para não ver as imagens de miséria que surgiam em sua frente". Segundo Cláudio Ribeiro, diretor dos projetos de colonização do INCRA, o fracasso dos projetos era decorrente da ausência de "mentalidade de pioneirismo e falta de capacidade empresarial dos agricultores". (25)

A contra-informação foi um fator importante no reforço às posições dos colonos que exigiam terras no próprio Estado. Mesmo em meio a esse clima de denúncias sobre os projetos, a Coordenadoria do Acampamento preparou a viagem para a Bahia. No dia 2 de agosto, pela manhã, 66 pessoas, incluindo mulheres e crianças, mais dois representantes da FETAG/RS, um Sindicalista de Sarandi, um representante do INCRA, um jornalista de Sarandi e um da Polícia Federal embarcaram no aeroporto de Sarandi em dois búfalos da FAB com destino à Bahia. (26)

O referido projeto, com 257.000 ha e 16 agrovilas, foi iniciado em 1977 com objetivo de assentar os desalojados com a construção da Hidroelétrica de Sobradinho. A área de cada lote, 20 ha, era terra de cerrado, desfavorável à agricultura.

Ao retornarem da viagem as opiniões ficaram divididas. Os favoráveis ao projeto ficaram do lado do 'Major Curió' e receberam, portanto, todo o apoio, bem como espaço para dar o testemunho através do sistema de som e os demais não puderam falar. Para Teófilo Waiss e Osvaldo Pinto da Silva, que aceitaram a proposta, as condições no projeto eram excelentes. Osvaldo, por exemplo, chegou a escolher a casa nº 33, ao lado da escolhida por Teófilo, nº 32, para morar. "Lá a vida é nova, o clima é bom, a terra tem cor de melado de cana, vi a produção de feijão, de milho, algodão e mamão, tem hospitais, escolas e casas para nós morar". (27)

Com o passar dos dias, porém, foram crescendo as denúncias em relação à viagem, dando conta que grande parte da comitiva não era do acampamento Natalino. Segundo Campignoto, "uns empregados da serraria de Ronda Alta aproveitaram e fizeram uma viagem de turismo". Outro acampado, Gelson, disse que: "tinha uns caras que foram e trabalhavam na prefeitura (Ronda Alta) e não são colonos". Além disso, havia mais 16 pessoas que ainda estavam acampados na reserva florestal de Rondinha. Os representantes do acampamento Natalino não eram muitos. (28)

Outra denúncia foi de que o 'Major Curió' treinou algumas pessoas para falarem bem da Bahia. O Barroso, por exemplo, um dos primeiros a se decidir pelo projeto Serra do Ramalho, "na hora de falar se atrapalhou todo e o Coronel fazia senha (sinal) para ele parar de falar. Nem ensaiando os caras conseguiram mentir sobre o que era a Bahia". (29)

Da liderança e coordenação do acampamento, ninguém acompanhou a comitiva, o que desgostou o 'Major Curió'. Um dos membros da comissão central "recebeu a proposta de ser o coordenador de uma agrovila no projeto de reassentamento na Bahia, caso aceitasse ir para lá e voltar elogiando o projeto". (30)

Os acampados já tinham recebido um dossiê sobre o projeto, elaborado pela CPT da Bahia, fato que irritou o 'Major Curió' ao tomar conhecimento. (31)

Poucos dias após o retorno da viagem ao Rio Grande do Sul, 35 famílias, haviam optado pelo projeto. Em 9 de agosto, o número cresceu para 87, mas foi, progressivamente, diminuindo e, no dia 12, apenas uma família continuava disposta a ir para lá. O resultado final foi totalmente negativo, pois ninguém mais aceitou a proposta. Estava prevista, inclusive, uma outra viagem ao mesmo local com novas famílias, mas foi suspensa.

A partir dos resultados negativos em relação a proposta da Bahia, os interventores intensificaram a pressão interna no sentido de convencer os acampados aceitarem emprego ou irem para outro projeto, Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso. A reação, porém, começou crescer da parte dos Sem Terra. Os atos cívicos de hasteamento e arreamento da Bandeira, bem como o canto do Hino Nacional, foram esvaziados progressivamente. "O povo participou um pouco, mas depois ninguém mais participava. Às vezes ficava lá só ele (Major) e a gente dele". (32) O próprio 'Major Curió' tentou envolver as crianças oferecendo balas e bombons enquanto doutrinava e ensinava o Hino Nacional, mas elas começaram reagir, pedindo terra para trabalhar.

A intervenção federal desmantelou a organização interna do acampamento. As reuniões e assembléias gerais não puderam mais acontecer por causa da perseguição. Os "agentes secretos" acompanhavam passo a passo, principalmente a comissão central, registrando tudo através de fotografias e gravações. "Onde se formava um pequeno grupo de pessoas para conversar, imediatamente um agente se fazia presente...". (33)

Por outro lado, a Coordenadoria criou um "sistema de dependência dos colonos que ficavam ~~are~~relados moralmente e comprometidos com o militar". Apresentando-se como "pai", desejando o bem a todos, o 'Major Curió' controlou tudo, desde a alimentação, o vestuário, assistência médica, além do isolamento imposto às entidades solidárias com o movimento.

Após a intervenção, foram poucas as entidades que permaneceram dando apoio efetivo. No dia 7 de agosto, o jornal Zero Hora divulgou uma denúncia sobre as condições internas no acampamento, formulada pela CPT/RS, Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), Pastoral Universitária (PU), Comissão de Justiça e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, CONTAG, FETAG e a Intersindical, dando conta que o local havia sido transformado em "campo de concentração". Denunciaram que a repressão e o arbítrio baixou no acampamento, a partir do dia 30 de julho, "transformando-o num campo de concentração às ordens do Coronel Curió". Por causa da repressão os acampados ficaram impossibilitados de discutir e deliberar as propostas coletivamente. (34)

A repressão atingiu, praticamente, todos os níveis de organização interna. Os Sem Terra ficaram autorizados a se reunirem, apenas, para rezar, mesmo assim, com limites. Foi proibido, por exemplo, a "parte do sermão, em que o padre convidava os presentes a se manifestarem". (35)

Progressivamente, a proposta do projeto Lucas do Rio Verde (MT) ganhou destaque e constituiu-se numa das únicas alternativas, pois as propostas da Bahia, Acre e Roraima, foram deixadas de lado. Por outro lado começou a se explicitar a manipulação dos colonos que visitaram o projeto Serra do Ramalho. Osvaldo e Teófilo, por exemplo, retornaram da viagem com as casas escolhidas, mas, de repente mudaram de idéia. Osvaldo, um dos que optou por Lucas do Rio Verde, disse: "eu preferi assim porque as terras são melhores, o projeto é bom e diferente da Bahia, onde a terra parece areia". (36)

Outro aspecto importante diz respeito às famílias que retornaram de Mato Grosso, acamparam no Natalino e aceitaram ir novamente de volta, desta vez, para Lucas do Rio Verde. Alguns chegaram a emitir pareceres favoráveis ao projeto sem conhecê-lo. Segundo denúncia de Valdelino Antônio Zatti, retornado, o 'Major Curió' "está pagando para alguns colonos dizerem que é bom na Bahia e Mato Grosso e que querem ir para lá". (37) Os retornados estavam ameaçados de que, caso não aceitassem ir para Lucas

do Rio Verde, seriam imediatamente expulsos do acampamento. O presidente do INCRA, Paulo Yokota, havia dito que os acampados que venderam seus lotes nos projetos do INCRA não teriam mais direito a um novo lote. (38)

Diante das denúncias da repressão interna e do esgotamento do prazo inicial dado pela Coordenadoria para os acampados optarem pelas propostas oficiais, uma comitiva de Porto Alegre deslocou-se até o local para conferir, "in loco", o que estava ocorrendo. Na comitiva havia representantes do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Sindicato dos Jornalistas, Sindicato dos Bancários, Pastoral Universtária, Comunidades Eclesiais de Base, Associação Gaúcha de Médicos Residentes e representantes de vários Diretórios Acadêmicos. Na chegada ao acampamento, ouviram do 'Major Curió' que as denúncias sobre as condições no acampamento eram infundadas. Os colonos, porém, denunciaram que os interventores estavam ameaçando os que resistiam ir para Mato Grosso dizendo que os "barracos seriam destruídos". (39)

A partir do dia 10 de agosto caiu a "máscara da intervenção" e a vida interna ficou muito mais crítica e tensa. Outra caravana que se deslocou de Porto Alegre ficou impossibilitada de entrar em contato com os Sem Terra. Segundo o 'Major Curió' "a nova ordem de Brasília era de impedir a entrada de visitas, inclusive de parentes de agricultores acampados, e só as mulheres podem sair, depois de identificarem-se, dizerem para onde vão, o que vão fazer e a que horas voltam". Nas próprias palavras do Curio, a "democracia acabou no acampamento". (40)

Progressivamente, a Coordenadoria revelou seu plano e intenções no acampamento. Muitas pessoas e entidades estavam conscientes do plano do Conselho de Segurança Nacional, ao deslocar para a área o "eficiente" 'Major Curió', outros, porém, foram compreendendo no desenrolar dos acontecimentos. O 'Major Curió' quando da sua primeira estada no acampamento prometeu que retornaria na semana seguinte com uma solução. Na ocasião,

ele "arrancou um fio de bigode dizendo que ia resolver o problema". (41) O fio de bigode era para testemunhar que a promessa seria cumprida. A Coordenadoria tinha certeza de que resolveria o problema em 15 dias e anunciava, pelo sistema de som, que dentro do prazo estabelecido tudo estaria solucionado.

Grande parte dos acampados, porém, tinha uma consciência muito esclarecida da proposta e permaneceram firmes. Quando da visita ao acampamento do Presidente da Assembléia Legislativa, deputado Aldo Pinto, O 'Major Curió' lhe disse: "esse é o meu pior empreendimento". (42) Essa declaração veio confirmar a análise feita pelo bispo de Marabá, Dom Alano Pena, quando disse: "se a estratégia para equacionar o problema social e fundiário de Encruzilhada Natalino é a mesma (ou não) que foi empregada em Serra Pelada, certamente, não é igual o povo e o problema".(43)

O deputado Aldo Pinto, após constatar a organização imposta pela Coordenadoria, dos métodos utilizados e as barreiras nas entradas do acampamento, indignou-se: "mas isso é esquema de Segurança Nacional".

As ameaças intensificaram-se, e o prazo dado para os Sem Terra optarem por emprego ou colonização deveria encerrar no dia 14 de agosto, prazo limite, findo o qual, o movimento deixaria de existir. Segundo o 'Major Curió' "o governo federal não quer a continuação do acampamento". Essas palavras foram confirmadas por Aldo Pinto, que ouviu também que "o acampamento teria que ter um fim e teria uma data marcada". O deputado reagiu: "o Rio Grande do Sul não é Serra Pelada e não vai permitir, de maneira nenhuma, a agressão". (44)

Em 12 de agosto, o Jornal do Comércio publicou um artigo intitulado "Fim da Aventura na Encruzilhada Natalino", de Manuel Braga Gastal, acusando a manipulação "político-partidária" dos Sem Terra e retomou o argumento do governo segundo o qual muitos acampados eram proprietários rurais e urbanos, comerciantes etc., além da infiltração de alguns "espertalhões", insuflando a rebelião.

O referido artigo reafirmou a inexistência de terras no

Rio Grande do Sul apontando como única alternativa a colonização em outros Estados. Após a exaltação do 'Major Curió', disse estar chegando ao fim a "aventura na Encruzilhada Natalino". Essa idéia do fim próximo do acampamento foi ganhando força na Assembléia Legislativa, na imprensa, entre as entidades solidárias. A perspectiva era de que o acampamento não sobreviveria após o dia 15 de agosto.

Diante da prepotência do 'Major Curió' e de suas ameaças, o deputado Celso Testa (PHDB) levantou a hipótese de convocá-lo para depor na Assembléia Legislativa, esbarrando, porém, no problema de que os interventores representavam o governo federal, desautorizando as comissões da Assembléia legislativa a convocá-lo. Segundo Aldo Pinto, Curió, lhe afirmou "estar no Rio Grande do Sul numa intervenção federal, já que o governo do Estado e seus órgãos não tiveram a capacidade e habilidade para solucionar o problema...". (45)

Enquanto o governo federal, através de seus representantes, não conseguia romper a organização, setores da imprensa contrários aos Sem Terra continuavam acusando a existência de infiltrados. O artigo de Dom Vicente Scherer, 23 de julho, foi transcrito nos Anais da Assembléia legislativa a pedido do deputado Guido Moesch (PDS), que também acusou a infiltração de elementos estranhos ao movimento, dificultando o diálogo com o governo. (46)

O mesmo deputado, em discurso na Assembléia Legislativa, citou o artigo do jornalista Rogério Mendelski que afirmava existir no acampamento, "além de colonos sem terra, operários sem fábrica, professores sem escola, bancários sem banco, motoristas sem táxi e até religiosos sem batina e sem Ordem, líderes sindicais sem liderança". (47) A campanha de desmoralização do movimento continuou ativa, mesmo não encontrando sustentação nos cadastramentos realizados por órgãos do governo, pelo contrário, os dados levantados revelaram que a maioria absoluta era de agricultores Sem Terra.

O movimento foi ganhando cada vez mais destaque nacional

e até internacional, enfraquecendo o poder da Coordenadoria, que continuou ameaçando com o último prazo para o dia 15 de agosto. Depois desta data, dizia o 'Major Curió', "não sei o futuro dos colonos que não aceitarem as ofertas do governo".

Reagindo à afirmação que no Estado não havia terras para assentar as famílias acampadas, alguns parlamentares estaduais fizeram uma pesquisa sobre áreas disponíveis e colocadas à venda no Rio Grande do Sul. O levantamento foi realizado em apenas 31 municípios e os dados revelaram um total de 100.000ha disponíveis. O deputado Aldo Pinto disse: "poderei passar às mãos de Sua Excelência, o Governador, as áreas, as cidades, os valores respectivos e os telefones das pessoas que estão ofertando as áreas...". (48) Para o governo estadual e federal, porém, ceder à proposta do movimento seria um desgaste político muito grande.

Na imprensa, as denúncias sobre as más condições internas se multiplicaram. O vereador Argeu Santarém, do PDT de Passo Fundo, após visitar o local, denunciou a existência de um disfarçado "campo de concentração montado pelo Coronel Sebastião Moura, o Curió, que sutil, mas rijamente, tenta desmobilizar o acampamento". (49)

Ao findar o primeiro prazo dado pela Coordenadoria, de 436 famílias, 113 haviam "optado" por Lucas do Rio Verde, 7 foram retiradas por "não serem colonos", 6 saíram "espontaneamente", duas aceitaram a proposta de emprego nas estações experimentais de Caxias do Sul, e as demais 308, continuaram resistindo na proposta de terras no Estado. (50)

Segundo Saul Marchiori, acampado e membro da comissão central, "nós podemos morrer aqui despedaçado, mas não saímos do Rio Grande do Sul. Nós não vamos reagir, mas também não sairemos daqui, só se nos carregarem. Até podem botar fogo nos nossos barracos, nos aplicarem a Lei de Segurança Nacional, nos botarem na cadeia, mas aqui ficaremos até o final". (51)

Diante da resistência de mais de 70% dos acampados, a Coordenadoria teve que repensar o prazo. Em 15 de agosto ela

lançou o COMUNICADO nº 1, "Aos colonos da Encruzilhada do Natalino", onde reforçava as posições anteriores com as mesmas propostas. (anexo 22)

O comunicado alertava para o prazo dado e a necessidade da opção por uma das duas alternativas oficiais, exceto terra no Estado. "Considerando que o prazo estipulado de um mês, depois que assumiu o acampamento, está prestes a esgotar-se, a Coordenadoria apela para que os colonos decidam sobre as alternativas oferecidas, pois, decorrido esse prazo - e já que não existe qualquer outra alternativa - o problema deixará de ser SOCIAL e passará a ser tratado como de característica exclusivamente POLICIAL, sujeito, portanto, a todas as consequências daí decorrentes". (52)

A resistência dos acampados teve como contrapartida o aumento da repressão por parte dos interventores. Na terceira carta dos acampados, elaborada e aprovada através de sugestões pessoais, passando de barraca em barraca, denunciou as formas utilizadas para dividir o movimento. Segundo a carta, para alguns acampados a Coordenadoria oferece dinheiro e outros, ameaça. "Nesses dias eles ficaram passando com um guincho no acampamento e ficaram falando com alto-falante que quem não quiser ir para o Mato Grosso, vão acabar com os barracos, botando fogo...". (53)

Os interventores perseguiram, principalmente, a liderança da comissão central. Segundo Campignoto, a "polícia tentou pegar os membros da comissão central pra desmobilizar o acampamento. Por isso foi discutido que não havia líder. Se há líder é fácil de pegar e prender". (54)

Antônio da Luz Alves, acampado, detalha, em seu depoimento, as formas de repressão de que foi vítima. Ele diz que, enquanto aguardava na fila para apanhar alimentos da COBAL, apareceu um policial empurrando as pessoas. "Ele me empurrou, aí eu falci prá ele que não precisava me empurrar e ele me mandou sair da fila. Fiquei duas horas no barraco da polícia". Ali, Antônio foi provocado de todas as formas para reagir, criando, assim, um

fato que justificasse sua expulsão do acampamento, o que não ocorreu.

Posteriormente, Curió descobriu que Antônio tinha um terreno no Paraná e mandou o mesmo sair do acampamento. Então Antônio perguntou ao Major se poderia ir para Lucas do Rio Verde, e a resposta foi positiva e, então, Curió ouviu dele que "se tenho direito lá (MT) tenho direito aqui também". A relação continuou tensa e Antônio teve que fugir para a casa de seu pai, fora do acampamento, sendo ameaçado de enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Além de perder o direito à alimentação fornecida pela COBAL, lhe tiraram inclusive o leite para alimentar o filho pequeno. (55)

Usando desses métodos e ameaças, muitas famílias cederam a pressão e aceitaram ir para Lucas do Rio Verde. Muitos foram acusados de possuírem terras e tinham que provar o contrário. Por isso vários acampados tiveram que "ir no registro de imóveis buscar uma negativa, apresentar para eles, senão tinham que sair do barraco. Se não apresentava negativa, tinha que sair na marra". (56)

Outra tática utilizada foi o trabalho individualizado, que deu bons resultados para a Coordenadoria. Muitas famílias, menos esclarecidas politicamente, não resistiram às ameaças e cederam. Outro dado importante foi a forma de convencer as pessoas a optarem por Lucas do Rio Verde. Sendo mais difícil convencer a família toda, a tática foi pressionar os homens individualmente, marginalizando as mulheres das decisões. "Quantos pobres que o marido estava ajudando a carregar a trouxa prá cima da camionete do INCRA e a mulher e os filhos estavam chorando em roda, porque não aceitavam e tocavam de ir na marra". (57)

As famílias que aceitaram ir para Lucas do Rio Verde foram deslocadas para um local próximo à Encruzilhada Natalino, constituindo um acampamento paralelo denominado QUERO-QUERO. As famílias eram retiradas do antigo acampamento e transferidas ao novo local. Para realizar a operação, "vinham 15, 20 policiais", que permaneciam em torno do barraco a ser removido. O acampado

Durante a intervenção, os representantes da FETAG que foram até o acampamento "em vez de conversar com os Sem Terra, ficavam lá em cima concersando com Curió. Ficavam lá o dia todo e, na saída da barraca do Curió, diziam: olha, nós estamos com pressa, nós voltamos outro dia". Esse depoimento dos acampados revela a posição que a entidade assumiu em relação ao movimento. Em outros momentos ela tomou posição mais firme na defesa dos interesses dos Sem Terra. (60)

A expectativa em torno da reunião dos bispos em Passo Fundo não era apenas dos acampados, mas também de deputados e de outras entidades. O jornal O Globo destacou a importância do evento e a perspectiva de uma proposta capaz de solucionar o impasse criado entre os acampados e o governo federal e estadual. O deputado estadual Marques de Mattos, disse, da tribuna da Assembleia Legislativa, esperar confiante "que a Igreja assuma uma posição que venha respaldar os interesses dos agricultores e que esta possa sensibilizar o governo, pois caso contrário, vislumbraremos um final muito infeliz para os nossos conterrâneos" (61)

As denúncias feitas pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos ajudou no posicionamento dos bispos. Dia 15 de agosto, uma comissão de 75 pessoas, de várias entidades, foi impedida de entrar no acampamento. Segundo o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, o "acesso ao acampamento tem sido proibido também à imprensa (...). Alguns colonos que conseguiram burlar a vigilância dos quatro (sic) agentes da Polícia Federal mantidos no acampamento, além de policiais da Brigada Militar, do Exército e da Polícia Rodoviária Federal, denunciaram que são frequentes os maus tratos impostos pela equipe do Major Curió aos líderes dos agricultores". (62) Jair Krischke, vice-presidente da entidade, disse esperar uma "posição firme e decidida" dos bispos em Passo Fundo.

Outro fator que também pesou muito na decisão foi a proibição da entrada de religiosos no acampamento a partir do dia 17 de agosto. Segundo o Major, para os "padres e freiras que vierem para cá perturbar vai restar a Lei de Segurança Na-

Calegari, relatando a retirada de uma família, disse que a polícia e os funcionários do INCRA tiraram a mochila, queimaram o papelão preto do teto, queimaram o capim e disseram que iam tocar fogo nos barracos, como haviam prometido. A retirada das famílias servia, portanto, para ameaçar às demais.

Com a crescente repressão interna, após o lançamento do primeiro Comunicado, além da proibição de visitas de entidades, as denúncias na imprensa e na Assembléia Legislativa produziram pouco efeito, agravando ainda mais o quadro. Segundo Irmã Isabel, que trabalhou no acampamento, "quando o povo entrou em pânico pelas ameaças, a única esperança que eles tinham era a voz da Igreja, que os bispos se pronunciassem". (58)

Para o dia 18 de agosto foi marcada uma reunião de todos os bispos do Estado do Rio Grande do Sul, em Passo Fundo. Era grande a expectativa em torno do posicionamento que da reunião poderia sair. Segundo os acampados, "nossa única esperança é que a Igreja assuma nossa causa". (59) A Igreja, no contexto regional, era ainda uma das únicas forças com peso e poder político nas suas declarações. O 'Major Curió' e o governo bem sabiam da força da Igreja e tiraram proveito em cima das declarações de Dom Vicente Scherer, na entrevista de 23 de julho, quando respaldou as propostas oficiais e denunciou a infiltração de setores da Igreja no movimento, manipulando-o. O próprio Major lia seguidamente as declarações de Dom Vicente, pelo sistema de som fixo no acampamento ou através de um aparelho de som volante, tirando suas conclusões: "olhem até a Igreja está apoiando as propostas do governo".

As demais entidades, os sindicatos, a FETAG e os partidos praticamente não tinham mais força política. Muitos sindicatos se afastaram do movimento após a intervenção. A posição da FETAG foi ambígua, principalmente, no mês de agosto. No encontro realizado na Assembléia Legislativa, em 29 de julho, o Executivo propôs que a única entidade mediadora nas negociações entre os Sem Terra e o governo fosse a FETAG. A entidade, portanto, era de confiança do governo, o que causava certa apreensão entre os colonos.

cional e se forem estrangeiros restará a Lei dos estrangeiros". A referência aos estrangeiros tinha um alvo concreto que era a irmã Aurélia, italiana, que atuava no acampamento. (63)

O jornal Diário da Manhã, de Passo Fundo, publicou, em 18 de agosto, uma entrevista de Dom Vicente reafirmando a posição assumida em julho, na defesa das proposta de governo, além de denunciar a infiltração de elementos da Igreja no movimento, embora relativizando sua posição ao dizer: "ao que parece alguns elementos da Igreja induziram os colonos a adotarem essa posição...".

No mesmo dia, Diógenes A. Martins Pinto, diretor de mesmo jornal, acusou, em editorial, a radicalização do movimento por elementos de esquerda, tendo por base as declarações de Dom Vicente. Segundo o editorial, o governo destacou, na hora oportuna, Curió, "que com toda sua capacidade, inteligência e despreendimento, vem atuado no sentido de apresentar aos interessados (e só a eles), pois aos instigadores nada tem mesmo a revelar...".

Em meio a esse clima de tensão e expectativa ocorreu a reunião em Passo Fundo. O documento final situou o caso de Ronda Alta dentro de uma problemática maior, decorrente da estrutura fundiária. Encruzilhada Natalino colocou "um problema grave e mais amplo que deve preocupar a população e os poderes públicos do Estado e do País, como inquieta a nós a distribuição da propriedade do solo e a distribuição da terra no Território Nacional". (64)

O documento em si não avançou muito, pelo menos no tocante à análise da estrutura fundiária, mas reafirmou a posição dos acampados, destacando a necessidade de uma Reforma Agrária no País, reincluindo o Rio Grande do Sul como área prioritária. A problemática dos Sem Terra, disseram os bispos, não se esgota na reivindicação do acesso à terra, mas exige também uma política agrícola favorável ao pequeno produtor, com preços justos, crédito, apoio técnico, incentivo às cooperativas de produção etc.

Em relação ao caso específico de Ronda Alta, os bispos apresentaram duas propostas: 1) crédito fundiário para a aquisição de terras no próprio Estado, destacando que se "há crédito para o supérfluo, com maior razão deve haver para o necessário"; 2) redução do módulo rural, na Fazenda Anoni, para assentar mais famílias do que o previsto. (65)

O documento reforçou a posição dos acampados e deu um golpe forte nas propostas da Coordenadoria, que esperava um resultado diferente da reunião. A partir de então, os interventores foram perdendo respaldo, mesmo dos setores que haviam se manifestado favoráveis à posição do governo.

No acampamento, a repercussão do documento foi muito positiva e aliviou, em parte, a tensão, decorrente das emcaças. (66) Na Assembléia Legislativa, vários deputados reforçaram a posição assumida, exigindo uma solução urgente para o caso. As duas propostas foram norteadoras de várias manifestações tanto de entidades como de deputados. Elas serviram de referência para posteriores discussões sobre como resolver o problema. O documento foi tão importante naquele momento que foi transcrito quatro vezes nos anais da Assembléia Legislativa, a pedido de deputados, no período de 19 até o final de agosto.

Os deputados situacionistas, no entanto, atacaram o documento, negando-lhe qualquer avanço e novidade nas propostas. O deputado, Coronel Pedro Américo Leal (PDS) disse que os dispos decretaram o minifúndio com a proposta da redução do módulo na Fazenda Anoni. Disse ainda que "ir para Passo Fundo e concluir isto, é melhor não ir! Isto poderia ser feito aqui na Cúria!"(67) O deputado Jarbas Lima (PDS) disse que o documento "não disse nada, não apontou nada, não sugeriu nada, o que é lamentável, porque o fato é grave". (68)

Para o Secretário da Agricultura, Baltazar de Bem e Canto, as duas propostas apresentadas não podem ser aceitas "como forma de solucionar o problema da Encruzilhada Natalino".(69)

Ao mesmo tempo que os bispos se posicionaram, o governador também se pronunciou sobre o tema. Em longo pronunciamento

feito no Palácio do Piratini, o governador destacou tudo o que fez ao longo da trajetória do movimento, ressaltando a oferta de emprego no Estado, "tanto na área rural, aproveitando nas Estações Experimentais, como também emprego em outras atividades do SINE". (70) Além de emprego, o INCRA ofereceu terras em outros Estados. Segundo o governador, "infelizmente grupos e pessoas estimularam a permanência daqueles colonos no acampamento e foram mais longe ainda: aliciaram pessoas que estavam empregadas em outras atividades, como isto é público, e trouxeram para este acampamento". Amaral reconheceu que o movimento exigiu muito do Executivo e disse que, nos meses de sua existência, tem "prendido a atenção do governo".

O governador reafirmou a inexistência de terras dentro do Estado para assentamento das famílias e disse estar elaborando um "projeto de crédito fundiário", ressaltando, porém, a existência de enormes áreas de terra a serem ocupadas no País. "É preciso transformar esses espaços em áreas produtivas que gerem riquezas e atendam às necessidades de produção de alimentos e geração de divisas". (71)

Amaral encerrou seu pronunciamento destacando o papel do governo no cumprimento da lei. Caberia, segundo ele, ao governo do Estado cumprir e fazer cumprir a Lei. "No que tange à propriedade tanto pública quanto privada, cumpriremos a Lei e protegeremos a propriedade, assegurando, com isso, o respeito à Lei. Agiremos assim, tanto no que diz respeito às áreas rurais, quanto às urbanas". (72)

É importante confrontar o conteúdo do discurso de Amaral com o pronunciamento do Senador Jarbas Passarinho, feito no Senado poucos dias depois, e perceber os pontos e elementos comuns, o que evidencia uma ação conjunta em nível nacional. No discurso feito no Senado em 10 de setembro, o Senador retomou grande parte de uma entrevista concedida à Folha de São Paulo dias antes. Um dos pontos em destaque foi o "desrespeito à lei" e as sistemáticas ocupações em áreas rurais e urbanas, incentivadas, principalmente, por setores da Igreja Católica. Diz Passarinho: "o que preocupa é que as invasões com apoio ostensivo

de parte do clero, está se transformando em rotina e criando um quadro de conflagração muito perigosa, pois se os 'posseiros' se declaram dispostos até morrer pela posse das terras que dizem suas, também é verdade que os proprietários legítimos, cujas propriedades foram invadidas, igualmente apresentem a mesma disposição". (73)

No acampamento continuou intensa a repressão, inclusive, com cerceamento de direitos fundamentais, assegurados pela Constituição como o de "ir e vir". Para os interventores só havia uma alternativa possível aos acampados, qual seria a de ceder à proposta da Coordenadoria. Segundo o 'Major Curió', "não há terras no Estado para estes agricultores". (74) A afirmação tinha como alvo um sujeito concreto e específico: os acampados. Ceder aos Sem Terra seria abrir um precedente para outros acampamentos ou futuras ocupações.

As famílias que saíram do Natalino, sob pressão, foram para o acampamento "quero-quero" aguardar o momento da partida para Lucas do Rio Verde. Até o dia 19 de agosto, 130 famílias tinham cedido à proposta do Estado. Segundo Valdemar Batista Neto, acampado que foi transferido, dessas 130 famílias, nem 10% optaram livremente pela proposta de colonização. Vários depoimentos, principalmente de mulheres, confirmam que saíram sob pressão, mas o desejo era permanecer no Estado. "Aqui, na verdade, no fundo do coração, ninguém quer isso (MT)". Outros completavam: "ninguém vai contente, porque o que queríamos era terra no Rio Grande do Sul".

Por outro lado, os colonos denunciaram as condições em que foram arregimentados. Segundo eles, "os interventores disseram que iam tirar tudo, a comida da gente, botar fogo nos barracos e, assim, tivemos que concordar, assinado". (anexo 20) (75)

A decisão da saída e a aceitação da proposta de Lucas do Rio Verde, passou, fundamentalmente, pela estratégia de fazer com que o homem assinasse sozinho o compromisso, enquanto as mulheres tiveram que ceder, sem participação alguma. No entanto, algumas mulheres reagiram: "se ele vai, que vá sozinho, porque

eu não vou". O sentimento de tristeza era muito mais forte entre as mulheres que diziam: "poucos vão embora daqui sem chorar".

O controle da Coordenadoria estendeu-se até o acampamento do "Quero-Quero". O policiamento, sempre presente, manteve o controle das famílias para que não retornassem ao acampamento do Natalino. Neste local, a Coordenadoria deu melhores condições tanto em relação ao alojamento como à alimentação. No dia 21 de agosto, foi inaugurado, no local, um sistema de alto-falantes e iluminação elétrica, com uma festa em que "alguns gaiteiros e trovadores animaram a festa chamada BAILÃO DO CURIÓ". (76)

Alguns acampados mudaram de discurso, após a transferência para o acampamento paralelo. João Nelson Gobbi de Oliveira, por exemplo, retornou do projeto TERRANOVA por causa das más condições de vida e disse que iria novamente, "porque agora o Coronel Curió está garantindo que está tudo diferente. Agora não sou mais pobre, pois tenho terra e crédito pela frente". (77)

Com a expiração do segundo prazo dado pela Coordenadoria, 25 de agosto, a situação ficou mais tensa. Famílias que tinham posição firme de permanecer no Estado, de repente, mudaram de posição aceitando ir para Mato Grosso. Tudo isso gerou um clima de desconfiança entre os colonos. "Ninguém mais acreditava no vizinho, porque o vizinho dizia: para o Mato Grosso, nem morto não vou. No outro dia levantava o barraco e ia embora". (78)

A violência utilizada pelos interventores para reverter a posição dos colonos foi intensamente denunciada, ganhando destaque nacional e internacional. A Comissão de Agricultura da Câmara Federal decidiu enviar para o local dois representantes a fim de apurar as denúncias do "acentuado clima de tensão". (79)

Em nível internacional o apoio aos acampados chegou através do Conselho Mundial das Igreja Cristãs, com sede na Holanda, do Movimento Internacional de Justiça e Não Violência e de Adolfo Perez Esquivel, prêmio Nobel da Paz de 1980. Este último enviou uma carta aos acampados a outras entidades e ao governo, reafirmando a posição dos Sem Terra. Segundo Esquivel, a exigência dos agricultores em permanecer no Estado "é válida e se a-

justa à estrita Justiça" e, concluiu, dizendo ter esperança de que "os camponeses Rio-grandenses vejam fazer justiça...". (80)

A Coordenadoria continuou agindo intensamente, embora com poucos resultados. No dia 21, lançou o Comunicado nº 2, bem sitético, APELANDO aos "que ainda não optaram por uma das alternativas oferecidas que o façam urgentemente", e INFORMANDO que a partir do dia 31 de agosto os interventores deixariam o local, cessando, também, "todo e qualquer apoio governamental aos que nele permanecerem por sua livre e espontânea vontade". (81)

Diante da resistência, a Coordenadoria fez uso das novas táticas de pressão, principalmente a redução de alimentos e ameaçando com a destruição total do acampamento após o dia 31. Em relação à alimentação e assistência médica, a Coordenadoria tinha muito poder, pois mantinha o controle total, impedindo qualquer auxílio externo. A pressão através da redução de alimentos, transformou-se num poderoso instrumento político em todos os locais onde o 'Major Curió' atuou, embora com resultados diversos de Ronda Alta.

Ameaçando com a destruição total no dia 31, Curió disse várias vezes estar apenas "aguardando instruções finais de Brasília sobre as medidas a serem adotadas no dia trinta (sic) quando termina o prazo...". (82) Buscando demonstrar isenção diante do destino a ser dado ao movimento, Curió insistia muito em que era apenas executor das ordens de Brasília.

Uma tática para pressionar os acampados foi bloqueando qualquer apoio externo, mesmo político. As entidades ficaram impossibilitadas de entrar no local, sendo que algumas caravanas tiveram que retornar aos locais de origem, sem manter qualquer contato com os acampados. Diante da situação, várias entidades de Porto Alegre, sob coordenação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, entrou com um pedido de "SALVO-CONDUTO", para 35 pessoas, no dia 21 de agosto. O pedido foi assinado pelo Juiz Federal do 2º Juízo Criminal da 3ª Vara, Hervandil Fagundes, baseado no direito de "ir e vir".

Para o vice-presidente da entidade, Jair Krischke, "será o fim de uma carreira de arbítrio do Coronel Curió. Depois de uma dezena de intervenções que ele executou por esse País afora, pela primeira vez se tomou uma iniciativa desse porte, baseado no direito de ir e vir e na liberdade de se fazer reuniões. Se ele não obedecer a lei, estará praticando o crime de desobediência judicial, contra a qual pode-se até requerer a ação das forças policiais". (83)

Segundo o advogado Omar Ferri, que encaminhou o pedido de "Salvo-conduto", Curió, ao impedir o acesso de caravanas, cometeu abuso de autoridade. Para Ferri, o acampamento é resultado de problemas sociais profundos e não "pode ser transformado em praça militar ou campo de concentração em que a passagem das pessoas é controlada e o ingresso proibido".

Enquanto isso, continuavam as denúncias contra as famílias <sup>q</sup>acampadas e que foram expulsas do acampamento. Uma delas, por exemplo, foi retirada do local e "deslocada até Chapecó (SC) em uma camionete do INCRA, que recebeu Cr\$ 5 mil em dinheiro e a mesma importância em gêneros alimentícios...". O mesmo destino foi dado a outras 12 famílias que receberam uma pequena ajuda em alimentos e um pouco em dinheiro e deslocadas a uma pequena distância do acampamento onde foram deixadas. (84)

No dia 22 de agosto, os 35 integrantes da comitiva com "Salvo-conduto" entraram no acampamento. Antes da chegada, encontraram uma barreira policial improvisada para o dia, com três camionetes Veraneio, sendo duas da Polícia Rodoviária e uma da Polícia Federal, além de uma segunda barreira, permanente. (85)

Na chegada ao acampamento a comitiva teve que deslocar-se até a barraca do 'Major Curió', quando então, o desembargador Celso Geiger e o advogado Omar Ferri, entregaram o documento do Juiz Federal ao Tenente-Coronel que disse: "como estamos num país democrático, faz-se cumprir o salvo-conduto". (86) A restrição de Curió à comitiva foi de que: "espero que os senhores preservem a ordem, a paz e que não haja violência. Tenham livre acesso mas vamos evitar atos públicos". (87)

No dia 24 de agosto, ocorreu outra grande manifestação no acampamento. Desta vez foram deputados estaduais e federais, representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e uma comitiva com 137 padres do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os padres rezaram uma missa com os acampados e publicaram uma nota de apoio aos colonos (anexo 23).(88)

A nota intitulada: "Mensagem aos Sem Terra e a todos os empobrecidos e às pessoas do boa vontade" destacou a necessidade de uma solução para o problema, com base nas propostas dos bispos no documento de Passo Fundo, de resistir até a conquista da terra e, ao mesmo tempo, expressava preocupação com o destino do movimento após o dia 31. A nota finalizou conclamando às autoridades a não cometerem violência contra os acampados. Diante da pressão externa, a Coordenadoria começou a perder o controle político do movimento. (89)

Com o crescente desgaste político dos interventores, e os poucos resultados obtidos, aumentaram as ameaças de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, principalmente a liderança dos acampados e alguns religiosos. Segundo o 'Majior Curió', o embasamento legal para tal procedimento era o artigo 36, item 3 da Lei de Segurança Nacional, que dizia ser crime "incitar o povo contra as autoridades". Além das ameaças, a Coordenadoria anunciou que dia 31 seria lido o Comunicado nº 3, quando da retirada da equipe federal. (90)

No nível interno, a Coordenadoria também foi perdendo poder e força de pressão, principalmente, com a reação das mulheres. Segundo Campignoto, quando o Curió dizia alguma coisa o povo retrucava. Quando "os agentes secretos passavam pelas barracas tentando convencer alguém, ultimamente pouco faziam, isto porque as mulheres retrucavam com força. Até um dia, ali em baixo, ameaçaram de queimar eles com água quente". Até as crianças não aceitavam balas e exigiam terra: "não queremos balas, queremos terras". (91)

A partir da segunda quinzena de agosto, principalmente após as manifestações dos dias 22 e 24, ficou evidente que mui-

tos colonos não cederiam às propostas do governo. Dia 26 de agosto, a Folha de São Paulo avaliou o movimento concluindo que: "o Coronel Curió e os 50 truculentos policiais federais que o assessoram, não conseguirão convencer os Sem Terra a encerrarem o movimento". O mesmo parecer foi dado pelo deputado Antenor Ferrari (PMDB), ao confirmar que Curió não sabia o que fazer após o dia 31. "Acho que o Tenente-Coronel não é tão inteligente e se mostra inseguro sobre o que vai ocorrer após o dia 31. Ele mostrou contradições claras no diálogo que mantivemos". Essas informações deram conta de que a Coordenadoria não tinha alcançado seus objetivos. (92)

Outro fator que influenciou no enfraquecimento do poder da Coordenadoria foi a descoberta, pelos colonos, de como interceptar as comunicações feitas entre o 'Major Curió' e o Conselho de Segurança Nacional em Brasília, além das mensagens transmitidas entre os policiais dentro do acampamento e a Polícia Rodoviária Federal nas barreiras. A descoberta foi simples, pois os colonos passaram a ouvir as "mensagens através de rádios comuns, em ondas curtas. Eles identificaram códigos, locais onde os policiais estão e todas as manifestações que fazem". Com a descoberta ficou mais difícil as comunicações com Brasília, pois os acampados ficavam sabendo do que se passava e o teor das informações, além de facilitar a organização interna porque, cientes da presença de policiais, os colonos articulavam ou encerravam reuniões. (93)

Nos últimos dias de agosto, o ambiente interno foi de maior tensão, em parte pelas ameaças de enquadramento na Lei de Segurança Nacional "mas também pela incerteza sobre o destino do movimento. Havia uma situação de suspense porque o Major insistia que estava aguardando um posicionamento de Brasília. Nesse quadro foram feitas muitas denúncias sobre a possibilidade de violência no local. O presidente do PMDB, Ulisses Guimarães, enviou telex ao Ministro da Justiça, Ibrain Abi-Ackel, solicitando o não uso de violência para o caso de Ronda Alta. (94)

No dia 28 de agosto, os prefeitos de 30 municípios do Planalto Médio e Alto Uruguai reuniram-se na cidade de Arvorezi-

na-e aprovaram uma moção de apoio aos Sem Terra exigindo dos governos estadual e federal uma solução imediata no caso de Ronda Alta. (95) Grande parte da sociedade civil posicionou-se ao lado dos colonos denunciando a intervenção federal no acampamento. Com isso, a Coordenadoria ficou sem poder interno e sem legitimidade externa para uma ação que envolvesse o uso da violência física como forma de acabar com o movimento.

Temendo um desfecho violento dia 31, várias entidades se prepararam para estar no local quando da retirada da Coordenadoria, entre elas: OAB/RS, deputados, Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Ao mesmo tempo dez regionais da FETAG, envolvendo aproximadamente 120 sindicatos, prepararam um documento a ser publicado no dia 31 em Passo Fundo, quando da reunião dessas regionais. Segundo Rebechi, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo, "há um temor generalizado de que aconteça violência nesse dia se até lá os Sem Terra acampados mantiverem a posição de saírem depois de ganharem terras no Rio Grande do Sul". (96)

A hipótese de uma ação violenta ficou mais forte no dia 30 de agosto, quando uma comitiva com 34 pessoas de Porto Alegre do Movimento de Justiça e Direitos Humanos e da Conferência dos Religiosos do Brasil foi impedida de entrar no acampamento. O grupo havia impetrado um "habeas-corpus" que foi negado pelo Juiz Federal da 3ª Vara, João César Leitão Krieger, que comunicou a decisão ao Major Curió. Na chegada da comitiva ao acampamento, a resposta foi negativa e, mesmo dialogando com o Major, não conseguiram nada. (97)

No dia 31, na presença de deputados, entidades e pessoas solidárias com os acampados, o Major leu o Comunicado nº 3 em nome da Coordenadoria, recolheu a bandeira, o mercado volante da COBAL e, juntamente com os agentes do Exército, da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, retiraram-se para Porto Alegre e de lá para Brasília.

Segundo informações, não era superior a 50 o número de colonos que estavam no local onde foi lido o Comunicado nº 3 e,

após o toque do Hino Nacional e o arreamento da Bandeira o Major embarcou, indo à frente de "aproximadamente 20 automóveis, 4 camionetes Veraneio da Polícia Rodoviária Federal, duas Veraneios do DNER e outras duas camionetes e o ônibus usado na área, no último mês". (98)

A retirada deu-se de forma pacífica, mas a Coordenadoria deixou um longo comunicado intitulado: "AOS COLONOS DE ENCruzilhada NATALINO (E AO POVO GAÚCHO)", contendo 22 páginas, abordando questões gerais da estrutura fundiária do País, os focos de tensão social no campo, a política fundiária do governo e denunciando os "provocadores" de conflitos, centrando a crítica na Igreja Católica. Segundo a Folha de São Paulo, 2.8.81, referindo-se ao comunicado disse que ele foi "uma encíclica do Conselho de Segurança Nacional. Não lhe faltam nem as citações bíblicas que caracterizam os documentos pontifícios".

O alvo central do ataque não são os acampados, antes sim, padres e religiosos da Igreja Católica envolvidos com trabalhos pastorais em áreas de intensos conflitos fundiários. Uma leitura sistemática do documento permite levantar a hipótese de do mesmo ter sido elaborado fora do acampamento. A linguagem utilizada e as designações de lugar deixam transparecer que "o documento não foi feito na Encruzilhada Natalino". (99)

O texto faz apenas quatro referências explícitas a "aqui" no acampamento ou "aqui" em Ronda Alta, ao passo que se refere sete vezes, aos mesmos locais, utilizando "em", "de", "da", "do", chegando inclusive a referir-se "a partir de " Ronda Alta. Além disso texto foi elaborado, possivelmente, com auxílio de um bom conhecedor de Bíblia, pois há quinze frases da Bíblia, do Antigo e Novo Testamento, como o episódio do "Bom Samaritano", (Lc. 10, 25-37).

O documento responde às denúncias endereçadas a Curió e sua equipe durante o mês de agosto. A partir de então, faz acusações nominais aos "exploradores da miséria", que não querem ver a miséria removida pois "sem ela não podem agitar como lhes convém. De nossa parte fizemos uma opção pelos pobres e não pela pobreza". (100)

O Comunicado nº 3, também acusou o "movimento dos Sem Terra", entendendo por tal a Comissão Pastoral da Terra, Movimento de Justiça e Direitos Humanos e Pastoral Universitária. O alvo principal, porém, foi a CPT, que, segundo a Coordenadoria, "quer transformar o acampamento do Natalino num foco de tensão social que desrespeite o direito de propriedade". O documento retomou a entrevista de Dom Vicente, 23 de julho, onde diz: "esta pastoral da terra não está dirigida e coordenada pela Igreja, nem pelo episcopado, nem pela CNBB".

Para a Coordenadoria, o "movimento dos Sem Terra intoxicou a mente dos colonos durante vários meses, deixando-os na situação de marginais, obrigados a sobreviver com doações de origem duvidosa". Os colonos "vem sendo desumanamente manipulados com fins políticos, principalmente por religiosos tendo à frente o pe. Arnildo Fritzen, que divulga boletins cheios de ódio e calúnias. São falsos profetas, fariseus e escribas dos tempos modernos...". (101)

Para a Coordenadoria, o trabalho da Igreja no acampamento não foi algo isolado, mas parte de uma ação nacional. O documento endereçou duras críticas, principalmente, a Dom Hiacir Grechi, do Acre, e Dom Tomás Balduino, de Goiás Velho. Segundo acusações, esses dois bispos "não se contentam em promover agitações e fazer política partidária em suas dioceses e também se deslocam para todo o Brasil, sempre presentes onde haja oportunidade para dissimularem suas mensagens deletérias".

Além desses dois, o documento cita ainda Dom José Maria Pires, da Paraíba, Dom Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix do Araguaia, Dom Alano Pena, de Marabá, o Pe. Aristides, o Pe. José Comblin, além de outros religiosos e religiosas, brasileiros ou não, todos envolvidos em conflitos por questões de terra.

O conteúdo do documento, principalmente, as referências ao trabalho da Igreja, situa-se numa conjuntura política marcada pelo crescimento de conflitos e assassinatos no campo, além da crescente tensão nas relações Igreja-Estado. Em outu-

bro de 1980, o padre Vitor Miracapilo, italiano, foi expulso do País com base na Lei dos Estrangeiros, por "atentar à Segurança Nacional" recusando-se a rezar missa de ação de graças pelo dia 7 de setembro. (102)

A partir de então, as relações ficaram mais tensas atingindo um ponto alto no conflito envolvendo posseiros contra a Polícia Federal, GETAT e pistoleiros em São Geraldo do Araguaia, dia 13 de agosto de 1981. A emboscada resultou na morte de um pistoleiro da fazenda Cajuciro e ferimento de um delegado, mais três agentes da Polícia Federal e dois funcionários do GETAT. (103)

Logo após o incidente, foram presos 13 posseiros e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, dia 25 de agosto. No dia 31, mesmo dia da retirada da Coordenadoria do Natalino, no final da tarde foi preso, na casa paroquial em São Geraldo, o Pe. Aristides Camio e logo depois o Pe. Francisco Gouriou, ambos franceses. A prisão dos padres e dos 13 posseiros provocou reação de muitas entidades, principalmente da Igreja.

A tensão nas relações entre a CNBB e o Governo Federal acentuaram-se no mês de agosto com a publicação do documento da CNBB: "Reflexão Cristã sobre a Conjuntura Política", denunciando o modelo político-econômico e exigindo mudanças estruturais. O Senador Jarbas Passarinho desfechou, na imprensa e da tribuna do Senado, forte ataque a atuação de setores da Igreja por comandarem "invasões de terras particulares e promovendo uma luta de classes que pode desaguar num banho de sangue". (104)

A avaliação do governo sobre os conflitos fundiários parte do pressuposto que a igreja é geradora deles e não que estes sejam decorrentes das contradições estruturais. Uma vez sendo a Igreja causadora dos conflitos, para o governo, ela deve ser atacada. Para o Senador Jarbas Passarinho, não é uma ação da Instituição Igreja, mas de setores que se deixaram envolver "pela doutrina marxista". Na longa entrevista à Folha de São Paulo e no discurso no Senado, Passarinho, insistiu na

tese de que setores da Igreja optaram pelo socialismo, tendo por embasamento concepções marxistas, dentre elas a "luta de classe". (105)

Em recente relatório elaborado pela Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional sobre a atuação da Igreja Católica no Brasil, foram destacados alguns pontos, entre eles: a existência de uma corrente progressista que "prega mudanças rápidas e o confronto social"; à insuflação à "não violência ativa" e "movimentos de rebeldia", além da ingerência em "negócios do Estado".

A Comissão Pastoral da Terra tem, segundo o relatório, "grande parcela de responsabilidade nos conflitos fundiários, pois ela vem insuflando o homem do campo à luta pela terra, instituindo até mesmo um código de conduta para os casos de invasões, emboscadas e resistências".

O documento chega à conclusão que há um segmento da Igreja, uma minoria ativa que vem "engajando-se de forma crescente em movimentos de carácter político e de contestação ao governo, tendo por base os graves problemas sociais e econômicos...". A ação da Igreja, na solução dos problemas nacionais, "tem deradado conflitos que afetam, praticamente, todos os objetivos Nacionais Permanentes".

O Comunicado nº 3 da Coordenadoria do acampamento situa-se nesse quadro maior da realidade fundiária brasileira. O alvo do ataque não foi pessoal, mas envolve a ação da Igreja em nível nacional. Esse é um dos eixos do documento e o outro é a defesa da política fundiária do governo.

O Comunicado fez uma longa apologia na defesa da política do governo desde a concessão de títulos de terra a posseiros, especialmente, nas regiões de intensos conflitos. Os dados, segundo o documento, revelam que, entre 1978 e julho de 1981, o governo distribuiu 335.796 títulos de propriedade. A criação do GETAT foi decorrente de necessidade de executar e regularizar a questão fundiária, "definindo a propriedade da terra e promovendo a paz social e o progresso...".

O documento referia-se, também, ao INCRA, que, coordenando 40 projetos de colonização, já "assentou 9.921 famílias". Além disso, o Comunicado elencou todas as grandes obras do governo, entre elas: barragens de Itaipu, Sobradinho e Tucuruí, sendo que os desalojados "receberam um tratamento humano especial".

Sobre o garimpo de Serra Pelada, o documento mencionou um abaixo-assinado entre os garimpeiros, desmentindo as denúncias publicadas no Boletim SEH TERRA sobre as condições de vida e liberdade dos garimpeiros no local. O texto do abaixo-assinado elogiava o trabalho do "Dr. Curió e toda a Federal".

Na conclusão a Coordenadoria fez um balanço dos gastos feitos durante a intervenção e um balanço estatístico do resultado final em relação as famílias acampadas. Segundo o cadastramento feito dia 28 de agosto, a Coordenadoria informou que das 506 famílias no início de agosto, 137 aceitaram a proposta de Lucas do Rio Verde, sendo que 67 delas estavam no acampamento "Quero-Quero", e as demais 75 aguardavam em casas de parentes até o deslocamento para o projeto. Além dessas, 317 famílias permaneceram na Encruzilhada Natalino abrigadas em 270 barracos, mas 40 famílias "deixaram o acampamento e retornaram para suas residências"; outras 7 foram "convidadas a deixar o acampamento"; 3 optaram por emprego e 2 saíram quando da chegada da Coordenadoria. (106)

A Coordenadoria finalizou o Comunicado tratando os acampados, do Natalino e os de "Quero-Quero" de "IRMÃOS", e, afirmando: "nunca vos mentimos (...) Estamos felizes pela opção que fizeram. Continuamos a sofrer pelos que, intransigentemente, nada aceitaram e se mantêm fechados num beco sem saída". Depreende-se, portanto, que o alvo do ataque não era os acampados.

E continuava dizendo que os acampados que aceitaram ir para Lucas do Rio Verde, poderiam "ensinar a seus filhos que Rio Grande do Sul e Mato Grosso se integram numa pátria abençoada", e para os que não aceitaram as propostas do governo, "continuamos de mão estendida. Procurem-nos, se o desejarem". Aos que "nos infamaram e apedrejaram não guardamos rancor. Abri-lhes os olhos,

Senhor! Perdoai-os que eles não sabem o que fazem".

O documento não teve repercussões tão favoráveis ao governo quanto se esperava. A imprensa nacional comentou o acontecimento e o comunicado, mas numa posição de defesa dos acampados, ressaltando o direito da exigência de terra no próprio Estado. No nível de opinião pública, já havia uma consciência suficientemente esclarecida para analisar os interesses em jogo e o papel da intervenção federal na área. A saída da Coordenadoria significou para os acampados uma vitória, além da experiência adquirida no relacionamento com os agentes de Segurança Nacional, especialistas em desmobilizar organizações de trabalhadores rurais.

A vitória foi expressiva pela força que o movimento ganhou, além da derrota imposta ao 'Major Curió', a primeira de sua carreira política. Quando de sua primeira visita ao acampamento o Major deixou um fio de bigode como prova de que voltaria e, em 15 dias, resolveria a questão e Encruzilhada Natalino seria a sua décima sétima vitória. Lembrando essas promessas, os colonos deram ao Curió, quando de sua saída, um cipó com 16 "nós", um para cada problema resolvido e o 17º foi cortado ao meio, simbolizando a força do movimento que cortou as intenções do Major e não foi dissuadido. (107)

O Movimento de Justiça e Direitos Humanos, a CPT e a Pastoral Universitária elaboraram um documento intitulado: "A Verdade Sobre a Luta pela Terra", em resposta ao Comunicado nº 3, onde analisa item por item e responde as acusações feita pela Coordenadoria a pessoas e entidades. Segundo o documento das três entidades, a "coordenadoria falou de tudo, menos dos legítimos e justos direitos dos agricultores acampados". Continuando, diz que o Comunicado não foi destinado aos agricultores acampados, antes sim, à Igreja e aos agricultores rurais do País, defendendo a política agrária do governo e os "interesses dos poderosos". O que a Coordenadoria fez foi "buscar bodes expiatórios, atribuindo a agentes pastorais a causa dos problemas: trata-se de fazer justiça e aplicar a lei existente, o Estatuto da Terra". (108)

#### NOTAS DO CAPÍTULO IV

1. Boletim SEM TERRA, nº 10, 7.8.81, p. 3.
2. Nota de esclarecimento da representação de colonos da Encruzilhada Natalino, em Porto Alegre, 30.7.81, in: Boletim SEM TERRA, nº 10, 7.8.81, p. 13.
3. Discurso do presidente da Assembléia Legislativa, Algo Pinto, agosto de 1981, in: Anais da Assembléia Legislativa, julho-agosto de 1981, p. 332. Vem também Folha de São Paulo, 2.9.81, p. 6; Zero Hora, 13.8.81, e Comunicado nº 3 da Coordenadoria do Acampamento do Natalino, 31.8.81, p. 1.
4. Jornal O Movimento, São Paulo, 31.8 - 6.9.81, p. 10.
5. Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 6.9.81, p. 5.
6. Rivaldo CHINEM. Sentença: padres e posseiros do Araguaia, p.71.
7. Fernando PORTELA. Guerra de Guerrilhas no Brasil, p. 95. Murilo CARVALHO. Brasil: Sangue da Terra, p. 51 e Rivaldo CHINEM, op. cit., p. 73.
8. Fernando PORTELA, op. cit., p. 97.
9. Anais da Assembléia Legislativa (RS), op. cit., p. 40; Fernando PORTELA, op. cit., p. 98-100, e Zero Hora, 6.9.81.
10. Jornal Estado de São Paulo, 2.9.81.
11. Jornal O Movimento, 31.8 - 6.9.81, p. 10. Da junção da primeira letra de cada palavra resulta em CURIÓ. Ver também, José de Souza MARTINS. Militarização da Questão Agrária no Brasil, p.60.
12. Boletim SEM TERRA, nº 10, 7.8.81, p. 9.
13. Laércio D. M. & Maria C.J. op. cit., p. 25.
14. Boletim SEM TERRA, nº 10, 7.8.81, p. 8.
15. José de Souza MARTINS, op. cit., p. 23 e 31.
16. Emenda Constitucional nº 1 de 17.10.1969, in: Juarez OLIVEIRA, Lei de Segurança Nacional, p. 1-3.
17. Objetivos nacionais Permanentes (OPN) utilizados pela Escola Superior de Guerra na formulação da política de Segurança Nacional, in: José Alfredo Amaral GURGEL. Segurança e Democracia, p. 172-3.
18. Lei nº 5.700, de 1.9.1971, artigo 15, § 1º, que dispõe sobre a forma de apresentação dos símbolos Nacionais.

19. Jornal O Nacional, 31.7.81. Segundo o Major Curió, as barreiras tinham por objetivo exclusivo impedir a entrada de novas famílias no acampamento (Zero Hora, 31.7.81).
20. O Nacional, 30.7.81, p. 6. A decisão do governador foi comunicada, em 29.7.81, no encontro com os Sem Terra na Assembléia Legislativa.
21. Zero Hora, 31.7.81.
22. Os documentos expedidos pelos interventores no acampamento, foram assinados pela "Coordenadoria do Acampamento do Natalino".
23. Zero Hora, 1.8.81. A equipe de jornalistas gaúchos foi convidada pelo INCRA para conhecer os vários projetos de colonização apresentados pelo governo para assentamento das famílias acampadas no Natalino.
24. Comunicado nº 3 da Coordenadoria do acampamento do Natalino, 31.8.81, p. 2.
25. Zero Hora, 1.8.81.
26. Zero Hora, 3.8.81.
27. Zero Hora, 6.8.81, p. 23.
28. Laércio D. M. & Maria C. J. op. cit., p. 54, Zero Hora, 2.8.81, p. 40.
29. Idem, p. 57.
30. Boletim SEM TERRA, nº 10, 7.8.81, p. 4.
31. Idem, p. 8.
32. Laércio D. M. & Maria C. J. op.citr., p. 58, e Zero Hora, 4 de agosto de 1981, p. 31.
33. Boletim SEM TERRA, Nº 10, 7.8.81, p. 4. As pessoas mais perseguidas pelos agentes da polícia foram as lideranças da comissão central, o Pe. Arnildo e a Irmã Aurélia. Os dois foram citados nominalmente no Comunicado nº 3.
34. Zero Hora, 7.8.81, p. 29.
35. Boletim SEM TERRA, número especial, 17.8.81, p. 16-7.
36. Zero Hora, 10.8.81, p. 26.
37. Zero Hora, 10.6.81, p. 26.
38. Zero Hora, 1.8.81.

39. Zero Hora, 10.8.81, p. 26.
40. Boletim SEM TERRA, 17.8.81, p. 17.
41. Laércio D. M. & Maria C.J. op. cit., p. 51.
42. Zero Hora, 12.8.81.
43. Zero Hora, 4.8.81, p. 17.
44. Zero Hora, 12.8.81 e 13.8.81.
45. Zero Hora, 13.8.81.
46. Anais da Assembléia Legislativa (RS), op. cit., p. 74.
47. Idem, p. 320.
48. Idem, p. 333-4.
49. O Nacional, 13.8.81.
50. O Nacional, 15.8.81, p. 8.
51. O Nacional, 15.8.81, p. 5. Uma das ameaças feita pelo Major Curió aos acampados foi de enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Segundo o Major, "este povo tem que optar pela terra fora do Estado ou pelo emprego que o governodestadual oferece. Esperamos que todos se conscientizem disso, e minha impressão é que este acampamento vai terminar sem uso da força, pois os mais radicais serão enquadrados na Lei de Segurança Nacional". Ver também, Folha da Tarde, 15-16.8.81.
52. Comunicado nº 1 da Coordenadoria do Acampamento Natalino, 15.8.81 (ver anexo 22). No Comunicado nº 1 a Coordenadoria disse que o prazo inicial foi de um mês, o que não é verdade. O prazo inicial foi até o dia 15 de agosto e um segundo prazo, mesmo que não oficial, foi até o dia 25 de agosto. O último prazo foi efetivamente determinado para o dia 31 de agosto.
53. Terceira carta dos acampados, in: Laércio D. M. & Maria C.J. op. cit., p. 114-6. Em consequência da repressão interna, no mês de agosto, a terceira carta não pode ser elaborada e aprovada em assembléia geral. Por isso ela foi elaborada com sugestões pessoas e aprovada pelas famílias, passando de barraco em barraco.
54. Idem, p. 53.
55. Idem, p. 52.
56. Idem, p. 53.
57. Idem, p. 53.

58. Idem, p. 96.
59. Idem, p. 73.
60. Jornal O Globo, 18.8.81.
61. Anais da Assembléia Legislativa (RS). op. cit., 18.8.81, p. 372.
62. Folha da Tarde, 17.8.81.
63. O Nacional, 17.8.81.
64. Nota oficial dos bispos do Rio Grande do Sul, reunidos em Passo Fundo, em 18.8.81, publicada na íntegra nos Anais da Assembléia Legislativa, op. cit., p. 409.
65. A fazenda Anoni, em litígio na justiça desde 1972, passou à União em 1981 (ver capítulo II), e nela estava previsto o assentamento de famílias desalojadas pela construção da Barragem do Passo Real em 1973. O módulo rural previsto, inicialmente era de 22,5 ha, e a proposta dos bispos era reduzir para 12,5 ha, possibilitando, assim, o assentamento dos acampados na Encruzilhada Natalino também. O argumento do governo de que agindo assim estaria dando origem a muitos minifúndios não se justifica porque no assentamento das famílias expulsas de Nonoai na granja IACALI e Brilhante, a média dos lotes foi de 12 a 15 ha.
66. O Nacional, 22.8.81.
67. Anais da assembléia Legislativa (RS), op. cit., p. 409.
68. Idem, p. 418.
69. Folha da tarde, 21.8.81, p. 3.
70. Discurso do governador amarel de Souza, transcrito na íntegra, in: Anais da Assembléia Legislativa, op. cit., p. 415.
71. Idem, p. 416.
72. Discurso do Senador Jarbas Passarinho, em 10 de setembro de 1981, in: Diário do Senado Federal, p. 4252. A citação foi publicada inicialmente pela Folha de São Paulo, numa entrevista, e foi retomada no discurso e citada textualmente pelo mesmo autor. A análise do Senador é mais centrada na região do Pará, mas busca uma interpretação dos acontecimentos em nível nacional.
73. Idem, p. 4252.
74. Anais da Assembléia Legislativa (RS), op. cit. p. 422.
75. Zero Hora, 20.8.81.

76. -Zero Hora, 22.8.81.
77. Folha da Tarde, 21.8.81.
78. Laércio D. M. & Maria C. J. op. cit., p. 97.
79. O Nacional, 20.8.81.
80. Folha de São Paulo, 27.8.81. No referido jornal há referência a carta de Esquivel e cita trechos da mesma. Ver também o documento "Rsposta ao Comunicado nº 3", da CPT, Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Pastoral Universitária, setembro de 1981, p. 14.
81. Comunicado nº 2 da Coordenadoria do Acampamento do Natalino, 21.8.81.
82. O Nacional, 22.8.81, p. 6.
83. Zero Hora, 22.8.81, e Folha de São Paulo, 24.8.81.
84. Folha da Tarde, 23.8.81, e Zero Hora, 22.8.81.
85. Zero Hora, 23.8.81.
86. Zero Hora, 23.8.81.
87. Folha da Tarde, 24.8.81; Zero Hora, 23.8.81, e Folha de São Paulo, 24.8.81.
88. O Nacional, 25.8.81; Folha da Tarde, 25.8.81, e Zero Hora, 25.8.81.
89. "Mensagem aos Sem Terra e a todos os empobrecidos e as pessoas de boa vontade", 24.8.81. (ver anexo )
90. Folha da Tarde, 26.8.81.
91. Laércio D. M. & Maria C. J. op. cit., p. 56.
92. Folha de São Paulo, 26.8.81.
93. Folha de São Paulo, 24.8.81; O Movimento, 31.8-6.9.81, p. 10, e Boletim SEM TERRA, nº 11, 18.9.81, p. 3.
94. Folha de São Paulo, 27.8.81.
95. Diário da Manhã, 29.8.81.
96. O Nacional, 29.8.81, p. 6.
97. Folha da Tarde, 31.8.81.
98. Folha de São Paulo, 1.9.81, p. 6

99. "Resposta ao Comunicado nº 3", op. cit., p. 1.
100. Comunicado nº 3 da Coordenadoria de Acampamento do Natalino. A Coordenadoria retomou as palavras do documento conclusivo da Conferência Latino-americana dos bispos, realizada em Puebla, em 1979. A opção dos bispos foi "pelos pobres e contra a pobreza", as mesmas citadas no documento.
101. Idem, p. 2-3.
102. Rivaldo CHINEM, op. cit., p. 68-9.
103. Idem, p. 43-58, e depoimento do Major Curió, in: Revista Manchete, 20.2.82, p. 116-118.
104. Revista ISTO É, 9.9.81, nº 246, p. 22-26.
105. Entrevista à Folha de São Paulo, retomada e transcrita no discurso no Senado Federal, 10.9.81, op. cit. p. 42.52-4262.
106. Comunicado nº 3, op. cit. Na realidade, algumas famílias foram expulsas ou por serem acusadas de possuírem bens ou por outras razões menores, e não simplesmente aconselhadas a sair como diz o documento.
107. Laércio D. M. & Maria C. J. op. cit., p. 59.
108. "Resposta ao Comunicado nº 3", op. cit., p. 14.

## CAPÍTULO V - DA ENCRUZILHADA NATALINO À NOVA RONDA ALTA

O acampamento, com a saída dos interventores federais, passou à responsabilidade do governo estadual. Da intervenção federal resultou a desestruturação interna, a desarticulação com a sociedade civil, e a desistência de aproximadamente 27% das famílias acampadas, que cederam à proposta de colonização. A resistência de muitas famílias, no entanto, possibilitou a continuidade do movimento na luta por terra no próprio Estado.

A dura experiência e o sofrimento decorrente das más condições de vida, agravadas com a repressão, aprofundou a consciência da necessidade de aperfeiçoar a organização. Por outro lado, possibilitou o enfrentamento da polícia, impondo a primeira grande derrota ao 'Major Curió' e sua equipe na tarefa de se articular focos de tensão e movimentos sociais organizados. A consciência da força e a vitória foram expressas na afirmação de que, no Rio Grande do Sul, "quem canta é quero-quero e não Curió".

A partir de 31 de agosto, o acampamento ficou sem assistência médica e alimentar. Frente a essa nova situação, os Sem Terra começaram reorganizar uma campanha entre as entidades, no sentido de arrecadar alimentos, roupas, além de assegurar o apoio político. O trabalho foi extremamente difícil por causa da ruptura imposta no relacionamento das entidades com o movimento, durante a intervenção.

Os efeitos do isolamento foram agravados com a indefinição do governo federal sobre o procedimento em relação ao caso. O Comunicado nº 3 citou nominalmente várias pessoas envolvidas diretamente com o trabalho no acampamento, especialmente o padre Arnildo Fritzen e a Irmã Aurélia (italiana). Notícias divulgadas na imprensa e comentários a respeito indicavam o possí-

vel enquadramento destes religiosos na Lei de Segurança Nacional e na Lei dos Estrangeiros, respectivamente. Esta parecia ser a resposta do governo federal ao fracasso da "missão" dos representantes do Conselho de Segurança Nacional. (1) A hipótese de uma ação mais repressiva ganhou força com o tratamento dado, pelos órgãos de Segurança Nacional, aos 13 posseiros e aos dois padres franceses, presos em São Geraldo do Araguaia.

Logo após a saída de Ronda Alta, o 'Major Curió' foi a Porto Alegre, seguindo para Brasília, levando consigo um "vasto relatório de tudo o que ocorreu no acampamento e um dossiê de todos os seus integrantes. Esse material será analisado pelo Conselho de Segurança Nacional". (2)

No mesmo dia, em Brasília, o governador do Estado Amaral de Souza reafirmou ao Ministro Chefe do Gabinete Civil Leitão de Abreu que os colonos de Ronda Alta estavam sendo manipulados e explorados politicamente. Segundo Amaral, o movimento "é dirigido por fundamentos ideológicos visando o confronto com o governo". Disse ainda não concordar com a existência de "entidades pára-partidárias por iríamos ao facismo, ao anarquismo, ao comunismo e todos estes ismos que existem por aí...". (3)

O alvo do ataque de Amaral foi o mesmo do Comunicado nº 3, ou seja, elementos da Igreja. O 'Major Curió' afirmou estar de posse de dados concretos para acusar padre Arnildo e irmã Aurélia. No dia em que saiu do acampamento, disse que encaminharia as informações ao Conselho de Segurança Nacional: "provavelmente hoje encaminharei estes dados, através de um extenso relatório que poderá ou não acabar em inquérito judicial (...) Não tenho dúvidas que esse relatório terá uma grande repercussão entre o chamado clero progressista". (4)

No Palácio do Planalto, o porta-voz do governo, Carlos Átila, ao ser interrogado sobre o caso de Ronda Alta e o Comunicado nº 3, evitou qualquer comentário, reafirmando apenas que o 'Major Curió', em nome do governo, tentou encontrar uma solução para o impasse. (5) Segundo o jornal O Globo, 6.9.81, após o relato ao Conselho de Segurança Nacional, o 'Major Curió' concluiu

que o Rio Grande do Sul não era área prioritária para a Reforma Agrária e que ela deveria ser iniciada em outros pontos do País.

Nos primeiros dias de setembro, a notícia do enquadramento dos dois religiosos ganhou destaque na imprensa. O jornal Folha da Tarde, de Porto Alegre, 10.9.81, publicou um artigo intitulado: "Padre Arnildo vai responder Inquérito". A afirmação tinha por embasamento o conteúdo de uma reunião realizada em Passo Fundo entre o bispo Dom Cláudio Kolling com o secretário do Trabalho e Ação Social, Augusto Trin. Segundo o jornal, a reunião teve por objetivo alertar o bispo sobre o enquadramento do padre Arnildo na Lei de Segurança Nacional. O "governo federal, segundo informações de fontes oficiais, abriu inquérito para depois enquadrar o religioso na Lei de Segurança Nacional". (6)

Nesse contexto de informações e contra-informações sobre o enquadramento dos religiosos, os acampados, bem como os dois religiosos, continuaram o trabalho de reorganização do movimento. No dia 10 de setembro, o superintendente da Polícia Federal no Rio Grande do Sul desmentiu a existência de qualquer inquérito em andamento na Polícia Federal. (7) A prisão, no entanto, parecia uma decisão irrevogável, e pessoas de Passo Fundo foram a Ronda Alta informar ao padre Arnildo que um carro da polícia teria partido de Porto Alegre com a ordem de prisão.

O enquadramento, entretanto, não aconteceu e o processo foi susgado. A hipótese veiculada pela imprensa foi de que o retrocesso foi decorrente da intervenção do bispo de Passo Fundo, Dom Cláudio, que fez o governador mudar de idéia por causa "da inoportunidade de uma medida dessa natureza...". (8) Em relação à Irmã Aurélia, a informação foi de que o processo de enquadramento na Lei dos estrangeiros foi suspenso pelo Ministro da Justiça, Ibrain Abi-Ackel "após interferência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB". (9)

No acampamento, os Sem Terra foram reorganizando as comissões específicas, bem como, a comissão central, desarticuladas em agosto. Além disso, os acampados desmentiram publicamente as acusações do 'Major Curio' de que pessoas estariam manipulando o

movimento. Em declaração à imprensa, reafirmaram a força, a consciência da luta e o poder de pressão dos colonos enquanto sujeitos do processo: "não somos bonecos de pano, que fazem o que mandam fazer". Os colonos interrogaram-se: "como é que um padre e uma freira vão segurar um acampamento, se nem os agentes mobilizados pelo governo federal e estadual tiveram condições de desmanchar?".(10)

No dia seguinte à saída da Coordenadoria, a comissão central deu início a reorganização das comissões específicas, entre elas, a de: alimentação, saúde, animação-diversões. Em assembleia geral realizada em 2 de setembro os acampados aprovaram a proposta de estudar, em grupos, o conteúdo do Comunicado nº 3, bem como o documento aprovado pela CNBB em 1980, em Itaici (SP), sobre a questão da terra. (11)

Com a saída da Coordenadoria, a Polícia Rodoviária Estadual voltou a controlar as barreiras instaladas nos pontos de acesso ao acampamento. Segundo os colonos a Polícia Rodoviária Estadual deu muita liberdade tanto de entrada como de saída do local, possibilitando-lhes, assim, o trabalho como diaristas em lavouras próximas. "Há bastante liberdade, a gente quando pode dá uma saidinha, tenta conseguir um dinheirinho trabalhando para sustentar nossos filhos". (12)

No dia 8 de setembro foi organizada uma grande concentração pública no local, coordenada conjuntamente pela Comissão Pastoral da Terra, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos e a Pastoral Universitária, com objetivo de "desagravar acusações feitas à igreja Católica e dar solidariedade aos colonos que ainda permanecem no local". Participaram aproximadamente 300 religiosos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, representantes de várias Igrejas, líderes sindicais e mais cerca de 3.000 pessoas.(13)

Ao mesmo tempo que os acampados se reorganizaram internamente, buscaram novas formas de pressão e apoio político. No início de setembro, 25 entidades, do Estado e do País, elaboraram um documento de apoio aos Sem Terra, enviado ao governador e a outras entidades. Dividido em sete pontos, o documento repudiava o

Comunicado nº 3 e também a forma como que o governo tentou resolver a questão do acampamento, encontrando na Igreja "bodes expiatórios". Seu segundo ponto assegurava a legitimidade da luta, tendo por justa uma vez que vinha de encontro "às aspirações de uma nação, que se quer moderna, democrática e fraterna".

O terceiro ponto analisava o embasamento legal da reivindicação de terra no próprio Estado. A luta dos colonos, dizia, "está respaldada em Lei". Cabe ao governo, portanto, "cumprir e aplicar a Lei". No quarto ponto foram elencadas as propostas até então apresentadas pelo movimento ao governo, entre elas: desapropriação pelo Estatuto da Terra; criação do Crédito Fundiário; redução do módulo da Fazenda Anoni para assentar, além dos deslocados pela Barragem do Passo Real, os colonos da Encruzilhada Natalino; aquisição de terras, pelo governo, repassando-as aos Sem Terra como na experiência de Bagé (14); assentamento em áreas públicas de domínio do Exército e, por fim, troca de terra no Rio Grande do Sul pelas do Mato Grosso, com pessoas interessadas, à razão de 1 ha por 10 ha, respectivamente. (15)

No quinto ponto, o documento avaliava os projetos de colonização em Mato Grosso, os problemas de conflitos existentes, além da referência ao grande número de famílias Sem Terra. A interrogação emergente era: por que o governo deslocava do sul para Mato Grosso, sem antes resolver o problema local dos agricultores Sem Terra?

No sexto ponto, o documento analisava a proposta e a atuação do Conselho de Segurança Nacional e a forma de resolver os conflitos sociais no campo. As entidades reafirmaram que Ronda Alta necessitava de solução e não ser enquadrada na Lei de Segurança Nacional. Por fim, reafirmavam o apoio à decisão dos colonos de permanecerem no próprio Estado. (16)

As pressões sobre o governo estadual e federal continuaram intensas, mas sem perspectivas concretas. Para os acampados no "Quero-Quero" a promessa do 'Major Curio' foi de que, no máximo em 90 dias, estariam assentados no projeto Lucas do Rio Verde. Diante disso, muitas famílias do Natalino aceitaram a pro-

posta do INCRA, mesmo após a saída da Coordenadoria. Nos primeiros dias de setembro, Saul Marchiori, membro da comissão central, aceitou a proposta do governo e ficou aguardando na casa de parentes o momento da viagem ao Mato Grosso. Até o dia 7 de setembro mais oito famílias juntaram-se às 137 que haviam saído quando da estada do 'Major Curio' no acampamento.

A saída de Saul causou, de certa forma, surpresa, pois ele havia sempre lutado por terra no Estado. Que razões teriam motivado uma mudança tão rápida? "Cheguei à conclusão de que a saída é aceitar terras no Mato Grosso. Não adianta ficar à beira da estrada onde permaneci seis meses...", disse Marchiori. (17) Para os acampados o que impressionou mais foi a rapidez com que ele mudou de idéia. Segundo Raul de Vargas, membro da comissão central, "só posso dizer que é um homem de duas palavras". Mesmo com a desistência de algumas famílias, os acampados reafirmaram a disposição de continuar lutando por terra no Estado. A saída de Marchiori não significou o fim da luta, nem a perda da direção política, apesar de ter sido um dos membros da comissão central. Segundo os acampados, ele "se dizia líder, mas nunca foi líder. Ele era apenas um dos membros da comissão organizadora do acampamento". (18)

As famílias que passaram para o acampamento "Quero-Quero" receberam um tratamento diferenciado por parte do governo, de qualidade muito superior às condições do Natalino. Abrigados em barracas do Exército, o local dispunha de 3 cozinhas coletivas com 40 m<sup>2</sup> cada, água encanada, chuveiros, a coleta de lixo diariamente, campo de futebol e cancha de bochas, assistência médica e odontológica no próprio local, além da alimentação para todas as famílias que aceitaram ir para Lucas do Rio Verde, mesmo não estando no acampamento de espera. O local continuou sob a coordenação militar, feita através do Capitão da Polícia Militar, Cláudio Carvalho. (19)

A diferença das infra-estrutura entre os dois acampamentos foi um dos fatores que atraiu muitas famílias para Mato Grosso, principalmente no período após a saída da intervenção mi-

litar-federal. A resistência do governo estadual e do INCRA, a falta de perspectivas reais, a chegada da época do plantio de verão, a propaganda favorável sobre as condições de Lucas do Rio Verde, a pressão interna no acampamento do Natalino, através dos "agentes secretos" que permaneceram no local e intensificaram a repressão, após uma rápida trégua no início de setembro, todos esses fatores conjugados levaram muitas famílias a mudar de idéia, cedendo às propostas do governo.

Nos primeiros dias de setembro morreu mais uma criança, ainda em fase de gestação, no acampamento Natalino, por falta de atendimento médico. Os colonos decidiram, então, deslocar-se a Porto Alegre para reivindicar atendimento médico no próprio local. Os acampados do Natalino tinham que deslocar-se até o acampamento "Quero-Quero" para receber atendimento, enfrentando o problema de transporte e a pressão para se instalar ali. (20)

Com objetivo de assegurar as condições materiais internas, foi reativada a campanha de solidariedade e arrecadação de remédios, alimentos, roupas etc. Três acampados, representando as 310 famílias do Natalino, foram a Porto Alegre, dia 22.9.81, buscar apoio e lançar a campanha. Na assembleia Legislativa, na Comissão de Direitos Humanos, buscaram apoio à luta por terra no Estado, assistência médica e lançaram a campanha. (21)

Ao mesmo tempo que o movimento se reorganizou, o bispo de Passo Fundo, Dom Cláudio Kolling, suspendeu o trabalho especificamente religioso do padre Arnildo e da Irmã Aurélia no acampamento. Segundo o bispo, a decisão foi para "protegê-los das ameaças de enquadramento nas leis de Segurança Nacional e dos Estrangeiros". (22)

Em 22 de setembro, cinco bispos do Estado, reuniram-se em Passo Fundo e no final do encontro divulgaram uma nota sobre o acampamento do Natalino reafirmando as propostas do dia 18 de agosto, como também a soberania do movimento em suas decisões, além de reconhecer o papel da FETAG e dos sindicatos em "assessorá-los encaminhando suas reivindicações", cabendo à Igreja, a "assistência espiritual e serviço fraterno às famílias...". (23)

A decisão de afastar os religiosos não significou o desligamento do trabalho, pois, o padre Arnildo continuou trabalhando como membro da comissão Pastoral da Terra. Uma hipótese levantada a respeito da decisão do bispo foi que a suspensão do processo de enquadramento na Lei do Segurança Nacional e na Lei dos Estrangeiros, por parte do governo, teve em contrapartida a exigência de limitar a atuação dos dois religiosos. Mas essa é uma hipótese difícil de se comprovar com dados reais, pois as negociações foram muito reservadas.

Somente no mês de outubro os acampados do Natalino conseguiram dinamizar a campanha de solidariedade, despertando a opinião pública da gravidade do problema ainda sem solução. O governo estadual, respaldado no Comunicado nº 3, continuou insistindo na idéia que os acampados do Natalino constituíam o "acampamento dos que não querem terra".

No início de outubro, surgiu uma possibilidade de solução do problema. A idéia foi de implementar um projeto de trabalho em forma Cooperativa. Segundo o Coordenador regional do INCRA, Alcione Burin, o "Estado compra a terra evitando as tensões sociais na desapropriação", cria a estrutura básica necessária e "repassa o projeto a uma Cooperativa que se encarrega do assentamento, do apoio técnico e da viabilização comercial da produção dos lotes". (24) A única questão pendente era a abertura de uma linha de crédito como forma de viabilizar o projeto, que em curto prazo poderia atender os colonos de Ronda Alta.

A proposta de Burin tinha por modelo uma experiência em Sergipe de uma "Cooperativa de colonização". Naquela experiência o governo do Estado e mais nove Cooperativas estavam obtendo bons resultados em projetos com áreas reduzidas. "Os lotes de 4 a 5 hectares são adquiridos pelos colonos através do fundo de Desenvolvimento Cooperativo". Diante da perspectiva do assentamento no Estado, o Secretário da Agricultura, Baltazar de Bem e Canto, declarou: "até agora foi o próprio INCRA que sempre informou não existirem terras no Estado para assentamento dos colonos". (25)

No dia 7 de outubro, uma comissão do acampamento, composta de 40 colonos, foi à Porto Alegre pressionar o INCRA a encontrar uma alternativa, em vista de ser o período de plantio das culturas de verão. Neste órgão os Sem Terra reuniram-se com o Coordenador substituto, Jorge Globig, que inicialmente questionou a comissão sobre as razões da ida à Porto Alegre. "Voltamos porque queremos uma solução aqui no Estado. O INCRA tem conhecimento que as 310 famílias de Encruzilhada Natalino precisam que a Lei da Reforma Agrária saia das gavetas e comece a funcionar", responderam os colonos. (26)

No encontro, os Sem Terra ameaçaram que, em caso de uma resposta negativa do órgão, retornariam em uma semana com todo o acampamento. A resposta de Globig foi a mesma de sempre: "terras somente no Mato Grosso". Na saída da reunião prometeram que retornariam no dia seguinte para falar diretamente com o coordenador regional, Alcione Burin. Do INCRA a comissão foi ao sindicato do vestuário para uma reunião interna do grupo e depois dirigiram-se para o Colégio do Rosário, onde permaneceram durante a noite. Em todo o percurso, os colonos foram acompanhados pela Brigada Militar, que começou segui-los em todos os momentos. (27)

No dia 8 de outubro, a comissão retornou ao INCRA para o encontro com Burin, que novamente não estava. Dirigiram-se, então, à Assembléia Legislativa para, intermediados por deputados, tentar uma audiência com o governador. As informações no Piratini, aos deputados, foram que o governador estava viajando tendo autorizado os Secretários da Agricultura e do Trabalho e Ação Social, a serem os interlocutores.

Na tarde do mesmo dia, os colonos seguiram diretamente ao Palácio do Piratini e só saíram após a informação de que o Governador estava na Secretaria da Agricultura e que, junto com o Secretário, Baltazar de Bem e Canto, aguardava a comitiva para uma audiência. Os colonos saíram do local sob pressão da Brigada Militar, que havia recebido um reforço com mais dois caminhões de soldados. Dirigiram-se, então, à secretaria da Agricultura, mas

não encontraram nem Amaral de Souza e tampouco o Secretário. A informação foi de que ambos estavam viajando. (28)

Para Amaral, o problema dos colonos estaria sendo encarado de forma emocional. O "problema é muito fácil resolver. Basta que as pessoas aceitem as ofertas de emprego ou o reassentamento". A mesma posição foi assumida por Mário Andreazza, Ministro do Interior, em visita ao Estado: "como o INCRA e o Ministério do Interior já apresentaram uma solução, os agricultores devem acatá-la". (29)

Em 10 de outubro, o INCRA publicou uma nota esclarecendo que o órgão não havia acenado para nenhuma possibilidade de assentamento no Estado, mesmo a proposta do sistema de trabalho em forma cooperativa e nem de crédito fundiário. A nota afirmou que "as famílias que ainda permanecem em Encruzilhada Natalino, por livre e espontânea vontade, não aceitaram qualquer das alternativas propostas". (30)

Mesmo sem resposta positiva, os colonos permaneceram em Porto Alegre, alojados em casa de operários, na periferia da cidade, com quem discutiram a dura realidade da luta, as propostas, as implicações da luta por terra no campo. Ao mesmo tempo, mais 20 acampados somaram-se ao grupo, reforçando a comitiva.

Em 13 de outubro, os colonos reuniram-se no Sindicato do Vestuário e depois partiram em direção ao Palácio do Piratini cantando a "Classe roceira e a classe Operária", sempre seguidos pela Brigada Militar, que pressionou o grupo a tomar outro rumo e seguir para a Assembleia Legislativa. Na praça da Matriz, "um cerco de policiais impediram que prosseguissem (ao palácio) e agrediram fisicamente três mulheres da comitiva, uma delas grávida". (31)

Na parte da tarde do mesmo dia, o governador recebeu uma comissão de deputados para tratar do caso dos acampados, mas negou-se a receber os acampados. Os deputados ouviram as mesmas propostas de sempre. No encontro foram denunciadas as ações da polícia no confronto ocorrido pela manhã.

Após a ida à Porto Alegre, a repressão policial cresceu tanto à comitiva na capital, quanto no acampamento. Segundo os acampados a polícia "assimilou perfeitamente os métodos ensinados por Curió". Uma das táticas para desmobilizar o acampamento, deu-se no sentido de impedir a entrada de alimentos recolhidos nas campanhas de solidariedade e, ao mesmo tempo, pressionado internamente com ameaças de destruição do barraco onde os colonos guardavam parte dos alimentos que seriam distribuídos às famílias. O argumento da polícia era de que não precisava ter "um barraco só para comida".

Outra forma de pressão deu-se contra o motorista que transportava alimentos de Ronda Alta até o acampamento. A polícia procurava encontrar qualquer defeito no carro para retê-lo. Além disso começaram a pressionar as visitas através de interrogatórios: "eles fazem mil e uma pergunta, revisam e anotam os documentos...". Os policiais destruíram um barraco, construído para atendimento médico e para guardar remédios. As crianças foram proibidas de circular pela estrada, sob alegação de "ser perigoso", mas até então puderam andar livremente sem que nada lhes ocorresse. Os colonos denunciaram ser freqüente a presença de "policiais embriagados". (32)

Além disso, após a saída dos interventores, a Brigada Militar deu certa liberdade de "ir e vir" aos acampados, mas diante da resistência, intensificaram as ameaças criando todo tipo de obstáculos à continuidade da luta. No início de outubro, os acampados denunciaram que a polícia estava impedindo o concerto dos barracos. Segundo Raul de Vargas, os soldados "não estão permitindo a remodelação dos barracos sob alegação de que é para 'deixar assim'". (33)

A reação da polícia foi a resposta do Governo à resistência do movimento. progressivamente o acampamento conquistou espaço no Estado, em nível nacional e internacional. A solidariedade cresceu muito do ponto de vista material e político. Foram inúmeras as entidades e pessoas que enviaram cartas de apoio aos acampados e abaixo-assinados ao Governador exigindo solução ao problema no próprio Estado.

No mês de outubro, os acampados aprovaram a "4ª Carta dos Colonos em Encruzilhada Natalino". Nela os colonos solicitavam às entidades apoio político e material como forma de resistir na luta. A ajuda foi no sentido de "pressionar o Governo para que resolva o nosso problema e nos dê terra dentro do Estado". A carta esclarecia também que: "apesar do silêncio que se faz a nosso respeito, dos boatos que correm de que a maioria aceitou Mato Grosso, ainda somos 319 famílias na beira da estrada sem solução...". (34)

No final do mês, os acampados do "Quero-Quero" prepararam-se para a transferência ao projeto Lucas do rio Verde, marcada para os primeiros dias de novembro. A imagem e as referências sobre as condições deste projeto chegaram aos acampados de forma positiva, seja através de depoimentos de pessoas ligadas ao Governo, como através de filmes, slides, fotografias etc. Os Sem Terra, no entanto, não tiveram oportunidade de conhecê-lo. A partir da frustrada experiência da visita dos colonos aos projetos Serra do Ramalho (BA), em que, após o conhecimento de suas condições, todos desistiram, o INCRA e o 'Major Curio' não deram condições para um prévio conhecimento da infra-estrutura, clima e solo do projeto em Mato Grosso.

Lucas do Rio Verde, projeto de colonização oficial do INCRA, está localizado no município de Diamantino (MT) e projetado para assentar exclusivamente agricultores Sem Terra do sul, principalmente os de Encruzilhada Natalino. No dia 25 de agosto de 1981, o governo federal decretou a desapropriação de 240.000 ha, às margens da Rodovia Cuiabá-Santarém, BR-163, km 315. Pela importância política do projeto, ele ficou sob orientação e submetido ao Conselho de Segurança Nacional. O 'Major Curio' continuou como mediador entre os colonos e a orientação interna do projeto. (35)

Diante das limitadas informações sobre o projeto de colonização, uma comissão, constituída por dois acampados da Encruzilhada Natalino e um agrônomo, realizou uma viagem ao projeto para fazer uma avaliação. Os dois acampados continuavam lutando por

terra no Estado, mas queriam investigar as condições do projeto para onde iriam ser transferidas as famílias do "Quero-Quero". No retorno fizeram uma avaliação e apresentaram alguns dados, entre eles, o de que a cidade mais próxima do projeto era Diamantino, aproximadamente a 190 km, sendo necessárias 8 horas de viagem de ônibus, em época de seca, pois durante o período de chuvas a estrada ficava intransitável. Para chegar à capital do Estado, Cuiabá, a 315 km, eram necessárias 16 horas de viagem de ônibus devido às más condições das estradas.

Em relação a qualidade do solo, a avaliação foi pouco animadora. Em geral muito arenoso e de baixa fertilidade, próprio de cerrado, sendo necessário, alto investimento para torná-lo produtivo. Além disso, tiveram informações do alto índice de malária no período após as chuvas, causando muitas mortes. A infra-estrutura, estradas vicinais e pontes, começou ser construídas em outubro, véspera da chegada dos colonos. As casas deveriam ser construídas pelos próprios colonos, em forma de mutirão, recebendo, para tanto, a madeira e cobertura.

A comissão foi informada que a área desapropriada pertencia a "85 posseiros" que prometeram reagir caso a área fosse colonizada pelos "vadios e vagabundos Sem Terra de Ronda Alta", como já eram denominados os futuros ocupantes do projeto.

Os dois colonos foram conhecer a área do projeto e, temendo represálias dos agentes do INCRA e dos jagunços da gleba desapropriada, apresentaram-se como sulistas interessados na compra de terra no local. Na chegada disseram seus nomes e os agentes do INCRA conferiram confrontando com os documentos de identidade e, depois um funcionário disse: "ainda bem que vocês não falsearam o nome, porque se não nós cruzava vocês à bala e jogava aí no rio". (36). Os funcionários do INCRA estavam fortemente armados.

Os dois colonos propuseram aos funcionários a aquisição de uma área entre dois e três mil hectares de terra e tiveram como resposta que, com uma "gratificação", teriam a dispor uns 2.000 ha. Segundo Gelson, membro da comissão, era só

dar uma "gorja" para eles e "não contar nada pra ninguém, tinha que ser segredo". Os colonos prometeram retornar na semana seguinte com suas famílias, e os funcionários do INCRA concordaram.

As terras "vendidas" aos colonos faziam parte da área desapropriada ao projeto Lucas do Rio Verde. Diante desses fatos, testemunhados "in loco", a comissão previu muitos problemas com os futuros moradores no que se refere a infra-estrutura, a problemas de solo e a confrontos com pistoleiros na posse da terra.

NO retorno ao Rio Grande do Sul os dois colonos e o agrônomo relataram as impressões colhidas na Comissão de Agricultura e Pecuária e na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. As repercussões foram grandes, principalmente, entre as entidades favoráveis ao deslocamento dos Sem Terra para Mato Grosso. (37)

Além do relatório da comissão, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso - FETAGRI/MT - encaminhou aos acampados do Natalino uma avaliação da estrutura fundiária e as contradições entre os grandes proprietários e os Sem Terra.

Segundo a FETAGRI havia, no Estado de Mato Grosso, em torno de 210.000 assalariados e arrendatários e mais 170.000 assalariados temporários. Em 1978, foram registrados "115 focos de tensão social envolvendo mais de 35.000 famílias de posseiros com, aproximadamente, 200.000 pessoas...". (38)

Na avaliação da entidade é inadmissível que os Sem Terra de Mato Grosso "sejam levados para a Bahia e os gaúchos sejam conduzidos para o Mato Grosso, além de milhares de famílias de posseiros de nosso Estado que lutam por um pedaço de terra". (39)

A resistência dos colonos em permanecer no Rio Grande do Sul contribuiu para a explicitação da política agrária do governo centrada na transferência e no esvaziamento dos focos de tensão social sem, no entanto, tocar na estrutura fundiária. Os acampados reafirmaram a posição de não ir para Mato Grosso porque lá "está cheio de colonos Sem Terra, de posseiros sendo ex-

plorados e massacrados porque não tem terra. Tem que dar para eles primeiro...". (40)

Em meio as denúncias sobre as condições no projeto Lucas do Rio Verde, parte dos acampados no "Quero-Quero" preparou-se para a longa viagem até o Mato Grosso. Dia 26 de outubro, o 'Major Curió', voltou ao acampamento para acertar os detalhes da primeira viagem. (41)

Em 4 de novembro, embarcaram as primeiras 32 famílias. O 'Major Curió', esteve novamente no local na hora do embarque. O clima era de expectativa, nervosismo, desespero e esperança ao mesmo tempo. Segundo o jornal Zero Hora, 32 famílias foram selecionadas por Curió, a partir de um critério fundamental, as famílias que primeiramente abandonaram o acampamento do Natalino, tiveram prioridade. (42)

Uns dias antes da partida dos ônibus os colonos, seguiram para o projeto 5 caminhões conduzindo os animais pertencentes às 32 famílias e que estavam nas propriedades de parentes na região. Juntamente com os caminhões seguiram também algumas pessoas que haviam optado pelo projeto, mas seguiriam posteriormente. Entre eles, estava o ex-membro da comissão central, Saul Marchiori, que foi averiguar as condições do projeto.

No "Quero-Quero", local de embarque, houve, antes da partida, um momento solene com o hasteamento da Bandeira do Rio Grande do Sul e do Brasil e executado o Hino Nacional com a presença do Coordenador Regional do incra, do 'Major Curió', de um assessor do INCRA de Brasília, do Major Caio Bueno Camargo, representando o governo estadual e uma equipe da TV Educativa do Rio de Janeiro, que realizou a filmagem em nome do governo.

O 'Major Curió' coordenou o embarque e cumprimentou, um a um, os colonos, adultos e crianças, desejando "boa viagem". Na hora de partir, o colono Pedro de Souza, chorando, falou ao Curió: "obrigado, o senhor foi, sem dúvida, um pai para todos nós, obrigado". (43)

Após o embarque, os ônibus partiram escoltados por duas viaturas da Polícia Rodoviária Federal em direção a Mato Grosso,

na busca da "terra sonhada". O INCRA e o 'Major Curio' prometeram aos colonos que, na chegada, receberiam um barraco provisório, madeira para a construção da casa, 200 ha de terra e mais um financiamento de Cr\$ 400.000,00 - liberado pelo Banco do Brasil -, um salário mensal até a produção da terra, posto de assistência médica e um posto da COBAL. (44)

Após uma viagem de 72 horas percorrendo 2.400 km, os colonos chegaram a Lucas do Rio Verde, dia 7 de novembro. Imediatamente iniciaram a construção de casas, em forma de mutirão, recebendo do INCRA a madeira e a cobertura. No mesmo dia, foram sorteados os lotes e, no domingo, realizado um jogo de futebol entre os membros do 9º Batalhão da Engenharia e Construção, responsáveis pela infra-estrutura do projeto, e os colonos. (45)

Em 14 de novembro, partiu o segundo grupo com 31 famílias. Dia 20 do mesmo mês, o terceiro grupo, e, dia 9 de dezembro, as 38 famílias restantes. Ao mesmo tempo, aproximadamente 300 famílias permaneciam na Encruzilhada Natalino exigindo uma solução no próprio Estado. Em 14 de novembro, uma comissão do acampamento deslocou-se para Porto Alegre a fim de reivindicar atendimento médico no acampamento do Natalino, pois ainda necessitavam deslocar-se até o "Quero-Quero" para o atendimento.

Diante das denúncias do mau atendimento e os problemas decorrentes da alta temperatura do verão, um grupo de médicos residentes e integrantes da Associação Gaúcha de Médicos Residentes, dispôs-se assistir os Sem Terra nos fins-de-semana. O trabalho desenvolvido voltou-se, principalmente, para a prevenção de doenças, noções de higiene, limpeza, coleta de lixo, isolamento dos animais domésticos, combate aos ratos etc. O trabalho dos médicos residentes contribuiu decididamente para a diminuição de doenças, além de ser uma grande experiência profissional e política. (46)

Outra atividade fundamental desenvolvida pelos acampados em novembro, foi a divulgação e o debate sobre a luta pela terra, o sofrimento e as propostas do movimento, em várias cidades no Estado, em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Em Brasília, os acampados participaram do Encontro Nacional de Sindicalistas e entregaram a deputados, representantes de quatro partidos políticos, um documento, em nome das famílias acampadas, exigindo desapropriação pelo Estatuto da Terra, assentamento na Fazenda Anoni ou na área do Exército, troca de terras de 10 ha no Mato Grosso por 1 ha no Estado com pessoas interessadas. (47)

Em Porto Alegre, os colonos participaram de um show na Assembléia Legislativa em prol dos Sem Terra, onde expuseram as razões da resistência e da não aceitação da proposta de Lucas do Rio Verde. Participaram 8 cantores gauchos e mais três grupos musicais. Ainda em Porto Alegre, foram discutir a estrutura fundiária e o movimento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - URS - , em vários diretórios acadêmicos e com sindicalistas reunidos na capital gaúcha - ocasião que receberam apoio do líder operário de São Bernardo do Campo, Luis Inácio Lula da Silva que reafirmou a importância da luta pela Reforma Agrária como sendo a "reivindicação mais importante no Brasil hoje". (48)

O deslocamento para várias cidades e a discussão sobre o acampamento e a proposta do movimento com entidades operárias e camponesas tinha por objetivo a busca de apoio político e respaldo para continuar pressionado o Executivo gaúcho a buscar uma solução ao impasse. Dois Estados importantes foram visitados: São Paulo e Rio de Janeiro. Neste último, por exemplo, Isidoro Vieira dos Santos e Antônio da Luz Alves, denunciaram a ação da polícia, principalmente, durante a intervenção federal em agosto e os efeitos daí decorrentes para o movimento. Denunciaram que "muitos saíram de medo e das ameaças e pressões do Major Curio". (49)

Os dois colonos denunciaram também a atuação da Polícia Militar que, mesmo depois da saída da Coordenadoria, continuou controlando as barreiras e o acampamento. Segundo Antônio da Luz Alves, o aparato policial mantém os colonos sob vigilância não permitindo aos acampados sair em grupo ou em mais de duas pessoas. Além disso, ninguém saía ou entrava sem ser identificado. (50)

Ainda no Rio de Janeiro, os colonos foram à Ordem dos Advogados do Brasil, onde relataram ao seu presidente, Bernardo Cabral, a violência e a pressão exercidas sobre os acampados durante a intervenção federal. Cabral comprometeu-se em levar à reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a se realizar em 10 de dezembro, "um dossiê sobre a situação das 312 famílias acampadas...". (51)

O resultado da campanha de divulgação da luta foi muito positivo. Em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, os colonos visitaram mais de 100 entidades, além de várias entrevistas coletivas, recebendo como resposta, apoio e solidariedade. Nos locais visitados foram criados vários comitês de apoio, principalmente, no ABC paulista, Grande São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto. (52)

O movimento do Natalino ganhou novamente força e destaque nacional. Ao mesmo tempo, as primeiras famílias que foram para Lucas do Rio Verde, experimentaram um momento de euforia, diante da novidade do local, clima, da esperança de cultivar a terra e torná-la produtiva. Os setores da sociedade que fizeram oposição sistemática ao movimento aproveitaram-se desse momento e desencadearam uma campanha de contra-informação sobre o projeto e um ataque aos relatos dos dois colonos e o agrônomo que estiveram no local, bem como ao relatório da FETAGRI. O jornal O Globo, Rio de Janeiro, 22.11.81, publicou uma reportagem intitulada: "Colonos Transferidos chamam quem ficou em Ronda Alta". Na reportagem, vários colonos que viajaram nas duas primeiras levadas declararam-se arrependidos de não ter aceito a proposta antes. Acusaram a comissão central do acampamento de passar informações errôneas e "traí-los".

O artigo centralizou o ataque no presidente da FETAGRI, Edivaldo José da Silva, que, segundo acusações, teria se pronunciado a favor da permanência dos colonos no Rio Grande do Sul, alertando-os para as más condições de solo, doenças e a questão da legalidade da terra no projeto, ocupada por posseiros. Para alguns colonos tudo não tinha passado de mentiras. Se-

gundo Jorge Soares da Rosa, colono, "só mão vem quem quiser passar fome, aqui não tem dificuldade, e acho até que dá para ficar rico". A proposta de José Mário Rodrigues foi mais ousada ainda, tendo planejado que, após a primeira safra, desceria até os "pampas num carro zerinho para buscar a mãe e a filha...". (53)

Enquanto isso, a vida no acampamento continuou intensa, com muitas atividades internas e, principalmente externas. O excesso de atividades exigiu um reforço da comissão central no sentido de dar conta das exigências. Nesse sentido foi realizada uma eleição para escolher mais cinco pessoas para integrar a comissão central, no dia 15 de novembro. A forma como foi encaminhado o processo foi, acima de tudo, uma experiência democrática e participativa. Inicialmente foram definidos os critérios de participação e as etapas da eleição. Apresentaram-se 13 candidatos que tiveram um tempo para expor as razões da candidatura. A eleição foi "direta e secreta", sendo eleitos duas mulheres e três homens. (54)

O reforço da comissão central foi importante para a continuidade da luta. Em 7 de dezembro uma comissão foi a Porto Alegre para falar com o Governador. Para não despertar a atenção da polícia, os colonos saíram do acampamento em pequenos grupos. Depois tomaram três ônibus e seguiram à capital. Na chegada, próximos à rodoviária de Porto Alegre, foram interceptados pela Polícia Rodoviária Estadual, que exigiu identificação além de lhes interrogarem sobre as razões de estarem novamente ali. Na oportunidade foram ameaçados caso fizessem qualquer ato público na cidade. (55)

Em Porto Alegre os colonos foram proibidos de seguir até a Assembleia Legislativa pela rua Duque de Caxias e de andar em grupos. A comitiva, inicialmente de 120 acampados, foi acrescida de mais 30, todos dispostos a permanecer na capital até uma decisão favorável por parte do Executivo. Os Sem Terra ficaram hospedados, dia 7 de dezembro, no Colégio Sévigné, que ficou sob vigilância da polícia. (56) Nos dias seguintes, deslocaram-se, à noite, para as comunidades Eclesiais de Base na

periferia de Porto Alegre, recebendo a alimentação na Assembléia Legislativa durante a permanência na cidade.

A comitiva buscou apoio junto ao Conselho Nacional das Igrejas Cristãs - CONIC -, na CNBB Regional Sul/3, na FETAG, como forma de ter mais poder de pressão nas negociações. Durante a estada em Porto Alegre, a comitiva foi permanentemente perseguida pela polícia e não conseguiram sequer falar com Dom Cláudio, então Arcebispo de Porto Alegre, sendo permitido apenas uma comissão de colonos. (57) Na impossibilidade de falar com Dom Cláudio Kolling, coletivamente, os colonos tentaram deslocar-se até a Catedral para rezar, mas a polícia barrou novamente. Em protesto, os colonos rezaram e cantaram "A Classe Roceira e a Classe Operária" em frente os brigadianos, na rua mesmo. O ato da polícia provocou reação até do arcebispo: "não há necessidade de câes. Nunca foi proibido às pessoas rezarem na casa de Deus!"(58)

A comissão que conseguiu falar com Dom Cláudio Kolling solicitou-lhe apoio e a sua presença numa audiência com o Governador, sendo negada. Segundo o arcebispo: "A igreja não compete solucionar problemas como estes. Não podemos pegar em fuzis, o único apoio que podemos dar é moral".

Diante das perseguições e da repressão policial, impedindo, inclusive, o direito de andar em certas ruas próximas ao Palácio do Piratini, os Sem Terra solicitaram à Ordem dos Advogados do Brasil que impetrasse um "habeas-corpus" contra o governo do Estado para lhes garantir o direito de ir e vir. No final do mesmo dia, 9 de dezembro, a comissão tentou novamente deslocar-se da Assembléia Legislativa até a Catedral, mas foram impedidos pela polícia. (59)

A comitiva ganhou mais força na reivindicação de terra no Rio Grande do Sul, a partir do dia 10, quando cinco colonos, que haviam optado pelo projeto Lucas do Rio Verde, retornaram ao Estado, desistindo do projeto, menos de um mês depois da viagem. Os colonos denunciaram as más condições de vida. Na Assembléia Legislativa, disseram que "não há condições de sobrevivência no local, porque a terra é improdutiva". Denunciaram que as promessas

do 'Major Curio' não foram cumpridas, pois nem a espingarda de caça prometida, "nem isso ele cumpriu". (60)

Outra promessa feita foi de que os lotes estariam, no máximo, a 10 km da BR-163, quando na verdade alguns situavam-se a 50 km de distância. Não foi cumprida a promessa de entrega de 2 ha de terra preparada para o primeiro plantio e nem material para a construção das casas. "Disseram prá gente que haveria tábuas e tudo mais para a construção da casa. Achamos só as tábuas, como construir sem barrotes?". (61)

O grande problema, segundo os retornados, era a má qualidade da terra, de cerrado e arenosa, exigindo, portanto, intensa aplicação de corretivos. "Aquilo não é terra prá colono, só para fazendeiro que pode gastar em adubo e criar gado". Um outro problema apontado foi o da alimentação com preço elevado em relação ao baixo auxílio mensal do INCRA. Além de tudo isto, a chegada dos colonos no projeto coincidiu com o início das chuvas dificultando o plantio, agravado também, pela não liberação dos financiamentos prometidos.

As denúncias confirmaram algumas avaliações realizadas anteriormente sobre as condições de infra-estrutura no projeto. O retorno de alguns, no entanto, deu mais força para os que resistiam por uma saída no próprio Estado. Em 14 de dezembro, ainda em Porto Alegre, três colonos, Raul de Vargas, Davi e Campignoto, juntamente com alguns parlamentares e lideranças sindicais, tiveram uma audiência com o Governador, que mais uma vez ofereceu emprego ou terras no Mato Grosso. Da reunião não resultou nada de novo, pois o Governador mostrou-se intransigente, mesmo em relação às propostas de liberação de recursos para o crédito fundiário, projeto já aprovado na Assembléia Legislativa. A resposta do Governador foi não. Como forma de intensificar a pressão, dirigiram-se à Porto Alegre mais 35 colonos, somando-se aos 150, dispostos a resistir até uma solução. (62)

A posição do governo em afirmar a não existência de recursos para o crédito fundiário confrontou com a decisão do Legislativo, que além de aprovar a lei, apontou formas de obtenção

dos recursos necessários para assentamento imediato de 1.300 famílias no próprio Estado. A conclusão do deputado Antenor Ferrarri foi de que "o problema é o governo, pois solução tem". O governo permaneceu intransigente e reforçou a segurança em frente ao Palácio do Piratini com guarda intensiva de aproximadamente 100 soldados fortemente armados e acompanhados de cães. (63)

A permanência dos colonos na Assembléia Legislativa por vários dias provocou a reação de deputados pedessistas. O deputado Rubi Dhiel (PDS) lançou uma nota acusando os colonos de estarem prejudicando o trabalho normal do Legislativo. Para o deputado, a "Assembléia não é local para fazer acampamento, cujo espetáculo, propositadamente, tolhe a normalidade dos trabalhos". As razões da crítica decorriam do "barrulho das crianças, trovas, cantos e espetáculos gaudérios de gaitas". A nota concluiu dizendo: "não culpo as infelizes criaturas, mas responsabilizo a administração da casa por permitir que, em carácter continuado, dias seguidos, permita uma verdadeira usurpação e tomada das dependências do Legislativo". (64)

Em resposta às acusações, várias entidades elaboraram uma nota repudiando as afirmações de Dhiel. A nota iniciou responsabilizando o governo, a cujo partido então pertencia o deputado, pelo "espetáculo deprimente", por não ter atendido à reivindicação de um pedaço de terra para cultivar. Continuou a nota: "se as crianças choram, é porque sua fome não pode, mercê da incompetência do governo, ser mitigada pelo trabalho de seus pais, homens da terra. Se cantam ao som da gaita, é porque o canto é a única forma de alimentar-lhes o espírito, feridos por meses sofridos à beira da estrada e por repetidas ameaças, pressões e indiferença do governo e seus prepostos".

A nota concluiu dizendo: "apenas quem pertence e um governo que usurpou, pela força, o poder do povo pode conceber que a luta desta mesma gente e sua presença na casa, que deveria ser dela, seja usurpação; pois se sabe que os poderosos temem a coragem dos oprimidos, porque temem perder, um dia, o poder e os privilégios de que se apropriaram à custa do sangue e lágrimas dos pequenos". (65)

O conteúdo das notas não refletiu apenas a posição um deputado e, por outro lado, a posição de algumas entidades solidárias com os Sem Terra, antes sim, a luta permanente travada entre ambos. A nota do deputado Dihel catalizou toda a reação e desespero do governo e dos setores da sociedade contrários ao movimento. O embate objetivou uma relação tensa que perpassou todo o ano de 1981.

As posições do governo foram se desgastando, sendo insustentável, do ponto de vista lógico-racional, qualquer argumentação em favor das propostas de emprego ou colonização. No encontro em Porto Alegre, os colonos reafirmaram ao governo a disposição de localizar terras e áreas passíveis de desapropriação e assentamento. Conforme situou Raul de Vargas, o problema era só o governo liberar os recursos de crédito fundiário, aprovado pelo Legislativo. "Para os fazendeiros sempre tem recursos. Para os colonos não. Se a gente fosse estrangeiro, teria terra assegurada aqui". (66)

O próprio governo encomendou um estudo sócio-econômico do Estado, que resultou no "Programa de Desenvolvimento Integrado para o Setor Agropecuário". O estudo, em 20 volumes, concluiu ser necessário mudanças estruturais. A "melhoria de vida das maiorias rurais não pode prescindir da reformulação da estrutura fundiária". O estudo apontou a possibilidade de assentar em torno de 130.000 famílias em apenas 6 microrregiões. (67)

A comissão de colonos permaneceu em Porto Alegre durante 10 dias, sem, no entanto, conseguir qualquer avanço, a não ser a promessa de assistência médica gratuita no hospital de Ronda Alta. Diante do desgaste físico, o grupo decidiu retornar ao acampamento. "Entre passar o Natal em Porto Alegre sem solução, preferimos voltar ao acampamento". O retorno não representou, entretanto, uma derrota, pelo contrário, a proposta de continuar resistindo até a vitória continuou firme. "Só sairemos do acampamento se for pela força. Para nós, a luta continua". No retorno a Ronda Alta os acampados levaram junto 6 toneladas de alimento "arrecadados pelas CEBs da Igreja Católica e pelos sindicatos dos trabalhadores gaúchos". (68)

Na hora de partir, Raul de Vargas, membro da comissão central, não aceitou retornar com o grupo. Desanimado ficou sentado na escada da praça da Matriz chorando: "eu não volto para Ronda Alta. Só com terra". Mesmo com a intervenção dos demais, não foi possível convencê-lo, que permaneceu na Capital com o filho pequeno, recém operado, e a mulher. (69)

No dia seguinte ao retorno dos acampados, o Governador esteve em Ronda Alta inaugurando uma agência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL. E ali, dois acontecimentos marcaram o ato: a presença de aproximadamente 80 acampados e o não comparecimento do padre Arnildo, convidado a abençoar o local.

O padre Arnildo já havia assumido um compromisso numa comunidade do meio rural e não aceitou dar a bênção à agência bancária, causando revolta nas lideranças pedessistas locais. Quanto aos colonos, participaram do ato portando faixas e cartazes de protesto contra o tratamento do governo para com os Sem Terra. A manifestação dos acampados recebeu apoio de setores da população da cidade de Ronda Alta, deixando o Governador irritado. Ao mesmo tempo que Amaral de Souza discursava, "aplaudido por mingüado número de correligionários, políticos e curiosos, os acampados cantavam, em bom tom, o seu hino: "a Classe Roceira e a Classe Operária". (70)

Nesse contexto, o governador fez um rápido discurso e abriu mão do coquetel. Num tom agressivo, atacou diretamente o trabalho da Igreja, afirmando: "um grupo minoritário procura envenenar o povo, despertar o ódio, procura enganar irmãos nossos de formação humana e cristã, que estão sendo instrumento de um grupo minoritário que está escondido, inclusive aqui em Ronda Alta, algumas pessoas que não tiveram coragem de vir aqui, eles que são envenenadores...". Para Amaral de Souza "o grupo minoritário" manteria ligações internacionais: "são ligados ao pensamento político que está fazendo a tragédia da Polônia".

Ao concluir o discurso o governador apresentou-se como o anunciador do verdadeiro evangelho, aquele do "amor, da com-

preensão e não o anti-evangelho de alguns que esquecem a mensagem de Cristo e que procuram despertar o ódio e a violência!"(71)

A partir desse discurso do Governador, em Ronda Alta, ganhou mais força a hipótese de que o acampamento não poderia continuar. O desgaste do Executivo era cada vez maior, e as manifestações de protesto, dos abaixo-assinados continuaram cada vez mais intensos. Em 1982 haveria eleição para governador do Estado e o acampamento não poderia continuar sobrevivendo, pois do contrário, estaria comprometendo ainda mais a reeleição do partido no poder. Em declaração a um parlamentarista opositor, Amaral deixou claro que o acampamento seria extinto muito em breve. (72)

Após o incidente de 18 de dezembro em Ronda Alta, a situação mudou no acampamento. Ao mesmo tempo setores da imprensa, partidários do governo, desencadearam uma agressiva campanha contra o padre Arnildo, pressionando-o para sair de Ronda Alta. Por outro lado, a polícia intensificou a repressão do acampamento. As barreiras policiais ficaram mais rigorosas, identificando as pessoas, mesmo os usuários da RS-324 que somente cruzavam pelo local. Para permanecer no acampamento era necessária autorização policial. "As informações recolhidas pelo policial da barreira são passadas por rádio amador a uma central, onde se decide se a pessoa pode ou não ingressar no acampamento". (73)

Num clima de expectativa e incertezas, os acampados passaram o final de 1981. Na noite de Natal realizaram uma caminhada ao longo do acampamento com cinco estações, onde rememoraram os momentos mais marcantes do ano, entre eles: o enfrentamento com a polícia e o governo, a organização interna, a solidariedade das entidades e trabalhadores, a força e a esperança de conquistar a terra. O momento mais marcante da caminhada, iluminada com tochas, foi na hora em que relembrou a intervenção militar-federal. Todas as tochas foram apagadas, simbolizando a "escuridão vivida sob a intervenção do Curió" e, em seguida, as tochas foram reacendidas em quantidade dobrada, simbolizando a vitória sobre as forças de Segurança Nacional. A interpretação do cotidiano transformado num símbolo coletivo foi um fator im-

portante na sustentação e enfrentamento do sofrimento, resistência e esperança. (74)

Uma importante contribuição foi dada por intelectuais que permanentemente reinterpretoaram a luta dos acampados à luz dos acontecimentos históricos. Nessa perspectiva está o trabalho do professor Dinarte Belato da FIDENE/Ijuí, que, captando a tradição religiosa dos Sem Terra, reinterpretoou o nascimento de Jesus Cristo a partir da Encruzilhada Natalino, das migrações de agricultores Sem Terra no Brasil, das contradições na estrutura fundiária, dos expulsos pelas construções de barragens, dos índios, enfim, da falta de "um lugar para nascer". Por outro lado, o aceno para a esperança que nasceu no acampamento em nível de resistência e solidariedade de pessoas e entidades em todo o País. (75)

O início de 1982 foi marcado por uma ação ainda mais repressiva da polícia. após a confirmação da vinda do presidente do INCRA ao Estado para uma reunião com entidades e os acampados para discutir a questão do acampamento, chegaram mais 50 soldados, somando-se aos 150 já existentes nas proximidades do acampamento. Segundo Gelson Ceretta, acampado, para ir até Porto Alegre participar da reunião, tiveram que sair do acampamento escondidos "como se fôssemos trabalhar de diaristas para podermos passar por uma das quatro barreiras que existem cercando os barracos...".

Segundo Ceretta, ao cruzar a barreira, os brigadianos comentaram que viria mais reforço e que então "iriam medir as forças com a gente". Os colonos denunciaram a existência, dentro do acampamento, de "agentes secretos". Um deles, "um tal de Mauri, que é moreno que está sempre por lá, chegou a aconselhar alguns colonos da liderança a invadir áreas de latifúndios dali perto. Sorte que nós percebemos qual era a jogada dele". (76)

Em 7 de janeiro, aconteceu a reunião, em Porto Alegre, entre o presidente do INCRA, uma comissão de colonos e o Conselho Nacional das Igreja Cristãs - CONIC -, que apresentou duas propostas para resolver o problema dos acampados: liberação do

crédito fundiário e o assentamento na fazenda Anoni. O presidente do INCRA, Paulo Yokota, voltou a apresentar a proposta de assentamento em Lucas do Rio Verde, mesmo com as denúncias dos colonos sobre as más condições de vida das famílias que para lá se deslocaram. Da reunião não resultou nada de novo.

Em 14 de janeiro, o acampado Raul de Vargas abandonou o acampamento do Natalino e optou pela proposta do INCRA. A sua participação foi sempre ativa nas audiências com o governo, posicionando-se firmemente na exigência de terra no Estado. Em depoimento, disse não agüentar mais viver na Encruzilhada Natalino porque o governo não atendeu à reivindicação dos Sem Terra, além do problema de saúde da sua esposa e do filho. O motivo principal, no entanto, foi que ele chegou à conclusão de que: "não há mesmo terra no rio Grande do Sul para nós". Para os acampados uma das razões da saída de Raul, foi de que ele queria convencê-los de invadir terras da Fazenda Anoni, idéia não compartilhada pela grande maioria.

A repercussão maior, no entanto, não foi sua saída, mas as declarações que fez na imprensa em relação à Igreja e aos próprios companheiros. Raul disse que: "o problema é que realmente há algumas pessoas no acampamento que possuem propriedade e que estão lá para ganhar mais terras. O próprio governador falou para nós, em Porto Alegre, que não dá terra porque há agricultores intrusos na Encruzilhada". (77)

Após as declarações de Raul, o jornal Folha da Tarde, Porto Alegre, publicou vários artigos dos jornalistas: Rogério Mendelski e Hilário Honório, atacando a Igreja, principalmente o padre Arnildo. Dia 16 de janeiro, Mendelski escreveu um artigo intitulado "O Pastor da Desgraça", em que acusou a existência de uma trama montada no acampamento por "esquerdistas". "Oito meses depois da grande encenação montada pela Igreja e por profissionais esquerdistas, numa esdrúxula simbiose ainda inexplicável do ponto de vista religioso, os pobres colonos estão descobrindo que jamais passaram de massa de manobra", atacou.

Para Mendelski, o acampamento só subsistiu durante o

ano de 1981, porque o padre Arnildo manipulou os colonos, com a promessa de terra. "O padre Arnildo talvez não tenha o julgamento que merecem dos homens livres e desalojados de compromissos ideológicos, mas a Justiça divina irá julgá-lo pelo mal que já causou aos infelizes de Encruzilhada Natalino. E que deus tenha piedade deste seu pastor da desgraça". (78)

Em 20 de janeiro três colonos foram a Porto Alegre para denunciar, na Assembleia Legislativa, atos de violência cometidos pela polícia no acampamento, bem como, os novos métodos para recrutar as famílias a cederem às propostas de Mato Grosso. A comissão encaminhou uma carta endereçada ao Governador e publicada na imprensa, em nove pontos, as formas da ação policial.

As denúncias feitas na Comissão de Direitos Humanos de Assembleia Legislativa deram conta que os policiais pressionavam as famílias a se transferir para o acampamento "Quero-Quero" ou "sair à bala"; passar para o acampamento "Quero-Quero" sem compromisso de ir ao Mato Grosso; ofereciam trator para quem se inscrevesse no projeto Lucas do Rio Verde; Cr\$ 600.000,00 para quem quisesse sair do acampamento; os representantes do governo estavam armando os acampados do "Quero-Quero" para ameaçar os acampados do Natalino; queima dos barracos, da lona e da madeira, quando as famílias saíam do Natalino; ameaça de destruição da barraca da alimentação; determinação do tempo para visita ao acampamento pela Polícia Rodoviária e os doentes do Natalino, levados para o atendimento no "Quero-Quero" eram pressionados a ir para Lucas do Rio Verde.

Segundo os colonos, havia 10 agentes do governo que, armados, permaneciam no local "aliciado" as famílias para cederem às propostas do governo. Nas barreiras, a polícia procurou de todas as formas dificultar a passagem de alimentos de Ronda Alta ao acampamento. Em 18 de janeiro, a camionete da Cáritas de Passo Fundo, utilizada para o transporte, foi multada em Cr\$ 11.000,00 só por ter um problema de sinaleira. (79)

As relações entre os colonos e a polícia ficaram cada vez mais tensas, resultando no confronto do dia 2 de fevereiro, o

conflito mais grave de toda a história do acampamento. Tudo começou quando a Brigada Militar transferiu a parada de ônibus, da esquina Natalino, em frente ao estabelecimento comercial - portanto dentro do acampamento - para dois quilômetros adiante, na direção de Ronda Alta. A parada existia no local há mais de 40 anos e, de repente, os policiais transferiram de local, dificultando o embarque dos acampados. A transferência, porém, foi só para os acampados, pois os policiais continuaram embarcando na parada antiga.

A atitude da Brigada Militar causou revolta entre os acampados. Em 2 de fevereiro, às 17 horas, quatro acampados foram aguardar a chegada do ônibus na parada antiga e, quando o ônibus parou, chegaram cerca de 25 policiais com cassetetes, pontapés, socos e bombas de gás lacrimogêneo. "Eles não olhavam em quem batiam, agrediram mulheres grávidas e crianças". Do confronto cinco colonos ficaram feridos, internados imediatamente em Ronda Alta, e alguns outros, no dia seguinte com lesões mais leves. Dois policiais ficaram gravemente feridos por causa da explosão de duas bombas de gás em suas mãos. (80)

No dia seguinte o Palácio do Piratini lançou uma nota esclarecendo o episódio a partir do seu ponto de vista. A conclusão foi que "devido à ação de elementos estranhos junto aos acampados ocorreu um incidente que por pouco não tomou graves proporções". Segundo a nota, os colonos formaram barreiras nas estradas para depredar os ônibus e a polícia foi chamada do acampamento "Quero-Quero" para tentar a "liberação da estrada através do diálogo, mas foram agredidos a pedradas". As bombas de gás teriam sido lançadas para dispersar os colonos e dar "segurança" aos passageiros do ônibus. (81)

Quatro dias depois do incidente, o jornalista Mendelski voltou ao ataque contra a Igreja e o padre Arnildo com o artigo: "Fariseus em Ronda Alta". Mendelski reafirmou que os colonos estavam sendo manipulados e "conduzidos para o exercício prático de uma exótica simbiose ideológica (...) ao melhor estilo repressivo, o Pe. Arnildo e duas religiosas, policiam o acampamento co-

mo mastins de campo de concentração". Quando alguém do Natalino optava por Lucas do Rio Verde, dizia Mendelski, "tem que fugir à noite, quando a vigilância da patrulha religiosa diminui a dinâmica de sua ronda". A conclusão do artigo foi que "o Pe. Arnildo e suas duas religiosos parecem estar a serviço não de Deus, mas dos cavaleiros do apocalipse, fantasiados de fariseus. E com maus pensamentos". (82)

No dia anterior à publicação desse artigo, Raul de Vargas e Nereu José dos Santos, que saíram do acampamento Natalino, estiveram em Porto Alegre e deram uma coletiva à imprensa, acusando os próprios colonos e os religiosos que atuavam no acampamento. Segundo Nereu, "os religiosos ficam conversando com o povo, dizendo que devem insistir, pois há terras no Estado". O conteúdo das acusações e do artigo de Mendelski são muito próximas, o que evidencia uma articulação entre os setores partidários às propostas do governo com alguns acampados com objetivo de quebrar a organização interna do acampamento do Natalino. (83)

O alvo de ataque foram, basicamente, setores da Igreja. O próprio Chefe do Estado-Maior do III Exército, general José Apolônio da Fontoura Rodrigues Neto, disse, em 10 de fevereiro, que setores da Igreja estavam envolvidos em "questões políticas". Disse o General "a Igreja no meu modo de ver - que é também a idéia do papa - deve-se envolver em assuntos espirituais e não deve se envolver em política. Política é separado". Em relação a Ronda Alta, atribuiu à Igreja a resistência dos colonos em aceitar a proposta do INCRA. (84) A onda de ataques ao movimento desconsiderou o potencial organizativo dos Sem Terra enquanto tal, daí a atribuição a elementos externos a responsabilidade pela resistência. Para o governo os colonos não tinham a capacidade de pensar e decidir os rumos da luta, servindo apenas de "massa de manobra".

Os artigos publicados atacando os Sem Terra e os religiosos foram reproduzidos em xerox e off-set e espalhados nas ruas de Ronda Alta, principalmente, na quadra onde está localizada a casa paroquial, mas também em outras cidades vizinhas. Em

23 de fevereiro, dia da "Romaria da Terra", foram distribuídos aproximadamente 20.000 panfletos somente em Ronda Alta. (85)

Diante das insistentes acusações aos religiosos e das ameaças de transferência do padre Arnildo de Ronda Alta, além de um possível enquadramento na Lei de segurança Nacional e na Lei dos Estrangeiros, ainda cogitado, as comunidades rurais da paróquia de Ronda Alta organizaram uma manifestação de apoio e solidariedade aos religiosos e aos acampados, dia 15 de fevereiro. Do ato participaram em torno de 7.000 pessoas que transformaram o encontro num momento de APOIO, mas também de PROTESTO contra o governo e seus órgãos de repressão, EXIGINDO solução para o problema dos Sem Terra e a permanência dos religiosos em Ronda Alta. (86)

A manifestação, entretanto, não ficou restrita a Ronda Alta. No final do ato, foi escolhida uma comissão de 39 pessoas, uma de cada comunidade, para ir até Porto Alegre e entregar ao Governador, à CNBB Regional Sul/3 e a outras entidades um abaixo-assinado com 8.400 assinaturas denunciando as "mentiras contra o Pe. Arnildo como forma de desviar os problemas reais". (87)

No acampamento os colonos prepararam-se para a "5ª Romaria da Terra" no Estado do Rio Grande do Sul, coordenada pela Comissão Pastoral da Terra. O jornal Folha da Tarde publicou, na ocasião, dois artigos, um de Hilário Honório e outro de Mendelski, ambos criticando os padres e anunciando a "agitação" para o dia 23, data da Romaria no acampamento Natalino. (88)

Com o artigo "A síndrome do Messianismo", Mendelski afirmou que alguns religiosos "querem um conflito e precisam de cadáveres para a explosão que pacientemente preparam há quase doze meses". O jornalista levantou a hipótese do padre Arnildo estar atacado da "síndrome do messianismo" e pensar ser um novo Antônio Conselheiro ou um Jin Jones, "sacrificando gente inocente. Só que Ronda Alta não é Canudos nem a Guiana". (89)

O artigo de Honório, "Agitação em Ronda Alta" centrou também as críticas aos religiosos e à Romaria da Terra, definindo-a como um momento "para agitar ainda mais". Em 18 de feverei-

ro, escreveu mais um artigo repetindo as mesmas acusações, mas vendo no acampamento "um movimento de guerrilha rural em andamento". Esse foi o clima que antecedeu a realização daquela Romaria. (90)

A 5ª Romaria da Terra teve cinco pontos centrais, em torno dos quais foram organizadas as estações da "via-sacra", a tribuna livre e a missa no final do encontro: problema da terra, vida dos operários na cidade, êxodo rural, barragens e política agrícola.

Participaram da Romaria, em torno de 30 mil pessoas de vários Estados. A caminhada da manhã, a tribuna livre e a missa foram pontuadas por denúncias contra a estrutura fundiária, política agrícola, problema das barragens, violência contra posseiros, pequenos proprietários e Sem Terras. (91)

A grande novidade da Romaria foi o anúncio oficial e a confirmação do pedido feito pelos acampados aos bispos da Igreja Católica, reunidos em Itaici (SP) de 9 a 18 de fevereiro, para a aquisição de uma área de terra, próxima ao acampamento da Encruzilhada Natalino, que servisse como um espaço para continuar resistindo, mas longe da repressão policial.

A vida no acampamento estava ficando insuportável por causa da ação policial e a consequente desistência de muitas famílias que cediam a pressão e aceitavam a proposta de Lucas do Rio Verde. Segundo dados do Capitão Cláudio Carvalho, coordenador do "Quero-Quero", entre 5 de janeiro e 15 de fevereiro, 61 famílias saíram do Natalino para o acampamento de espera. Dessas famílias, 44 delas optaram pela proposta do INCRA e 17 optaram por emprego nas estações experimentais. (92)

No final do encontro em Itaici os bispos publicaram uma nota sobre os conflitos agrários no Brasil e destacaram dois acontecimentos principais na luta pela terra no Brasil: o caso dos 13 posseiros e os 2 padres franceses em São Geraldo do Araguaia presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional e o caso dos colonos acampados em Ronda Alta. Sobre os Sem Terra do Na-

talino os bispos disseram: "os acampados há mais de um ano, em condições precaríssimas, vêm sofrendo pressões e ameaças para aceitar terras no Mato Grosso e desistirem de seus propósitos". (93)

Diante do reconhecimento da gravidade das condições de vida e da situação interna no acampamento, os bispos concordaram com a proposta apresentada pela comissão dos colonos, como forma de aliviar a tensão e buscar novas formas de pressão para a conquista definitiva da terra no Estado. A notícia oficializada no final da romaria foi acolhida, pelos acampados, como uma grande vitória, mesmo que parcial, temporária e provisória. A proposta era de a CNBB Regional Sul/3 coordenar uma campanha nacional de arrecadação de recursos para a aquisição de uma área de aproximadamente 100 ha, em Ronda Alta.

A decisão de transferir o acampamento para outro local não foi um alívio somente para os Sem Terra, mas também para o governo e seus partidários. O jornalista Mendelski, radical partidário das propostas oficiais, disse num artigo, 26 de fevereiro, que: "a Igreja assim, dá o melhor exemplo prático possível para um caso trágico e profundamente comovedor (...) Depois de 12 meses de sofrimento, de momentos de tensão e de apreensão, surge uma proposta da própria Igreja para o assentamento dos colonos de Ronda Alta que merece o reconhecimento de todas as pessoas de bom senso". (94)

A área adquirida, localizada a 12 quilômetros de Ronda Alta e a 30 quilômetro do acampamento, pertencia a três proprietários: Alexandre Pressotto, Antônio Colombo e Cláudio Casarim. Este último assessorou os Sem Terra, em questões jurídicas, e se dispôs a adquirir, em seu nome, as outras duas áreas sem revelar a destinação final, temendo que uma vez explicitados os objetivos, seus proprietários não aceitassem efetuar a transação. Deste modo, Casarim adquiriu as outras duas áreas e repassou à Igreja que, posteriormente, passou para a Cáritas de Passo Fundo. (95)

A área de 108 ha custou Cr\$ 26.500.000,00, com uma en-

trada inicial e mais três prestações mensais. como forma de dinamizar a campanha para arrecadar fundos para o pagamento da dívida - aproximadamente 200 mil dólares - a CNBB Regional Sul/3, elaborou um plano de ação a ser implementado no Rio Grande do Sul e no Brasil. (96)

Uma das exigências dos bispos, para apoiar a proposta dos acampados, foi de que houvesse um projeto de trabalho em forma cooperativo. Nesse sentido foi elaborado o projeto de trabalho - em forma cooperativa - na área localizada às margens da barragem do rio Passo Fundo, com assessoria técnica da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. (97)

A transação legal da compra foi rápida e em menos de 20 dias após o anúncio oficial os colonos mudaram para a nova área denominada NOVA RONDA ALTA. Em 12 de março, início da transferência, o acampamento amanheceu repleto de panfletos aconselhando os colonos a não acreditarem nas promessas de terra feita pela Igreja. (98) Segundo Miguel da Rocha Lopes, acampado, bem cedo de manhã passou pelo acampamento "um Fiat com placa de São Paulo, de onde dois homens jogavam panfletos. Os papéis criticavam a compra da terra pela Igreja e oferecia, novamente, o reassentamento no projeto Lucas do Rio Verde..." (99)

A mudança para Nova Ronda Alta estava planejada para ser concretizada com auxílio de 4 caminhões da prefeitura de Ronda Alta e mais de uma empresa particular, mas a polícia só permitiu a entrada de um deles e os 4 da prefeitura ficaram bloqueados na barreira policial. Em cima do único caminhão os acampados colocaram a cruz e embarcaram mais algumas pessoas, e outra partados acampados seguiu à pé. Ao chegar na barreira, a polícia não queria permitir a passagem do caminhão pelo fato de ter algumas em cima. "Os brigadianos a princípio quiseram impedir a saída alegando que é proibido carregar pessoas em caminhões abertos, mas depois concordaram, abrindo uma exceção". (100)

Após a transferência para Nova Ronda Alta, os colonos continuaram, a princípio, no mesmo ritmo de vida do Natalino. Reconstruíram os barracos cobrindo-os com lona nova e com melhor

estrutura. Os 108 ha de terra, de excelente qualidade, foram destinados à produção de hortigranjeiros e produção agrícola diversificada, dentro dos limites espaciais. A área margeada, em grande parte pela barragem, facilitou a irrigação, além da facilidade da pesca. Os colonos se organizaram em 7 grupos grandes, com cerca de 23 a 32 famílias em cada núcleo, totalizando 207 famílias. (101)

Na nova terra os acampados continuaram a luta em duas frentes: reorganizando a vida interna e pressionando externamente na busca de uma solução definitiva. Em relação ao primeiro ponto foram observados dois princípios fundamentais: a) todos têm direitos iguais; b) tudo tem que ser decidido conjuntamente. A nova organização definiu, entre outros pontos, as instâncias deliberativas, assegurando a concretização dos princípios gerais. A assembléia geral continuou sendo a instância máxima, seguida dos líderes dos grupos, depois a comissão central e daí as equipes de trabalho, a assessoria e as entidades de apoio. (102)

A nível externo a proposta do movimento foi de continuar discutindo, concomitantemente, a problemática da estrutura fundiária com a campanha de arrecadação de recursos para o pagamento da área adquirida. Os recursos foram obtidos através de campanhas, venda de bônus, cartazes, conta bancária própria e coleta nas missas. Além disso, a CNBB enviou o projeto de trabalho cooperativo previsto para Nova Ronda Alta para várias entidades internacionais, entre elas: MISERIOR, CEBEMO, Fastenopfer, Entrai-de et Fraternite e para a Comissão Econômica e Social, integrada por 23 entidades religiosas da América Latina. (103)

Em Nova Ronda Alta os acampados levaram uma vida "longe" da ação policial. Os colonos criaram, então, um sistema próprio de segurança, com uma barreira permanente na entrada do local com objetivo de identificar as pessoas, evitando a entrada dos "agentes secretos". Mesmo assim a polícia continuou agindo. Após a saída das famílias do Natalino, a polícia queimou e destruiu o que restou dos barracos, madeira, as lonas plásticas e o capim. Além disso, com auxílio de tratores, abriu valetas fundas no

barranco onde estavam os barracos e destruíram também uma cruz que os acampados deixaram no local como "marco de lembrança e sinal da luta". (104)

A polícia tentou agir também em Nova Ronda Alta. A primeira tentativa foi no mês de abril, quando aproximadamente 20 policiais "amanheceram acampados na ilha do Butiá, a 300 metros do acampamento de Nova Ronda Alta. Eles passaram dois dias observando toda a movimentação no acampamento através de binóculos, além de algumas tentativas frustradas de abordar, com barcas, nas terras de Nova Ronda Alta". (105)

Alguns policiais foram reconhecidos, pelos colonos, como sendo os agentes que trabalhavam com o 'Major Curio'. A intensa mobilização foi consequência de um boato que os colonos ocupariam a fazenda Santa Rita, propriedade de italianos, a pequena distância do local, na outra margem da barragem (ver anexo 8). A referida fazenda ficou sob proteção policial desde 1978, quando da expulsão dos colonos da reserva de Nonoai e da ameaça de ocupação.

A segunda investida da polícia em Nova Ronda Alta foi no fim de abril, quando "duas viaturas da Brigada Militar de Passo Fundo, com cerca de 20 policiais, tentaram passar por uma barreira montada pelos colonos à entrada do acampamento...". Diante da resistência dos colonos, os policiais retrocederam e não concretizaram o plano inicial. (106)

Logo após a chegada dos Sem Terra em Nova Ronda Alta iniciaram o plantio das culturas de inverno e trabalhar no hortão comunitário e, continuando, por outro lado, a campanha de esclarecimento e conscientização da luta por terra no Estado e de arrecadação de recursos para o pagamento dos 108 ha. A coleta realizada nas missas, nos dias 15 e 16 de maio, em todo o Estado, foi destinada ao fundo de pagamento da terra. No dia 11 de junho, a CNBB pagou a última parcela da área. (107)

A resistência e a luta por terra no estado ganharam mais força após o relatório elaborado pela Comissão Pastoral da Terra do Mato Grosso sobre o projeto Lucas do Rio Verde, em junho de

1982, sobre as condições das famílias que saíram do Natalino para o projeto. O relatório foi encaminhado aos acampados de Nova Ronda Alta e desmitificou, desmintindo as informações veiculadas por setores da imprensa sobre o sucesso dos colonos no local.

Segundo o relatório, Lucas do Rio Verde era, entre todos os projetos de colonização privados e oficiais, o que estava em situação mais "difícil e calamitosa". Em primeiro lugar, nem todos os colonos construíram suas casas e alguns permaneceram morando em barracos de lona plástica, alguns até a 80 quilômetros da BR-163, completamente abandonados nas épocas de chuva.

Em relação à terra, era "cerrado de péssima qualidade" e os próprios fazendeiros, com muitos recursos, não conseguiam torná-la produtiva. Os colonos que plantaram os 2 ha "preparados pelo INCRA" para a primeira safra, alguns tiraram a semente de arroz, e outros, nem isso. O milho cresceu um pouco "deu pendão, mas espiga que é o bom, nenhuma". O feijão, em grande parte não nasceu e parte que chegou nascer, logo morreu. Oito meses depois da chegada ao projeto, muitos não colheram nada, sobrevivendo com a ajuda mensal de Cr\$ 8.000,00 para comprar tudo a preços elevados. Muitos necessitavam deslocar-se até 70 quilômetros para chegar ao local da compra de alimentos, às vezes, caminhando à pé. (108)

O projeto continuou sendo controlado pelo Conselho de Segurança Nacional, que manteve "severa fiscalização sobre os colonos, a fim de impedir que saíssem da área". Como parte do esquema de segurança, a assistência religiosa continuou sendo dada por um capelão militar do Exército de Corumbá, a mais de 1.000 quilômetros do local, que se deslocava sistematicamente a Lucas do Rio Verde. (109)

Uma comissão de sindicalistas e membros da Comissão Pastoral da Terra do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, visitou o projeto em agosto de 1982 e confirmou o isolamento das famílias, a frustração da primeira safra e o endividamento dos colonos com o Banco do Brasil. Segundo a comitiva, os colonos contrataram um empreiteiro, Betinho, para arar a terra com máquinas a

um preço elevadíssimo. "Só para destocar, amontoar as madeiras, comprar insumos e arar a terra gastaram em média Cr\$1.445.000,00. Para a colheita estavam pleiteando outro financiamento de Cr\$ 700.000,00. Segundo cálculos, esses valores somados, seriam suficientes para a aquisição de uma área média de 22 ha no Estado do Rio Grande do Sul a preço de mercado. O Banco do Brasil somente liberou os recursos após a chegada no projeto. Para adquirir a terra no Estado não havia recursos disponíveis. (110)

Em outubro, o jornalista Mendelski fez um balanço elogiando o sucesso do projeto Lucas do Rio Verde. Apoiado em depoimentos de colonos, reafirmou a prosperidade e o sucesso dos pioneiros. Citando principalmente Raul de Vargas, o jornalista trouxe um quadro positivo. Segundo Raul, a "terra é a mesma do sul. É terra vermelha e não areia como diziam na Encruzilhada. Posso dizer que tudo era conversa". (111)

Como entender avaliações tão opostas sobre o mesmo projeto? É necessário trazer presente as diferenciações no tratamento dado a certas pessoas, principalmente os líderes (ex-membros da comissão central) e também a disponibilidade de um capital inicial na nova área. Segundo a comitiva de sindicalistas e da CPT, o único grupo que não fez contrato com o "Betinho" para arar a terra foi o de Saul Marchioir, ex-membro da comissão central no acampamento Natalino. (112) Alguns colonos com maior disponibilidade de recursos conseguiram também os melhores lotes. Os que conseguiram prosperar foram alguns apenas, porque a grande maioria fracassou.

Muitos colonos, diante das dificuldades, venderam os lotes e retornaram para o sul ou "seguiram adiante". Segundo o relatório da CPT/MT, até junho de 1982, 15 famílias já tinham saído do projeto. O "Relatório de avaliação dos Projetos de Colonização no Mato Grosso" revelou que, no mês de agosto de 1983, ou seja, 22 meses após a chegada ao projeto, só restavam 18 famílias das 170 famílias iniciais, aproximadamente 10,58% do total inicial. (113)

As terras dos colonos que saíram ficaram "nas mãos" do executor do INCRA, dos grileiros e dos colonos mais capitalizados.

Com o abandono das famílias, o executor do INCRA passou a vender "indiscriminadamente os lotes rurais para latifundiários da região". (114)

Muitas famílias ficaram sem recursos até para retornar ao Rio Grande do Sul. Segundo o Boletim SEM TERRA, "os que querem sair estão escrevendo aos parentes pedindo ajuda para poder voltar". Os colonos do projeto escreveram para os acampados em Nova Ronda Alta pedindo para continuar lutando e resistir até a conquista de terra no Estado. (115)

Em 25 de julho de 1982, Dia do Agricultor, houve uma manifestação de apoio aos Sem Terra em Nova Ronda Alta, reunindo aproximadamente 3 mil pessoas. Na caminhada, realizada no acampamento, refletiram-se questões ligadas à vida do agricultor, a concentração da terra, as migrações e a política agrícola. (116)

No dia 31 de agosto, ocorreu outra manifestação de apoio aos acampados e em comemoração à derrota e a saída do acampamento das forças militares-federais do Conselho de Segurança Nacional. Na oportunidade, setores da Igreja divulgaram uma carta destacando a trajetória de luta dos Sem Terra em nível nacional, a violência, principalmente, na região do Araguaia e a condenação dos 13 posseiros e dos 2 padres franceses. A carta concluiu afirmando o apoio da igreja à luta até a conquista definitiva da terra e da Reforma Agrária. (117)

No mês de agosto, pela primeira vez, o governo do Estado, através do Secretário da Agricultura, visitou o novo acampamento, mas sem nenhum resultado concreto. Os acampados continuaram ouvindo durante muito tempo a mesma proposta do governo: emprego ou colonização, menos terra no Rio Grande do Sul.

Sem outra alternativa os acampados iniciaram, em setembro, o plantio das culturas de verão. Cada família dispunha de um pedaço de terra próximo ao barraco para o plantio de verduras sob responsabilidade e iniciativa de cada família. O hortão tinha uma gestão coletiva e as decisões a seu respeito passavam pela assembleia geral. Na lavoura coletiva plantaram 25 ha de trigo, que após a colheita seriam cultivados para o plantio de

soja. Além disso, os colonos decidiram plantar 2 ha de alho, 40 ha de milho consorciado com feijão, 10 ha de arroz e 2 ha de amendoim.

Em relação ao hortão os colonos deliberaram, em assembleia geral, que a primeira colheita de rabanete seria doada para a comunidade operária de Cachoeirinha, próxima a Porto Alegre, por ter sido uma das que mais contribuiu com o movimento na Encruzilhada Natalino. Decidiram, também, enviar uma amostra de rabanete para o Secretário da Agricultura como prova de que os colonos "não são preguiçosos" e que necessitam apenas de terra para cultivar. (118)

A primeira colheita da safra de verão superou as expectativas e serviu para mostrar ao governo o desejo de produzir e cultivar a terra. Foram colhidos 1.500 sacas de milho, 20 sacas de arroz, 350 sacas de batata inglesa, em torno de 1.000 kg. de rabanete, 200 caixas de couve-manteiga, além de 150 sacas de feijão e 100 sacas de soja. A produção ficou muito prejudicada pela longa estiagem. Esses dados referem-se apenas à produção da lavoura coletiva, sem considerar a produção particular. (119)

No segundo semestre de 1982, praticamente toda a vida política voltou-se para a eleição de 15 de novembro. Os acampados discutiram com todos os candidatos à sucessão ao governo do Estado a proposta de assentamento no próprio Estado. Todos eles comprometeram-se em encaminhar uma solução, assim que assumissem o governo em 1983. O candidato do PDS, Jair Soares, foi eleito Governador. Ele havia prometido que o problema dos acampados estaria resolvido até maio de 1983. Segundo o Boletim SEM TERRA, Jair Soares, passou a sofrer pressões da área federal para não resolver a questão. "O SNI e os amigos do Curió ficaram contrariados com a decisão do novo Governador". (120)

Mesmo com a promessa de resolver a questão imediatamente, os colonos continuaram ativos e mobilizados em busca de alternativas. Inicialmente, eles definiram um prazo limite, fim de abril, findo o qual, acampariam em frente o Palácio do Piratini. (121)

O Governador Jair Soares assegurou que o assentamento seria no Estado, o que já representou uma vitória. Com o passar do tempo, outros critérios foram sendo apresentados ao Governador para a escolha das áreas de assentamento, entre eles: na região de Ronda Alta e áreas superior a 1.000 ha para manter as famílias próximas. Observando esses critérios, no Diário Oficial do Estado lançou-se, em 1º de julho de 1983, o edital para compra das terras. Foram apresentadas 11 cartas-propostas, mas nenhuma delas passou após a vistoria e os critérios definidos. A partir de então foi publicado um novo edital. (122)

A área que o Estado iria adquirir deveria ser suficiente para assentar as 170 famílias de Nova Ronda Alta e mais outras 30 famílias que permaneceram no acampamento de espera, e se negaram a deslocar-se para Lucas do Rio Verde. (123)

A solução chegou no final de setembro de 1983, quando o Estado adquiriu um total de 1.870 ha para assentar as famílias a serem pagas em 15 anos, com 3 anos de carência. A maior área foi a de Salto do Jacuí, em Cruz Alta, com 1.374 ha, outra em Palmeira das Missões com 140 ha, e mais duas em Ronda Alta, sendo uma de 187 ha e outra com 167 ha. Além dessas duas áreas, foram incluídos os 108 ha de Nova Ronda Alta. (124)

Segundo relatório da CPT/RS, em Salto do Jacuí foram assentados 103 famílias no dia 3 de outubro; mais 15 famílias no assentamento Nossa Senhora da Conquista; 16 famílias no assentamento Vitória da União e mais 10 famílias permaneceram em Nova Ronda Alta. Outras 20 famílias conseguiram recursos e adquiriram terras nos atuais municípios de Trindade, Três Palmeiras e em Ronda Alta. O total de famílias assentadas foi de 164.

O movimento da Encruzilhada Natalino marcou, antes de mais nada, o reinício da luta pela terra. O próprio 'Major Curio' reconheceu, em entrevista em 1983 quando era deputado federal pelo PDS do Pará, que o movimento do Natalino foi uma das mais difíceis paradas de sua vida. Disse o Major: "eu me lembro com muita satisfação porque foi uma experiência muito grande pa-

ra mim. Foi uma parada difícil, mas resolvi democraticamente e com diálogo porque eu não empreguei a força contra os colonos. Eu tinha a força na mão...". (125)

## NOTAS DO CAPÍTULO V

1. Revista ISTO É, 9.9.81, p. 26, e Jornal de Brasília, 2.9.81.
2. Estado do São Paulo, 1.9.81, p. 16.
3. Estado do São Paulo, 1.9.81, p. 16, e Folha de São Paulo, 1.9.81.
4. Folha da Tarde, Porto Alegre, 1.9.81, e Revista VISÃO, 14.9.81, p. 16-19.
5. Estado de São Paulo, 2.9.81, p. 12, e Jornal do Brasil, 2.9.81.
6. O jornal Folha da Tarde de Porto Alegre, manteve um posicionamento na defesa das propostas do governo e acusando, sistematicamente, a presença de "elementos invisíveis" no acampamento. A partir de janeiro de 1982, publicou uma série de artigos violentos atacando a igreja e, principalmente o padre Arnildo.
7. Zero Hora, 10.9.81.
8. O Nacional, Passo Fundo, 11.9.81. Como as informações envolvem Segurança Nacional, são de difícil acesso, o que permite apenas levantar hipóteses a respeito, a partir de algumas informações parciais e de ter acompanhado pessoalmente o clima de tensão e apreensão reinante em Passo Fundo.
9. Folha da Tarde, 22.9.81.
10. Zero Hora, 10.9.81; Folha de São Paulo, 2.9.81, p. 2, e Estado de São Paulo, 2.9.81, p. 12.
11. Estado de São Paulo, 3.9.81, p. 16.
12. Zero Hora, 7.9.81.
13. O Nacional, 8.9.81 e 9.9.81, e Estado de São Paulo, 9.9.81, p. 13.
14. Para assentar parte dos colonos expulsos de Nonoai no Estado, o governo adquiriu uma área em Bage e repassou aos colonos, em condições favoráveis de pagamento.
15. O Exército havia lançado um edital público para arrendar no Estado 40.000 ha. Quanto à troca de terras no sul pelo Mato Grosso, a proposta partiu dos Sem Terra, que propuseram ao Governador que enviasse para as novas terras os fazendeiros do Estado que acietassem trocar um hectare de terra no sul, por 10 ha de terras no Mato Grosso. Alguns proprietários apresentaram-se para efetuarem a transação, mas o Governador não aceitou.
16. Documento de apoio aos Sem Terra, assinado por 56 entidades, Porto Alegre, 10.9.81; O Nacional, 19.9.81, e Folha de São Paulo, 23.9.81.
17. O Nacional, 12.9.81.
18. Zero Hora, 7.9.81.
19. Correio do Povo, 5.11.81, e Jornal do Brasil, 6.9.81.

20. O Globo, 12.9.81.
21. Estado de São Paulo, 23.9.81, e Folha de São Paulo, 23.9.81.
22. Estado de São Paulo, 29.9.81.
23. Nota da reunião dos bispos em Passo Fundo, publicada na íntegra pelo jornal Diário da Manhã, 22.9.81, p. 8.
24. Zero Hora, 6.10.81.
25. O Globo, 7.10.81.
26. Folha da Tarde, 8.10.81, p. 3.
27. Zero Hora, 8.10.81, e Folha de São Paulo, 8.10.81.
28. Boletim SEM TERRA, nº 13, 19.10.81, p. 4.
29. Zero Hora, 9.10.81, p. 21.
30. Nota de esclarecimento do INCRA, publicada na íntegra pelo Jornal Zero Hora, 10.10.81, p. 27.
31. Boletim SEM TERRA, nº 13, 19.10.81, p. 5, e Zero Hora, 14.10.81, p. 30.
32. Boletim SEM TERRA, nº 13, 19.10.81, p. 6-7.
33. Zero Hora, 8.10.81, e 4ª Carta dos Acampados, outubro de 1981, in: Boletim SEM TERRA, nº 13, 19.10.81, p. 3.
34. 4ª Carta dos Acampados, outubro de 1981, in: Boletim SEM TERRA, nº 13, 19.10.81, p. 3.
35. Relatório da viagem ao Mato Grosso, feita por dois acampados do Natalino e um agrônomo, entre 3 e 7 de out. de 1981, (mimeo.) p.1.
36. Idem, p. 2, e Laércio D.M. & Maria J., op.cit., p. 68, e Zero Hora, 16.10.81, p. 32.
37. Zero Hora, 16.10.81.
38. Relatório da FETAGRI/MT, p. 6
39. Idem, p. 7.
40. 4ª Carta dos Acampados, outubro de 1981, in: Boletim SEM TERRA, nº 13, 19.10.81, p. 3.
41. O Globo, 28.10.81.
42. Zero Hora, 5.11.81, p. 35.
43. Diário da Manhã, 5.11.81.
44. Zero Hora, 5.11.81.
45. Zero Hora, 10.11.81, e Correio Braziliense, 10.11.81.
46. Boletim SEM TERRA, nº 14, 5.11.81, p. 2-3.
47. O documento entregue aos parlamentares tinha por título: "A política Agrária do Governo e os Conflitos de Terra no Brasil". (Jornal do Brasil, 13.11.81, e Boletim SEM TERRA, nº 15, 9.11.81, p. 4).
48. Boletim SEM TERRA, nº 14, 5.11.81, p. 2.

49. Folha de São Paulo, 17.11.81.
50. Jornal do Brasil, 17.11.81, e O Nacional, 16.11.81.
51. Tribuna da Imprensa, 26.11.81.
52. Boletim SEM TERRA, nº 16, 7.12.81, p. 6-7. Ver as entidades que enviaram cartas e outras formas de solidariedade e apoio nos meses de: outubro, novembro e dezembro, (anexo 25).
53. O Globo, 22.11.81, p. 7.
54. Boletim SEM TERRA, nº 16, 7.12.81, p. 2-4.
55. Zero Hora, 8.12.81; Estado do São Paulo, 9.12.81, e O Globo, 9.12.81.
56. Zero Hora, 8.12.81.
57. O bispo Dom Cláudio Kolling trabalhou na Diocese de Passo Fundo, como bispo, até o final de 1981, sendo, então, nomeado Arcebispo de Porto Alegre, substituindo o Cardeal Dom Vicente Scherer. O Conselho Nacional das Igrejas Cristãs - CONIC- congrega a Igreja Evangélica de Confissão Luterana, Metodista do Brasil, Igreja Reformada do Brasil, Episcopal do Brasil e a Igreja Católica.
58. Folha da Tarde, 10.12.81.
59. Estado de São Paulo, 10.12.81; Zero Hora, 10.12.81, e O Globo, 10.12.81.
60. O Globo, 11.12.81.
61. Zero Hora, 11.12.81.
62. Jornal da Tarde, São Paulo, 15.12.81, e Estado de São Paulo, 15.12.81.
63. Boletim SEM TERRA, nº 17, 9.1.82, p. 9-10; Zero Hora, 15.12.81, e O Globo, 15.12.81.
64. Nota do deputado Rubi Dihel (PDS), in: Boletim SEM TERRA, nº 17, 9.1.82, p. 10-11.
65. Nota das entidades de apoio aos Sem Terra e em repúdio às declarações do deputado Rubi Dihel, in: Boletim SEM TERRA, nº 17, 9.1.82, p. 11-12.
66. Folha de São Paulo, 16.12.81. A referência de Raul de Vargas a estrangeiros estava embasada no levantamento realizado pela Assembleia Legislativa, que apontou mais de 50.000 ha de terra em mãos de estrangeiros somente no Rio Grande do Sul.
67. Dinarte BELATO. Encruzilhada Natalino: a Encruzilhada do Natal e da Terra. (mimeo.), p. 4-5, e Boletim SEM TERRA, nº 17, 9.1.82, p. 3-4.
68. Zero Hora, 18.12.81.
69. Jornal da Tarde (SP), 18.12.81, e Zero Hora, 18.12.81.
70. Boletim SEM TERRA, nº 17, 9.1.82, p. 12.

71. Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes. O Povo se ergue em Defesa da Verdade, (mimeo.), 6.7.82, p. 5-7, e O Globo, 7.10.82.
72. Folha de São Paulo, 3.1.82.
73. Folha de São Paulo, 26.12.81, e Boletim SEM TERRA, nº 17, 9.1.82, p. 12-13.
74. Boletim SEM TERRA, nº 17, 9.1.82, p. 1, e Folha de São Paulo, 26.12.81.
75. Dinarte BELATO, op. cit., p. 1-7.
76. Zero Hora, 8.1.82; Folha de São Paulo, 8.1.82, e Estado de São Paulo, 8.1.82.
77. Zero Hora, 15.1.82.
78. Folha da Tarde, 16.1.82.
79. Zero Hora, 21.1.82.
80. Zero Hora, 4.2.82, e Diário da Manhã, 4.2.82.
81. Nota do Palácio do Piratini publicada na íntegra por Zero Hora, 4.2.82, e pelo Correio do Povo, 5.2.82.
82. Folha da Tarde, 6.2.82.
83. Zero Hora, 6.2.82.
84. Zero Hora, 11.2.82, p. 39.
85. Zero Hora, 24.2.82.
86. Em vista das perseguições e ameaças ao padre Arnildo e às religiosas foi realizado o ato de apoio aos religiosos, dia 15 de fevereiro de 1982. Após a realização do ato foi elaborado um documento intitulado: "O povo se ergue em Defesa da Verdade", p. 12-20.
87. Idem, p. 21.27. Estado de São Paulo, 18.2.82, p. 13, e Boletim SEM TERRA, 2.4.82, p. 7.
88. A Romaria da Terra, no Rio Grande do Sul, em 1977, sendo realizada anualmente, em locais previamente definidos, a partir do critério de ser um foco de tensão social e luta por questões de terra, tanto no meio rural como urbano, ou um local histórico de luta pela terra.
89. Folha da Tarde, 16.2.82.
90. Folha da Tarde, 18.2.82, p. 8.
91. O Nacional, 24.2.82; Zero Hora, 24.2.82, p. 14; Estado de São Paulo, 25.2.82, e Boletim SEM TERRA, nº 19, 2.4.82, p. 5.
92. Diário da Manhã, 16.2.82.
93. "Declaração face aos conflitos da Terra e atuação Pastoral da Igreja", documento final do Encontro dos Bispos do Brasil, Itaici (SP), 9 a 18 de fevereiro de 1982, nº 6 e nº 10, in: "O Povo se ergue em Defesa da Verdade", op. cit., p. 28-30.
94. Folha da Tarde, 26.2.82.

95. Zero Hora, 12.3.82; Estado de São paulo, 14.3.82; Jornal da Tarde (SP), 13.3.82, e Jornal do Brasil, 13.2.82.
96. CNBB Regional Sul/3. Plano de ação para a Campanha de apoio aos colonos de Nova Ronda Alta, p. 1-3. O valor a ser pago corresponde a aproximadamente 200 mil dólares, tomando por referência o câmbio de junho de 1982 (Estado de São Paulo, 12.6.82).
97. O Globo, 12.3.82.
98. Jornal da tarde (SP), 13.2.82.
99. Jornal do Brasil, 13.2.82.
100. Estado de São Paulo, 13.2.82.
101. CNBB Regional Sul/3. Nova Ronda Alta (ex-Encruzilhada-Natalino): Fatos Recentes. (mimeo.), 25.3.82, p. 2.
102. Boletim SEM TERRA, n<sup>o</sup> 20, 26.4.82, p. 2-3, e O SÃO PAULO, 23 a 29 de abril de 1982. (anexo )
103. Estado de São Paulo, 23.6.82.
104. Boletim SEM TERRA, n<sup>o</sup> 20 26.4.82, p. 3.
105. Boletim SEM TERRA, n<sup>o</sup> 21, 10.5.82, p. 3
106. Boletim SEM TERRA, n<sup>o</sup> 21, 10.5.82, p. 3.
107. O Nacional, 15.5.82, p. 8, Estado de São Paulo, 16,5.82, Estado de São Paulo, 12.6.82.
108. Relatório da CPT/MT, 4.6.82.
109. Sueli Pereira da CASTRO (coord.). Avaliação dos Projetos de Colonização do INCRA no Estado do Mato Grosso, 1987, (mimeo.), p. 30.
110. Boletim SEM TERRA, n<sup>o</sup> 27, setembro de 1982, p. 2-3.
111. Correio do Povo, 31.10.82.
112. Boletim SEM TERRA, n<sup>o</sup> 27, setembro de 1982, p. 3.
113. Sueli Pereira de CASTRO (coord), op. cit., p. 30. O número de famílias que foram transferidas do acampamento do "Quero-Quero" para o projeto Lucas do Rio Verde foi de aproximadamente 170..
114. Idem, p. 31.
115. Boletim SEM TERRA, n<sup>o</sup> 23, 1<sup>a</sup> quinzena de junho de 1982, p. 3.
116. Boletim SEM TERRA, n<sup>o</sup> 26, agosto de 1982, p. 2.
117. Padres, religiosos e Agentes de Pastoral. Carta aos Irmãos de Nova Ronda Alta e aos Lavradores Sem Terra de Todo o Brasil, 31. de agosto de 1982, p. 1-4.
118. Boletim SEM TERRA, n<sup>o</sup> 26, agosto de 1982, 2-3.
119. Zero Hora, 4.7.83, p. 30-31.
120. Boletim SEM TERRA, n<sup>o</sup> 32, setembro de 1983, p. 8.

121. Correio do Povo, 24.4.83.
122. Correio do Povo, 23.9.83.
123. Zero hora, 2.7.83.
124. Boletim SEM TERRA, nº 33, novembro de 1983, p. 8.
125. Entrevista dada pelo 'Major Curio' ao Boletim SEM TERRA, nº 33, novembro de 1983, p. 15.

## CONCLUSÃO

O movimento de agricultores Sem Terra da Encruzilhada Natalino, foi o primeiro acampamento na década de oitenta no Brasil e seu desdobramento histórico, tanto regional como nacional, foi decorrente da organização interna e do respaldo político dado por setores da sociedade civil mobilizados na luta pela redemocratização do País, pela anistia e na defesa dos Direitos Humanos.

A origem do acampamento está intimamente ligada ao conflito ocorrido entre os índios e colonos na reserva indígena de Nonoai em 1978. Na ocasião travou-se um confronto entre dois segmentos subalternos em consequência da política fundiária do Estado, que legalizou a entrada de colonos na reserva. Após a expulsão dos colonos iniciou um novo movimento na luta pela terra, que tomou duas direções: colonização para Mato Grosso e a resistência por terra no Rio Grande do Sul.

O acampamento na Encruzilhada Natalino iniciou no final de 1980, mas não foi resultado de uma prévia deliberação dos Sem Terra, antes sim, fruto do desespero das famílias expulsas de Nonoai ainda não contemplada com um pedaço de terra. No princípio eram algumas famílias expulsas de Nonoai que se instalaram na beira da estrada como forma de chamar atenção das autoridades governamentais sobre a gravidade da situação e a partir de então, outras famílias de agricultores Sem Terra agregaram-se àquelas já instaladas e multiplicaram os barracos.

A orientação política adotado pelo movimento foi a da Comissão Pastoral da Terra e foi decisiva tanto do ponto de vista tático para a conquista da terra quanto no aprofundamento da mística da resistência. Em relação ao primeiro aspecto, a opção foi pela "não violência ativa", tática de resistência através da organização, mas sem uso da violência armada. Em relação à mística, a CPT ajudou na descoberta do símbolo que passaria a repre-

sentar a vida, o sofrimento e a esperança dos acampados. A dimensão religiosa do movimento ajudou na descoberta do símbolo catalizador da vida da vida dos acampados, posto que fundamental na medida em que o religioso não desconsiderou a dimensão política da luta e o confronto com o Estado. Ao contrário dos movimentos messiânicos, a dimensão religiosa deu força para se continuar lutando até a conquista da terra.

A partir da organização interna e da definição do objetivo comum centrado na proposta de conquistar terra no próprio Estado do Rio Grande do Sul, os Sem Terra passaram a pressionar o governo no sentido de buscar alternativas concretas que viessem de acordo com os seus anseios. A reação do Executivo estadual se deu no sentido de não abrir qualquer perspectiva de desapropriar terras no Estado para assentá-los, e, como forma de esvaziar politicamente o movimento, iniciando uma campanha de desmoralização dos acampados, acusando-os de não serem trabalhadores, vadios e preguiçosos, ao passo que oferecendo emprego em outras plagas.

O governo e o INCRA interviram no acampamento, inicialmente pelo consenso, utilizando-se de meios para esvaziar a luta, dividindo o movimento através da proposta de emprego, colonização e a campanha pública de difamação. A legitimidade da luta e o respaldo político de setores da sociedade civil deram condições para a continuidade do movimento. As inúmeras entidades da sociedade civil que enviaram apoio, nas suas várias formas, dão prova de que os acampados tinham forte respaldo para radicalizar a posição de exigir terra no próprio Estado. Além disso, com o retorno de muitas famílias que haviam passado pela experiência da colonização em TERRANOVA (MT) após serem expulsos de Nonoai, acampando ali, muito contribuiu para o aprofundamento da proposta dos Sem Terra de resistir no Rio Grande do Sul.

A primeira tentativa de intervenção do Estado no Movimento não produziu os resultados esperados pelo governo estadual e pelo INCRA. O passo seguinte foi a decretação da área como sendo de Segurança Nacional. A nova forma de intervenção pela coação

foi coordenada por uma equipe especializada em desmobilizar focos de tensão social no campo, ligada ao Serviço Nacional de Informações e ao conselho de Segurança Nacional. A repressão sobre os acampados foi levada a efeito paralelamente à proposta de colonização em quatro projetos do INCRA. O Estado tentou radicalizar a intervenção no acampamento, mas os resultados foram contrários aos objetivos iniciais e a maioria das famílias permaneceu no local após um mês de intervenção, pressão e ameaças.

A luta travada em 1978 entre índios e colonos passou a se travar entre os Sem Terra com o Estado, assumindo, progressivamente, configuração de luta de classe. O Estado assumiu a defesa dos interesses dos latifundiários, na medida em que propunha unicamente a colonização como alternativa, negando a existência de terras no Rio Grande do Sul passível de desapropriação para o assentamento. Os acampados possuíam, no entanto, dados oficiais comprovando o contrário. O discurso da inexistência de terras tinha, por trás, o interesse do Estado em garantir a permanência do latifúndio.

O aprofundamento do confronto entre os acampados com o governo estadual e o INCRA explicitou os interesses de classe de ambos os lados. A radicalização do movimento estava embasada nos dados sobre a estrutura fundiária regional, a existência de extensas áreas passíveis de desapropriação para fins de assentamento das famílias acampadas.

O acampamento desvendou os interesses representados pelo Estado na manutenção do latifúndio e trouxe à discussão a forma como se processou a ocupação do território sulino. O resgate histórico permite concluir que o latifúndio deu origem a uma economia pecuária e a uma estirpe de latifundiários que sempre ocupou a direção política do Estado. A doação de sesmarias de condições para a emergência dessa classe que, mesmo com algumas contradições internas, manteve-se no comando e na direção política do governo estadual.

Ao lado da constituição do latifúndio emergiu um segmento de pequenos proprietários decorrente da colonização feita

através da doação e da venda de pequenos lotes, dando origem à pequena propriedade familiar. Enquanto esta pequena propriedade, gerada nos limites impostos pelo latifúndio tanto do ponto de vista espacial como político, foi sendo, historicamente, ainda mais subdivididas, o latifúndio permaneceu intocado, aprofundando as contradições no nível estrutural. A resistência dos Sem Terra exigia do governo uma mudança nessa forma de apropriação e reprodução da propriedade da terra, daí as repercussões que o movimento ganhou no cenário político.

A intervenção militar-federal no acampamento não teve outro objetivo senão esvaziar o movimento de resistência, deslocando o problema para outras regiões do País, evitando, assim, a desapropriação de terras no estado, pretexto para futuros movimentos do mesmo nível. A resistência da maioria dos acampados, no entanto, impôs a primeira grande derrota aos agentes do Conselho de Segurança Nacional e do Serviço Nacional de Informações, que sem respaldo da sociedade civil para reprimir o movimento pela força das armas, retiraram-se do local, acusando setores da Igreja Católica de serem responsáveis pela origem dos conflitos no campo, não só no acampamento, mas em todo o Brasil.

O Comunicado nº 3 da Coordenadoria do acampamento desconsiderou por completo a força e poder dos próprios acampados. A direção política dada pela CPT ao movimento foi fundamental na medida em que os Sem Terra assumiram a luta como sujeitos do processo, negociando com o governo estadual, o INCRA, coordenando as campanhas de arrecadação e auxílio. Nenhuma entidade, sindicato ou partido assumiu a frente nas negociações, apenas deram respaldo político necessário, mas os verdadeiros agentes do processo foram os acampados.

A experiência do MASTER foi decisiva para esta nova orientação. O atrelamento do movimento na década de sessenta ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) limitou muito o avanço das lutas em certos momentos. Esse dado foi criticamente avaliado pelos Sem Terra e pela própria CPT, dando uma nova orientação ao movimento. Assim, o acampamento ganhou autonomia e força política, seja para pressionar como na tomada de decisões sobre questões fundamentais sempre em assembleia geral.

O governo estadual bem como o federal não avaliaram bem o alcance e o poder de pressão dos acampados e da força simbólica que os envolvia e os animava - em que a cruz foi o melhor exemplo. Em nenhum momento a crítica atingiu a dimensão simbólica do movimento. Toda a vida no acampamento girou, essencialmente, em torno da cruz, símbolo máximo da luta, do sofrimento e da esperança na vitória. A importância desse símbolo pode ser avaliada pela repercussão que ganhou nacionalmente, sempre presente nos acampamentos dos Sem Terra em todo o Brasil. O símbolo transformou-se em força mediadora na sustentação da luta dos acampados na conquista da terra.

O Comunicado nº 3 da Coordenadoria, além de ameaçar religiosos e a liderança dos Sem Terra de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, fez duras críticas ao trabalho da CPT em todo o País. O objetivo era atacar setores da Igreja comprometidos com as lutas pela Reforma Agrária, principalmente, no Rio Grande do Sul e na região ao Sul do Pará, alvos principais do documento, posto que focos de tensão social e resistência de maior expressão nacional no início dos anos oitenta.

Mesmo que a vida interna do acampamento tenha sido destruturada após a intervenção federal, com a saída da Coordenadoria, o movimento reorganizou-se e voltou a pressionar o governo estadual e o INCRA por soluções no próprio Estado. O governo, no entanto, intensificou a repressão policial a ponto de tornar impossível a sobrevivência do movimento à beira da estrada. Os acampados recuaram taticamente, como forma de continuar lutando pelo objetivo de conseguir terra no Estado. O assentamento provisório em Nova Ronda Alta não marcou o fim da luta, nem a derrota dos acampados, pelo contrário, a pressão continuou até a solução definitiva em outubro de 1983.

Grande parte dos acampados, no entanto, não resistiu a pressão e cedeu a proposta de colonização do INCRA, principalmente, em Mato Grosso. Em torno de 170 famílias aceitaram a proposta dos interventores federais e foram deslocadas ao projeto Lucas do Rio Verde. Diante das más condições de vida no projeto quase todas as

famílias havia desistido e um ano e meio depois não restavam, no local, mais que 18 famílias. As demais continuaram migrando para outras regiões no Centro e Norte do País e outros retornaram novamente ao Rio Grande do Sul.

O movimento que nasceu na encruzilhada Natalino foi um marco na luta pela terra na década de oitenta. Nos seus 1.026 dias de existência, conseguiu revelar à sociedade aspectos fundamentais da política fundiária do governo e os interesses de classe por ele defendidos. A discussão sobre a estrutura fundiária e sobre o acampamento chegou aos bares de esquina, às famílias no interior rural, às entidades de classe, aos operários, às Igrejas e aos partidos.

O acampamento da Encruzilhada Natalino é um marco na luta pela terra no Rio Grande do Sul e no Brasil. No ano seguinte ao desfecho do movimento do Natalino os Sem Terra organizaram um novo acampamento em Erval Seco, a pequena distância de Ronda Alta e em 1985 foi criado oficialmente o Movimento dos Sem Terra (MST) no congresso em Curitiba (PR). O grande legado da Encruzilhada Natalino para o MST foi a orientação metodológica da organização interna nos acampamentos e a tática de resistência pela "não violência ativa" e a cruz como símbolo da luta. A partir da organização do MST foram organizados vários acampamentos em todo o Brasil, um deles na Fazenda Anoni, a poucos quilômetros de Encruzilhada Natalino no mês de outubro envolvendo mais de 1.500 famílias. A luta pela terra continua intensa até nossos dias, evidentemente, que com diferenças qualitativas, pois o momento histórico é outro, mas Encruzilhada Natalino é marco na luta pela mudança na estrutura fundiária. Essa idéia foi expressa pelo acampado Campignoto em julho de 1981 quando disse: "E daqui de Ronda Alta, vamos começar a tirar do papel, essa tal de Reforma Agrária". (\*)

(\*) Discurso de Angelin Antônio Campignoto no dia 25 de julho, Dia do Agricultor, in: Laércio D. M. & Maria C.J. Encruzilhada Natalino, p. 108.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADREU, Capistrano de. Capítulos da História Colonial e os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil, Brasília, UnB, 1982.
2. AFONSO, Wilson. Ildo Meneghetti. 3ª ed., Porto Alegre, Tchê/RBS, 1984.
3. ALENCAR, Ana Valdez A. N. de. Segurança Nacional. 2ª ed., Brasília, Senado Federal, 1982.
4. MADO, Janaina. Conflito Social no Brasil: A revolta dos "Muckers". São Paulo, Símbolo, 1978.
5. BASTOS, Lília da Rocha et alli. Manual para a Elaboração de projetos e Relatórios de Pesquisa, Teses e Dissertações. 3ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara, 1982.
6. BECKER, Ítala Irene Basile. O Índio Kaigang no Rio Grande do Sul. São Leopoldo, Instituto Anchietano, 1976.
7. BENINCÁ, Elli. Conflito Religioso e Práxis: a ação política dos acampamentos de Encruzilhada Natalino e Fazenda Anoni e o conflito religioso. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1987.
8. BORIM, Anamaria Aimoré et alli. Movimentos Sociais no campo. Paraná, UFP/Scientia et Labor, 1987.
9. BOXER, C. Ralph. Salvador Correia de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola: 1602-1686. São paulo, Companhia Editora Nacional, 1973.
10. CALDART, Roseli Salete. Sem Terra Com Poesia. Petrópolis Vozes, 1980.
11. CARVALHO, Murilo. Sangue da Terra: a luta armada no campo. 2ª ed., São Paulo, Brasil Debates, 1980.
12. CASSOL, Ernesto (coord.) Histórico de Erechim. Passo Fundo, Berthier, 1979.
13. CASTRO, Sueli Pereira (coord.). Dados preliminares do Projeto de Avaliação dos Projetos de colonização do INCRA no Estado Mato Grosso, (mimeo.), 1987.
14. CERVO, Amado Luiz & bervian, Pedro Alcino. Metodologia Científica. 3ª ed., São Paulo, Mc Graw-Hill, 1983
15. CHINEM, Rivaldo. Sentença: padres e posseiros do Araguaia. 2ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 1983.

16. Conselho Indiginista Missionário/Regional Sul. Toldo Chimbangue: história e luta Kaingang em Santa Catarina. (mimeo), 1984.
17. Comissão Pastoral da Terra. Conquistar a Terra, Reconstruir a vida: 10 anos de Caminhada. Petropolis, Vozes, 1985.
18. COSTA, Rogério Haesbaert da. RS: Latifúndio e Identidade Regional. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.
19. DACANAL, José Hildebrand (org.) RS: Imigração e colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
20. DE BONI, Luiz A. & COSTA, Rovílio. Os Italianos no Rio Grande do Sul. 3ª ed., Porto Alegre, EST/Correio Riograndense/EDUCS, 1984.
21. Documentos Interessantes para a História de São Paulo, vol. XXXVIII.
22. ECKERT, Córdula. Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964. (dissertação de mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984.
23. FAGUNDES, Mário Calvet. Passo Fundo: estudo geográfico do município. Porto Alegre, IGRA - Diretoria de Terra e Colonização, 1962.
24. FERNANDES, Florestan (org) K. Marx, F. Engels: História. 2ª ed., São Paulo, Ática, 1984.
25. FLEISCHER, David, (org.) Da distinção à abertura: a eleição de 1982. Brasília, UnB, 1988.
26. FERREIRA, Eudson de Castro. Posse e Propriedade: a luta pela Terra em Mato Grosso. (dissertação de mestrado) Universidade de Campinas, São Paulo, 1984.
27. FORTES, João Borges. Rio Grande de São Pedro: povoamento e Conquista. Rio de Janeiro, Graficos Bloch, 1940.
28. \_\_\_\_\_ Os Casais Açorianos. Porto Alegre, Martins Livreiro - Editor, 1978.
29. GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Petropolis, Vozes, 1987.
30. GURGEL, José Alfredo Amaral. Segurança e Democracia: uma reflexão política sobre a doutrina da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, Jose Olimpio, 1975.
31. GHELEN, Ivaldo. Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi. (dissertação de mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.

32. Instituto Superior brasileiro-italiano de Estudos e Pesquisa. Imigração Italiana, Estudos. Porto Alegre, EST, Caxias, UCS, 1979.
33. Instituto Histórico e Geográfico brasileiro e Instituto Geográfico e Histórico Militar do Brasil. Anais do Simpósio comemorativo do bicentenário da restauração do Rio Grande: 1776-1976. Rio de Janeiro, IBGE, vol. III, 1979.
34. JUNIOR, Alfredo Ellis. O Bandeirismo paulista e o recuo do meridiano. 3ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.
35. JUNIOR, Caio Prado. História Econômica do Brasil. 34ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1986.
36. KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. RS: Terra e Poder. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.
37. KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 3ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
38. KARNAL, Oscar da Costa. Subsídios para a História do município de Erechim. Porto Alegre, Globo, 1926.
39. LAYTANO, Dante. A estância Gaúcha. Rio de Janeiro, Serviço de Informação agrícola, 1952.
40. \_\_\_\_\_ Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST, 1983.
41. LEOPOLDO, Visconde de São. Anais da Província de São Pedro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946.
42. LIMA, Ruy Cirne. Pequena História territorial do Brasil. 2ª ed., Porto Alegre, Sulina, 1954.
43. MIRAGHELLA, Carlos et alii. A questão Agrária: textos dos anos sessenta. São Paulo, Brasil Debates, 1980.
44. MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a Política no Brasil. Petropolis, Vozes, 1986.
45. \_\_\_\_\_ A militarização da Questão Agrária no Brasil. 2ª ed., Petropolis, Vozes, 1985.
46. \_\_\_\_\_ Caminhada no Chão da Noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo, Hucitec, 1989.
47. MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. Anais do Simpósio comemorativa do Bicentenário da restauração do Rio Grande. Rio de Janeiro, IHGB/IGHMB, vol. IV, 1979.

48. Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. Coletânea: legislação agrária legislação de registros públicos e jurisprudência. Brasília, 1983.
49. NETO, Antônio Ducatti. O grande Erechim e sua História. Porto Alegre, EST, 1981.
50. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia das lutas no campo. São Paulo, Contexto, 1988.
51. OLIVEIRA, Francisco Antônio Xavier e. Terra dos Pinhaes. Passo Fundo, 1927.
52. \_\_\_\_\_. Passo Fundo Histórico e Geográfico. Passo Fundo, Livraria Nacional, 1935.
53. \_\_\_\_\_. Relatório da Propaganda Agrícola. Passo Fundo, Livraria A. Minerva, 1917.
54. \_\_\_\_\_. O município de Passo Fundo na Exposição Nacional de 1908. Porto Alegre, Typografia Vapor de Carlos Echenique, 1908.
55. \_\_\_\_\_. O elemento estrangeiro no município de Passo Fundo. Porto Alegre, Oficina Grafica da Imprensa oficial, 1957.
56. \_\_\_\_\_. Passo Fundo na Viação Nacional. Porto Alegre, Oficinas Graficas da Imprensa Oficial, 1957.
57. \_\_\_\_\_. Rememorações de nosso passado. Porto Alegre, Oficinas Graficas da Imprensa Oficial, 1957.
58. \_\_\_\_\_. Annaes do município de Passo Fundo. Porto Alegre, Globo, vol. I, 1908.
59. \_\_\_\_\_. Seara Velha. Passo Fundo, Tipografia Independência, 1931.
60. PAIVA, Vanilde (org.). A Igreja e a questão Agrária. São Paulo, Loyola, 1985.
61. PJR/RS & MST/RS. Reforma Agrária com os pés no chão. Passo Fundo, Berthier, 1986.
62. PONT, Raul. Campos Realengos: formação da fronteira Sudoeste do Rio Grande do Sul. 2ª ed., Porto Alegre, Renascença, vol. II, 1983.
63. PORTELA, Fernando. Guerra de guerrilha no Brasil. 8ª ed., São Paulo, Global, 1986.
64. PORTELLI, Hughes. Gramsci e o Bloco Histórico. 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

65. PORTO, Aurélio. História das Missões Orientais do Uruguai. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, vol. I, 1943.
66. PORTO, Costa. O Sistema Sesmarial no Brasil. Brasília, UnB, s/d.
67. PRETTO, Adão. Queremos Reforma Agrária. Petrópolis, Vozes, 1986.
68. Álbum Comemorativo do aniversário de Passo Fundo. Passo Fundo 117 anos. Passo Fundo, 1974.
69. ROCHE, Jean. A Colonização alemã no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, vol. I, 1969.
70. ROMANO, Roberto. Brasil: Igreja contra Estado. São Paulo, Kairos Livraria, 1979.
71. SALEN, Helena (coord.). A Igreja dos Oprimidos. 2ª ed., São Paulo, Brasil Debates, 1984.
72. SANTOS, Corcino Medeiros dos. Rio Grande do Sul e Sociedade no século XVIII. São Paulo, Brasiliana,
73. SANTOS, José vicente (org.). Revoluções camponesas na América Latina. São Paulo, Icone, 1985.
74. SCHWANTES, Norberto. Uma Cruz em Terra Nova. São Paulo, Scripta, 1989.
75. SILVA, Golberi do Couto e. Aspectos geopolíticos. Biblioteca do Exército, 1957.
76. SILVA, Riograndino da Costa e. Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1968.
77. TAUNAY, Affonso de E. Índios! Ouro! Pedras!. São Paulo, Melhoramentos, 1926.
78. História das Bandeiras Paulistas. 3ª ed., São Paulo, Melhoramentos; Brasília. INL, tomo I, 1975.
79. THOMPSON, E. P. A Miséria da Teoria. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.
80. REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. vol. II trimestre, ano X, Porto Alegre, 1930.
81. REVISTA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, ano I, nº 2, abril 1940.
82. REVISTA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, ano IV, nº 2, junho 1943.
83. VELLINHO, Moysés. Capitania D'El Rei: aspectos polêmicos da formação do Rio Grande. 2ª ed., Porto Alegre, Globo, 1970.

84. VARGAS, Alvaro Rocha. Do Caapi ao Carazinho: notas sobre 300 anos de história - 1631-1931. Carazinho, Grafica Sanini, 1980.
85. WAGNER, Carlos et alli. A guerra dos Bugres. Porto Alegre, Tche, 1986.
86. \_\_\_\_\_ A Saga do João Sem Terra. Petrópolis, Vozes, 1989.

## FONTES PRIMÁRIAS

1. Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Sobre a Fazenda Sarandi, processo nº 3.500, vol. I, II, III e IV, Assembleia Legislativa (RS), 1979-1981.
2. MELIGA, Laerte Dorneles & JANSON, Maria do Carmo. Encruzilhada Natalino (depoimentos). Porto Alegre, Vozes/EST, 1982.
3. Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes (Ronda Alta). O Povo se Ergue em Defesa da Verdade. (mimeo.), 1982.
4. Estatuto da Terra, lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.
5. Sobre a Fazenda Sarandi:
  - 5.1. CEMAPA/UTPNA. Fazenda Sarandi. Porto Alegre, 1979.
  - 5.2. CEMAPA. Os Irmãos Dalmolin e a granja Brilhante, Passo Fundo, 1976.
  - 5.3. CEMAPA/UTPNA. Situação da Fazenda Sarandi: notas diversas. Porto Alegre, 1974.
6. Sobre a reserva indígena de Nonoai:
  - 6.1. Fundação Nacional do Índio, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Relação dos ocupantes de terras Indígenas. Nonoai, 1976.
  - 6.2. Ministério do Interior/Fundação Nacional do Índio/DGPI. Relatório da viagem de inspeção à 4ª D.R., 1971.
  - 6.3. Conselho Indigenista Missionário. Nonoai: um cemitério de gente viva, s/d.
  - 6.4. Ofícios nº 22/69, 30/69, 13/69, 15/69 do Posto Indígena de Nonoai à 4ª Delegacia Regional (D.R.), Curitiba.
  - 6.5. Ministério do Interior/FUNAI/DGPI. Relatório Inspeção à 4ª D.R., 1972.
7. Sobre o conflito entre índios e colonos em 1978:
  - 7.1. Jornal Zero Hora, Porto Alegre.
  - 7.2. Jornal O Nacional, Passo Fundo.
  - 7.3. Jornal Diário da Manhã, Passo Fundo.
  - 7.4. Depoimentos de índios, in: WAGNER, Carlos et alli. A Guerra dos Bugres. Porto Alegre, Tchê, 1986.
8. Sobre o acampamento na Encruzilhada Natalino:
  - 8.1. Boletim SEM TERRA do nº 2 até o nº 33.

- 8.2. Jornal Zero Hora, Porto Alegre.
- 8.3. Jornal correio do Povo, Porto Alegre.
- 8.4. Jornal Folha da Tarde, Porto alegre.
- 8.5. Jornal Diário da Manhã, Passo Fundo.
- 8.6. Jornal O Nacional, Passo Fundo.
- 8.7. Jornal Folha de São Paulo.
- 8.8. Jornal Estado de São Paulo.
- 8.9. Jornal da Tarde, São Paulo.
- 8.10. Jornal O Globo, Rio de Janeiro.
- 8.11. Jornaldo Brasil, Rio de Janeiro.
- 8.12. Jornal O Movimento, são Paulo.
- 8.13. Jornal Corrcio Braziliense, Brasília.
- 8.14. Jornal O SÃO PAULO.
- 8.15. Revista ISTO É
- 8.16. Revista MANCHETE
- 8.17. Comunicados, 1, 2 e 3, da Coordenadoria do Acampamento.
- 8.18. Cartas (quatro) dos Acampados na Encruzilhada Natalino.

ARGENTINA

7ª

Est. 1910  
V. São Paulo  
V. Curitiba

SANTA

CATARINA

3ª

9ª

8ª

11ª

10ª

2ª

4ª

5ª

6ª

1ª

Uruguiana

1901  
Algrete

1884  
Santa Maria

1891  
Cruz Alta

1899  
Carazinho

1900  
Passo Fundo

1874  
Canoas

1874  
Porto Alegre

Rio Grande

URUGUAI

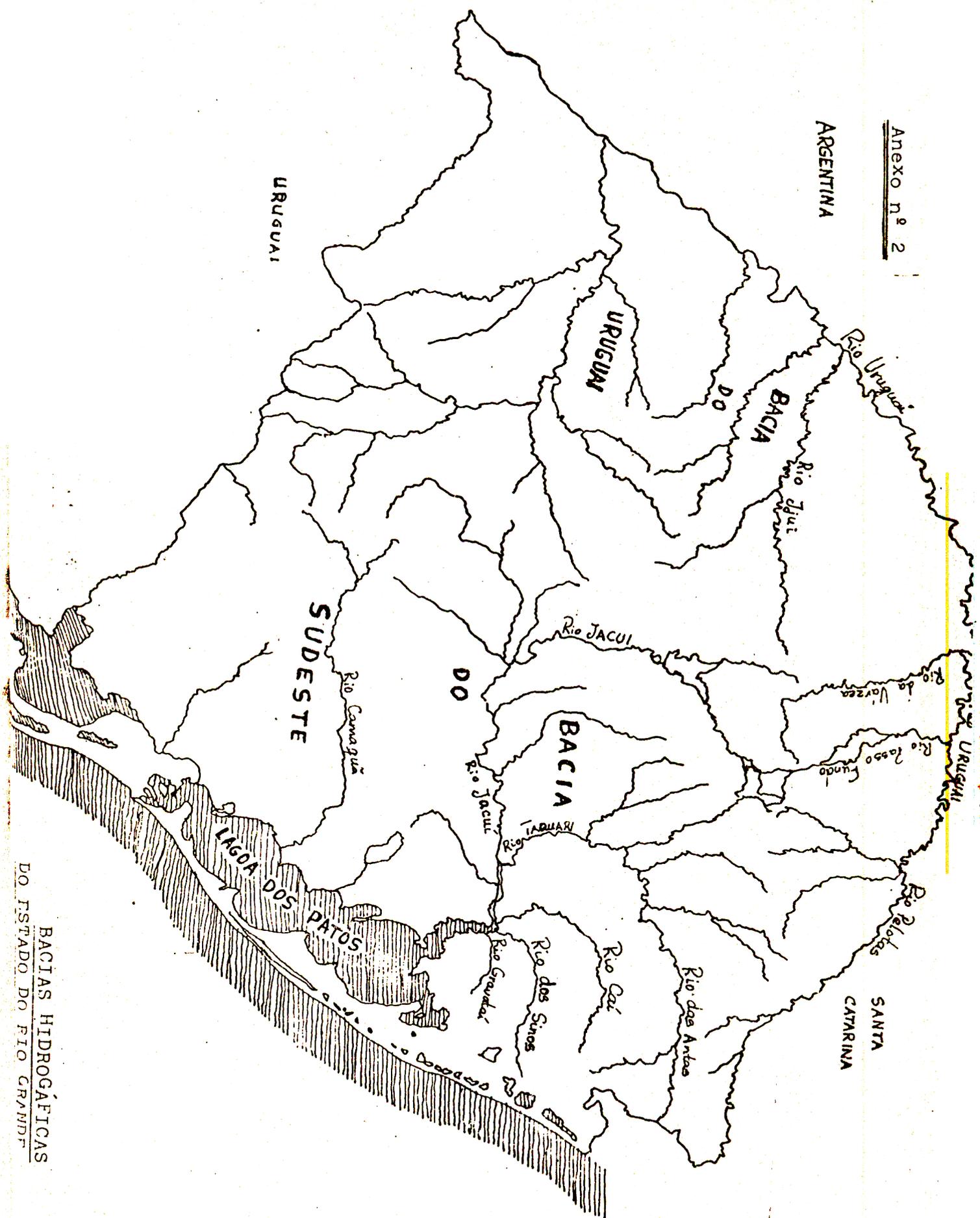


**DIVISÃO REGIONAL DO ESTADO**

-.-.-.- = principais linhas ferroviárias

- 1. Litoral
- 2. Depressão Central
- 3. Missões
- 4. Campanha
- 5. Serra Sudeste
- 6. Encosta Sudeste
- 7. Alto Uruguai
- 8. Campos Cima Serra

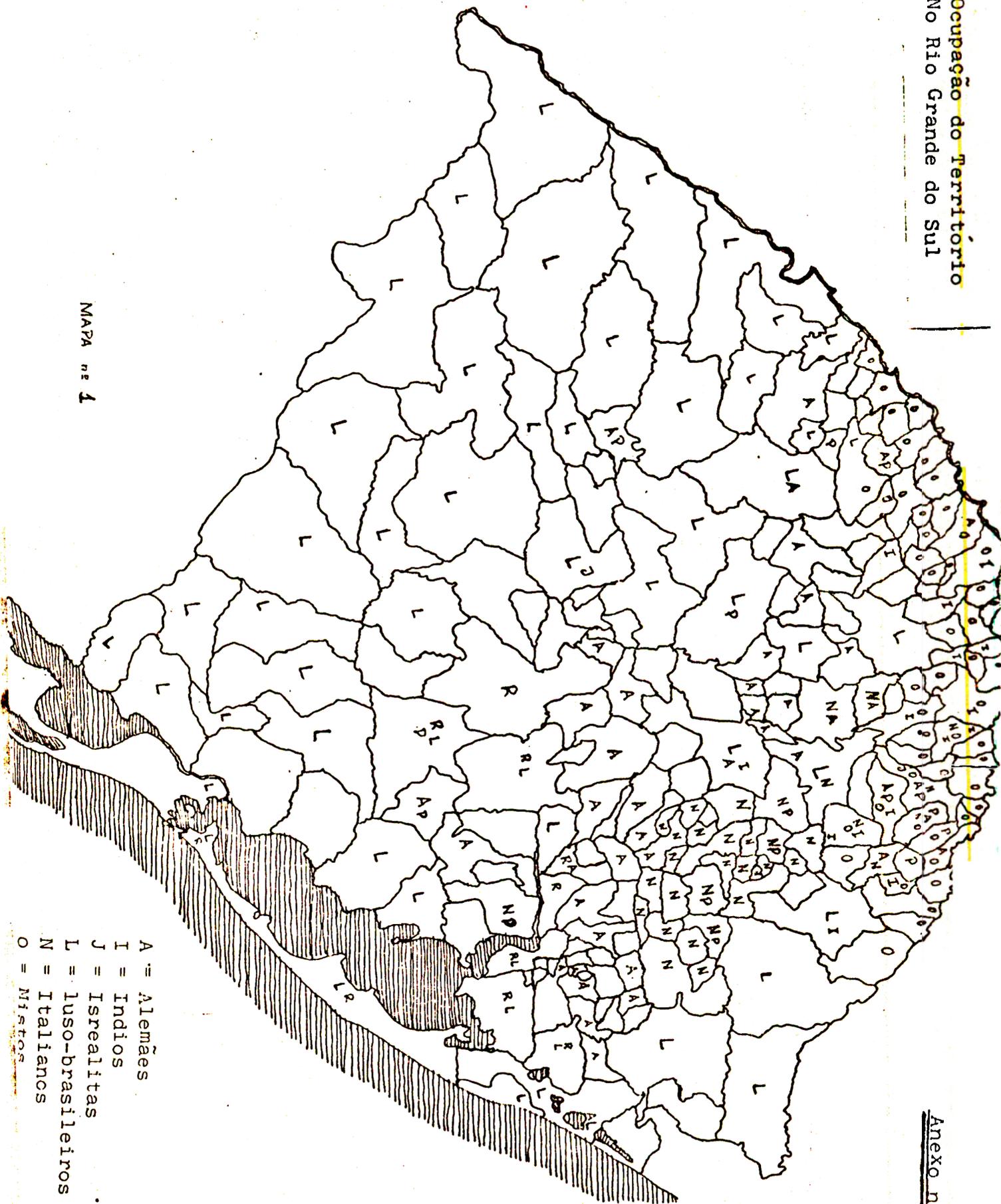
Anexo nº 2



BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE

Ocupação do Território  
No Rio Grande do Sul

Anexo nº 3



MAPA nº 1

- A = Alemães
- I = Índios
- J = Isrealitas
- L = luso-brasileiros
- N = Italianos
- O = Mistos



- Parágrafo 8.º - A área arrendada, se delimitada, poderá ser desde logo ocupada pelo arrendatário, que dela se utilizará exclusivamente para AGRICULTURA sendo-lhe vedado usar o imóvel para fim diverso do ora ajustado.
- Parágrafo 9.º - Ao arrendatário é defeso ceder a locação, sub-locar ou emprestar, total ou parcialmente, o imóvel arrendado bem assim dar moradia a parentes e estranhos.
- Parágrafo 10.º - Depende de prévia autorização escrita do Encarregado do Pósto Indígena o ingresso e o trabalho, na área arrendada, de empregados e prepostos do arrendatário.
- Parágrafo 11.º - O arrendatário obriga-se a manter e, findo ou rescindido o contrato, a devolver o imóvel nas condições em que o recebeu, permitindo livre acesso, em qualquer época, à área arrendada e às respectivas acessões e benfeitorias aos funcionários da Fundação Nacional do Índio, encarregados da fiscalização.
- Parágrafo 12.º - Findo ou rescindido o arrendamento, poderá o arrendatário levantar as benfeitorias necessárias e úteis e, quando autorizados por escrito pelo arrendador, as voluptuárias, sem qualquer direito ou ressarcimento nem a retenção do imóvel em virtude delas.
- Parágrafo 13.º - É de responsabilidade exclusiva do arrendatário o pagamento dos tributos e encargos atuais e futuros, incidentes sobre a área arrendada, o respectivo contrato de arrendamento ou a produção nela obtida.
- Parágrafo 14.º - Fica o arrendatário obrigado ao fornecimento e, se exigida, à comprovação de dados estatísticos a respeito da natureza, quantidade, valor, etc., de sua produção agrícola ou pecuária.
- Parágrafo 15.º - O arrendatário, sua família e respectivos empregados e prepostos manterão relações amistosas com os silvícolas e lhes respeitarão as pessoas, bens, costumes e tradições, evitando a instauração de ambiente de animosidade ou hostilidade, sendo, outrossim, expressamente proibido àqueles:
- a - realizar compra e venda ou outras operações com os indígenas, sem a prévia autorização e a presença do Chefe do Pósto Indígena;
  - b - fornecer ou entregar, a qualquer título, aos índios, bebidas alcoólicas, entorpecentes, estimulantes ou armas de qualquer espécie.
- Parágrafo 16.º - Obriga-se o arrendatário, por si e por seus familiares, prepostos e empregados, a:
- I - respeitar, executar e fazer cumprir as determinações emanadas da Fundação Nacional do Índio a legislação que rege este órgão e os preceitos dos Códigos Florestal, de Águas, de Pesca, de Caça e de mineração, e subsequente legislação, sujeitando-se à correspondente fiscalização, inclusive a:
    - a - zelar pela proteção da flora e da fauna, em especial pela adequada conservação e propagação da vegetação florestal; pela preservação permanente das florestas e demais formas de vegetação natural situadas, inclusive, na faixa marginal dos cursos d'água, ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, nas nascentes e "olhos d'água", no topo e encostas de morros, montes, montanhas, serras e nas restingas, bem assim das florestas e demais formas de vegetação natural destinadas a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas, a atenuar a erosão das terras e a fixar as dunas;
    - b - abster-se do corte e derrubada de árvores, da extração de toros, lenha e demais produtos florestais e da fabricação de carvão ou outra forma de exploração dos recursos naturais; do uso de fogo ou do emprêgo, como combustível, de produtos florestais, sem as precauções adequadas que impeçam a difusão de fagulhas suscetíveis de provocar incêndio na floresta e demais formas de vegetação; da extração, na floresta, de pedra, areia, cal ou outra espécie de minerais, e da soltura de animais que possam prejudicar árvores, plantas ou outras formas de vegetação;
    - c - permitir o uso gratuito de qualquer nascente ou corrente d'água, para as primeiras necessidades da vida, aos vizinhos que não puderem, sem grande incômodo ou dificuldade, haver água de outra parte;
    - d - abster-se de corromper ou poluir água potável, tornando imprópria para o consumo ou nociva à saúde; de conspurcar ou contaminar as águas que não consumir, em prejuízo de terceiros; de praticar atos que embarcem ou prejudiquem o regime e o livre curso das águas e a navegação ou flutuação; e de, sem prévia autorização escrita da Fundação Nacional do Índio, desviar, derivar ou canalizar nascentes ou correntes d'água para as aplicações da agricultura, da indústria ou da higiene, ou construir reservatório, açude, cisternas, etc., para aproveitamento das águas, proibida a utilização de quedas d'água;
    - e - zelar pela defesa e conservação da fauna e flora aquáticas; observar os preceitos legais; as instruções e decisões das autoridades competentes, as restrições gerais e as proibições a respeito da pesca; e abster-se do aproveitamento industrial de peixes, crustáceos, anfíbios comestíveis ou de adorno e demais espécies animais;
  - sujeitar-se às limitações e às proibições relativas à caça, abstendo-se da perseguição, caça, captura, destruição e utilização de animais silvestres de qualquer espécie, dos esconderijos naturais, ninhos, abrigos e criadouros e dos ovos, larvas e filhotes, salvo se se tratar, a juízo das autoridades competentes, de animais nocivos à propriedade, à agricultura ou à saúde pública;



*[Handwritten signature]*

- g - abster-se do exercício de atividades de garimpage, fiseação ou cata, de pesquisa, lavra, distribuição ou consumo de substâncias minerais ou fósseis existentes na superfície ou no interior das terras e nas águas do patrimônio indígena;
- II - especialmente, a observar as práticas de conservação do solo recomendadas pelos órgãos competentes; as recomendações da Fundação Nacional do Índio ou outro órgão competente quanto à criação de animais e à escolha da respectiva espécie; os métodos de prevenção ou erradicação de pragas e doenças que afetem a vegetação florestal, as plantações ou os animais, com imediata comunicação das mesmas ao Encarregado do Posto Indígena; e a legislação tributária e trabalhista, suportando os respectivos ônus.

Cláusula 17.<sup>a</sup> - Depende de prévia autorização escrita do Chefe do Posto Indígena o represamento ou outra modalidade de aproveitamento de águas, bem assim a extração de lenha e a derrubada e queima de capoeiras para fins de plantação ou criação, devendo, ainda, o arrendatário comunicar com a antecedência de 15 dias a queimada de capoeira, campo ou resto de plantação ao Chefe do Posto Indígena, que poderá proibi-la ou limitar-lhe a área.

Cláusula 18.<sup>a</sup> - Reserva-se o arrendador o direito de, diretamente ou por terceiros devidamente autorizados, extrair toros, palanques, madeira, etc., da área arrendada ou dela aproveitar as jazidas de substâncias minerais de emprêgo imediato na construção civil.

Cláusula 19.<sup>a</sup> - O inadimplemento de qualquer das obrigações contratuais ou legais importará na rescisão de pleno direito do presente contrato, sujeitando a parte culpada ao pagamento da multa de NCr\$ 210,00 (DUZENTOS E DEZ QUATROS) ~~Excessivos novos~~ das custas processuais e dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da causa.

Cláusula 20.<sup>a</sup> - Os direitos e obrigações do presente contrato, em caso de falecimento do arrendatário, transmitir-se-ão os respectivos cônjuge e herdeiros.

Cláusula 21.<sup>a</sup> - As partes contratantes elegem o fóro da comarca da Capital do Estado do Paraná para qualquer demanda judicial oriunda do presente contrato.

E, por estarem assim ajustadas, ambas as partes contratantes assinam o presente instrumento em 4 vias de igual teor e valor, com as testemunhas abaixo a tudo presentes.

Posto Indígena, NCHOAI, em 31 de JULHO de 1979

\_\_\_\_\_  
Chefe da 4.<sup>a</sup> Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio

**FRANCISCO NEVES BRASILEIRO**

*Luz Vitali ZAT*

Arrendatário

Testemunhas:

**LUIZ VITALI ZAT**

*[Handwritten signatures of witnesses]*





## Tremelique geral

Pois é, tremelique geral. Comboio policial militar à espera, na ponte do Guaíles. Porteiros do Palácio Prático de sobre-aviso para uma tentativa de invasão da horta. Bispo Auxiliár encarregado de política agrícola da Igreja, alegando que não podia falar. Cardinal ausente. Delegado substituído do Inera desculpando-se por não ter recebido instruções a respeito. Bate-boca de tenente e deputado por causa do proibido de passar na rua Buque. Brasília pedindo informações a todo momento. Reforço na despesa do quartel prevenido de que receberia dezenas de fardintos. Por quê? Por uma centena e pouco de agricultores que vieram à Porto Alegre reclamar terra, desarmados, com os mulheres à tiracolo e os filhos nos braços.

A Grande Tremelica não aconteceu. Os bárbaros, jogados para lá e para cá, voltaram para Encruzilhada. Natalino sem quebrar uma vidruga. Seus exércitos podem refestelar-se novamente nas poltronas estofadas. O grande perigo passou. Uma mancha que outrora em algum felpudo tapete sob o estribo maior da passadeira dos banhos de Ronda Alta pelos gabinotos da Praça da Matriz, Porto Alegre podia voltar a respirar tranquilamente, que eles decidiram voltar-se novamente em suas barbaças à beira da estrada. Refeitos, os indolentes convulso da Sagrada Ordem da Higiene Social podem voltar a seus lugares, adidos aconchegantes de Jofens sem risco de pisar no cocô de algum bebê subnutrido.

Não insulte somente irritantes esses colenos psed-shineto. Não obedecerá exatamente um líder que pode ser desmoralizado por uma ignorância ou compromisso por sua esportezia. Há cinco meses dormem no chão, bebem água contaminada, e comem quando podem, e não desistem. Ninguém lhes prometeu o que querem e temosamente, repõem que querem terra. A cada vez que ouvem no rádio que não há terra para eles no Rio Grande do Sul, se sentem mais esparançosos. Toda vez que amencem vir a Porto Alegre, o Governo entra em pânico, os políticos agarram suas assas do ar e gritados ilustres recorrem a teologia da resignação, ora afirmando da deus ex machina. Eles vão e voltam de novo abundando, mas morando pé pela terra.

Encruzilhada Natalino é uma das coisas mais im-

## PRODUÇÃO NA GRANJA MACALI

Área total de 1.630 ha

Antes de 1979 viviam na área a família do capataz e mais 4 famílias e os "arrendatários" viviam em Carazinho (RS).

Até 1979 a produção era de: - 10.000 sacas de soja anual

5.000 sacas de milho anual

200 cabeças de gado

Depois do assentamento em 1979: - um total de 105 famílias

18.000 sacas de soja anual

18.000 sacas de milho "

1.500 sacas de arroz "

1.000 sacas de feijão "

300 sacas de batatinha

100 toneladas de batata-doce

300 toneladas de mandioca

200 cabeças de gado e mais

criação de aves, porco e produção de hortas etc.

NORTE



RONDA ALTA

BARRAGEM

CAMPINAS DO SUL

Anexo nº 8

CONSTANTINA

LESTE

ESTE

cidade Ronda Alta

RONDINHA

14

8 10

6

2

4

9

7

5

11

12

3

13

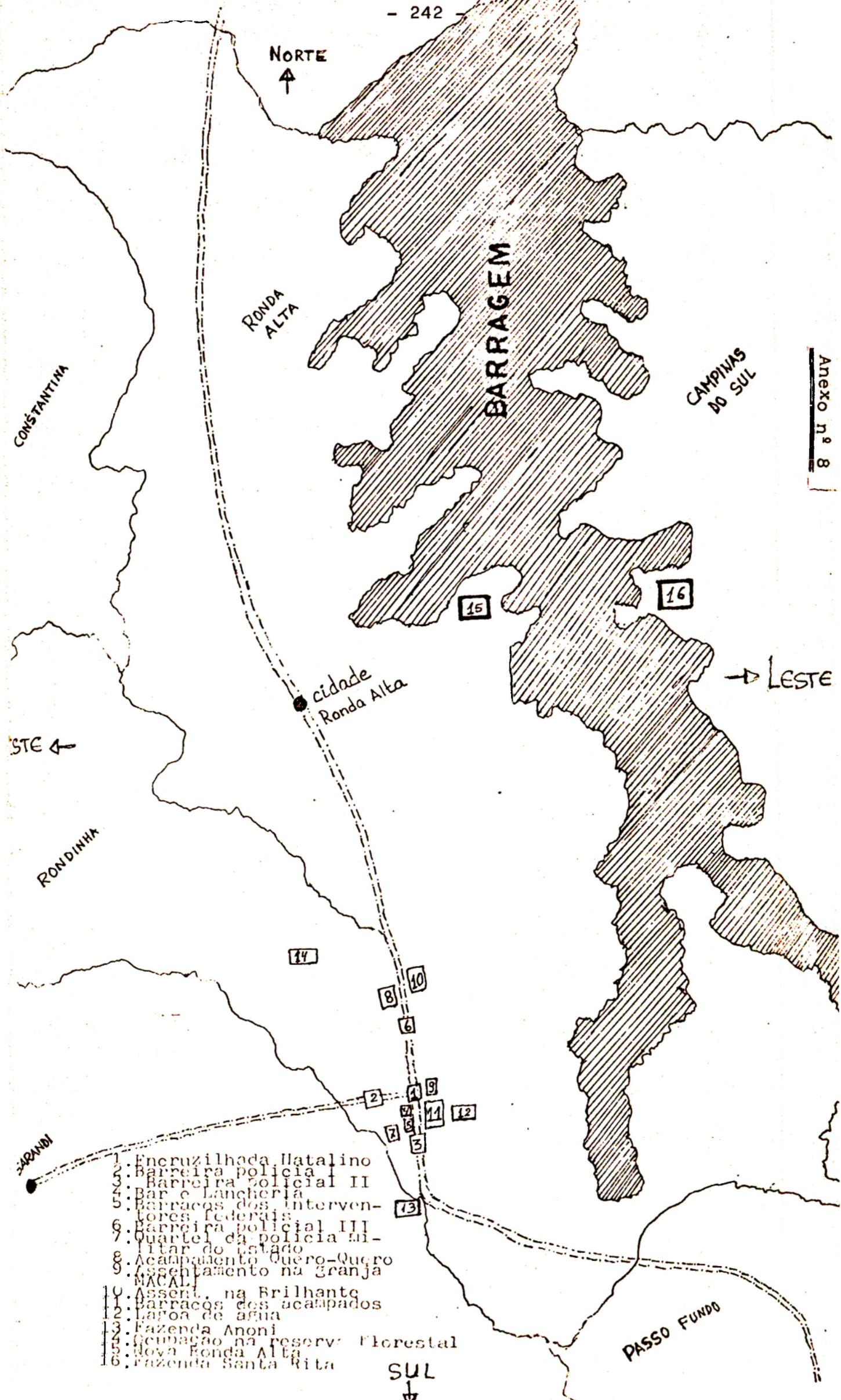
ARANDI

- 1. Encruzilhada Natalino
- 2. Barreira policial I
- 3. Barreira policial II
- 4. Bar e Lancheria
- 5. Barracos dos interven-  
tores federais
- 6. Barreira policial III
- 7. Quartel da policia mi-  
litar do Estado
- 8. Acampamento Quero-Quero
- 9. Assentamento na Granja  
MACALI
- 10. Assent. na Brilhante
- 11. Barracos dos acampados
- 12. Lagoa de agua
- 13. Fazenda Anoni
- 14. Cebação na reserv. Florestal
- 15. Nova Ronda Alta
- 16. Fazenda Santa Rita

SUL



PASSO FUNDO



A N E X O n° 9

ATIVIDADE DESENVOLVIDA ANTES DE ACAMPAR

ATIVIDADE	No familias
1. diaristas	11
2. trabalhava com o pai	63
3. trabalhava com a mae	9
4. trabalhava com o tio	2
5. agregado	66
6. trabalho em sociedade	5
7. arrendatarios	118
8. peoes	73
9. trabalhava com irmao	5
10. trabalhava com o sogro	11
11. trabalhava com a sogra	1
12. "TRABALH."	49
13. parceria	21
14. contrato particular	1
15. trabalhava com cunhado	2
16. trabalhava na cidade	8
17. proprietario	1
18. firma individual	1
19. retornados	8
20. outros	14

FONTE: cadastramento feito pelo INCRA em 1.5.81

\*\*\*\*\*

Anexo n° 10

PROCEDENCIA DOS ACAMPADOS

MUNICIPIO	No familias
1. Sarandi	19
2. Fazenda Sarandi *	29
3. Rondinha	12
4. Ronda Alta	172
5. Constantina	68
6. Palmeira das Missoes	4
7. Nonoai	96
8. Sagrisa *	5
9. Tres Palmeiras *	1
10. Planalto	22
11. Rodeio Bonito	1
12. Liberato Salzano	18
13. Erechim	1
14. Passo Fundo	6
15. Projeto Canarana MT	4
16. Outros projeto do MT	4
17. Sao Valentin	1
18. Fazenda Brilhante *	2
19. Alto Recreio *	1
20. Pontao **	1
21. Mato Castelhana **	1
22. Sem especificacao	2

obs: \* SAO TODAS LOCALIDADES DE MUNICIPIO DE RONDA ALTA  
\*\* SAO LOCALIDADE DO MUNICIPIO DE PASSO FUNDO

FONTE: cadastramento feito pelo INCRA em 1.5.81

Anexo nº 11

HINO DOS ACAPADOS

Vamos lutar irmãos, vamos lutar  
Vamos lutar para defender nosso chão  
Vamos lutar irmãos, vamos lutar  
Pra conquistar a terra do tubarão

Pois esta luta não está sendo fácil  
Vamos lutar com muita confiança  
So não podemos e deixar morrer  
Nossa alegria e nossa esperança.

Pois eles fazem de nós o que querem  
Ainda fazem o pobre de palhaço  
Mas se não fosse estes pobres colonos  
Tenho certeza que o progresso era um fracasso

Vamos em frente lutando com amor  
Nosso suor jamais será perdido  
Esta escrito em nossa bandeira:  
Que "povo unido jamais será vencido".

Tenho certeza que nos vamos vencer  
Jamais perder porque a história não falha  
Estamos juntos com Deus nosso Senhor  
Nao tombaremos no começo da batalha.

Anexo nº 12

HINO DA CLASSE ROCEIRA E A CLASSE OPERÁRIA

A classe roceira e a classe operária  
Ansiosa esperam a reforma agrária  
Sabendo que ela dará solução  
Para a situação que esta precária  
Saindo o projeto do chão brasileiro  
De cada roceiro plantar sua área  
Sei que na miséria ninguém viveria  
E a produção já aumentaria  
Quinhentos por cento até na pecuária.

Nosso lavrador que vive do chão  
So tem a metade de sua produção  
Porque a semente que ele semeia  
Tem que ser a meia com o seu patrão.  
O nosso roceiro vive num dilema  
E o seu problema nao tem solução  
Porque o ricaço que vive folgado  
Acha que o projeto se for assinado  
Estará ferindo a Constituição.

Esta grande crise que há tempo surgiu  
Maltrata o caboclo ferindo em seu brio.  
Dentro de um país rico e altaneiro  
Morrem brasileiros de fome e de frio  
Em nossas manchetes de ricos imóveis  
Milhões de automóveis já se produziu  
Enquanto o coitado do pobre operário  
Vive apertado ganhando o salário  
Que sobe depois que tudo subiu.

A grande esperança que o povo conduz  
E pedir a Jesus pela oração  
Pra guiar o pobre por onde ele trilha  
E a cada família nao faltar o pão  
E que Ele não deixe o capitalismo  
Levar ao abismo a nossa nação.  
A desigualdade que existe e tamanha  
Que enquanto o ricaço não sabe o que ganha  
O pobre do pobre vive de tostão.

ENTIDADES E PESSOAS QUE ENVIARAM CARTAS E APOIO AOS  
ACAMPADOS NO MES DE JUNHO DE 1981

1. Representantes dos movimentos populares reunidos em Vitoria/ES
2. Sindicato dos Assistentes Sociais/MG
3. Sindicato dos Engenheiros/RJ
4. Sindicato dos trabalhadores nas industrias de destilacao e re-  
finacao de Petroleo de Campinas e Paulinea/SP
5. Sindicato dos bancarios/SP
6. Sindicato dos Metalurgicos de Betim/SP
7. Pastoral Operaria de Vitoria/ES
8. Sindicato dos metalurgicos de Novo Hamburgo/RS
9. Sindicato dos trabalhadores na Construcao civil/PR
10. Sindicato dos trabalhadores na industria e construcao civil/ES
11. Sindicato dos trabalhadores rurais de Colatina/ES
12. Comissao dos movimentos populares da grande Vitoria/ES
13. Comissao Pastoral da Terra - Regional Centro Sul de Goias
14. Comissao Nacional da Pastoral Operaria
15. Metalurgicos do Parana
16. Associacao dos Docentes da Universidade Federal/GO
17. Sindicato dos jornalistas/ES
18. Movimentos de Bairros da Lomba do Pinheiro, Viamao/RS
19. Associacao de professores da universidade Catolica de Goias
20. Conferencia dos professores do Brasil - regional Sudeste
21. Sindicato dos Bancarios de Porto Alegre/RS
22. Sindicato dos metalurgicos de Sao Bernardo e Diadema/SP
23. Comissao Pastoral da Terra
24. Sindicato dos medicos/ES
25. Uniao dos trabalhadores do Ensino/MG
26. Conselho Indigenista Missionario - CIMI
27. Grupo de trabalho da pastoral de juventude - Recife
28. Sindicato dos trabalhadores rurais/ES
29. Equipe central do movimento PROMORAR de Vitoria/ES
30. Sindicato dos trabalhadores na industria Urbana/AL
31. Comissao de movimentos populares/ES
32. Comissoes Ecclesiais de Base de Vitoria/ES
33. Oposicao sindical de Sao Leopoldo/RS
34. Comissao de Pastoral Operaria/SC
35. Fundacao das Associacoes de Moradores da Serra/ES
36. Associacao de Empregadas domesticas/RJ
37. Pastoral Operaria Nossa Senhora das Gracas
38. Movimento Popular de Anapolis/GO
39. Comunidade de Base de Anapolis/GO
40. Associacao de moradores Bairro do Sossego - Serra -/ES
41. Associacao de moradores e amigos da vila Na.Sa. Luz-Curitiba/PR
42. Movimento pro-saneamento de Vitoria/ES
43. Comissao Pastoral da Terra de Jabotira/SP
44. Acao Catolica Operaria - Volta Redonda - /RJ
45. Federacao das Associacoes para a assistencia Social e Educacio-  
nal - FASE - Santarem - Para
46. Uniao dos professores de Espirito Santo - UPES - /ES
47. Um caminhao de alimentos de Campo Ere/SC
48. Um caminhao de alimentos de Chapeco/SC
49. Um caminhao de alimentos e roupas do Sindicato dos trabalhadores  
Rurais de Bento Goncalves/RS
50. Um caminhao de roupas, alimentos e calcados da Diocese de Pas-  
so Fundo/RS
51. Um caminhao de alimentos do municipio de Tapejara/RS
52. Dois caminhoes com alimentos, agasalhos da grande Porto Alegre/RS
53. Alimentos e dinheiro recolhidos pela Igreja Metodista/RS
54. Visita do bispo, Jorge Markussee, presidente da CPT/Reg. Norte I
55. Representante da CPT de Minas Gerais
56. Representante das varias regionais da CPR/RS
57. Um caminhao de alimentos de Tres Passo/RS

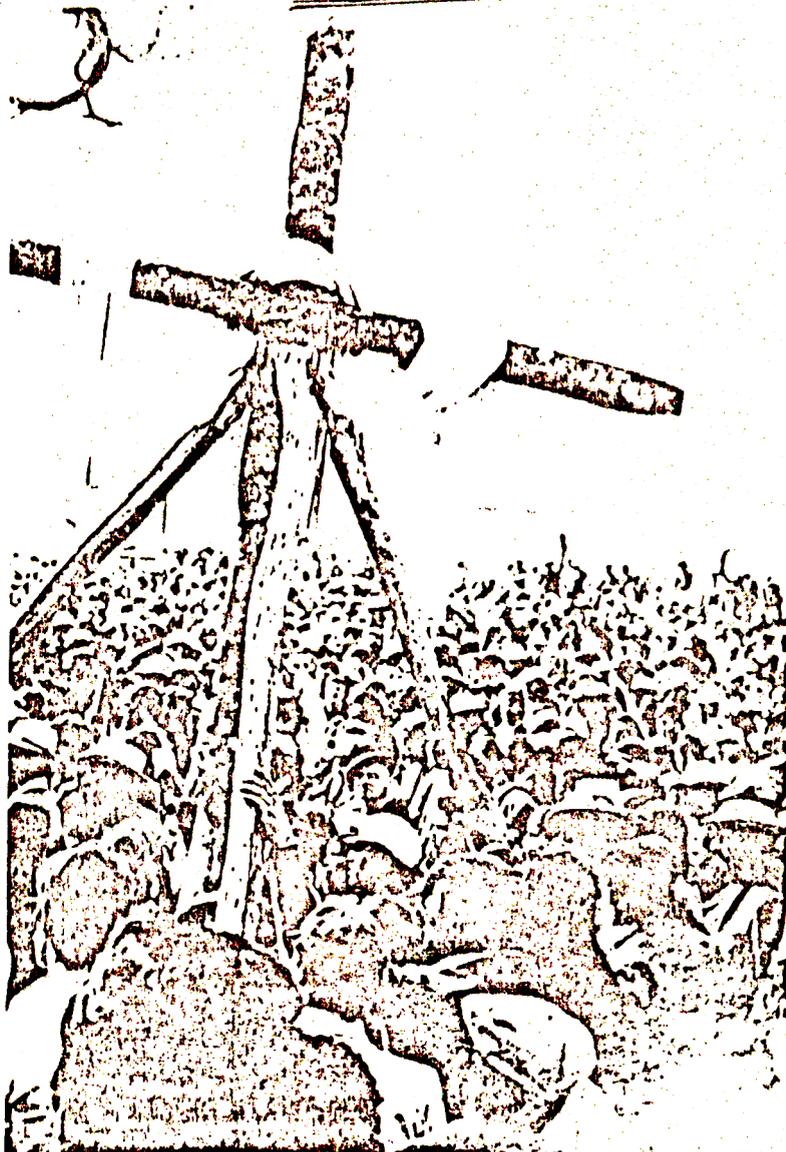
Anexo nº 13.1

58. Visita e doacao de alunos e professores do Colegio Anchieta de Porto Alegre/RS
59. Visita de D. Pedro Casaldaliga - Sao Felix do Araguaia
60. Frente Nacional do Trabalho
61. Sindicato dos trabalhadores rurais de IACU/BA
62. Centro de Estatistica Religiosa e Instituicoes Socias (CERES)
63. Associacao dos pequenos agricultores do Estado da Bahia (APAEB)
64. Comissao Pastoral da Terra de Andradina/SP
65. Comissao Nacional de Pastoral Operaria - Volta Redonda - /RJ
66. A comunidade Balnearia de Angra dos Reis/RJ
67. Religiosos e legios de 11 municipios reunidos em Santa Maria/RS
68. Moradores do Bairro Florestinha, Erechim/RS
69. Comissao executiva do Partido dos Trabalhadores - Nova Prata/RS
70. Sindicato dos trabalhadores de Gloria de Dourados/MS
71. Centro de Pastoral Verqueiro/SP
72. Sindicatos dos Empregados em Empresas de Seguro Privados e Capitalizacao e de Agentes Autonomos de Pastoral da Arquidiocese de Vitoria/ES
73. Nota em conjunto da CPT de 6 municipios do RS
74. Conselho Indigenista Missionario - CIMI - Propria/SE
75. Agricultores de Miraquai, Tenente Portela e Tres Passo/RS
76. Comunidade de Base de Dobrada/SP
77. Cooperativa Justica e Trabalho - Lomba do Pinheiro, Viamao -/RS
78. Partido dos trabalhadores - municipal de Ijuí/RS
79. Paroquia Sagrado Coracao de Jesus - Campo Ere/SC
80. Paroquia de Nossa Senhora das Gracas - Tiradentes/RS
81. Freis franciscanos - Petropolis/RJ
82. Paroquia Nossa Senhora da Assuncao - Chapeco/SC
83. Santa Terezinha - Coronel Freitas/SC
84. Alto Ipiranga - Coronel Freitas/SC
85. Grupo de seminaristas de Cacador/SC
86. Diretoria Academico da Universidade Federal de Pelotas/RS
87. Diretoria academico de Teologia da PUC/RS
88. Diocese de Santa Maria/RS
89. Alunos da FAPES - Erechim/RS
90. Caritas do Rio Grande do Sul
91. Doacao de 2.500 kg de leite em po da Holanda
92. Seminario dos padres Carlistas de Passo Fundo
93. Representantes da comunidade de Itapiranga/RS
94. Doacao de alimentos da paroquia de Salto do Jacui
95. Doacoes do Bairro Sarandi, Porto Alegre/RS
96. Uniao dos Vereadores do Rio Grande do Sul
97. Apoio na Assembleia Legislativa, atraves de denuncias, do PDT
98. Show com cantores gauchos, na Assembleia Legislativa em apoio aos sem terra, reunindo em torno de 1.300 pessoas.
99. Comissao Pastoral da Terra Regional Nordeste III
100. Federacao dos trabalhadores na Agricultura/MG
101. Federacao dos Trabalhadores na Agricultura de Alagoas
102. Um cami nhao de alimentos de Nova Palmas/RS
103. Roupas, alimentos e calçados dos operarios de Farroupilha/RS
104. Visita de uma representacao de agricultores de Erval Grande/RS
105. Caritas de Passo Fundo.

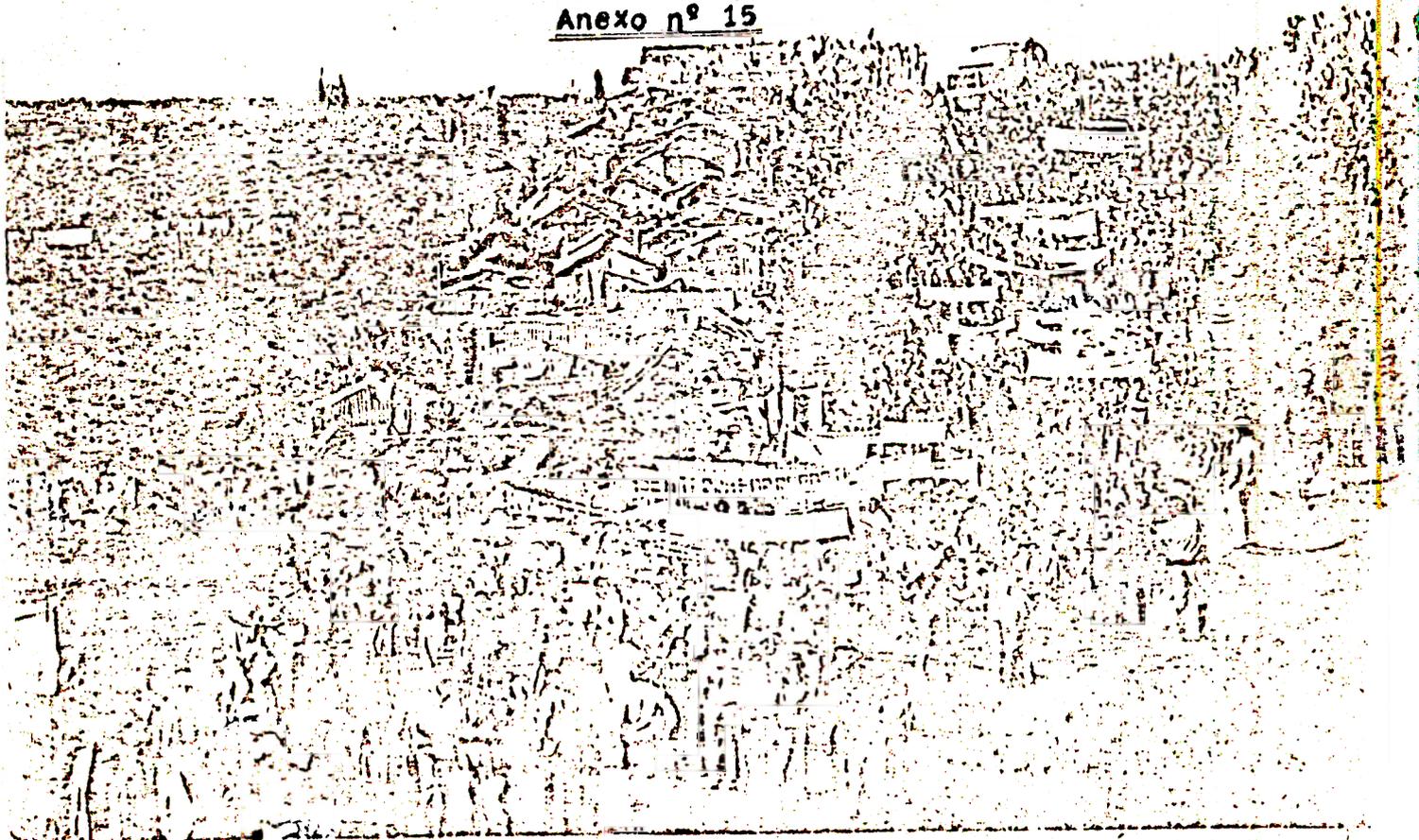
FONTE: Boletim SEM TERRA numero 4; 5; 6 e 7. (JUNHO 1981)

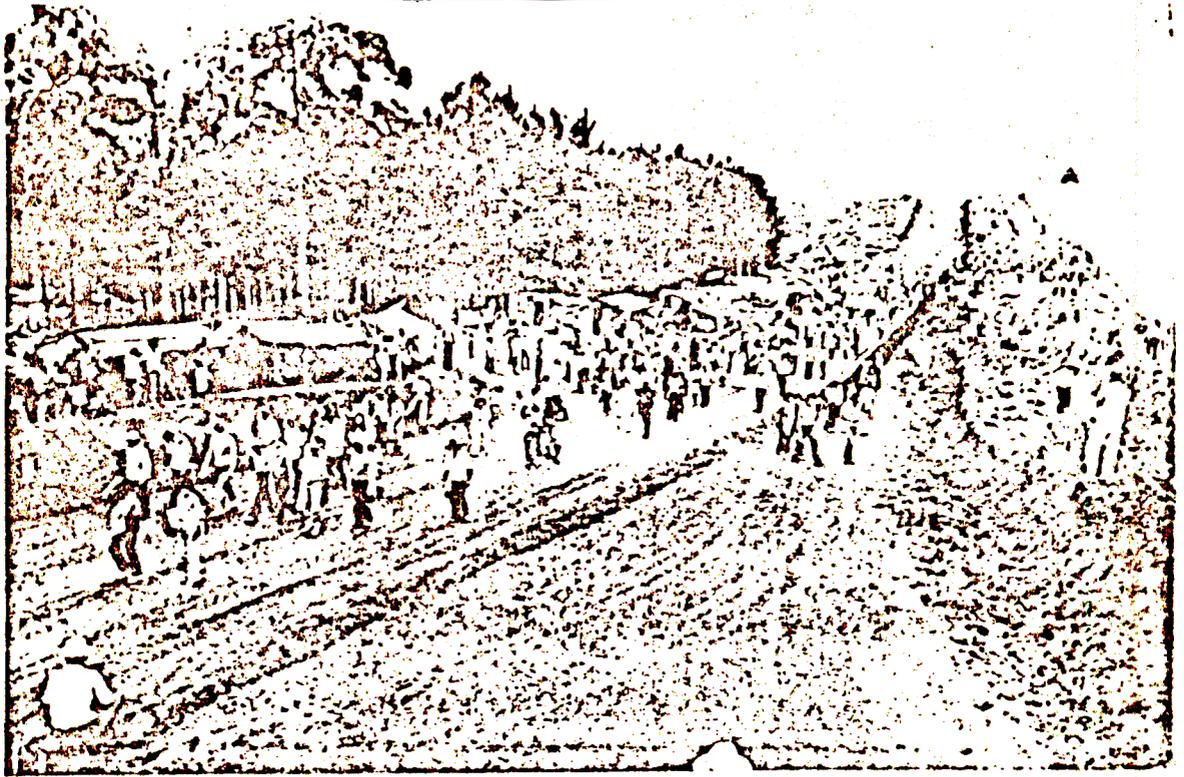
Obs: nem todas as entidades que enviaram alimentos, roupas, calçados e cartas de apoio, foram listadas aqui.

Anexo nº 14

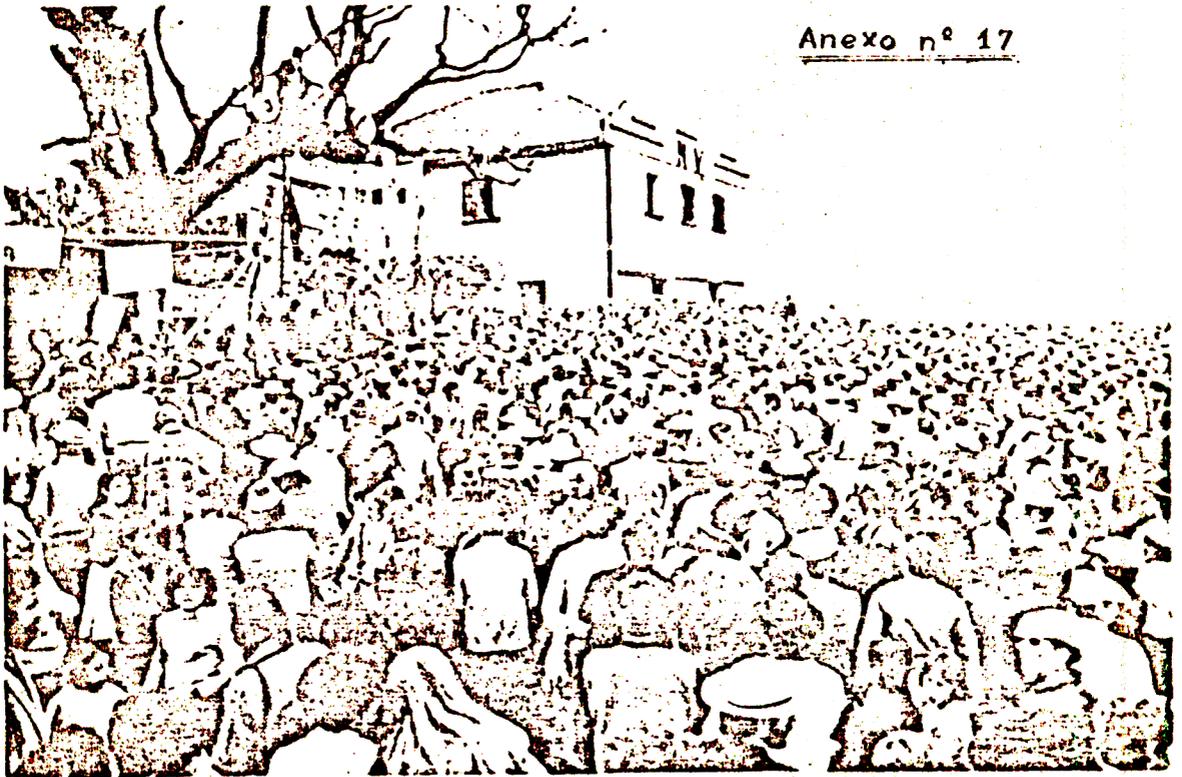


Anexo nº 15





Anexo nº 17



Anexo nº 18



I N V E N T Á R I O

NOME: JOÃO EUCLIDES SOARES I.C.: \_\_\_\_\_ BARRACA: 7-N

DADOS PARA LOCALIZAÇÃO: ACAMPADO NO PINHEIRINHO.

Nº DE DEPENDENTES: 09 IDADES: 1-5-9-8-11-15-18-19-39

BAGAGEM DE MÃO: 50 KG. APROXIMADAMENTE.

BENS E UTENSÍLIOS	BENFEITORIAS	IMPLEM. AGRÍCOLAS	ANIMAIS
VARÇA ROUPA. VARÇA LOUÇA. DÃO A LENHA. MATAS.	— * —	6 ENXADM. 2 LA. 6 FOICES. 2 ARADO. 2 CANGA.	1 SWINO. 5 VACOS DE MILHO 60 GALINHAS.

MODALIDADE DO DESLOCAMENTO: AVIÃO ( ) ÔNIBUS (X)

PROBLEMAS DE SAÚDE C/ FAMILIARES: \_\_\_\_\_

RELAÇÃO DO QUE DISPÕE O CANDIDATO PARA VENDER: \_\_\_\_\_

OBSERVAÇÕES:  
Mateiro Grosso "Lucas do Rio Verde"

Anexo nº 20

DECLARAÇÃO

DECLARO que aceito ser assentado, com minha família, em parcela a mim reservada no Projeto de Colonização "LUCAS DO RIO VERDE" MT, executado pelo INCRA, sabendo que a mim será assegurado o mesmo tratamento aos demais parceleiros.

Ronda Alta ( RS ), 11 de agosto de 1981.

---

NOME: JOAO MUCRIDES SOARES.

DOC. IDENTIDADE Nº Cert. Casamento nº 600-  
de 03 de julho 1961.

---

---

Anexo nº 21

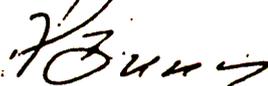
- TERMO DE COMPROMISSO -

Pelo presente Termo, o Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária - INCRA, compromete-se a re-servar uma parcela para assentamento da família do Sr. JOAO EUCLIDES SOARES .X.X...X.X.X.X.X.X.X.X.X.X., no Projeto a ser implantado na Gleba " LUCAS DO RIO VERDE ", localizado no Município de Diamantino, Estado de MATO GROSSO, assegurando-lhe, ainda, o acesso a todos os benefícios que venham a ser implantados no referido PROJETO.

A parcela será em torno de 100 ha ( cem ) - agricultáveis e as reservas florestais exigidas por lei, serão constituídas em separado e em blocos.

O presente Termo terá validade por 100 ( cem ) dias, contados a partir da data de sua assinatura, ficando automaticamente anulado, se não houver comparecimento do interessado no prazo estipulado pelo INCRA, nos comunicados de chamamento.

Ronda Alta ( RS ), 11 de agosto de 1981.



---

ALCIONE IRINEU BURIN  
COORDENADOR REGIONAL DO INCRA-RS

Anexo nº 22.

AOS COLONOS DE ENCRUZILHADA DO NATALINO

-- COMUNICADO -- Nº 1

No propósito de encontrar justa solução para o problema social criado a partir do Acampamento do Natalino, o Governo Federal contando com atenta colaboração do Governo Estadual, por intermédio de seus órgãos competentes, criou a Coordenadoria do Acampamento do Natalino, através da qual, a partir de 30 Jul 61, vem prestando toda a assistência aos colonos e seus familiares (fornecimento de alimentação, atendimento médico e segurança do acampamento).

A par das providências acima, procura, desde logo, oferecer alternativas aos colonos para a solução do problema de cada uma das famílias, com a garantia de novas áreas para sua instalação e até mesmo de empregos no próprio Estado.

Considerando que o Governo não possui terras no RIO GRANDE DO SUL, ofereceu, àqueles que realmente desejam trabalhar, independentemente de qualquer cor política, lotes nos Estados da BAHIA, MATO GROSSO, ACRE e TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA, além de empregos, no RIO GRANDE DO SUL, àqueles que sob hipótese alguma desejem afastar-se do Estado.

Considerando que o prazo estipulado de 1 mês, depois que assumiu o Acampamento, está prestes a esgotar-se, a Coordenadoria apela para que os colonos decidam sobre as alternativas oferecidas, pois, decorrido esse prazo -- e já que não existe qualquer outra alternativa --, o problema deixará de ser social e passará a ser tratado como de característica exclusivamente policial, sujeito, portanto, a todas as consequências daí decorrentes.

Para os acampados, realmente agricultores, o Governo Federal oferece:

- TERRAS NA BAHIA -- Projeto TERRA DO RAMALHO;
- TERRAS NO ACRE -- Projeto PEDRO PEIXOTO;
- TERRAS EM RORAIMA -- Projeto ANAUA;
- TERRAS EM MATO GROSSO -- Projeto LUCAS DO RIO VERDE;
- EMPREGO NO ESTADO;
- APOIO DE TRANSPORTE PARA AQUELES QUE, VOLUNTARIAMENTE, DESEJAREM RETORNAR A SEUS LUGARES DE ORIGEM.

Todos os projetos oferecidos já estão prontos, com exceção do de MATO GROSSO que exigirá um prazo de 90 dias para ser implantado.

Aqueles que se inscreverem para MATO GROSSO serão alojados e alimentados em acampamento de espera montado pelo Governo do Estado, com alimentação subsidiada pelo Governo Federal, até o respectivo deslocamento para a área do projeto. O transporte, como em outros casos, será providenciado pelo Governo.

Em MATO GROSSO, cujo projeto está em fase de implantação, o INCRA oferece:

- Lotes de 200 Ha, sendo 100 Ha de reserva;
- Créditos normais de Custeio e Investimentos pelo Banco do Brasil;
- Crédito de Manutenção até a primeira safra;
- Armazém para compra de alimentos;
- Assistência Médica;
- Assistência Técnica;
- Concessão de até 2 metros cúbicos de madeira para início da construção de casas nos lotes, incluído no preço do terreno.

Finalmente, reiterando o apelo transmitido, a Coordenadoria, depois de conviver com a sofrida comunidade do Acampamento do Natalino, manifesta sua esperança na compreensão de todos em relação aos ingentes esforços no sentido de resolver-lhes o problema social, exercitando o Governo sua obrigação de proporcionar condições dignas de sobrevivência aos colonos e suas famílias.

RONDA ALTA, 15 de Agosto de 1961

COORDENADORIA DO ACAMPAMENTO DO NATALINO

Anexo nº 23

MENSAGEM AOS SEM-TERRA, A TODOS OS EMPOBRECIDOS E AS PESSOAS  
DE BOA VONTADE

Nós padres de 13 dioceses do Rio Grande do Sul e da vizinha diocese de Chapecó, viemos a Ronda Alta em romaria. Não somos os primeiros a fazê-lo. Milhares de irmãos do Rio Grande e dos estados vizinhos nos antecederam nesta peregrinação junto aos sem-terra acampados à beira da estrada.

Estas centenas de famílias representam todos os empobrecidos de nosso estado: os índios, as vítimas do êxodo rural e que são hoje os posseiros urbanos, os trabalhadores rurais, os bóias-frias, os pequenos agricultores, os peões e os operários da cidade.

Todo sofrimento e todas as lutas do povo gaúcho e brasileiro, de hoje, passam pela encruzilhada Natalino. Encruzilhada de todas as cruzes mas também é natalina, porque faz nascer uma grande esperança. Um natal que chegou mais cedo este ano, nas pessoas desses sem-terra que, como Jesus não encontrando lugar, ocupam, as margens de uma estrada polarenta, mas esperançosas.

Na parábola do bom Samaritano (Lc.10,25-37), o sacerdote e o levista passam ao largo sem se importar com o ferido. Nós, sacerdotes viemos até Ronda Alta como samaritanos, a fim de dar apoio irrestrito aos irmãos deixados à beira da estrada, e à sua decisão de conseguir um pedaço de terra no Rio Grande do Sul, conforme o Estatuto da Terra, reafirmado no documento dos Bispos em Itaici e no documento de Passo Fundo.

No acampamento viemos aprender muitas lições para nossa caminhada de Igreja. O espírito comunitário que aqui se criou, traz a nossa lembrança a comunidade dos primeiros cristãos, onde os fiéis eram um só coração e uma só alma (At. 4,32). O acampamento aproxima-se de uma autêntica Comunidade Eclesial de Base: o que mantém o povo unido é a sua fé, seu espírito religioso, sempre alimentados pela oração em torno da cruz e na eucaristia. O espírito de solidariedade que aqui encontramos, nos questiona profundamente. A vivência comunitária e a força da fé nos evangelizam e são uma luz e um fermento para a Igreja e para o mundo.

Queremos trazer a nossa ajuda amiga e fraterna. Ajuda de padres que querem ser irmãos. Queremos auxiliar na concretização das soluções apontadas pelos Bispos do Rio Grande do Sul na Carta de Passo Fundo: diminuição do módulo rural na Fazenda Anoni e Crédito fundiário para que os colonos adquiram terra no Estado. Queremos lembrar o que está na Bíblia, nos ensinamentos da Igreja e na palavra do Papa João Paulo II: "A terra é um dom de Deus para todos os homens, e é o trabalho que legitima a posse da terra e não o dinheiro". Por isso reafirmamos nosso apoio a decisão dos acampados de exigirem terra no Estado do Rio Grande do Sul.

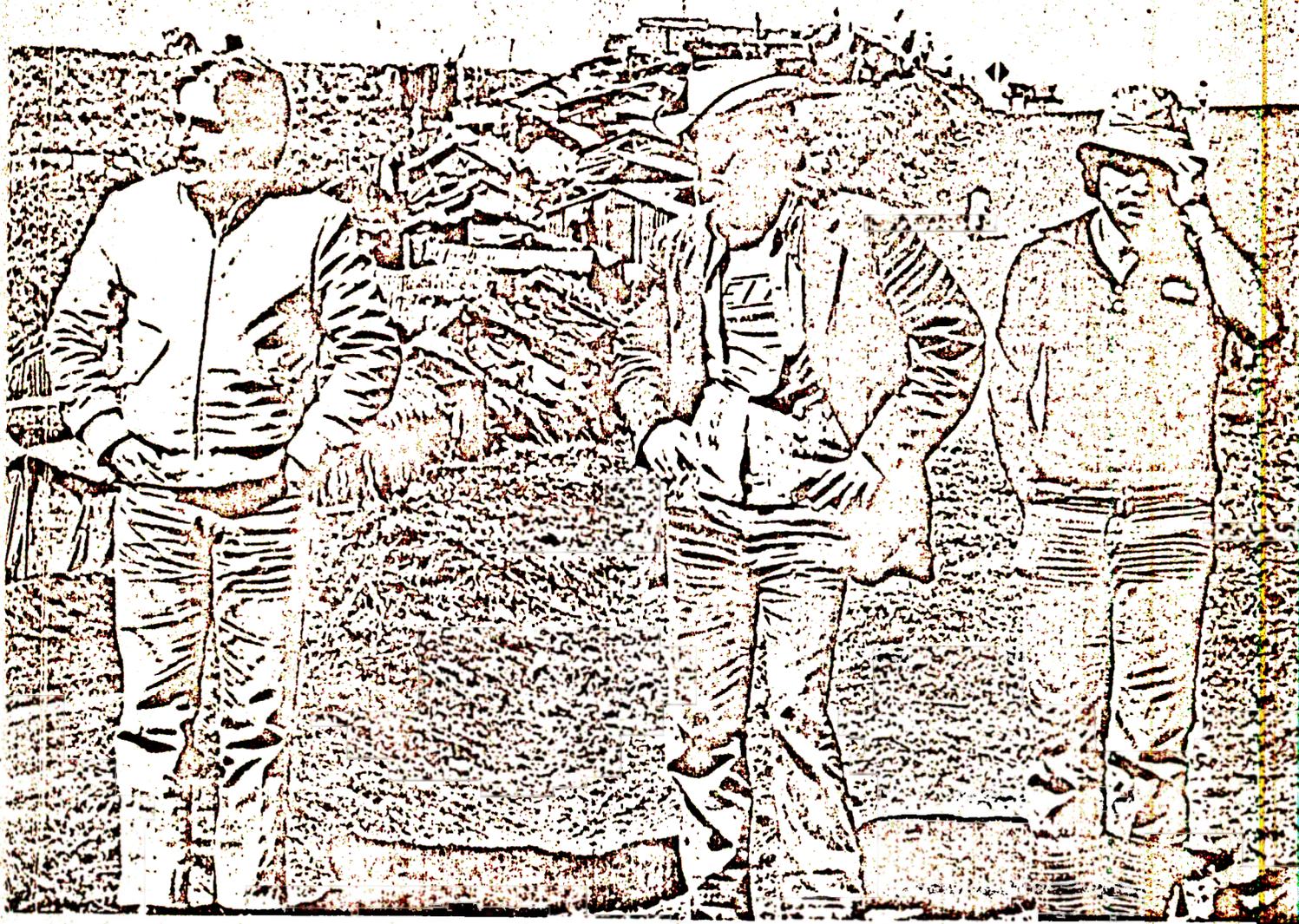
Nossa presença aqui no acampamento foi para reafirmar publicamente nossa opção preferencial pelos pobres, já que aqui no acampamento estão os mais pobres entre os pobres. E nos unimos a todos os que sofrem, e a aqueles que se unem a sua luta e a seu sofrimento, e também todas as pessoas de boa vontade, dispostas a construir uma sociedade justa e fraterna.

Ao sairmos daqui, não podemos deixar de manifestar publicamente nossa grande apreensão e preocupação quanto: 1) o fato dos colonos não poderem sair do acampamento para trabalhar nas lavouras da redondeza, sendo obrigados a permanecer constantemente no acampamento, na ociosidade; 2) intimidações frequentes que os agricultores sofrem da parte do aparato policial-militar; 3) pressões constantes para que os agricultores aceitem as propostas do governo; 4) as constantes ameaças de enquadramento dos colonos na Lei de Segurança Nacional; 5) sentimos, finalmente, nos agricultores uma profunda angústia, que agora fazemos nossa, sobre o que poderá acontecer depois do dia 31, data fixada pela coordenadoria do acampamento Natalino, para o fim do acampamento.

Para concluir, esperando que não se cometa nem um tipo de violência contra os colonos, queremos dizer a todos os homens de boa vontade que estamos dispostos a buscar com os responsáveis justa solução para o problema.

Passo Fundo, 24 de agosto de 1981.

assinam 137 padres.



O Major Curio no acampamento  
Foto Manuel de Andrade

# A impunidade do "Major Curio"



Jornal  
RESISTÊNCIA (PA)  
01 a 15/11/1982  
p. 4.

Anexo nº 25

Relação de entidades e pessoas que visitaram o acampamento ou enviaram cartas de apoio e ajuda em alimentos nos meses de outubro, novembro e dezembro -1981

1. Presença no acampamento de representantes da OAB;
2. Doação de alimentos da Arquidiocese de Campinas (SP);
3. Visita dos Deputados: Nivaldo Kruger, Celso Testa; Antenor Ferrari e Odacir Klein;
4. Carta de Dom Moacir Grechi, presidente Nacional da CPT;
5. Notas e manifestos de apoio de 31 entidades de Campinas (SP);
6. Carta do comitê contra o desemprego; CEBs; Movimento Negro e outras entidades de Nova Iguaçu (RJ);
7. Carta da ABRA de Campinas (SP) ao presidente João Figueiredo protestando contra o não atendimento dos Sem Terra do Natalino e reforçando a proposta dos acampados;
8. Carta de apoio do Centro de Professores do RS (CEPERGS);
9. Formação de um grupo de apoio aos Sem Terra em São Leopoldo (RS);
10. Formação de uma comissão ecumênica de apoio aos colonos em Alegrete (RS);
11. Apoio aos colonos da Assembleia Nacional da CPT (21 Estados);
12. Telegrama da Comissão Nacional da Pastoral Operária ao presidente Figueiredo repudiando a intervenção militar;
13. Moção de apoio do Conselho Nacional de representantes da Associação Nacional de médicos Residentes reunidos em Salvador (BA);
14. Carta do Sindicato dos trabalhadores na Construção Civil de Curitiba (PR);
15. Carta da cooperativa Agro-Pecuária Alto Uruguai Ltda de Três de Maio (COTRIMAIO);
16. Carta assinada por 51 representantes de comunidades de Goiás;
17. Abaixo-assinado de apoio de 48 religiosos do Amazonas, Acre e Rondônia;
18. Carta assinada por 50 famílias de Monte Camargo Novo e bairro Itain Paulista (SP);
19. Apoio da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos - Nucleo Imperatriz (MA);
20. Oferta em alimentos da Paróquia Sagrada Família e a Comissão Pastoral Operária de Caxias do Sul (RS);
21. Apoio da Diocese de Bom Jesus da Lapa;
22. Solidariedade da CPT de Jaboticabal (SP);
23. Carta de apoio do Instituto Sede Sapientiae (SP);
24. Centro de Defesa dos Direitos Humanos de São Miguel (SP);
25. Solidariedade do Centro de Pastoral Vergueiro (SP);
26. Telegrama de apoio da Congregação dos Cônegos de Santo Agostinho;
27. Apoio e solidariedade do DGE/38 (Instituto de Ensino Superior);
28. Carta do Centro de Professores do Estado - Pelotas (RS);
29. Carta com 58 assinaturas das CEBs de Lomba do Pinheiro (RS);
30. Carta com 54 assinaturas da Pastoral Operária da Diocese de Nova Iguaçu (RJ);
31. Carta das CEBs de Chapecó (SC);
32. Apoio da Pastoral de Juventude de 8 Dioceses (RS)
33. Apoio dos estudantes de 2º grau da escola Emilio Zuñeda de Alegrete (RS);

Anexo nº 25.1

34. Apoio da comunidade Nossa Senhora do Carmo - Pelotas (RS);
35. Carta assinada por 27 seminaristas de Santa Cruz estudando em Viamão (RS);
36. Apoio da Pastoral Univeristária de São Leopoldo (RS);
37. Apoio de jovens da Pastoral Norte de Porto Alegre (RS);
38. Carta da CEB de Vila Paim, São Leopoldo (RS);
39. Telegrama do Senador Pedro Simon;
40. Solidariedade do presidente do Partido Popular - Tencredo Neves;
41. Carta do Deputado do PDT - Alceu Colares;
42. Moção de integrantes do PT da região de Porto Alegre;
43. Telegrama de Dom Cláudio Humes, Santo André (SP);
44. Telegrama das CEBs da Diocese de Santo André (SP);
45. Carta de Dom José Maria Pires, bispo da Arquidiocese da Paraíba (PB);
46. Doação de leite empô feita pelo Sindicato dos trabalhadores em Empresa de Telecomunicação e Operadores de Mesas Telefônicas de Minas Gerais (SINTEZ);
47. Carta da CPT/MT;
48. Carta da CPT/Salvador (BA);
49. Solidariedade dos Representantes das Associações de Moradores da região Metropolitana do Recife (PE);
50. Moção assinada por 72 agricultores da região Noroeste (SP);
51. Solidariedade da Pastoral Rural de Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu e Palmas (PR) com 100 assinaturas;
52. Carta da CPT/RJ - Encontro Regional;
53. Carta de lavradores de 4 cidades do Maranhão;
54. Carta de leigos e agentes de Pastoral de 5 municípios da Diocese de Goiás Velho (GO);
55. Três cartas de lavradores de Andradina (SP);
56. Carta de comunidades rurais de Jaguari (RS);
57. Três cartas de agricultores e religiosos de Tucunduva (RS);
58. Apoio dos sociólogos participantes do 2º Encontro Estadual (RS);
59. CARTA DE JOVENS DE Itapiranga (RS);
60. Carta de agricultores de Antônio Prado (RS);
61. CARTAS DE ENTIDADES Estudantis e secundaristas de 7 municípios do Estado;
62. Abaixo-assinado de apoio de 180 desempregados de Maria (ABC-SP);
63. Visita do Frei Marcelo do secretariado Nacional da CPT;
64. Abaixo-assinado de apoio de 73 padres e agentes de pastoral da Diocese de Santo Ângelo (RS);
65. Solidariedade de Sindicato de Soledade (RS);
66. Carta do Pe. Valter Girelle de Erechim (RS);
67. Visita de uma delegação de seminaristas de Passo Fundo (RS);
68. Carta da CEB de Santa Ernestina (SP);
69. Comissão de apoio aos colonos de Alegrete (RS);
70. Apoio da paróquia Pão dos Pobres - Porto Alegre (RS);
71. Apoio da comunidade São Gabriel (RS);
72. Abaixo-assinado da Comunidade do Parque Oeste;
73. Apoio do 5º distrito de Pelotas (RS);
74. Apoio dos missionários de Nossa Senhora da Salette - Curitiba (PR);
75. Apoio da diretoria do 24º núcleo de professores - Pelotas (RS);
76. Abaixo-assinado da comunidade de São Tiago (RS);
77. Apoio da comunidade de Santa Rita de Cássia, São Gabriel (RS);
78. Apoio dos participantes do 3º congresso de Leigos da diocese de Pelotas (RS);

Anexo nº 25.2

79. Apoio da equipe diocesana de jovens de Pelotas (RS);
80. Apoio do Pe. Alcido Kaiser, Santo Ângelo (RS);
81. Apoio de um grupo de noviças de Porto Alegre (RS);
82. Apoio da CPT de São Pedro do Sul (RS);
83. Apoio das CEBS de Santa Eulália- Pelotas (RS);
84. Apoio de um grupo de professores, alunos e mães de Santiago (RS);
85. Catequistas rurais da Paróquia Medianeira (PR);
86. Apoio do diretório acadêmico da Universidade Católica de Pelotas (RS);
87. Apoio da Frente Nacional do Trabalho (SP);
88. Apoio da Pastoral Rural de Pelotas (RS);
89. Apoio de diretórios acadêmicos de Salvador (BA);
90. Apoio do grupo de catequese da comunidade Jesus Operário, Monte Bonito, Pelotas (RS);
91. Apoio da comunidade Cristo, São Gabriel, (RS);
92. Apoio da comunidade de Vila Luciana, Goiânia (GO);
93. Apoio da comunidade Imaculada Conceição, Pelotas (RS);
94. Apoio do grupo de jovens das Irmãs de São José, Pelotas (RS);
95. Apoio da comunidade de Base de Monte Bonito, 9º distrito de Pelotas, (RS);
96. Doação de mantimentos por lavradores de Francisco Beltrão (PR);
97. Apoio das comunidades cristãs de Canguçu (RS);
98. Apoio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de Santo André (SP);
99. Apoio do Secretariado para a América Latina do MFC;
100. Apoio da juventude católica de Arroio do Meio (RS);
101. Carta de representantes de comunidades cristãs do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, reunidas em Caxias do Sul (RS);
102. Carta da equipe de assessoria dos trabalhadores do centro comunitário - Apucarana (SP);
103. Apoio do grupo Ação Justiça e Paz, Porto Alegre (RS);
104. Cartas das comunidades de Itapuã, São Borges, Roseiral e Vale das Mangueiras, diocese de Nova Iguaçu (RJ);
105. Carta da comunidade de Heitorari (GO);
106. Carta da equipe regional de Pastoral de Juventude (SP);
107. Abaixo-assinado com 116 assinaturas da região de Santo Amaro (SP);
108. Abaixo-assinado de apoio de religiosos e leigos da área pastoral de São Leopoldo (RS);
109. Moção de apoio do PT de Vila Restinga (RS);
110. Carta da comunidade São Francisco de Paula, Pelotas (RS);
111. Telegrama da CPT de Salvador (BA);
112. Cartas de apoio das comunidades de São Francisco de Assis e Vila Silveira, Pelotas (RS);
113. Carta do bispo de São Felix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga;
114. Apoio financeiro da comunidade das irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, Vila Pratos, Tucunduva (RS);
115. Carta com mais de 400 assinaturas de cristãos da paróquia Santa Isabel, Viamão (RS);
116. Carta de apoio do Núcleo de Justiça e Paz da arquidiocese de Cascavel (PR);
117. Moção de apoio da câmara de vereadores de Bagé (RS);
118. Abaixo-assinado com 28 assinaturas de leigos reunidos no V Conselho Diocesano de Leigos, Barra (BA);

Anexo nº 25.3

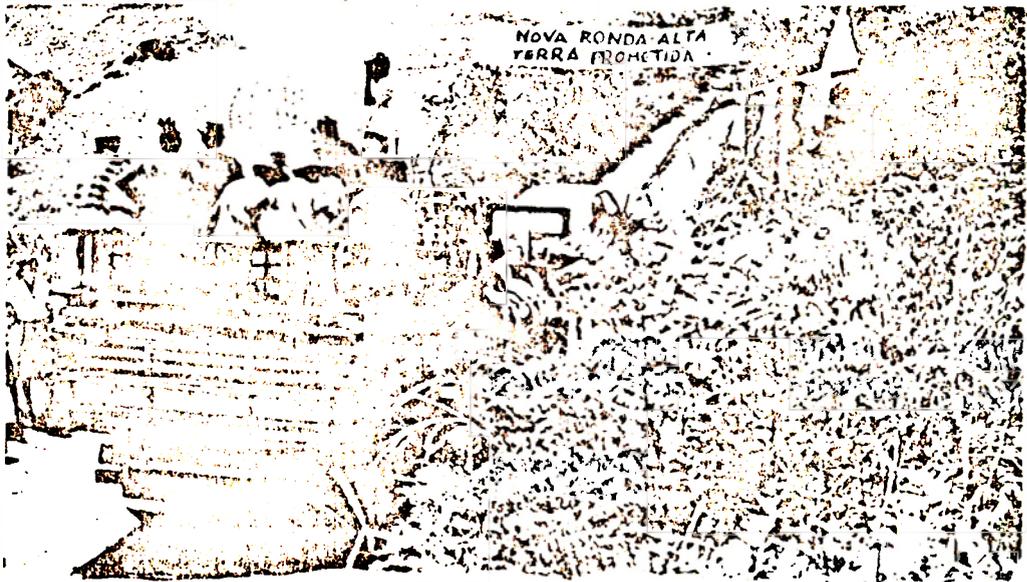
119. Carta de apoio da assembleia geral da ACR, Olinda (PE), representando 12 estados do Nordeste;
120. Carta de apoio da assembleia geral de agentes de Pastoral em Itaborai, (GO);
121. Carta de lavradores de Santana do Livramento (RS);
122. Carta da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (BA);
123. Carta do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Recife (PE);
124. Telegrama da Comissão Nacional PRO-CUT;
125. Moção de apoio de 25 representantes de associações profissionais e sindicatos de Assistentes Sociais (SP);
126. Carta dos membros do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (SACTES), reunidos em Olinda (PE);
127. Carta do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Bela Vista (GO);
128. Telegrama do Sindicatos dos Eletricitários da Bahia;
129. Carta de representatnes de 70 CEBs, reunidos em São Gabriel (RS);
130. Carta da comunidade N<sup>o</sup> S<sup>o</sup> da Conceição, Livramento (RS);
131. Carta do município de Santa Helena do Descanso (SC);
132. Carta de solidariedade com 46 assinaturas da CPT, Centro-Sul (GO);
133. Carta de apoio de 73 lavradores e agentes de Pastoral reunidos na assembleia geral da CPT, regional Piauí;
134. Carta de apoio com 39 assinaturas das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, reunidas no Rio de Janeiro;
135. Carta com 76 assinaturas de São Mateus, (ES);
136. Carta de apoio com 24 assinaturas de agentes de pastoral reunidos no Rio de Janeiro;
137. Carta de apoio de 117 agentes de Pastoral e lavradores de Pimenta Bueno, Cacoal, Rolim de Moura e Espigão do Oeste (RO);
138. Carta de solidariedade com 56 assinaturas da pastoral Rural de Medianeira (PR);
139. Carta da comunidade de Von Bock - Alemanha;
140. Carta de Jacinto Salbego, Santiago (RS);
141. Carta da comunidade Santo Antônio do Bolso, São Gabriel (RS);
142. Participantes do III encontro nacional de Pastoral e Serviço dos Migrantes, São Paulo (SP);
143. Apoio do grupo Fé e vida Plena, Santiago, (RS);
144. Apoio do Sindicatodos Trabalhadores de Miraguai (RS);
145. Mensagem de Natal enviada por Ivo Poletto do Secretariado Nacional da CPT, Goiânia (GO);
146. Telegrama de 21 sindicatos reunidos no 3<sup>o</sup> encontro do Oeste Baiano (BA);
147. Telegrama da CONTAG;
148. Telegrama da FETAG/MG;
149. Telegrama da FETAG/RN;
150. Telegrama dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Diadema (SP);
151. Telegrama da FETAG/MT;
152. Telegrama do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (PA);
153. Apoio do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo (ES);
154. Telegrama de Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho (GO);
155. Telegrama de Dom José Maria Pires, João Pessoa (PB);
156. Telegrama do Conselho de Pastoral da Igreja Matriz de São Bernardo do Campo (SP);
157. Telegrama da Prelazia de São Félix do Araguaia;

Anexo nº 25.4

158. Telegrama do Centro de Pastoral do Migrante, São Bernardo do Campo (SP);
159. Telegrama do Secretariado NACIONAL DE Justiça e não Violência;
160. Telegrama do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Santo André (SP);
161. Telegrama da CPT de Dobrada (SP);
162. Carta do bispo de Santo Ângelo (RS);
163. Carta da comunidade Nª Sª dos Navegantes, Arroio do Meio (RS);
164. Telegrama das irmãs de Nª Sª de Passo Fundo (RS);
165. Telegrama de agricultores e do Padre de Tiradentes (RS);
166. Telegrama do Comitê de apoio aos Sem Terra de Ribeirão Preto (SP);
167. Telegrama de apoio aos Sem Terra do comitê de São Paulo (SP);
168. Telegrama da Associação Gaúcha de Sociólogos;
169. Telegrama da Associação Nacional de Sociólogos;
170. Apoio da Pastoral de Juventude da diocese de Ribeirão Preto (SP)
171. Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Nova Palma;
172. Comissão Pastoral da Terra, Jaboticabal, (SP);
173. Sindicato dos trabalhadores Rurais de Tucunduva (RS);
174. Operação de Integração comunitária, Cuiabá (MT);
175. Associação de solidariedade às comunidades Carentes, Cuiabá (MT);
176. Comissão regional de Direitos Humanos, Santana (SP);
177. Pastoral de Juventude, Setor Belem, Arquidiocese (SP);
178. Casa de formação Cristo Rei, Tatuapá, arquidiocese de São Paulo;
179. Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Três de Maio, (RS)
180. Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Glória, Dourados (MS);
181. Paróquia Santa Bárbara, Santa Bárbara do Sul (RS);
182. Agricultora de Pelotas (RS);
183. Elizane Rodrigues, São Gabriel (RS);
184. Ângelo A. Dalcin, São Leopoldo (RS);
185. Regional Sul II CNBB de Curitiba (PR);
186. Padre e agricultores de Três Passos (RS);
187. Sindicatos dos Arquitetos no Rio Grande do Sul (RS);
188. Comissão Pastoral da Terra, Curitiba (PR);
189. Comissão arquidiocesana de Educação para a justiça, Campinas (SP);
190. Grupo de jovens de São Borja (RS);
191. Comunidade Semente do futuro, Pelotas (RS);
192. Carta de apoio de 19 jovens de Prataba e Glória, Torres (RS);
193. Cartão de natal de 9 jovens de São Gabriel (RS);
194. Carta de representantes das CEBs, Santa Cruz do Sul (RS);
195. Comunidade Nossa Senhora dos Navegantes, Arroio do Meio (RS);
196. Apoio de membros da congregação de Oblatos de São Francisco Sales e Agentes de Pastoral;
197. Apoio de 98 jovens representando coordenações de grupos das dioceses do Estado de São Paulo, regional Sul I - CNBB;
198. Apoio da CPT; CPO; CEBs e Comissão de Direitos Humanos da paróquia de Joinville (SC);
199. Carta de apoio assinada por 84 jovens da diocese de Apucarana-PR;
200. Apoio de 18 líderes da comunidade de Nª Sª Assunção, Chapecó (SC);
201. Apoio dos missionários Nª Sª da Sallette, São Paulo (SP);
202. Apoio da Igreja Católica, Evangélica de confissão Luterana, Episcopal e Metodista, Pelotas, (RS);
203. Apoio do Núcleo de Justiça e não-violência, Pelotas (RS);
204. Apoio das CEBs da diocese de Bage (RS);
205. Apoio da paróquia Rui Barbosa (RS);
206. Apoio do comitê pró-Sem Terra da cidade de São Paulo (SP);
207. Irmãs da Divina providência, Porto Alegre (RS);
208. Apoio do Diretório Acadêmico do Instituto de Teologia (SP);

# AGORA MESMO É QUE A LUTA CONTINUA

## ASSIM NASCEU NOVA RONDA ALTA



### COMPANHEIRADA :

GRACAS AO APOIO DE TODO O POVO BRASILEIRO NOSSO ACAMPAMENTO AINDA EXISTE. E NOSSA LUTA POR TERRA NO RIO GRANDE CONTINUA.

NÓS ESTAMOS MUITO UNIDOS TEMOS NOSSOS GRUPOS POR REZAS. MAS SEM O APOIO DO DIFÍCIL. ESTAMOS HA MAIS DE ANO DIFICULDADES: O FRIO, AS NEGATIVAS DO GOVERNO, MAIS. MAS RESISTIMOS. MAS DEPOIS QUE 150 EM DEZEMBRO DE 81 O GOVERNADOR, A COISA DECIDIRAM ACABAR COM E FIZERAM DE TUDO. BARRACOS DURANTE TODO NOSSAS LIDERANÇAS CRIANÇAS COM E AINDA CULPARAM

PARA RESISTIR FIRMES NA LUTA. BARRACO, NOSSA COMISSÃO, NOSSAS POVO A LUTA FICARIA MUITO MAIS NESSA LUTA. ENFRENTAMOS MUITAS CHUVA, A FOME, O CORONEL CURIÓ, A PRESSÃO DA POLÍCIA E TUDO O FIRME. COMPANHEIROS NOSSOS FORAM A PORTO ALEGRE FALAR COM ARROCHOU MESMO. ELES O ACAMPAMENTO NA MARRA. AMEAÇAVAM DESTRUIR NOSSOS O TEMPO, TENTARAM COMPRAR AGREDIRAM MULHERES E CASSETETES E BOMBAS, A GENTE DE TUDO ISTO.

FUNDO DE APOIO  
Cr\$ 20,00